

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS
ESPAÇOS URBANOS E RURAL

CAMPONESES E CAPITALISTAS NO LUGAR ENTRE
RIBEIROS - PARACATU/MG

PEDRO MACHADO DE OLIVEIRA

UBERLÂNDIA/MG

2018

PEDRO MACHADO DE OLIVEIRA

**CAMPONESES E CAPITALISTAS NO LUGAR ENTRE
RIBEIROS – PARACATU/MG**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural

Orientador: Rosselvelt José Santos

Uberlândia/MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48c
2018 Oliveira, Pedro Machado de, 1973-
 Camponeses e capitalistas no lugar Entre Ribeiros – Paracatu/MG
 [recurso eletrônico] / Pedro Machado de Oliveira. - 2018.

Orientador: Rosselvelt José Santos.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.637>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. 2. Geografia rural. 3. Assentamentos rurais - Paracatu
(MG). 4. Trabalhadores rurais - Paracatu (MG). I. Santos, Rosselvelt
José, 1963- (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

PEDRO MACHADO DE OLIVEIRA

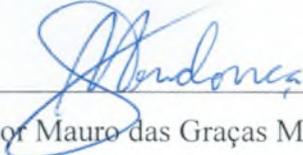
“CAMPONESES E CAPITALISTAS NO LUGAR ENTRE RIBEIROS –
PARACATU/MG”



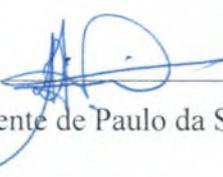
Professor Doutor Rosselyelt José Santos (Orientador) - UFU



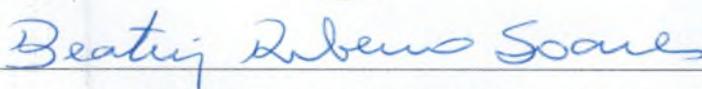
Professor Doutor Paulo Irineu Barreto Fernandes – IFTM



Prof. Doutor Mauro das Graças Mendonça – IFTM - MG



Professor Doutor Vicente de Paulo da Silva – UFU



Professora Doutora Beatriz Ribeiro Soares – UFU

Data: 29 / 11 de 2018

Resultado: Aprovado

À memória de meu pai
José Machado de Oliveira

A Deus, pela vida.

“Porque Deus é quem efetua em vós
tanto o querer como o realizar,
segundo a sua boa vontade”.

(FILIPENSES, 2:13).

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma Tese de Doutorado não se constitui mérito do pesquisador, apenas. Não seria possível sem as condições apropriadas. Portanto, são muitos a agradecer.

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, pois carregou-me ao longo de toda minha vida, mas com zelo especial nos últimos anos, em que trafeguei pelas estradas que ligam o Sul do Piauí até o noroeste de São Paulo. É que, em meio ao segundo semestre do ano de 2015, portanto no primeiro ano do curso, fui nomeado para assumir o cargo de Professor de Geografia no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), na cidade de Corrente. No entanto, no decorrer de menos de um mês em terras nordestinas, fui presenteado com outra nomeação, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), ainda no ano de 2015, na cidade de Votuporanga. E entre esses dois polos, um tanto distantes um do outro, guardou-me entre as cidades de Paracatu/MG, onde se realizou a pesquisa, a cidade de Uberlândia/MG, onde estive por esses dois anos (2017 e 2018) e a cidade de Vazante/MG, onde ficam as raízes camponesas e a família.

Agradeço à minha mãe, Lázara Simão Borges de Oliveira, que com sua fé, coloca diariamente o nome dos nove filhos e a sua descendência na presença do Pai celestial. Aos irmãos, que, embora cada um cuidando das suas tarefas, nas suas distintas cidades ou pequenas propriedades rurais, não deixam de estar conectados. Destes, um agradecimento especial à irmã Vilma Machado, que percebeu ainda nos anos iniciais do Ensino fundamental, a possibilidade de continuar os estudos. Dessa forma, levou-me para a cidade de Vazante-MG, em busca de melhores oportunidades em uma escola pública bem-conceituada, a Escola Estadual Pedro Pereira Guimarães, em que cursei a oitava série e o Ensino Médio. Ao irmão Celso Machado que, depois da perda de nosso pai, assumiu as responsabilidades dele, como se fossem suas.

À esposa Maria Eliene dos Santos, companheira para toda hora, mãe dos meus dois filhos, José Machado de Oliveira Neto e Júlia Machado de Oliveira. Em casa, cuidando de todos

nós, deixava-me mais tranquilo para dedicar à delicada tarefa de produzir uma tese. Sem ela, simplesmente, a casa cai.

À Universidade Federal de Uberlândia, no Instituto de Geografia, na qual iniciei meus vínculos no ano de 1993, na Graduação. Agradeço ao Professor Rosselvelt, orientador, juntamente com a Professora Beatriz, presente em todas as bancas, também pelo fato de serem os dois com quem tive aulas desde a graduação. Minha formação profissional deve muito aos dois professores. Aos Professores Paulo Irineu Barreto Fernandes e Mauro das Graças Mendonça, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, e ao Professor Vicente de Paulo da Silva por aceitarem compor a banca.

Aos secretários do Programa de Pós-Graduação, Izabel e João Fernandes, sempre prestativos no atendimento. Aos colegas da Pós-Graduação Jacqueline e Ricardo.

Ao Instituto Federal de São Paulo, que concedeu o afastamento remunerado a partir de 2017, para que pudesse dedicar mais tempo à produção dessa tese.

Aos sujeitos com quem conversamos no decorrer da pesquisa, essenciais ao longo de todos esses anos, isto é, de 2014 até esse fim de 2018. Em especial aos Assentados Altair e Eliene (01), que além de conterrâneos são parentes próximos. Foi enorme a contribuição nesse trabalho, pois foi além de oferecerem o pouso e as refeições. Eles simplesmente abriram as portas da pesquisa, tanto no Assentamento Santa Rosa quanto no Projeto de Colonização Entre Ribeiros. A eles devo muito. Agradeço ao Sr. Coelho (02), Dinho (03), Dino (04), Dona Hercília (05), Elza (06), Evaldo (07), Gláucia (08) e Gameleira (09). Ao André (10), morador do entorno e assalariado no Entre Ribeiros, essencial na pesquisa por ser conhecedor do lugar estudado, antes mesmo das transformações ocorridas. Ao Danjo (11), gerente da unidade de armazenamento de grãos da COOPERVAP no Entre Ribeiros, aos colonos Geraldo (12) e Oládio (13) e ao Valdir (14), atualmente, desde abril de 2018, exercendo a função de presidente da Cooperativa em Paracatu.

RESUMO

A proposição desta pesquisa decorre das observações realizadas nos territórios constituídos por assentados e colonos no lugar denominado Entre Ribeiros, em Paracatu/MG. A área de estudo, que até os anos de 1970 vivia sob o domínio da pecuária extensiva, começou a sofrer metamorfoses a partir da década de 1980, quando o lugar foi escolhido para se implantar o Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros. No total, são mais de 31.000 hectares de terras planas no Vale do Paracatu, onde o agronegócio prospera graças à apropriação robusta dos recursos locais: terra e água. A irrigação, possível graças à relativa abundância de água no ribeirão Entre Ribeiros e no rio Paracatu, permite que sejam realizados até três plantios anuais. Ali se cultivam grãos, com destaque à soja, ao milho e ao feijão. Portanto, na última década, houve a introdução e avanço da cana-de-açúcar sobre as terras onde se cultivam grãos, com a implantação da Bioenergia do Vale do Paracatu Ltda (BEVAP), no município de João Pinheiro/MG. Embora seja evidente o predomínio do agronegócio, há inserido no lugar, o Assentamento Santa Rosa, constituído por 65 lotes de 36,7 hectares cada, onde se principia a elaboração de uma economia familiar, decorrente da condição de detentores de lotes, por parte dos assentados. Com o emprego do trabalho familiar produzem frutas das quais se extraem e comercializam polpas; além de produzirem hortaliças e se dedicarem à atividade leiteira. Contudo, a autonomia nos lotes não foi alcançada por grande parte dos assentados, pois ao entrarem na terra, encontraram-na sem benfeitorias e, com poucos recursos financeiros não conseguiram obter renda suficiente para manter a família. Além das dificuldades financeiras, tiveram frustrações nas suas primeiras safras, que os obrigaram a encontrar saídas. As frustrações intensificaram suas dificuldades financeiras, que foram determinantes nos destinos daquelas famílias assentadas: algumas delas, como solução temporária, optaram pelo assalariamento no agronegócio vizinho; enquanto outras, aos poucos, iniciavam a produção leiteira e para muitos, a saída foi o abandono do lote, dando início aos processos de transferências de titularidade. A produção de leite permitiu a permanência na terra, contudo não deixam de ser subordinados ao mercado, representado pela cooperativa local, pois para produzirem leite, acabam se tornando consumidores de uma variedade de produtos comercializados pela própria cooperativa.

Palavras-chave: Assentados. Camponeses. Colonos. Capitalistas. Recursos. Territórios.

ABSTRACT

The proposal of this research stems from observations made in the territories constituted by settlers and peasants in Entre Ribeiros, a rural region of the city of Paracatu, State of Minas Gerais (MG), Brazil. The study area had been predominantly used for extensive livestock production until the 1970s, but changes began to emerge from 1980 onwards, when a colonization project named Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros was implemented in the region. In total, there are more than 31,000 hectares of flat lands in Paracatu, where agribusiness thrives due to the great appropriation of local resources: land and water. The irrigation is possible thanks to the abundance of water in Entre Ribeiros stream and in Paracatu river, what allows up to three annual plantings. There, grains are grown, especially soybeans, corn and beans. However, in the last decade, there was an introduction and an advancement of sugarcane on the lands where grains are grown because of the implementation of a bioenergy station, Bioenergia do Vale do Paracatu Ltda (BEVAP), in the nearby city of João Pinheiro. Although the predominance of agribusiness in the region is clear, there is also the Assentamento Santa Rosa, a rural settlement project constituted of 65 plots, each one with 36.7 ha, where the settlers begin to develop a family economy deriving from the condition of plot owners. Besides dedicating themselves to milk production, they still produce leaf vegetables and fruits from which pulps are extracted and commercialized. Nonetheless, the autonomy was not reached by most of the settlers, since that the received plots did not have any infrastructure and with limited financial resources, they could not obtain enough income to support the family. Furthermore, there were some problems with the first crops, what forced the families to find a solution. These happenings intensified the financial difficulties, what turned out to be a decisive factor for their future: some of them, as a temporary solution, opted for working in neighbors' plots, whereas for others the solution was to abandon the land and request for the property transfer process. A few ones slowly started to product milk. It allowed their permanence in there, but they remained subordinated to the market, since the production requires a range of goods which are commercialized by a local cooperative.

Keywords: Settlers, peasants, colonists, capitalists, resources, territories.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Entre Ribeiros – Paracatu/MG: Imagem de satélite. Pivôs centrais.....	159
Imagem 02 – Caminhões pipa utilizados para o transporte de água de João Pinheiro a Paracatu/MG.....	170
Imagem 03 – Cultivo de milho irrigado em plena crise hídrica.....	171
Imagem 04 – Cartaz de divulgação da feira agropecuária 2017.....	282
Imagem 05 – Vista aérea da fábrica de rações, ao lado dos silos de armazenamento de grãos.....	291

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Cana de sequeiro no território do Assentamento	40
Fotografia 02 – Cana irrigada no território dos colonos	40
Fotografia 03 – Pastagem no Assentamento	41
Fotografia 04 – Campo irrigado de tifton para produção de feno no território dos colonos	41
Fotografia 05 – Plantação de banana no território camponês	42
Fotografia 06 – Colheita da soja no território dos colonos do Entre Ribeiros.....	42
Fotografia 07 – Canal de drenagem. Construído para secar as áreas úmidas	161
Fotografia 08 – Cana cultivada em solo drenado, sem irrigação.....	162
Fotografia 09 – Canal de irrigação. A água desviada do rio Paracatu segue por canais que abastecem os pivôs instalados inclusive nas áreas drenadas.	162
Fotografia 10 – Estiagem no Rio Paracatu. Imagem do leito parcialmente seco. Ao fundo, vê-se a balsa utilizada até o ano 2010.....	163
Fotografia 11 – Paisagens homogêneas do agronegócio. Plantação de abóbora	186
Fotografia 12 – Monocultura de soja, no primeiro plano e cana ao fundo.....	187
Fotografia 13 – Hortaliças diversas no lote camponês para consumo próprio.....	228
Fotografia 14 – Hortaliças para fins comerciais.....	228
Fotografia 15 – Frango caipira no fogão à lenha.....	229
Fotografia 16 – Pão-de-queijo assado no forno à lenha.....	229
Fotografia 17 – Represa construída em área de veredas.....	255
Fotografia 18 – Assentado recolhendo abóboras descartadas pelo mercado	273
Fotografia 19 – Silo de palha de milho de sementes.....	275
Fotografia 20 – Rebanho sendo alimentado com silo de palha de milho.....	276
Fotografia 21 - Desmatamento em lote do Assentamento para formação de pastagem.....	279

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Paracatu/MG - assentamentos federais implantados no município entre 1997 e 2011	130
Quadro 02 – Entre Ribeiros – Paracatu/MG: Comparativo de produtividade entre os quatro principais cultivos – 2018	156
Quadro 03 – As perspectivas do território segundo a abordagem utilizada por Haesbaert (2004) e sua aplicação na pesquisa.....	184

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Paracatu/MG: localização da área de estudo – 2018	24
Mapa 02 - Brasil: Áreas do POLOCENTRO – 1984/2018	119
Mapa 03 - Minas Gerais: área do PCI – 1984/2018	121
Mapa 04 – Brasil: Projetos implantados pelo PRODECER – 1984/2018.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

BEVAP – Bioenergia do Vale do Paracatu Ltda

BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia

CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola

CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos Minas Gerais

CDAC - Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial Cerrado

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais S.A

CEMIL – Cooperativa Central Mineira de Leite Ltda

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COPASA – Companhia de Saneamento Básico de MG

COOPERVAP - Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda

EMATER – Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JICA – Japan International Cooperation Agency

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PCI – Programa de Crédito Integrado e incorporação dos cerrados

PCPER - Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros

PLANOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

PROFIR - Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação

PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

PROVÁRZEAS - Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SUMÁRIO

Resumo.....	VII
Abstract.....	VIII
Lista de ilustrações	IX
Lista de fotografias	X
Lista de quadros	X
Lista de mapas	XII
Lista de abreviaturas e siglas	XII
Introdução	16
Seção 1 – Debatendo a questão agrária a partir do Assentamento Santa Rosa.....	37
1.1 – A terra como instrumento de dominação política e de reprodução do capital	45
1.2 – A afirmação da grande propriedade e os entraves à agricultura camponesa.....	52
1.3 – Os desencontros na política agrária	65
1.3.1 – Da defesa da propriedade privada à defesa dos pobres do campo: a mudança de posição social da Igreja	68
1.3.2 – O Estado militar e a questão agrária	75
1.3.3 – A reforma agrária proposta por oposições	81
Seção 2 - O agronegócio de grãos e as intencionalidades capitalistas e camponesas nos Cerrados do Entre Riberios – Paracatu/MG	97
2.1 - As contradições da modernização.....	99
2.2 - Conhecendo os novos sujeitos sociais do lugar: o assentado e o colono	103
2.3 - A reocupação dos espaços considerados vazios	109
2.4 - Os Cerrados modernizados: o planejado e o não planejado	131
2.5 - A permanência camponesa na terra na contradição do processo modernizante	139
2.6 - Processos modernos de reocupação do Cerrado e a(in)sustentabilidade do modelo	151

Seção 3 - Assentados e colonos no Entre Ribeiros: territórios e lugares no espaço do agronegócio em Paracatu-MG	174
3.1 - Considerações acerca do conceito de território	178
3.2 - Territórios capitalistas no Entre Ribeiros	185
3.3 - Territórios camponeses no Entre Ribeiros	198
3.3.1 - Experiências negativas: os pobres da terra e os pobres na terra	209
3.3.2 - Experiências positivas: a renda da terra e a transformação do território em lugar	214
3.4 - Do território ao lugar	219
3.4.1 - Um novo camponês?	221
3.4.2 - O Reenraizamento e a construção de um lugar de vida	230
Seção 4 – O leite como possibilidade de permanência no lote	246
4.1 – Usos e apropriações da água: de recurso abundante a intensamente disputado entre irrigantes do agronegócio e os camponeses assentados	249
4.2 - Processos de reterritorialização/recampesinização a partir da atividade leiteira	257
4.3 - Driblando as imposições: estratégias e arranjos camponeses.....	269
4.4 - Oportunidades? Imposições! A cooperativa transformada em empresa e a resistência do camponês em se converter em consumidor de insumos e medicamentos.	282
Considerações finais	308
Referências	320

Introdução

A pesquisa tem o objetivo de analisar a constituição dos territórios camponeses e capitalistas no lugar denominado Entre Ribeiros, uma porção do município de Paracatu/MG, onde se praticava a pecuária extensiva até a década de 1970. No lugar, no início dos anos 1980 o Estado deu início à implantação dos Projetos de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, ao todo, 4 projetos implantados pelo poder público e financiados pelo capital nacional e estrangeiro no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), com a finalidade de produzir grãos para atender ao mercado externo.

No ano de 1999, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atendendo às reivindicações dos trabalhadores rurais sem-terra, vinculados ao Sindicato Rural de Paracatu, implantou o assentamento Santa Rosa, por meio da desapropriação da fazenda de mesmo nome. Pois bem, víamos, a partir de então, em um mesmo lugar, territórios sendo constituídos para atender aos interesses dos capitalistas do agronegócio e territórios que, teoricamente, deveriam atender aos interesses dos então camponeses sem-terra, agora assentados.

As visitas ao assentamento, iniciadas em 2015 e se estendendo até o ano 2018, logo nos permitiram levantar a hipótese de que a entrada daqueles camponeses na terra ocorreu de forma incompleta: estavam ocupando a terra, no entanto não conseguiram se reproduzir com o trabalho da família. Tal situação colocou os assentados diante de dois caminhos possíveis: a primeira - o desejo dos assentados - era a possibilidade de iniciar imediatamente o trabalho e a produção no lote; a segunda - a alternativa encontrada para se manterem no lote - era a possibilidade de trabalho externo no agronegócio vizinho, o Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros.

Diante da insuficiência de recursos financeiros na forma de créditos subsidiados pelo Estado à agricultura familiar e de sua precária condição financeira, o trabalho externo permitiria levantar os recursos necessários aos investimentos na terra recém conquistada, uma vez que os 65 lotes derivados da divisão da fazenda Santa Rosa não tinham a infraestrutura necessária para que começassem a produzir.

Assim sendo, a implantação do assentamento Santa Rosa acabou gerando nos assentados, inicialmente, sensações de autonomia por terem alcançado o objetivo de entrar na terra, mas, em seguida, sensações de frustração, subordinação ou mesmo fracasso, já que a posse do lote ainda não garantia a realização do projeto de poderem trabalhar para si mesmos. Para permanecerem no lote, dependiam do trabalho externo. Pareceu-nos que o assentamento foi implantado para atender aos interesses do agronegócio vizinho, dependente de mão de obra, e não aos interesses dos camponeses sem-terra de se tornarem produtores independentes.

Desse modo, justificamos a hipótese levantada de que a implantação do Assentamento Santa Rosa não significou a entrada definitiva das famílias camponesas na terra. A entrada na terra efetivou-se, portanto, de forma incompleta, já que faltaram os recursos financeiros e técnicos para que as famílias camponesas pudessem se reproduzir por meio do trabalho familiar. Essa, portanto, será a linha de raciocínio desenvolvida ao longo de toda a pesquisa.

As primeiras incursões ao campo na área de estudo e as observações nas paisagens produzidas no Assentamento, bem como das atividades desenvolvidas nos lotes, levantaram sérias dúvidas sobre a eficiência das políticas públicas direcionadas à agricultura camponesa, no sentido de promover, de fato, a inclusão dos camponeses considerados beneficiários dos programas de reforma agrária, “os Assentados”. Diríamos até que processos políticos ineficientes, carregados de vícios na sua implementação, conduziram a soluções também incompletas, já que nesse território, encontramos um grupo social que não é mais um sem-terra, mas também não consegue se reproduzir do trabalho e da renda obtida no lote. Estando na terra,

muitos têm que se assalariar no agronegócio vizinho; o fato, portanto, revela a complexidade da nossa tese.

Como, de fato, ele não está separado da terra, pois já é um “assentado”, mas também está alijado da possibilidade de assegurar para si os resultados obtidos a partir do trabalho familiar, acabamos por vê-lo como um camponês subordinado às imposições do capital. Na condição de camponeses com terra, que, destituídos da possibilidade de gerarem renda para se manter, acabam trabalhando em dois lugares. Pareceu-nos que o processo de implantação de assentamentos, da forma como ocorreu no Santa Rosa, está caminhando no sentido de se criar um novo sujeito social, um híbrido a partir do ex- sem-terra e do agora assentado: o assentado sem renda, dependente do trabalho externo. A transformação do camponês sem-terra em assentado sem renda parece ser a condição criada para que os capitalistas continuem tendo acesso ao trabalho camponês, de forma semelhante àquela empregada pelos antigos fazendeiros em relação aos agregados ou moradores.

O fato de o assentamento ter sido implantado ao lado de outro programa oficial, também do governo federal, o Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, foi se constituindo em elemento que aguçou a nossa curiosidade. Aliás, o que há em comum entre os dois projetos é o fato de ambos terem sido implantados pelo governo federal, o que não lhes dá a condição de igualdade: os lotes dos camponeses, no assentamento, têm 36,7 hectares, já os lotes dos colonos, no projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, variam de tamanho, entre 185 e 400 hectares. Enquanto um deles serve claramente aos anseios do capital em seu processo de reprodução, o outro seria destinado a atender aos anseios dos trabalhadores rurais, até então, sem-terras, mas que com o desenrolar do tempo, serve mais ao capital do que aos trabalhadores. No decorrer do texto, traremos outros pontos que nos auxiliam na compreensão do quão distintos são os territórios produzidos nos espaços rurais do Entre Ribeiros. Daí que pensamos

em analisar a constituição dos territórios “Camponeses e capitalistas no lugar Entre Ribeiros”, como resultantes das ações do capital e do Estado no município de Paracatu/MG.

À primeira vista, as paisagens humanizadas denunciavam distintos processos produtivos nesses dois territórios. Percorrendo alguns quilômetros pelas estradas que ligam o Projeto de Assentamento ao Projeto de Colonização, entrávamos e saíamos de realidades socioprodutivas completamente distintas. O que nos levou a pensar nos processos políticos que conduziram à formação dos dois territórios: os territórios ordenados para o capital e os territórios destinados aos camponeses; mas que também servem ao capital.

Em um deles, não falta crédito, nem tecnologias; ali se fabricam as condições ideais para produzir grãos, o resultado é quase sempre o mesmo: intensa transformação da natureza do Cerrado local, elevada produtividade e, conseqüentemente, na mesma proporção dos investimentos realizados, acontece a esperada remuneração dos recursos financeiros aplicados. Ocorre que nessas áreas, onde superabundam crédito e tecnologias, falta o elemento humano: o lote não é apropriado pelo colono como lugar de vida, vive na cidade; o lote é o lugar das *commodities*, é espaço territorializado pelo capital.

No outro, as carências e as dificuldades estão (são) explícitas. O difícil acesso ao crédito e às tecnologias dá a configuração do território destinado aos camponeses. O resultado também é quase o mesmo em praticamente todos os lotes: menor processo de antropização na paisagem, pequena produtividade e, em conseqüência, a insuficiência de ganhos com o trabalho na terra que os colocam na dependência do trabalho externo; justamente ali, no território vizinho, nos territórios gestados primordialmente para reproduzir capital, sob a lógica do agronegócio.

De forma inversa, onde há a presença do elemento humano, falta-lhes assistência técnica, subsídios do Estado e tecnologias. É o espaço, tornado território pela conquista da terra, que lentamente se transforma em lugar de vida para o camponês, na medida em que reúne as condições de produzir seu sustento no lote. Contudo, esse espaço, que teoricamente deveria ter

se convertido em terras produtivas após a divisão e a entrada nos lotes, aos poucos foram se constituindo, parcial e temporariamente, em estoques de mão de obra para suprir as necessidades do agronegócio vizinho.

As distintas paisagens e a realidade concreta dos processos produtivos no lugar “Entre Ribeiros” que, por um lado, nos trouxeram para dentro desse estudo, instigando-nos à pesquisa; por outro lado, tornaram-se insuficientes para que pudéssemos produzir uma compreensão satisfatória dos processos políticos que culminaram na produção de territórios tão distintos. Nesse sentido, o recurso à história foi inevitável. Não à história geral, mas aquela ligada às lutas camponesas pelo acesso à terra, aos processos de reocupação do extenso território nacional, a nossa história agrária, caracterizada por privilégios de casta, como afirmou Guimarães (1981), e, conseqüentemente, também as memórias camponesas marcadas pela exclusão.

No lugar, a apropriação das áreas de Cerrados e Campos e dos recursos disponíveis, ao longo dos três últimos séculos, por diversas atividades produtivas conduziu à formação de distintos territórios. Concomitante ao ciclo do ouro¹, iniciou-se a atividade pecuária, praticada de forma extensiva, que predominou no local até a década de 1970; já na década de 1980, a área de estudo foi reocupada pelas forças da aliança entre o capital internacional e o Estado militar, introduzindo no lugar, gaúchos, paranaenses e japoneses, que se dedicam às monoculturas de grãos. Por sua vez, na virada do milênio, estas áreas tornam a sofrer transformações, à medida que seus solos começaram a ser apropriados pela cana-de-açúcar a partir da implantação da Usina Bioenergia do Vale do Paracatu Ltda (BEVAP), cuja planta industrial se localiza no município de João Pinheiro/MG, mas que vem atuando, além dos municípios citados, nas terras do município de Brasilândia de Minas e Unai/MG. No entanto, em todas essas apropriações e

¹ Paracatu foi considerada a última grande reserva mineral descoberta na colônia, tendo ocorrido por volta de 1744. Segundo Silva (2012) a descoberta de ouro na Comarca de Paracatu estimulou os fluxos migratórios para o lugar. Conseqüentemente, para dar sustentação à atividade aurífera, as fazendas de gado se multiplicavam no entorno da área de mineração.

usos dos recursos naturais locais – terra e água-, os recursos humanos pareciam não estar incluídos. Pois, se em um passado mais distante o que excluía os agricultores era a criação de bois, nos tempos recentes foram os grãos, depois a cana...

Contudo, na virada do milênio, parte daqueles espaços tornam-se novamente metamorfoseados. Ocorre a implantação do Assentamento Santa Rosa, nas terras avaliadas pelo INCRA como improdutivas da antiga fazenda que deu nome ao Assentamento. Da conversão da referida fazenda em Assentamento, foram assentadas 65 famílias em lotes de 36,7 hectares cada. A entrada na terra, para aqueles camponeses, era a oportunidade que esperavam para se tornar produtores independentes. No entanto, a pesquisa, à medida que evoluía, nos mostrava processos inconclusos, anseios pessoais adiados e projetos de vida familiar frustrados para grande parte daquelas famílias.

Daí que se pensou em fazer a relação entre os processos históricos, de exclusão dos camponeses da terra, e os processos atuais, de inclusão incompleta, subordinada, no processo de acesso à terra. Enfim, o histórico processo de separação da família camponesa da terra de trabalho, foi se tornando o fio condutor, o elemento através do qual desenvolvemos essa pesquisa. Isso significa dizer que, se, nos primeiros momentos da história do país, o agricultor esteve desvinculado da terra, pela posse; nos dias atuais, mesmo conquistando legalmente o direito de entrar e estar na terra, de fato, parece não estar, já que, em alguns lotes a pequena extensão de terras² parece ser grande demais para abrigar apenas uma moradia e uma produção pouco mensurável.

É certo que o processo histórico, tão bem articulado entre o capital e a grande propriedade, foi apenas uma estratégia do capital, e não tem outro fim, senão o de impedir a

² No município em questão o módulo rural corresponde a 50 hectares. Considerando o módulo rural como a unidade de medida de terras suficientes para que uma família possa se reproduzir empregando o trabalho do grupo, então consideramos a extensão de terras do assentamento, de 36,7 hectares, como insuficientes ou “pequenas”.

disseminação da propriedade camponesa; almejando, mediante o controle da propriedade fundiária, apropriar-se tanto da terra, da sua renda, quanto do trabalhador que foi alienado desta.

Os vários trabalhos de campo, essenciais para as atividades de observação, descrição e comparação da paisagem, a cada vez que se realizavam, permitiam-nos levantar questionamentos acerca do processo de implantação do Assentamento. Ao mesmo tempo, procedíamos às inevitáveis análises entre o “território” capitalista, no agronegócio vizinho, já solidamente estabelecido pela aliança capital/tecnologia/Estado e o “território” camponês ainda em processo de estruturação. Víamos ali, de um lado, a propriedade familiar mutilada pelo capital e, de outro, a propriedade capitalista amparada pelo Estado, conforme observou Alves (2003).

Considerando a sua entrada incompleta na terra, levantaremos duas hipóteses, que se articulam, e que derivam da condição socioterritorial dos camponeses assentados. A primeira, é que o camponês assentado, nas condições vivenciadas no Santa Rosa, comparece com pouca terra e sujeitado aos interesses do agronegócio. Impossibilitados de extrair renda da terra na medida suficiente para o sustento da família, por diversas razões, muitos foram obrigados a se assalariar no agronegócio vizinho. Dessa forma, se o Assentamento é o resultado de um processo político que culminou na posse do lote, nem por isso garantiu as condições de se viver do trabalho familiar. A segunda é que, quando o assentado rompe com essa separação, ao reunir as condições de se manter, trabalhando por conta própria, é capturado e subordinado por empresas do ramo de laticínios vestidos de cooperativas.

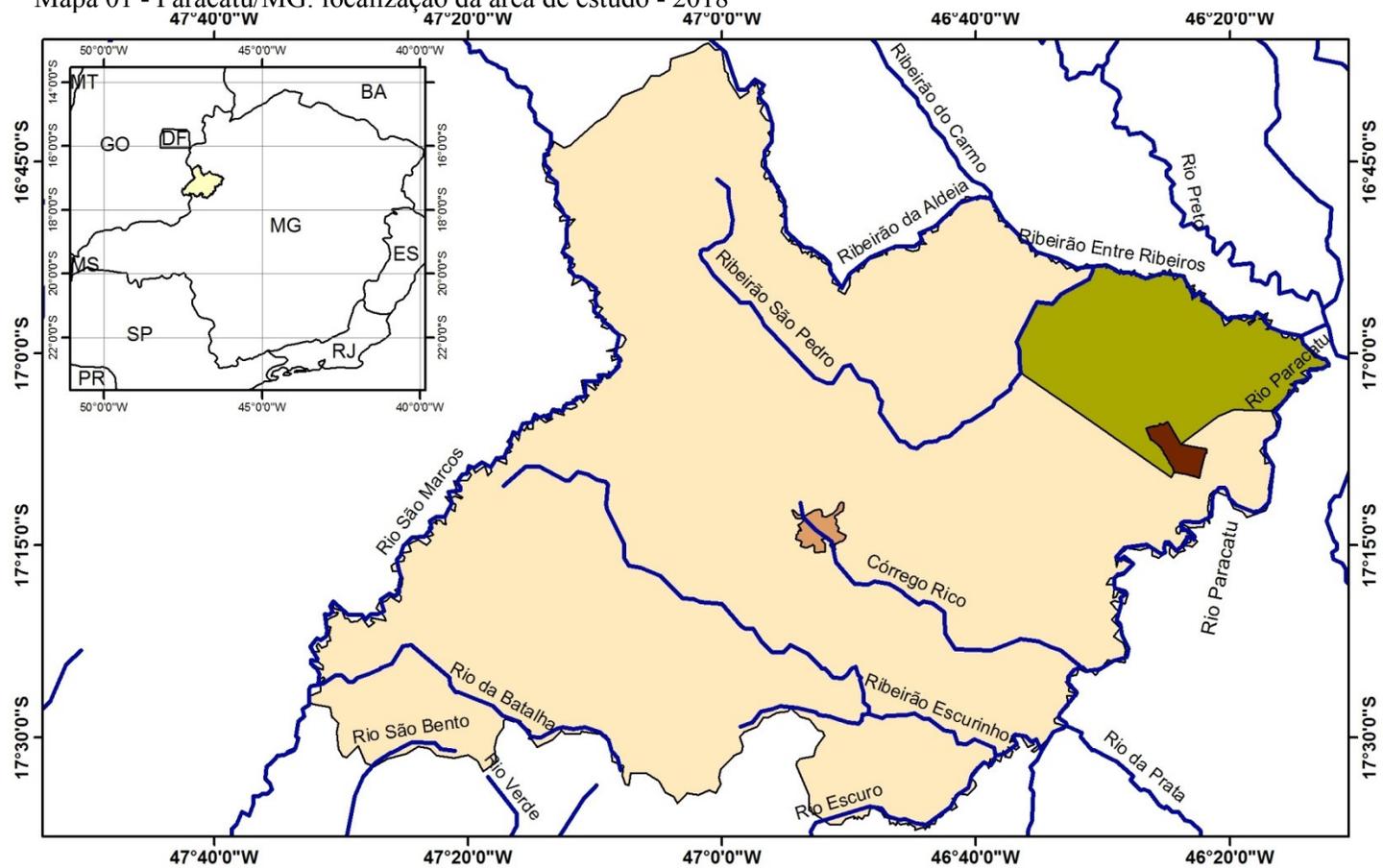
Estamos falando de parte dos assentados que se tornaram produtores de leite, que negociam com a cooperativa agropecuária local a sua produção. Cooperativa essa que, já transformada em empresa, portanto, a serviço do capital, apropria-se ao mesmo tempo da renda da terra e do trabalho camponês, e ainda mais, conseguiu transformá-lo em um consumidor da

imensa quantidade de produtos por ela fabricados e comercializados, colocando-o numa condição de dependência frente à esta.

Ao que tudo indica, a implantação do Assentamento, contraditoriamente, veio para resolver as questões ligadas às necessidades de mão de obra do agronegócio vizinho, e não para atender às necessidades daqueles camponeses postulados como os “sem-terra”. Ao implantar assentamentos sem viabilizar a produção, sem apoio financeiro e técnico, bem como na etapa da distribuição da produção; o poder público viabiliza o agronegócio ao disponibilizar mão de obra no entorno, uma necessidade do capital, que ele mesmo se recusa a produzir. O que nos alerta para o fato de que o Assentamento em estudo foi capturado pelo agronegócio para resolver aquilo que o capital não consegue obter por relações capitalistas de produção. Nessa lógica, na condição de “camponês com terra” que serve ao agronegócio, o assentado sem renda é um camponês que consegue produzir apenas parcialmente seus meios de vida e, diante disso, apresenta-se como trabalhador temporário das grandes fazendas, sem custos para os empresários do agronegócio.

A construção da tese está sendo possível mediante leituras realizadas no âmbito da Geografia Agrária (STÉDILE, 2006, 2007), (FERNANDES, 2001, 2008), (CARVALHO, 2005) dentre outros, da Sociologia, na extensa obra de Martins (1979, 1981, 1984, 1986 e 2000) e da História (COSTA, 1985), (SILVA, 2012) dentre outros, com destaque à economia camponesa, já que o nosso objetivo de estudo é o camponês assentado. Não descuidamos, portanto, de situar esse camponês na Geografia local, no município de Paracatu/MG. É que o Assentamento Santa Rosa mais parece um enclave de mão de obra em meio às terras apropriadas pelo agronegócio nas terras planas do lugar denominado Entre Ribeiros, conforme mapa 01.

Mapa 01 - Paracatu/MG: localização da área de estudo - 2018



Fontes: IBGE, SHAPE BRASIL, 2007.
 INCRA, Planos de Assentamento.
 REFERENCIAL GEODESICO:WGS, 1984.
 ORGs. COSTA, Ricardo da Silva.
 OLIVEIRA Pedro Machado de. 2018.

Org.: COSTA, R.S. OLIVEIRA. P. M. (2018).

A leitura do universo camponês ocorreu associada ao tempo e ao espaço, do mundo que o envolveu e que o envolve, isto é, suas relações com o mercado e com o capital. Nesse sentido, observamos camponeses que lutaram para permanecer em seus lugares de origem, ou, quando desterritorializados, lutaram pelo retorno à terra; portanto, na contramão das políticas públicas que eram direcionadas ao processo de modernização da agricultura nas áreas dos Cerrados e que tinham como objetivo alcançar as médias e grandes propriedades.

Assim como foi essencial a leitura do universo camponês, também foi necessária a inclusão do tema “modernização da agricultura” nos nossos debates teóricos, além da análise de suas práticas cotidianas no lugar de estudo.

Das categorias de análise da Geografia (Espaço, Região, Território, Lugar e Paisagem), recorreremos de forma mais intensa ao território e ao lugar, bem como à observação e descrição da paisagem. Quanto ao território, utilizamos desde a abordagem adotada por Raffestin, que o vincula às relações de poder, à abordagem adotada por Haesbaert (entre outros) que, além das perspectivas econômica e política, a dimensão cultural, que valoriza a ação dos elementos humanos na constituição dos mesmos.

Justificamos o uso do conceito, ao vermos concretizado no Entre Ribeiros o exercício do poder político da União, ao implantar tanto os Projetos de Colonização quanto o Projeto de Assentamento Santa Rosa; vimos o território sendo apropriado economicamente pelo capital, já que ali se exploram os recursos do lugar – terra e água; vimos, por último, territórios construídos a partir da ação política dos camponeses, nas relações estabelecidas entre os assentados, que acabam por transformar o território em lugar de vida.

O “lugar” enquanto categoria geográfica, tendo como base as leituras de Tuan (1980), ganha ênfase na medida em que as famílias camponesas, que, em um primeiro momento, lutaram para entrar na terra e, em um segundo momento, vão ter que lutar para continuar na

terra, iniciar o trabalho, a produção e estabelecer vínculos, de modo a fazer do lote a condição para realizar os seus projetos de vida. Portanto, o desafio do assentado no Santa Rosa é criar e também recriar vínculos de várias ordens, inclusive afetivos no novo lugar, pois esse camponês traz consigo uma história de vida de “algum outro lugar” no qual vivia antes de chegar ao Assentamento.

Considerando as condições dadas na implantação do Assentamento, como, por exemplo, o fato de estarem descapitalizados e, acima de tudo, encontrarem a terra nua, sem benfeitorias; a transformação do território conquistado em lugar de vida requereu de muitos daqueles assentados enormes sacrifícios, fosse na forma de sobretrabalho, fosse no endividamento³, fatores que contribuíram para os elevados índices de desistência.

Embora o Assentamento tenha sido implantado com 65 lotes, não podemos dizer que exista produção em todos eles. As idas ao campo nos revelaram, com base em diálogos com os camponeses, que ocorreram 50 desistências e, em consequência, uma sucessão de transferências⁴. Há situações em que um mesmo lote já foi transferido de titularidade mais de uma vez, e como as dificuldades para se estruturarem são as mesmas para aqueles que chegam, também não permanecem e logo o colocam novamente à disposição, para mais uma transferência.

A situação acima, de certa forma, restringiu o número de pesquisados, pois nas primeiras incursões, assim que notávamos a quase inexistência de atividades produtivas e a ausência de história de vida no lote, visto serem trabalhadores que chegam e mal conseguem se estabelecer,

³ O primeiro empréstimo tomado a partir do Pronaf, cerca de R\$10.000,00, foi empregado em atividades de infraestrutura, como por exemplo, trabalho de agrimensura para divisão dos lotes, construção de cerca, perfuração de poços. Como são atividades que não permitem retorno financeiro, logo se viram endividados e sem condições para absorver novos empréstimos, por não terem pago esse primeiro financiamento.

⁴ Como percebemos processos de aquisição de (outros) lotes por parte de assentados, de outros grupos sociais e até mesmo de colonos possuidores de lotes no Projeto de Colonização Entre Ribeiros, isto é, no agronegócio, não tivemos a possibilidade de afirmar que, no conjunto, os lotes do Assentamento sejam produtivos, e que cumprem uma função social. No caso, vimos a transformação de um latifúndio em um assentamento, cujos lotes, em parte, são também igualmente improdutivos. Não raras ocasiões, encontramos lotes em que nos pareceu não haver produção, porque abriga tão somente uma moradia em condições precárias.

não foram muitos aqueles que puderam contribuir efetivamente com informações que subsidiassem a construção da tese. Embora tenhamos visitado 16 lotes, os diálogos mais frutíferos foram estabelecidos com apenas 10 daqueles assentados. Dentre esses, encontram-se tanto camponeses que foram assentados desde o início, no ano de 1999, quanto famílias que chegaram mais tarde. Nessa diversidade de assentados e atividades, dedicam-se à produção de leite, às hortaliças, ao plantio de frutas para produção de polpa. Dialogamos com assentados assalariados no Entre Ribeiros, além do assentado que se dedica ao leite e às atividades externas, como serviços de trator a outros assentados e fazendeiros do entorno.

A situação acima descrita, que, no início da pesquisa, parecia torná-la limitada, devido ao pequeno número de pessoas que puderam contribuir, foi sendo compensada pelas inúmeras visitas, pelos longos relatos, por parte dos primeiros assentados, ao expor as dificuldades que enfrentaram e os desafios que venceram para continuar no lote. No campo concentramos nossas análises a partir da observação das práticas e relações sociais, de modo que pudéssemos esclarecer a dinâmica das permanências e desistências nos lotes.

Também foram realizadas entrevistas com colonos do Entre Ribeiros que se dispuseram para tal; com o gerente da unidade de armazenamento de grãos da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda (COOPERVAP), instalada no Entre Ribeiros, e com o diretor de negócios da cooperativa à época (fevereiro de 2015 a 2018) e que, desde abril de 2018, ocupa o cargo de Diretor/Presidente desta.

Foram essenciais as informações obtidas com habitantes antigos do lugar, por terem conhecido o Entre Ribeiros antes da implantação dos referidos projetos. O conhecimento das pessoas do lugar, que se referem ao Entre Ribeiros como um “pantanal mineiro”, foi em grande parte capturado na forma de texto, mesmo que indiretamente, ao longo da construção da tese. Ao todo, dezesseis pessoas envolvidas no processo de construção de territórios capitalistas e camponeses se dispuseram a nos fornecer precisas e preciosas informações. O conhecimento

dos habitantes sobre a realidade do Cerrado foi capturado em toda a sua essência, pois como pesquisador, partilhamos, mesmo que parcialmente, desse mesmo mundo vivido, pelas origens camponesas nas áreas de Cerrados reocupados no pós-1980.

Quanto aos Cerrados reocupados do Noroeste de Minas Gerais, onde se localiza o município estudado, percebemos que não existem somente os espaços da modernização; existem, além desses, os espaços da resistência. Esta, provavelmente, seja a marca dos espaços modernizados nas áreas de Cerrados do interior do país. Na área de estudo, no Entre Ribeiros, convivem distintas realidades socioespaciais, em que é nítida a oposição entre os territórios apropriados pelo capital e os territórios apropriados em decorrência da luta camponesa.

Atrelados à modernização, surgiram distintos territórios derivados da transformação da grande propriedade - a fazenda de criação extensiva de gado bovino - e seus enclaves - a pequena propriedade a ela subordinada, sendo eles:

1 – Os territórios já nascidos modernos, como o Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros. Nestes, a figura central é a do colono que veio do Sul para ser o agente do capital na reocupação do Cerrado; e que se transformou em capitalista/rentista;

2 – Os territórios que se modernizaram pelos estímulos do PRODECER. São os espaços do latifúndio tradicional hoje tomados pela cultura de grãos e cana; nestes territórios, estão os produtores capitalistas, que, na maioria dos casos, se utilizaram dos amplos recursos de crédito disponíveis à grande propriedade nos anos da modernização;

3 – A pequena propriedade que subsistiu à expropriação. Esta, formada por camponeses, geralmente, herdeiros, em terras cuja declividade não chamavam a atenção do grande capital por dificultar a mecanização e, por último,

4 – Os assentamentos rurais. Territórios em que há, ao mesmo tempo, a ação dos movimentos de luta pela terra e ação do governo federal ao concretizá-los.

Embora nossos esforços sejam, a princípio, dedicados aos sujeitos presentes nos itens 1 e 4, não estão excluídos os outros, dada a grande contribuição no processo de transformação das imensas áreas de Cerrados reocupados no pós-1970.

Construímos as seções tendo como pressuposto o processo histórico de separação das famílias camponesas da terra e a subordinação do trabalho pelo capital. Pensado dessa forma, a seção 1 discutirá os mecanismos utilizados pelo capital e pelo Estado para excluir do acesso à terra o trabalhador, de modo a concentrá-la nas mãos dos capitalistas. Assim, restringindo o acesso à terra à imensa massa de camponeses, o capital teria sob seu controle tanto a terra, quanto a apropriação da renda da terra e também dos resultados do trabalho do trabalhador, a quem fora vetado o direito de possuir seu quinhão.

Partimos do pressuposto de que, para que seja possível a exploração do trabalho e a apropriação da renda da terra pelo capital, torna-se necessário promover a separação entre o trabalhador e a terra. Assim foi na escravidão, em que a terra era direito reservado a poucos, ficando excluída a maioria da população da colônia e do império. A ideia de terra livre e trabalho cativo, sustentada por Martins (1981), pode ser relativizada. Livre, mas não democrática. Isto é, o acesso era possível para aqueles que representavam a possibilidade de produzir o capital (já que estamos tratando de escravidão, uma relação não capitalista de produção do capital), e com a vantagem de não ser necessário pagar por ela. Pelo fato de o acesso não ser democrático, foi sendo utilizada como instrumento de poder, ao qual poucos membros da sociedade colonial estariam habilitados a exercer. Naquele contexto, ficamos tentados a afirmar que tanto a terra quanto o trabalho eram cativos.

A Lei de Terras, de 1850, no nosso entender, foi apenas a extensão do processo anterior, já que vetava a posse da terra a quem não tivesse dinheiro para pagá-la, uma vez que havia se convertido em mercadoria. O escravo em vias de se tornar liberto não poderia comprar terras, não tinha recursos para tal fim. A terra, a riqueza proveniente dela e o poder econômico aliado

ao poder político continuavam concentrados nas mãos dos mesmos personagens, dos grandes fazendeiros.

Mas, como pensar o caso dos assentamentos de reforma agrária, em que os beneficiários já estão na terra? Quais os artifícios elaborados pelo capital que ainda os prendem à grande propriedade em seu benefício? As nossas análises, no Santa Rosa permitiram-nos compreender a questão a partir das precárias condições financeiras nas quais os assentados se encontram ao entrar no lote, associada à falta de incentivos, na forma de crédito e assistência técnica por parte dos órgãos oficiais.

Dessa forma, a seção 1 promoverá a discussão dos meios jurídicos e ações políticas cadenciadas pelo capital e pelo Estado, empregados para impedir o trabalhador do acesso à terra na modalidade da pequena propriedade, por outro lado, garantir legalmente os meios de concedê-la a outros, assegurando a estes vastas porções do território.

Nesse sentido, entendemos que, nos cinco séculos de ocupação do extenso território nacional, houve o predomínio incontestado da grande propriedade sobre a pequena, fato que subordinou, sujeitou e oprimiu a consolidação da agricultura camponesa. Contudo, nas últimas cinco décadas, o elemento que continua a impedir o acesso à terra é a falta de entendimento entre os setores que defendem a reforma agrária, que Martins (2000) denomina como os “grupos mediadores”, e o Estado.

O estudo das obras de Martins (1979), (1981), (1984), (1986) e (2000) será incluído na tese como referência para analisarmos os desencontros e/ou desentendimentos entre os segmentos da sociedade – que defendem a reforma agrária, Igreja, Movimentos Sociais e setores da classe média – e o Estado, que, geralmente, é representado ou mesmo controlado por grupos políticos ligados ao capital e à grande propriedade. Desencontros que conduziram a uma não-reforma agrária, mas uma reforma tecnológica que, para muitos autores, é a continuidade dos processos de exclusão que fazem parte da nossa história agrária.

Mesmo peso é dado à contribuição de autores como Fernandes e Stédile, principais defensores da luta dos trabalhadores rurais sem-terra, que afirmam, insistentemente, que até mesmo os assentamentos implantados só o são porque resultam das pressões exercidas pelos movimentos sociais; enfim, que não há uma reforma agrária expressiva e que esta não seja projeto do governo, só entra na pauta política mediante pressão popular.

Diante da(s) controvérsia(s), a discussão prossegue em torno da ideia de uma “solução incompleta”, que é caracterizada pela política de assentamentos, na qual a ação principal do governo é a redistribuição de terras, porém desacompanhada de programas assistenciais e de crédito, que mantêm os assentados nas mesmas dificuldades que se encontravam antes de entrar na terra; e que, sem as saídas possíveis, esses trabalhadores são forçados a se apresentar impositivamente como mão de obra para o agronegócio vizinho.

Na seção 2, discutimos a reforma tecnológica como solução do Estado militar pós-1964 aos problemas da baixa produtividade da agricultura, do atraso técnico e da concentração fundiária, assuntos que estiveram no centro dos debates sobre a questão da terra e do desenvolvimento econômico do Brasil ao fim dos anos de 1940 até o início dos anos 1960.

No entanto, o Estado, representado e comprometido com os interesses das elites, com os agentes públicos a seu serviço, interpretou o problema da agricultura unicamente pelo foco da utilização de técnicas tradicionais, que dessa forma, justificavam a baixa produtividade. Assim, distribuir terras não faria parte da solução. Entendida a questão desta forma, o próprio Estado nacional, estimulado por interesses externos, idealizou, financiou e implementou o processo de modernização, enquanto fazia vistas grossas às demandas do campesinato e ao histórico processo de concentração da propriedade.

Para Martins (1986), o Estado militar, mesmo criando o instrumento legal – Estatuto da Terra - para promover a sua democratização, tornou-o letra morta, ao priorizar a colonização

empresarial nas fronteiras Amazônicas e patrocinar a modernização da agricultura nos Cerrados.

No caso dos Cerrados, como dizem os estudiosos do assunto, dentre eles, Guimarães (1981), Miranda Neto (1982), Delgado (1985), Fernandes (2001) e Carvalho⁵, H. M (2005), os nossos dirigentes políticos se viam diante de duas opções possíveis: a reforma agrária e a reforma tecnológica. Entre promover uma reforma agrária que alterasse profundamente a estrutura fundiária brasileira e promover a modernização, optaram pela última, a menos ameaçadora das duas. Assim, a opção pela modernização em detrimento da reforma, reforça a hipótese proposta, de separação do homem trabalhador da terra de trabalho, e a captura dos dois pelo capital.

Porém, nota-se que todos os esforços do Estado nacional no sentido de beneficiar a grande propriedade, não excluiu do meio rural as relações e os processos tradicionais de produção camponesa. Obviamente, não era interessante ao capital eliminar as estruturas tradicionais, pois o capital se nutre delas ao ter acesso à mão de obra encontrada, sem custos para reproduzi-las, nas propriedades camponesas. Como já havia observado Kautsky (1980, p.197), ao escrever que o movimento da agricultura é diverso do movimento do capital industrial ou comercial, pois, na agricultura, a tendência à concentração das explorações não acarreta necessariamente o desaparecimento total da pequena propriedade.

Para tanto, busca-se para a seção o entendimento de que a própria modernização, que produziu exclusão, produziu também resistências e ainda se tornou combustível para o florescimento dos movimentos sociais de luta pela terra. A questão que se coloca é que,

⁵ Com a finalidade de identificar mais facilmente o autor citado, optamos por adicionar as iniciais do nome do autor na chamada da citação no texto, quando mais de um deles utilizam o mesmo nome. No decorrer da tese, vimos isso ocorrer com CARVALHO, H. M. (2005), CARVALHO, G. R. (2010); COSTA, E. V. (1985), COSTA, R. S. (2017); OLIVEIRA, A. U. (1994, 1996, 2006), OLIVEIRA, P. M. (2004, 2017), SANTOS, M. (2000), SANTOS, R. J. (2008); SILVA, J. GOMES (1989), SILVA, J. GRAZIANO (1981); SILVA, P. S. M. (2012); SOUZA, A. G. (2012), SOUZA, M. J. L (2001, 2009), SOUZA, M. M. O (2012).

enquanto o Estado promovia o processo modernizante, na contramão da história, camponeses preteridos pela modernização, promoveram a sua autoinserção econômico-produtiva, não como produtores de grãos, mas como criadores de gado e produtores de leite nas pequenas propriedades familiares, de forma a viverem do trabalho empregado na propriedade familiar.

No entanto, para outros, aqueles alcançados e cercados pela expropriação e proletarização, o camponês que se tornou um sem-terra, o caminho foi a luta que os conduziu novamente à terra, fazendo surgir nos espaços rurais do município de Paracatu-MG, os assentamentos rurais; de forma que, além dos territórios do capital dominantes nas paisagens, também se encontram os territórios campesinos.

Para a seção 3, a discussão é promovida no sentido de se chegar ao entendimento de que mesmo tendo retornado à terra, as condições de existência no lote ainda são precárias, o que nos habilita a analisar a entrada na terra como uma questão “de direito” e uma questão “de fato”. Enfim, entraram na terra, garantiram o “direito”, a conquista, o acesso, mas encontraram infinitas dificuldades para permanecerem. Isto é, apropriaram-se da terra, mas não conquistaram em definitivo as condições de viverem dos resultados de seu trabalho no lote, pois muitos sobrevivem como assalariados no agronegócio vizinho. De “fato”, muitos daqueles agricultores ainda lutam para se estabelecer como assentados, como camponeses. A garantia da posse não assegurou a possibilidade de obtenção de renda. Isso indica que, embora sejam juridicamente livres, não o são economicamente. É uma relação análoga à que Martins (1981, p.64) fez entre o escravo e o colono do café. A sua condição de “livre” não o desobrigava de trabalhar nas terras do fazendeiro, com a ilusão de que trabalhava para si mesmo como cultivador de alimentos. No Entre Ribeiros, o que acontece com Assentado do Santa Rosa, que, na condição de proprietário, não está livre da necessidade de trabalhar para o fazendeiro vizinho. Naquela condição de ter que trabalhar em dois lugares, cultiva o projeto de um dia poder trabalhar para si.

As situações de subordinação do trabalho e da renda da terra serão descritas e analisadas na perspectiva de esclarecer as desistências dos assentados do Santa Rosa. Além disso, consideramos a falta de crédito, as tentativas frustradas de cultivos. Como são camponeses que estão na terra, o mecanismo que impede sua inclusão é perverso, pois, além da falta de crédito e assistência técnica, o agronegócio captura parte do seu tempo de trabalho, gerando experiências negativas, e incertezas quanto ao permanecer no lote. O desejo de entrar na terra, para poder tirar dela o seu sustento e realizar os projetos familiares, tendo como referência o seu modo de vida, nos faz lembrar novamente da obra de Martins (1981, p. 125) sobre o colono do café em São Paulo, “Transformar-se num pequeno agricultor deveria ser uma ambição para o imigrante, mas não uma realidade fácil”.

Porém há, no Assentamento, aqueles que permanecem. Nesse sentido, a análise das práticas sociais de produção permitiu esclarecer as razões pelas quais apenas uma pequena parte dos assentados se manteve na terra. O objetivo é, portanto, explicitar as experiências animadoras que deram a estes camponeses a condição de permanecer. Um emaranhado de condicionantes, pois, como vimos, não basta a terra, é necessário ter políticas públicas de crédito, dispor de saberes acumulados, aplicar trabalho familiar, produzir no lote, para finalmente garantir a permanência.

Assim, consideramos que há um processo que se inicia na luta para entrar na terra e se converte em luta para continuar na terra, com fins de possibilitar o reenraizamento, a reterritorialização. Nessa seção, discutiremos a constituição dos territórios camponeses, que se constituem na órbita dos territórios do agronegócio.

Na seção 4, consideramos o pressuposto de que a permanência na terra, atrelada à produção de leite, para parte daqueles assentados, permitiu a elaboração de estratégias produtivas que indicam a ruptura com processo histórico de separação do camponês com a terra de trabalho. No entanto, vencida a etapa da entrada na terra, aparecem outros desafios,

imposições, como, por exemplo, a sua subordinação ao mercado, tendo que existir frente às tensas relações entre esses camponeses que se dedicam à produção de leite e a cooperativa que os faz, ao mesmo tempo, fornecedores de leite e consumidores de uma infinidade de mercadorias.

Na família camponesa, produzir para o mercado tem o significado de subordinação e seletividade. O leite, sendo analisado sob diferentes perspectivas, possibilitou-nos esclarecer situações em que sua prática levou a processos de desterritorialização, como defendido por Faria (2011), que estudou os produtores de leite no município de Ibiá/MG, onde as exigências técnicas e produtivas implantadas pela Nestlé excluíram os pequenos produtores da cadeia produtiva, levando-os a venderem ou alugarem suas terras para a atividade canavieira que se instalou no lugar.

Ainda sobre a produção leiteira, utilizamos a obra de Oliveira, P. M (2004), que foi essencial no esclarecimento das transformações dos camponeses negros no município de Vazante/MG. Nela, aborda-se a trajetória dos camponeses de produtores de alimentos até a década de 1970. Com a instalação da Nestlé, converteram-se em produtores de leite a partir da década de 1980, permanecendo na propriedade.

Consideramos, como referência, o enfoque dado por Nogueira (2012), que atribuiu à atividade leiteira, a possibilidade de promover processos de reterritorialização e recampesinização, no município de Paracatu/MG. Nesse trabalho, desenvolvido no âmbito do município, envolvendo inclusive dois produtores de leite do Assentamento Santa Rosa, a autora defende que, no balanço entre o uso de elementos endógenos e exógenos, quanto mais recursos forem produzidos internamente, portanto, fugindo da rota de dependência do mercado, mais possibilidade terá o produtor de obter sucesso no seu empreendimento.

Em outros termos, o trabalho familiar organizado para obter renda com a produção de leite pode estar possibilitando processos de reterritorialização camponesa. Contudo, isso não os livra dos mecanismos de subordinação da renda da terra e do trabalho familiar ao mercado.

A seção foi desenvolvida considerando que as empresas do setor de laticínios desenvolvem mecanismos que escamoteiam as imposições e as apresentam como oportunidades para os camponeses realizarem seus projetos de vida. Nesse processo, estabelecem os mecanismos e as amarras que os convertem em consumidores de diversas mercadorias. Assim, o comprometimento de sua autonomia já está anunciado.

Contudo, é nas estratégias envolvendo a atividade leiteira que se torna possível a permanência dos assentados nos lotes do Assentamento Santa Rosa. Diríamos que, encurralados pelo capital, sendo levados a se oferecer como trabalhadores temporários no agronegócio vizinho, ou mesmo como produtores de leite, essas famílias que lutam para se manter camponesas se envolvem nos mais diversos entraves para poderem permanecer na terra.

1 – Debatendo a questão agrária a partir do Assentamento Santa Rosa.

Nas visitas ao lugar denominado Entre Ribeiros, no extremo nordeste do município de Paracatu-MG, onde se localizam as propriedades do agronegócio, criadas pelo Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros e o Assentamento Santa Rosa, implantado pelo INCRA, notávamos a constituição dos distintos territórios a partir dos visíveis contrastes em suas paisagens.

Víamos vastas extensões de terras, já não mais improdutivas como o latifúndio que lhes dera origem; mas agora com produtividade ímpar, devido aos investimentos de capital nos modernos sistemas de irrigação e trato das lavouras de acordo com a agricultura convencional. Ali a paisagem transformada é homogênea, porque é dominada pela monocultura, ora de soja, ora de milho, ora de feijão, ora de cana, dentre outras. Víamos, por outro lado, nas terras desapropriadas da antiga Fazenda Santa Rosa, com mais de três mil hectares, incluindo reserva florestal, o assentamento que leva o mesmo nome. Ali presenciávamos uma natureza bastante preservada, um modo de vida mais pacato e a produtividade da terra ainda inexpressiva, deixando a desejar.

Do ponto de vista da produtividade, os números obtidos com os plantios irrigados, no Projeto Entre Ribeiros, convencem a muitos de que a modernização da agricultura ocorrida no lugar foi a saída mais apropriada no processo de reocupação do Cerrado. Também, do ponto de vista da produtividade, o Assentamento Santa Rosa convence a muitos de que, da forma como são implantados, parece não ser a saída mais adequada.

Além disso, víamos, nos espaços ocupados pelo agronegócio, no Entre Ribeiros, a terra sendo apropriada pelo capital, e junto com ela, a mão de obra disponível no entorno. Em

contrapartida, no assentamento Santa Rosa, vimos que os lotes destinados ao trabalho da família camponesa, convertiam-se, parcialmente, em reservatórios de trabalhadores braçais.

Portanto, a contraditória condição do camponês assentado, que se tornara dono da terra, mas que se mantinha assalariado, acabou se tornando para nós a principal questão a ser analisada e compreendida. A ideia central é de que a sua entrada na terra teria sido um processo inconcluso, incompleto, sem resultados satisfatórios, seja do ponto de vista da produtividade, seja do ponto de vista do desejo pessoal do assentado de permanecer no lote conquistado, alternativa que, para muitos, não se mostrou possível. Daí, pontuamos que, embora esteja na terra, o assentado se manteve apartado das possibilidades de existir empregando seu trabalho no lote da reforma agrária. Sua vida pessoal e familiar se processa trabalhando não para si mesmo, mas servindo ao capital, no agronegócio vizinho.

E aí se inicia a delicada tarefa de compreender como os dois territórios, ambos resultantes da ação do Estado no município de Paracatu-MG, vieram a se constituir em territórios marcados por traços contrastantes. Contrastes que, a princípio, pareciam ser apenas nas paisagens e nos índices de produtividade, mas foram se revelando maiores do que aquilo que a descrição da paisagem podia revelar, que a simples passagem pelo lugar nos permitia capturar.

Aquelas duas porções do espaço, entendidas por nós como territórios, pois fruto da ação política e apropriadas por sujeitos distintos – assentados e colonos, ou no processo de fixação, camponeses e capitalistas – não podiam ser compreendidas tão somente pela análise de suas paisagens; pois traziam nas entrelinhas processos políticos, processos históricos, também processos socioeconômicos e culturais. No fundo, aquelas paisagens refletiam, de maneira bastante intensa, os desencontros que se perpetuam na lógica excludente do acesso à terra no Brasil. Só podiam ser compreendidos mediante análise da tão conturbada, e não menos injusta, história agrária brasileira.

Nesta seção 1, o objetivo é analisar, em um primeiro momento, os processos históricos que, nos cinco séculos de reocupação do território nacional, foram marcados por privilégios concedidos aos grandes proprietários, e que, ao mesmo tempo, impedia a disseminação da propriedade entre as famílias camponesas.

Objetiva também compreender, em um segundo momento, as razões pelas quais ainda não se promoveu uma reforma agrária de fato, nem se alterou a estrutura fundiária, que permanece concentrada e que coloca em lados opostos o agronegócio subsidiado pelo Estado e a propriedade camponesa subordinada ao capital.

Para Martins (2000), a questão pode ser compreendida em torno do termo “desencontros”. Para o autor, são os desencontros e os desentendimentos entre os grupos favoráveis à reforma agrária, denominados por ele de “grupos mediadores” de um lado e de outro, o Estado, que fazem com que a política agrária tenha se mostrado ineficiente, na medida em que, basicamente, se resume à implantação de assentamentos.

Nesses termos, a análise da condição dos Assentados do Santa Rosa, iniciada com as atividades de observação e interpretação das paisagens produzidas no lugar, logo nos conduziu para a investigação dos processos políticos, históricos e sociais. Não somente isso, as paisagens presentes nos territórios criados e recriados no Entre Ribeiros, revelavam também a força do capital e da técnica; revelam, nas entrelinhas, a intensidade dos processos políticos que criam espaços da concentração ao mesmo tempo em que criam espaços da exclusão. Portanto, convém salientar que foi a através da observação das distintas paisagens que tivemos aguçada a nossa curiosidade, o que acabou nos conduzindo a decifrar os conteúdos das paisagens nos caminhos da pesquisa.

As fotografias, de 1 a 6, a seguir, nos revelam que, nos dois territórios, os diferentes métodos produtivos tanto produzem paisagens distintas quanto são responsáveis pelos distintos resultados relativos à produtividade.

Fotografia 01 – Cana de sequeiro no território do Assentamento



Fonte: OLIVEIRA, P. M (2017)

Fotografia 02 – Cana irrigada no território dos colonos



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2017)

Fotografia 03 – Pastagem no Assentamento



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2016)

Fotografia 04 – Campo irrigado de tifton para produção de feno no território dos colonos



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2018)

Fotografia 05 – Plantação de banana no território camponês



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2017)

Fotografia 06 – Colheita da soja no território dos colonos do Entre Riberios



Fonte: OLIVEIRA, P. M (2018)

No entanto, já notávamos pelas imagens, a relação estabelecida entre os diferentes sujeitos sociais e a terra na área de estudo. Nas propriedades do agronegócio, utilizada ao mesmo tempo como meio de produção e de reprodução do capital, a terra tornada produtiva não produz alimentos, mas *commodities*, que, contrariando o caminho natural de seguir até a mesa do consumidor, no campo ou na cidade, são conduzidas aos portos para alcançar mercados que garantem melhor remuneração ao capital investido. No Entre Ribeiros, como regra, a propriedade capitalista não é o lugar de trabalho do seu proprietário, são outros sujeitos que trabalham nela: a propriedade da terra, juntamente com os investimentos de capital, é a condição para se apropriar do trabalho dos camponeses vizinhos.

Por outro lado, a terra designada para ser terra de trabalho, ainda não tinha se convertido, de fato, em terra de trabalho. É que, no assentamento, apesar da terra, muitos dos assentados não conseguiram (e ainda não conseguem) extrair o sustento da família. Víamos, em duplicidade, os casos em que a terra não é trabalhada por seus proprietários.

No primeiro caso, o capital se apropriando, ao mesmo tempo, da terra e do trabalho, buscando reproduzir-se ao se dedicar à produção de exportáveis. No segundo caso, o capital havia usurpado a capacidade do assentado de produzir o seu sustento. Pois, desprovido dos recursos necessários a tocar o empreendimento, não sobrara outra opção senão a do assalariamento. Do ponto de vista do capital, o Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, para o qual não faltaram recursos, tornou-se *lócus* de sua reprodução; já o assentamento, por sua vez, cumpre ainda, e muito bem, a função de manter as reservas de braços, disponíveis a qualquer momento, para atender às suas necessidades.

Era necessário compreender, a partir daquelas distintas paisagens, as complexas relações entre o Estado, o capital, a terra e o trabalho. Assim, a análise das paisagens, indicativa que fosse, já não era mais suficiente. Era urgente revisitar a literatura que trata do acesso (e da exclusão) à terra. Antes de tudo, era preciso se enveredar na compreensão de uma questão

agrária, que historicamente, no nosso país, tem se caracterizado por privilégios e, ao mesmo tempo, pela exclusão. O que a paisagem atual nos revela não pôde ser compreendido sem o recurso à história.

Analisando a situação de dependência dos camponeses assentados em relação ao agronegócio, pela impossibilidade financeira de trabalhar a própria terra, a nossa investigação nos conduzia ao pensamento de que a propriedade fundiária, como instrumento de dominação econômica e poder político, manifestava-se, ali, numa nova versão, com elementos novos, mas trazendo consigo antigas práticas. Assim, o nosso interesse em trazer à tona a discussão de como dificultar o acesso à terra aos que nela trabalham (e como conceder poder mediante a posse da terra a um grupo limitado de privilegiados) tornou-se reinante.

Começávamos a desvendar o fio da meada, à medida que compreendíamos que a explicação não estava no visível (nem na paisagem e nem na produtividade), mas, nas entrelinhas, no invisível, no passado, no processo histórico, na concentração fundiária, nas ações do capital e do Estado: que a propriedade da terra esteve sempre concentrada, que o acesso à terra pode ser entendido como um privilégio de classe e, mais ainda, que a posse da terra sempre representou controle político por parte dos seus detentores.

Mas interessou-nos, mais do que a história da dominação, a história dos dominados, daqueles que viveram (no passado) às margens da grande propriedade, e daqueles que vivem (atualmente) às margens do agronegócio, no caso da pequena propriedade e dos assentamentos, especificamente do Assentamento Santa Rosa. Interessou-nos, portanto, a análise da condição socioeconômica dupla que recai sobre o sujeito social, o camponês assentado, que agora tem a própria terra, que deveria ser a sua terra de trabalho, mas se vê obrigado a trabalhar na terra do outro.

Mesmo dedicando parte de nossos esforços à compreensão da modernização do território e da territorialização do capital pela ação do Estado, tornando o agronegócio

dominante na área de estudo, como faremos na seção 2, nem por isso, o estudo dos territórios do capital tornou-se mais relevante na nossa análise. Uma opção, como fez Martins (1979, p.20), que assumiu abertamente, em seus extensos estudos sobre a questão agrária e os conflitos na área de fronteira, escolher o lado da vítima⁶, por ser o ângulo mais rico (e moralmente mais justo) para compreender de modo mais abrangente os complexos processos sociais.

E será com base na obra do autor citado, que se procederá boa parte da discussão nesta seção 1, sobre os caminhos que tomaram os debates sobre a reforma agrária, os desencontros e os impasses envolvendo distintos grupos políticos, grandes proprietários de terra, Estado, intelectuais, movimentos sociais e, os principais interessados quanto ao tema “terra de trabalho”, os trabalhadores rurais assentados, ou mesmo aqueles que ainda se encontram na luta pela terra.

1.1 – A terra como instrumento de dominação política e de reprodução do capital

Percebíamos que, mesmo após a conquista do lote, mesmo estando na nova condição social de “assentados”, de certa forma, aqueles camponeses do Santa Rosa ainda estavam separados da terra. Muitos não conseguiam tirar dela o seu sustento, e se o faziam (e ainda fazem), era de forma complementar. Muitos têm a complexa tarefa de conciliar o trabalho externo e o trabalho na propriedade.

A realidade atual (2018) dos assentados do Santa Rosa, com dupla jornada de trabalho, remete-nos à obra de Martins (1981). Nesta, o autor observou que, no regime de colonato na zona cafeeira paulista, o proprietário capitalista extraía do trabalhador a sua cota de trabalho

⁶ Refere-se aos posseiros, que de regra eram expulsos de suas terras pelas grandes propriedades capitalistas na Amazônia, geralmente, subsidiadas pelo Estado.

excedente para somente depois permitir que trabalhasse por conta própria, produzindo gêneros alimentícios para seu sustento enquanto formava o cafezal.

Enquanto que, regularmente, supõe-se que a atividade inicial do trabalhador corresponde ao tempo de trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador e o restante ao tempo de trabalho excedente, a ser apropriado pelo capitalista, na fazenda ocorria o inverso. O fazendeiro extraia primeiramente o tempo de trabalho excedente, definindo a prioridade do cafezal como objeto de trabalho do colono. Somente depois da extração do trabalho excedente é que cabia ao colono dedicar-se ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, sob a aparência de que trabalhava para si mesmo. Ainda assim estava trabalhando para o fazendeiro, garantindo as condições de sua reprodução como produtor de trabalho excedente. (MARTINS, 1979, p.86).

No Santa Rosa, contraditoriamente (pois já é proprietário), e em primeiro lugar, o assentado se coloca como trabalhador no agronegócio e só depois dedica seu tempo para complementar o seu sustento no lote de que é dono. Insistimos nas semelhanças/contradições porque, se no período pós-escravidão o colono que quisesse trabalhar para si próprio, antes, teria que trabalhar como empregado até conseguir recursos suficientes para se tornar proprietário. No assentamento Santa Rosa, para trabalhar para si próprio, embora já tenha a posse, o assentado também tem que se submeter ao agronegócio, vendendo seu trabalho como assalariado nas propriedades dos colonos capitalistas.

A diferença é que, enquanto o colono fazia suas roças na grande propriedade capitalista, até que pudesse comprar sua parcela de terras; no assentamento, o trabalhador não está formalmente alienado da terra, mas, por não possuir os recursos necessários para iniciar a produção no lote, dada a sua precária condição financeira, ele se vê impedido de se dedicar à propriedade, pois não reúne as condições socioprodutivas para viver da renda e do trabalho no lote.

Víamos, com isso, que dessa maneira, no caso dos assentados do Santa Rosa, o capital ainda consegue separar o homem da terra de trabalho, buscando apropriar-se tanto de uma quanto de outro. Observa-se que esse é o objetivo do capital no processo de reprodução: manter

em separado o trabalhador dos meios de produção; no caso, o homem separado da terra. O fim de tudo isso é o controle e a exploração, por parte do capital, tanto da terra quanto do trabalho. Víamos que o assentamento, com tantos desafios impostos, como falta de infraestrutura e baixa produtividade é o instrumento que permite ao homem não se desprender da terra, o assentado continua ali, mesmo que em condições adversas e, desta forma, o assentamento, no conjunto, cumpre um determinado objetivo, uma finalidade específica, assumir a sua própria reprodução como trabalhador que comparece nas grandes lavouras do agronegócio sem custos para o capital

Nada novo, portanto, já que a nossa história agrária é caracterizada por esse traço sombrio. Como já havia observado Martins (1981, p.141), “O capital e o capitalismo não podem crescer sem que existam trabalhadores dispostos a trabalhar para um patrão”. Portanto, para que isso ocorra, é necessário que os trabalhadores tenham como única propriedade a sua força de trabalho, para que possam vendê-la à empresa. Se o trabalhador fosse proprietário dos instrumentos de trabalho, não precisaria assalariar-se, trabalhar para outra pessoa.

A política de implantação de assentamentos, a nosso ver, não promove a reversão de um processo histórico que privilegiou a grande propriedade, agora, em favor da pequena produção; representa, portanto, a resposta inconclusa de um Estado (quase) inerte ante às pressões exercidas por trabalhadores, movimentos sociais e igrejas. A aliança capital/Estado permite até que ocorram desapropriações, assentamentos, mas sem alterar a estrutura fundiária, e mais, sem romper com a tradição oligárquica que pode até distribuir terra, dentro de certos limites e através de uma estratégia que pulverize os seus efeitos, e, nesse sentido, têm baixado decretos de desapropriações. O que não se quer é distribuir o poder (MARTINS, 1986, p.17).

Na contramão da história, pois, enquanto certos países enxergam na propriedade da terra a oportunidade de incluir os cidadãos do campo, tornando-os consumidores de produtos industrializados e, automaticamente, promover o fortalecimento de um mercado interno, como fizeram os EUA com a sua Lei de Terras (Homestead Act), além de casos como Japão e Itália,

que promoveram reformas agrárias capitalistas; no Brasil optou-se por acumular capital pela concentração da propriedade, em outros termos, optou-se por fazer o casamento da Dona Propriedade com o Senhor Capital, como afirmou Martins (1986, p.29).

Aqui, a concentração da propriedade, como observou Prado Jr (1981, p. 43), teve um duplo efeito: primeiro, o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos, isto é, terras em grande quantidade; e em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão de obra indispensável de que necessita. Controlar a terra foi, e continua sendo, o meio de controlar também a força de trabalho do camponês.

Stédile e Fernandes (2005) mostram que a reforma agrária, ao contrário do que muitos ainda podem pensar, é um mecanismo próprio do capitalismo; pois, ao incluir os pequenos produtores, potencializa a criação de renda. Referem-se ao que poderia ser caracterizado como aquela reforma agrária do tipo clássico, que foi feita pelas burguesias industriais no final do século XIX e até depois da segunda guerra mundial.

É a reforma agrária clássica, capitalista. Seu objetivo era democratizar a propriedade da terra, distribuindo a terra para os camponeses e os transformando em pequenos produtores autônomos. Com isso se gera um enorme mercado interno, tanto no sentido de produzir mercadorias agrícolas para o mercado e ao mesmo tempo um enorme mercado consumidor por parte dos camponeses, que agora com renda monetária compram bens de origem industrial (STÉDILE; FERNANDES 2005, p. 157).

Quanto ao assunto, Martins (2000, p, 43) nos alerta que, enquanto em outros países o estabelecimento de restrições à propriedade fundiária (no sentido de se evitar a concentração) aplainou o terreno ao desenvolvimento capitalista, no Brasil, ocorreu o contrário. Aqui, o próprio capital se tornou proprietário de terra e incluiu na sua reprodução ampliada a irracionalidade da renda fundiária. Ou seja, enquanto em outras nações a terra é apropriada como recurso para promover o bem comum, é incluída no projeto de desenvolvimento da nação, no Brasil, a terra é apropriada como privilégios de classe.

Aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar. Antes disso, em muitas regiões do Brasil, grandes proprietários de terra haviam se tornado empresários capitalistas, tanto na região canavieira do Nordeste quanto na região cafeeira do Sudeste. Por outro lado, já na ditadura militar, com a política de incentivos fiscais, o capital personificado pelo capitalista foi compensado das irracionalidades da propriedade da terra como titular da renda fundiária. Essas situações, que são as do nosso país, são aquelas em que o capital personificado não se libertou da propriedade da terra, como aconteceu em outros, na extensão necessária a que a contradição entre capital e terra se manifestasse à consciência das diferentes classes sociais como oposição de interesses e irracionalidade que bloqueia o desenvolvimento econômico e social (MARTINS, 2000, p.90).

É a democratização da terra como mecanismo de expansão do mercado interno para favorecimento do capital industrial. Contudo, no nosso país, ocorreu exatamente o inverso: a Lei de Terras criou barreiras legais de modo que um princípio básico do antigo regime sesmarial continuasse vigendo: a livre ocupação da terra por aqueles que dela necessitassem.

Para Martins (2000), isso ocorreu porque a burguesia brasileira da época era incipiente e não tinha alternativas econômicas claras para a agricultura de exportação. Situação, portanto, diferente da situação americana: lá, a burguesia do Norte industrializado teve condições de aprovar a Lei de Colonização, que abriu para a agricultura familiar as terras do Oeste para livre ocupação, fechando o acesso a elas aos senhores de escravos do Sul. Essa era a alternativa que não tínhamos e a burguesia que também não tínhamos. Nossa burguesia era, fundamentalmente, agrário-comercial e, portanto, dependente do monopólio de classe sobre a terra, já que não era mais possível tê-lo sobre o trabalho.

Esse mercado pode crescer com o crescimento da população economicamente ativa, que receba salários e possa comprar. Se as condições de vida dos trabalhadores em geral e dos pequenos agricultores são ruins, é necessário que elas melhorem para que eles ampliem sua entrada no mercado com seu trabalho ou com seus produtos. Se eles entram no mercado de produtos ou no mercado de força de trabalho de modo restrito, reduzem as possibilidades de reprodução ampliada do capital em seu conjunto. Por isso, em princípio, a modernização das relações de trabalho e a melhora das condições de vida dos trabalhadores interessa, em primeiro lugar, ao próprio capitalista (MARTINS, 2000, p. 91).

O autor sustenta que, já por volta da década de 1950, começou a ficar evidente que o sistema econômico, em seu conjunto, não estava em condições de assimilar os excedentes

populacionais criados pela Lei de Terras. É o momento em que se começa a falar em reforma agrária. Supostamente, num capitalismo moderno, que não era o nosso, a reforma deveria ser uma reforma no direito derivado da Lei de Terras⁷, que criara mecanismos de gestão de excedentes populacionais artificiais em benefício da grande agricultura e dos grandes proprietários. As próprias elites, se lúcidas fossem, deveriam ter tomado a iniciativa de propor essa reforma no direito e suprimir os obstáculos, que, por mais de um século, impediram que os trabalhadores rurais tivessem acesso direto e livre à posse da terra.

Por outro lado, e em sintonia com o pensamento de Stédile e Fernandes (2005), já citados, Martins (2000) deixa claro que, em vez de ser uma prática política típica do comunismo, como temia a Igreja Católica até meados do século passado (século XX) o que justificava a sua forte atuação de defensora da propriedade privada; é uma prática própria e mais condizente com o avanço do capitalismo, no sentido de incluir uma diversidade de sujeitos e torná-los produtivos, isto é, fortalecer o mercado interno com a inserção, ao mesmo tempo, de produtos e de força de trabalho.

Quem imagina que a reforma agrária num país capitalista é o vestíbulo da revolução socialista, como ocorre no âmbito do MST e CPT, deve ter em conta as reformas agrárias feitas no último meio século em diferentes países capitalistas: elas se tornaram de fato o instrumento de prevenção das transformações políticas radicais e o meio de incorporação ao capitalismo de populações marginalizadas ou em via de extinção enquanto categoria social. Minha experiência de longos anos de trabalho e relacionamento com os trabalhadores rurais de diferentes regiões, situações e condições de vida mostram-me claramente que eles querem uma entrada plena nos benefícios da sociedade capitalista e ao mesmo tempo, contraditoriamente, querem-no para preservar valores comunitários que o capitalismo tende a destruir (MARTINS, 2000, p. 140).

Isso tudo representa o poder do atraso no Brasil, pois “No meu modo de ver, o nosso capitalismo predatório e antissocial, irresponsável e despreocupado em relação aos enormes

⁷ Ver no subitem 4.3, nesta seção. Para Martins (2000), com a Lei de Terras, o Estado monárquico transferiu aos proprietários particulares posse e domínio. Dessa forma, tornaram-se senhores absolutos das propriedades fundiárias, tornando-se um dos principais elementos que dificultam a reforma agrária.

problemas sociais que cria, é fruto direto dessa anomalia histórica⁸ (MARTINS, 2000, p.43). Ainda segundo Martins, a pobreza gerada pela concentração de terras atua como freio/empecilho ao desenvolvimento do capital e, por extensão, ao desenvolvimento da sociedade, ao deixar de incluir milhões de trabalhadores que conseguiriam se inserir no mercado, seja como trabalhadores, seja como produtores de alimentos.

No entanto, desvios significativos podem ocorrer nessa possibilidade histórica, expressa o autor ao mencionar o caso brasileiro. Numa economia que está se tornando cada vez mais dependente de exportação, e que não conseguiu se desprender de seu passado como fornecedor de produtos primários, a redução dos preços dos produtos agrícolas é essencial na concorrência internacional. Portanto, só assim se justifica o controle, ao mesmo tempo, da terra e da força de trabalho (MARTINS, 2000, p.41). Na exportação de produtos industriais, o mesmo ocorre, na redução dos custos de reprodução da força de trabalho representados não só pela alimentação que, em grande parte, vem da agricultura.

Portanto, até mesmo a grave anomalia de uma massa de miseráveis vivendo em condições sub-humanas não compromete o desenvolvimento capitalista. A exclusão se tornou parte integrante da reprodução do capital, mas se tornou ao mesmo tempo uma anormalidade social (MARTINS 2000, p. 91).

Reiterando, as classes dominantes optaram pela via mais dolorosa, na qual, da relação com a terra, concentração e exclusão, poder e opressão andam de mãos dadas. Como bem lembrou Silva, J. Gomes (1989), ao afirmar que apenas em latitudes nas quais a burguesia se descaracterizou por não cumprir sua missão histórica, perdendo os traços heroicos de ascensão e liberação dos países centrais, a bandeira da reforma agrária se transferiu para as mãos das classes trabalhadoras. Para o autor, esse é o caso típico do Brasil: aqui, uma burguesia

⁸ Refere-se ao fato de que, no nosso país, a grande propriedade surgiu antes da pequena propriedade, diferentemente das nações europeias, por exemplo.

dependente protagonizou um desenvolvimento capitalista sem reformas, antes integrando e incorporando o atraso e o *status quo* como lógica de seu desenvolvimento.

1.2 – A afirmação da grande propriedade e os entraves à disseminação da agricultura camponesa

A compreensão de tal processo nos levou a trilhar o caminho da história. E neste, chegamos aos postulados de Wakefield. O britânico Edward Gibbon Wakefield (1796-1862) desenvolveu a teoria, da colonização sistemática, de que numa região de fácil acesso à terra, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas grandes fazendas. Nesse caso, os trabalhadores ou seriam compelidos à escravidão, ou teriam de ser privados do acesso à terra para que pudessem se tornar assalariados. O modelo brasileiro, ao longo da história, conseguiu, com singular eficiência, praticar tanto um quanto outro. Ou seja, iniciou-se com o cativo do homem, e prosseguiu com o cativo da terra como sugeriu Martins (1981), que, automaticamente, aprisionara também o homem.

Para Guimarães (1981), a colonização sistemática, defendida por Wakefield, fundava-se no princípio de que as terras virgens das colônias não deveriam ser postas ao alcance das populações pobres por preços baixos, porque, se assim acontecesse, transformar-se-iam logo em produtores independentes, em vez de se engajarem como trabalhadores nas propriedades dos latifundiários. Para assegurar reserva de braços disponíveis, convinha aos senhores, portanto, estabelecer um preço suficientemente alto, a fim de que a terra não pudesse ser adquirida com facilidade pelos pobres do campo. Nesse caso, bastava impedir, por meios jurídicos, as doações e, por meios violentos, as ocupações, àqueles que, ao arbítrio dos grandes senhores, não possuíam dotes de nobreza ou de fartura de dinheiro para merecer sesmarias.

Antes de mais nada, Wakefield descobriu, nas colônias, que possuir dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não dá a um homem o caráter de capitalista se lhe falta um complemento – o trabalhador assalariado – o outro homem forçado a vender-se voluntariamente (GUIMARÃES, 1981, p. 111-112).

Wakefield, segundo Prado (2008), desenvolveu a teoria da Colonização Sistemática em oposição à colonização espontânea e desordenada. Cita o caso do Sr. Peel, que, com o espírito capitalista, se dirige à colônia com cerca de 3 mil três mil trabalhadores, famílias inteiras entre homens, mulheres e crianças. No entanto, depois de alcançado o local de destino, a história revelou sua face trágica e cômica, pois “o Sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou para buscar- lhe água no rio.” Enfim, só continuariam à disposição do capitalista, caso não encontrassem terras novas para ocupar.

Os trabalhadores que foram levados para a colônia e que seriam mão de obra assalariada, uma vez tendo a oportunidade abandonaram o trabalho assalariado e se tornaram produtores autônomos, independentes, donos dos meios de produção, proprietários de suas terras. Ora, quando os trabalhadores perceberam que poderiam trabalhar para si próprios e não para o enriquecimento alheio, não houve dúvidas sobre qual destino seguir (PRADO, 2008, p.2).

Como destaca o autor acima, a vida nas colônias revela duas faces contraditórias. De um lado, a colonização capitalista almejando a exploração dos trabalhadores assalariados; e do outro, os trabalhadores buscando sua independência ante à exploração capitalista. A partir do momento em que os trabalhadores abandonaram o Sr. Peel eles, também estabeleceram um rompimento com a exploração capitalista. Comparativamente, observamos tal relação entre camponeses e colonos no Entre Ribeiros: enquanto uns lutam para se tornarem trabalhadores independentes, produzindo nos seus lotes, outros se empenham para mantê-los subordinados, ainda que proprietários de suas terras. No caso dos assentados, naquele momento, não bastava ter a terra, era necessário dispor de amplos recursos para fazê-la produzir. Retornaremos a esse tema na seção 3.

Retomando o debate no processo histórico, Costa, E. V. (1985, p. 144) afirma que, no caso brasileiro, na iminência do fim da escravidão, a única maneira de obter trabalho livre seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas. Portanto, os tradicionais meios de acesso à terra – ocupação, formas de arrendamento, meação – seriam proscritas. Toda a terra que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado, como terras públicas, as terras devolutas. Essas terras deveriam ser vendidas por um preço suficientemente alto para dificultar a aquisição pelos recém-chegados. Com o dinheiro acumulado pela venda de terras, o governo poderia subsidiar a imigração, trazendo europeus para o Brasil para substituir os escravos nas fazendas. Assim, o problema da força de trabalho seria resolvido.

Nesse sentido, Miranda Neto (1982) defende que a Lei nº 601 de 1850, a Lei de Terras de 1850, tenha estreita relação com os postulados de Wakefield e a sua colonização sistemática, sobre o bom regime colonial. Entre os postulados, incluem-se os seguintes:

- a) – a propriedade das colônias depende principalmente da abundância de mão de obra, e esta os capitalistas devem tê-la a seu dispor, na proporção do território ocupado;
- b) – podem ser importados para as colônias trabalhadores da metrópole, tomadas as providências necessárias, a fim de obrigá-los a servir durante dois ou três anos pelo menos, antes de se tornarem pequenos proprietários;
- c) – para que estes não possam se tornar proprietários demasiado cedo, é preciso, entretanto, que as terras sejam vendidas a preço suficientemente elevados.

Nas palavras de Miranda Neto (1982, p. 50), no caso brasileiro, enquanto não houvesse um aparelhamento jurídico capaz de regulamentar a apropriação de terras devolutas, e fazer com que a regulamentação fosse respeitada, a utilização do braço livre na grande propriedade

fundiária era impossível. Tornava-se necessário criar um estatuto legal que prendesse o trabalhador ao domínio, e este só poderia ser o da escravidão.

Se a escravidão cessasse nada poderia prevenir o deslocamento dos antigos e novos trabalhadores para as terras livres da fronteira agrícola, onde poderiam se tornar trabalhadores autônomos em suas próprias terras. Era urgente a necessidade de se criar os mecanismos jurídicos de acesso (ou impedimento) à terra. Era mais que necessário, naquele momento, na iminência do fim da escravidão, legislar sobre a questão.

Para Martins (1981, p. 41), as classes dominantes, antevendo o fim da escravatura, que decorreria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente cana e café. É o mesmo entendimento de Guimarães (1981), ao escrever que foi então que se partejou a Lei nº 601 de 1850, a famosa Lei de Terras, talhada sob medida pelo figurino dos novos senhores do império e, mais tarde, senhores da república – os latifundiários cafezistas de São Paulo. Visava fundamentalmente a três objetivos:

- 1 – Proibir as aquisições de terras por outro meio que não fosse a compra, e, por conseguinte, extinguir o regime de posses.
- 2 – Elevar os preços das terras e dificultar sua aquisição. Os lotes deveriam ser vendidos em hasta pública com pagamento à vista, fixando preços mínimos que eram considerados superiores aos vigentes no país.
- 3 – Destinar o produto das vendas à importação de colonos. Em suma, os objetivos imediatos da Lei de Terras para a classe latifundiária era o de obrigar o imigrante a empregar sua força de trabalho nas grandes fazendas de café (GUIMARÃES, 1981, p. 134-135).

Martins (2000) afirma que a Lei de Terras tivera origem na necessidade, da então chamada “grande lavoura”, de criar artificialmente excedentes populacionais compulsórios que pudessem ser assimilados rapidamente pela agricultura de exportação; que, por não terem livre acesso à terra, fossem obrigados a trabalhar para os grandes fazendeiros. Era uma forma de evitar que essa mão de obra se desviasse das fazendas e se orientasse para a agricultura familiar

autônoma de tipo camponês ou mesmo do tipo empresarial, como passou a acontecer, pouco tempo depois, com a Lei de Colonização, nos Estados Unidos (MARTINS, 2000, p.137).

Nota-se que, tal qual a grande empresa, o modelo de ocupação do extenso território brasileiro, desde o início do processo de colonização, já se caracterizava por colocar, em lados opostos, a terra e o trabalhador. No entanto, a propriedade privada, na modalidade da pequena produção, não era absolutamente vetada aos pretendentes, aliás, era até possível, depois de certo tempo dedicado ao trabalho na grande propriedade. Martins (1981, p.127), referindo-se ao período pós escravidão, afirma que somente assim poderiam, explorando o trabalho do colono⁹, obter recursos para comprar a terra necessária ao seu trabalho autônomo. A ideia é a de que os imigrantes deveriam cultivar as principais virtudes consagradas na ética capitalista. Nesse caso, o trabalho e os sofrimentos dos primeiros tempos seriam compensados pelo acesso à pequena agricultura familiar mais tarde.

O esquema era claro: mediante o trabalho árduo, os trabalhadores livres poderiam acumular e, em consequência, transformar-se em pequenos proprietários de terra. O acesso à terra se daria mediante a oferta compulsória de trabalho ao grande fazendeiro. (MARTINS, 1981, p. 42).

Quanto aos imigrantes, os italianos eram os preferidos. Os alemães sofreram fortes objeções porque preferiam de imediato o trabalho autônomo; os portugueses eram rejeitados por que preferiam trabalhar no pequeno comércio. A predominância de italiano submisso, proveniente das áreas em que a economia ainda estava baseada em relações pré-capitalistas, preenchia uma condição essencial à reprodução capitalista numa economia, como a cafeeira, que continuava a mesma, apesar da abolição legal da escravatura.

⁹ Para Martins (1981, p.61), a sua designação como colono já era parte de um artil ideológico que o comprometia com a propriedade. Nos lugares de emigração, na Europa, colono era a denominação de quem ia colonizar as regiões novas dos Estados Unidos ou Austrália. No Brasil, entretanto, colono passou a ser sinônimo de empregado. Aos olhos de um dos colonos, Davatz, colono suíço na fazenda Ibiacaba de Vergueiro “o colono europeu só vale mais do que os negros africanos pelo fato de proporcionar lucros maiores e custar menos dinheiro”.

Para o colono, trabalhador na cafeicultura paulista, a propriedade era a condição de igualdade e, ao mesmo tempo, da liberdade. Para livrar-se da sujeição da propriedade, teria que tornar-se proprietário. Esse era um processo penoso, sendo necessários, em média, uns doze anos de trabalho familiar para que o colono se tornasse proprietário de terra. De um contingente de um milhão e duzentos mil colonos entrados em São Paulo, apenas 8.392 haviam se tornado proprietários de terra, Martins (1981, p.91). Fato que mostra, de forma inegável, a eficiência do esquema.

Para Martins (1981, p. 122-123), a classe dominante admitia que os imigrantes, via de regra, não teriam dinheiro suficiente para se tornar proprietários. No entanto, teoricamente, (isto é, ideologicamente), eles poderiam economizar dinheiro para essa finalidade, trabalhando durante um certo tempo nas terras do fazendeiro. Esse tipo de colonização preconizado pelos fazendeiros, de fato, reduziria os imigrantes a um estado de necessidade permanente, de pobreza, de modo que não pudessem encontrar outro meio de vida senão o trabalho para terceiros. Transformar-se num pequeno agricultor deveria ser uma ambição para o imigrante, mas não uma realidade fácil.

Imigrantes trazidos em 1877, foram localizados em terras pouco apropriadas para a agricultura, desprezadas pela economia de exportação como a do café. Elas não eram boas nem mesmo para a pequena agricultura, pois haviam sido impropriamente utilizadas durante três séculos. Isso não se constituía um engano técnico, pois correspondia ao que de fato esperavam os fazendeiros, as terras más forçariam os imigrantes a se tornarem trabalhadores de tempo parcial na grande lavoura (Martins, 2000, p.125).

Martins (1981, p.129) analisa a forma de o capital se apropriar da força de trabalho referindo-se ao regime de colonato, ao qual foram submetidos principalmente os colonos italianos na cafeicultura paulista. Para o autor, o regime consagrou uma premissa que era a principal ideia e a principal necessidade do fazendeiro: o colono deveria ser, primeiramente, um trabalhador da fazenda para tornar-se independente somente após um certo período de

trabalho para terceiros; o seu trajeto seria de empregado, primeiro, e de autônomo ou até patrão depois.

Nós, por outro lado, na área de estudo, vimos que, de forma inversa, porém não menos satisfatória, as relações entre assentados e os colonos¹⁰ do agronegócio no Entre Ribeiros produzem resultados semelhantes. No lugar de estudo, em primeiro lugar, os assentados se tornaram proprietários, somente depois se transformam em assalariados, isto é, trabalhadores temporários remunerados por tarefa ou períodos. A insustentabilidade como produtor independente o colocou como vendedor voluntário de sua força de trabalho. Assim, tanto em um caso quanto em outro, o trabalhador vinculado à pequena propriedade, seja na condição do antigo colono, seja do atual assentado, está subordinado à grande propriedade e aos donos dos meios de produção. Em ambos os casos, a sua cota de trabalho excedente é apropriada pelo capitalista.

No caso estudado por Martins (1981), o sonho de se tornar proprietário era adiado pela necessidade de trabalhar para terceiros; porém, no caso em estudo, já com a posse da terra, a possibilidade de trabalhar para si mesmo e extrair o produto da terra também vai sendo adiada na medida em que faltam os recursos financeiros. Em outros termos, se, no passado, o fundamento da dominação e da exploração era a propriedade do escravo (somada ao controle da terra), como lembrou Martins (1981, p. 63), e depois, com a Lei de Terras, passou a ser a propriedade da terra; no caso dos Assentados do Santa Rosa, a situação ainda é outra, o instrumento de dominação deixa de ser a terra, mas as condições financeiras para poder se produzir no seu lote.

¹⁰ Vimos, nesta parte do texto, o emprego da expressão “colonos”. São sujeitos diferentes, dependendo do autor citado. Os colonos citados por Martins em toda a sua obra referem-se aos imigrantes italianos ao final do século XIX e início do século XX. Estes imaginando se tornarem proprietários de terras no Brasil, logo seriam transformados em empregados na cafeeicultura paulista. Os colonos citados por nós, referem-se aos detentores de lotes de terras no Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, esses logo se transformaram em capitalistas do agronegócio local. No primeiro caso, o colono era o empregado, no segundo caso, o colono é o fazendeiro.

Se o fim do cativo do escravo deu início ao cativo da terra, diríamos, que para os assentados do Santa Rosa, o fim do cativo da terra teve como significado imediato, o cativo do capital. Isto é, a posse do lote veio acompanhada de sua sujeição ao capital, e de um modo ainda mais vantajoso a este, pois, na condição de assentado, o capital não irá se preocupar com a reprodução física desse trabalhador, ele a obtém, que seja parcialmente, com o trabalho no seu lote.

O que fica de tudo isso, é que, na atualidade, terra e homem parecem ter se tornado cativos do capital. A síntese é, em todas as instâncias, mesmo que mude a condição social do trabalhador, de escravo a livre e depois proprietário/assentado, o capital continua recorrendo às suas artimanhas para reconhecê-lo tão somente como mão de obra a seu dispor, na medida em que não oferece a ele as condições de produzir no lote. Quanto aos camponeses assentados, no Santa Rosa, diríamos que eles ficaram no meio do caminho entre a condição de proprietário e a condição de assalariado, pois, apesar de serem donos da terra, necessitam que o seu trabalho seja remunerado em terras alheias; assim, a aparente liberdade, conquistada junto com a posse do lote, é abortada pela falta de condições financeiras de desenvolver o trabalho autônomo.

No Santa Rosa o capital se vale, inclusive, de formas não capitalistas para promover a sua reprodução, ao permitir, por exemplo, aos assentados o acesso aos subprodutos do agronegócio, para que possam garantir parcialmente seus meios de vida e a manutenção de seu rebanho bovino, para que possam, em contrapartida, apresentarem-se também como trabalhadores do capital.

Como escreveu Luxemburg (1976), a acumulação do capital não pode ser explanada sob a hipótese do domínio exclusivo e absoluto da forma capitalista, já que, sem os meios não capitalistas, torna-se inconcebível em qualquer sentido. Justificando o exposto, a autora cita que a indústria inglesa de tecidos de algodão, que foi o primeiro ramo genuinamente capitalista de produção, não teria existido sem o algodão dos Estados sulistas da União norte-americana

(Colônias escravistas do Sul dos Estados Unidos) e sem também os milhões de negros africanos trazidos à América para trabalhar nas plantações; milhões de negros que depois da Guerra de Secessão¹¹, afluíram ao capitalismo para as fileiras dos operários assalariados, como proletariado livre.

O capitalismo não se reproduz tão somente a partir de relações capitalistas, necessita, contraditoriamente, de um meio ambiente de formações sociais não capitalistas; avança em constante troca de matérias com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente (LUXEMBURG, 1976, p. 315).

Da mesma forma ocorre com a força de trabalho. Em relação aos assentados, mencionamos que, na maioria dos casos, não são produtores independentes, mas constituem reservas de braços para o agronegócio. Fato que está em conformidade com o pensamento da autora, para quem o exército industrial de reserva não pode ser formado pela procriação natural do proletariado assalariado capitalista. Tem que contar com outras reservas sociais, das quais retira operários que, até então, não estavam às ordens do capital e que, somente quando se torna necessário, ingressam no proletariado assalariado (LUXEMBURG, 1976, p.311). Dessa forma, a posse do lote no assentamento terá a função de possibilitar a reprodução do trabalhador por meio de relações não capitalistas de produção/reprodução; que, por vezes, será requisitado no agronegócio como vendedor de sua força de trabalho, sem custos ao capital.

Da mesma maneira que a produção capitalista não pode limitar-se aos tesouros naturais e forças produtivas da zona temperada, mas, ao contrário, requer para seu desenvolvimento a possibilidade de dispor de todas as regiões e climas, tampouco pode funcionar somente com os

¹¹ No decorrer da tese, dedicamos precioso tempo às estratégias elaboradas pelos camponeses para permanecerem como tais. Igualmente, o capital lança mão de suas estratégias para a continuidade do processo de acumulação. A leitura de Rosa Luxemburg permitiu que observássemos tal postura. Segundo a autora, quando a Guerra de Secessão interrompeu a importação de algodão americano, produzindo na Inglaterra a famosa “penúria do algodão”, surgiram imediatamente, como arte do encantamento, novas plantações enormes de algodão no Egito. “Só o capital, com seus meios técnicos, pode criar, por arte mágica, num período tão breve, semelhantes e maravilhosas revoluções. Só em países pré-capitalistas, porém, que vivem sob condições sociais primitivas, pode-se desenvolver, sobre as formas produtivas materiais e humanas, o poder necessário para realizar aqueles milagres” (LUXEMBURG, 1976, p.308).

operários que lhe oferece a “raça branca”. Portanto, negros, brancos, mestiços, todos são envolvidos no processo de acumulação do capital, quer, dentro do capitalismo, ou nos seus limites.

Desde a sua origem, o capital impulsionou todos os recursos produtivos do globo. Em seu impulso para a apropriação das forças produtivas para fins de exploração, o capital recorre ao mundo inteiro; tira os meios de produção de todos os cantos da terra, colhendo-os ou adquirindo-os de todos os graus de cultura e formas sociais (LUXEMBURG, 1976, p.307).

D’Incao (1977, p. 29) ressalta o caráter antagônico, o ponto central, da teoria marxista da acumulação do capital, ao assinalar que a acumulação de capital se acompanhe necessariamente da acumulação da miséria. Portanto, no caso estudado, no assentamento Santa Rosa, a precária condição de vida dos assentados, acaba nutrindo o processo de acumulação do capital pela via do agronegócio, ainda que por formas não capitalistas, e contraditoriamente, pela utilização de tais formas, o capital e o agronegócio também nutrem a dependência e a miséria camponesa.

Daí percebemos que, ao manter o assentado na miséria, o capital encontra o ambiente ideal para se apropriar da sua força de trabalho. Por isso, no caso do Santa Rosa, tanto os capitalistas do agronegócio do Entre Ribeiros quanto o Estado, responsável por sua implantação, não se preocupam nem se esforçam em oferecer as condições para que o assentamento seja funcional do ponto de vista econômico/produtivo, pois, uma vez produtivo esses sujeitos abandonariam a condição de fornecedores de mão de obra ao agronegócio vizinho. Para o capital, o assentamento, mesmo improdutivo, é funcional, pois é ali que se encontram os braços dos quais necessita.

O que vimos, até o momento, é que todo um conjunto de mecanismos, jurídicos ou políticos, como a Lei de Terras, a escravidão e o colonato, contribuíram para que a eficiência do esquema, que busca separar os trabalhadores da terra, seja mantida, de modo a favorecer a

exploração dos dois pelo capital. Como tratarmos então da pequena propriedade, considerando todo um aparato jurídico/político desfavorável à sua disseminação?

Autores como Guimarães, Martins e Prado Jr concordam que foram poucos os períodos em que a agricultura camponesa conheceu avanços significativos. No período entre 1822 e 1850, isto é, ao final do regime de sesmarias e a promulgação da Lei de Terras, respectivamente, predominou o livre acesso à terra pela modalidade de ocupação, a posse. Nesse caso, a ausência do aparelhamento jurídico favoreceu a pequena agricultura.

[...] nos espaços vazios deixados pelo sistema latifundiário, como é o caso das províncias do Sul, e nos períodos de afrouxamento do poder centralizador do latifúndio, como, por exemplo, o compreendido da Independência até a crise da regência, a pequena propriedade tivera sua primeira oportunidade de afirmar-se, aproveitando-se das brechas que se abriam com a imigração estrangeira (GUIMARÃES, p. 1981, p.132).

Outro momento, já no século seguinte, na década de 1930, o avanço da agricultura camponesa se deu em razão do retrocesso da agricultura com a crise do café. Aí a saída para o grande fazendeiro era se libertar de parte da grande fazenda.

A crise do café de 1929 gerou um rápido progresso da pequena propriedade no Brasil tropical. Em certos casos, a divisão de uma grande fazenda gerou o aparecimento de uma exploração agrícola especializada. Se era impossível conservar muita terra, ainda era possível manter um cafezal mais modesto, salvo do peso morto das terras baixas incultas; a venda dessas terras aliviava as finanças do fazendeiro, assegurando meios necessários para cuidar dos cafezais, e esperar a tempestade passar. Desde a crise do café de 1929, muitas dessas grandes fazendas foram sendo divididas em pequenas propriedades, sítios (GUIMARÃES, 1981, p.153).

O avanço da pequena propriedade, no entanto, era provisório, pois, como observara Prado Jr (1981, p.55), esse só ocorre em momentos de crise da grande propriedade, quando a grande exploração decai, a propriedade agrária tende a se dividir, permitindo a disseminação da pequena propriedade. Portanto, inversamente, quando há sinais de recuperação econômica, a prosperidade da grande exploração é importante fator de reagrupamento e reconstituição da grande propriedade. Isto é, a subdivisão e o retalhamento das velhas fazendas cafeeiras foram, em primeiro lugar, instrumentos adequados para a restauração da grande propriedade, e não

para disseminação da pequena propriedade, já que, nos momentos de prosperidade econômica, ela volta a se concentrar, reinventando os latifúndios.

Para Guimarães (1981, p.149), outro episódio da luta pela pequena propriedade desenvolveu-se no rastro do latifundismo nômade do café, em sua desabalada corrida para as terras roxas do Oeste (São Paulo e Paraná). Os solos menos férteis e sem terras roxas foram rapidamente esgotados, e o regime da fazenda não fez mais do que transitar, deixando atrás de si uma região degradada, de florestas secundárias ou capoeiras e campos de ervas estéreis, sapezais ou samambaias. Mestiços de europeus e indígenas, caboclos, aí ficaram fixados nas antigas fazendas, em explorações pobres e isoladas, denominadas sítios. Praticavam uma policultura de economia quase fechada, mediante culturas temporárias em terras que sofriam o processo de queimadas.

A partir da posse, as terras desprezadas pela fazenda se tornavam acessíveis à pequena propriedade. É nelas, livre da concorrência invencível da grande lavoura, que a pequena propriedade encontrava os meios de se instalar. “Com efeito as fazendas de fraca produção, largadas pelos proprietários à cata de terras mais rendosas, subdividem-se logo em pequenos sítios (GUIMARÃES, 1981, p. 153).

[...] para nós, portanto, a pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária. Nessa luta, que aparece no Brasil, em forma inversa, com a grande propriedade implantada primeiro e a pequena propriedade surgida depois, o instrumento decisivo da vitória dos sem-terra sobre o privilegiado sistema latifundiário foi a posse, a ocupação extra-legal do território conquistado na dura e continuada batalha contra os seus seculares monopolizadores (GUIMARÃES, 1981, p. 151).

Para o autor, a posse tem sido o instrumento que a grande massa de população desocupada, acrescida no decorrer de muitos anos e engrossada com os reforços provindos do declínio da mineração, utilizou como alternativa para forçar as portas do sistema latifundiário. “Ociosos e vadios, isto é, um enorme contingente de pessoas desocupadas, a quem o monopólio

da terra, em sua primitiva feição, não dava a menor possibilidade de trabalho remunerado”, conforme bem expressou Prado Jr (1994).

As condições terrivelmente opressivas vigentes nos primeiros séculos, que esmagavam no nascedouro o despontar da classe de pequenos cultivadores independentes, forçando-os a engrossar os contingentes de rendeiros empobrecidos, lavradores e agregados ou moradores dos engenhos e fazendas, contribuíram para limitar a expansão da agricultura, para retardar ou impedir a diversificação dos cultivos e para atirar ou manter na ociosidade, uma cada vez mais numerosa, massa humana.

[...] é a figura do posseiro ou intruso, que enfrenta, primeiro, o poder latifundiário, desde tempos mais recuados, quando nenhuma Lei o protege, nada senão sua própria audácia o ampara. Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa. A princípio, as invasões limitavam-se às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois orientaram-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas; por fim, dirigiram-se para as terras devolutas e, não raramente, para as áreas dos latifúndios semi-explorados (GUIMARÃES, 1981, p.113).

É verdade que, nem sempre, o artifício da posse serviu apenas à pequena propriedade, não se ignorando que a partir dela também se constituíram vários latifúndios. Contudo, se ao latifúndio estavam abertos todos os caminhos e todas as possibilidades de formação e expansão, à pequena propriedade quase não restava, durante os três primeiros séculos, senão uma única via de acesso: a posse, reitera o autor. Até mesmo na segunda metade do século XX quando os debates sobre a questão agrária tomam dimensões políticas consideráveis, ainda assim, criam-se mecanismos de controle, buscando evitar a disseminação da pequena propriedade ou mesmo em uma reforma agrária, que já ganhava espaço nos debates políticos. Estamos agora nos referindo ao Estatuto da Terra, instituto criado pelos militares com base nas demandas sociais anteriores à ditadura, que serviu muito mais como instrumento de controle político das tensões no campo do que, de fato, de democratizar o acesso à terra; inclusive, incrementando um perfil empresarial à exploração capitalista no campo, com a modernização que é imposta à agricultura nos anos seguintes ao Estatuto.

Vimos, até aqui, que, nos cinco séculos de exploração da terra no país, houve o predomínio quase irrestrito da grande propriedade fundiária sobre a pequena. Resultado de acordos históricos com o capital, a grande propriedade protegida pelo Estado se estruturou em bases sólidas e raramente abriu brechas para a disseminação da agricultura camponesa. Porém, nas últimas cinco décadas, isto é, após a criação do Estatuto da Terra e depois que a questão agrária entrou na pauta política do Estado, prevalecem como principais obstáculos à efetivação de uma verdadeira reforma agrária, segundo Martins (2000), os desencontros e os desencontros entre os setores da sociedade, denominados, pelo autor, como “grupos mediadores” e o Estado.

Desencontros e desencontros, que põem em campos-de- força opostos a reforma agrária pretendida pelos mediadores e a reforma agrária permitida pelos representantes do poder público, se prolongam e fazem com que a política de reforma agrária seja reduzida quase somente à distribuição dos lotes. Tal fato coloca os assentados em uma situação nova, eles têm a terra, mas não conseguem produzir, situação que contribui decisivamente para o insucesso dos assentamentos. São esses desencontros e desencontros entre os grupos mediadores e o Estado que veremos a seguir.

1.3 – Os desencontros na política agrária

A obra do sociólogo José de Souza Martins¹² foi fundamental no entendimento da questão agrária no Brasil. Obtivemos, pelo pensamento de Martins, a possibilidade de compreender os mais distintos elementos históricos, da escravidão, do trabalho livre, do

¹² Foram lidas diversas obras do autor, claramente a maior referência em assuntos agrários no país. Não a sua obra completa, mas parte daquelas direcionadas à questão agrária, tais como **O cativo da terra (1979); Expropriação e violência (1980); Os camponeses e a política no Brasil (1981); A militarização da questão agrária no Brasil (1984) e A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República (1986).**

colonato, das disputas pelas fronteiras amazônicas entre posseiros e empresários capitalistas, dos movimentos sociais rurais e da ação da Igreja, enfim, da firme relação estabelecida entre o capital e a propriedade, cuja sintonia deixou de incluir uma imensa massa de trabalhadores rurais.

Para o autor, as políticas de reforma agrária, objeto de críticas tanto daqueles que precisam da terra, que as qualificam como ineficientes, quanto daqueles que têm o poder legal de implementá-las, isto é, os representantes do poder público, dos quais muitos analisam como desnecessárias, são marcadas por “desencontros”. Entram em cena, na disputa pela reforma agrária, em lados opostos, os grupos mediadores e o Estado; os primeiros reivindicando o acesso à terra, o segundo negociando e implantando assentamentos, e ambos os lados, buscando lograr os méritos da reforma agrária.

Como, então, pensarmos a existência dos assentamentos, tendo como base a realidade vivenciada pelos camponeses assentados no Santa Rosa? O assentamento foi implantado pelo governo federal, no ano de 1999, atendendo às demandas dos camponeses sem-terra vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu-MG. No entanto, a entrada na terra não significou a realização dos projetos de vida dos camponeses, de tornar o lote produtivo e poderem viver, com a família, a partir dos resultados, sobretudo econômicos obtidos com o trabalho no lote.

A questão que se coloca é: já que a terra foi distribuída em forma de lotes da reforma agrária, porque os resultados, no caso específico do Santa Rosa, não se mostraram satisfatórios? O que falta além da terra? Na seção 3, indicamos a falta de acesso ao crédito e as frustrações nas safras como elementos que contribuíram decisivamente com os elevados índices de desistência dos lotes. No caso estudado, até as condições climáticas interferem nos resultados positivos, já que o período seco se prolonga, em média, por seis meses do ano, dificultando a produção nos lotes, seja de alimentos, seja de leite. É nesse período que os assentados, que se

dedicam à produção de leite, recorrem aos subprodutos do agronegócio para alimentar seu rebanho, reaproveitando a palha do feijão, o feno, as abóboras e a palha do milho cultivado para obtenção de sementes.

Na seção 2, indicamos que, no agronegócio, nos quatro Projetos de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, implantados pelo governo federal entre 1983 e 1990, os colonos têm acesso a uma farta quantidade de crédito, o que lhes permite desenvolver uma agricultura tecnificada, traduzindo-se em elevados índices de produtividade. Portanto, no assentamento Santa Rosa, igualmente implantado pelo governo federal, não se percebem facilidades na obtenção de crédito, antes sim restrições, fato que se reflete diretamente na produtividade, uma vez que a produção raramente é realizada com base em técnicas tidas como modernas.

Nessa seção 1, o objetivo é compreender esses desencontros. Desencontros que fazem com que, na visão de Alves (2003), a agricultura empresarial se mantenha amparada pelo Estado e a agricultura camponesa continue sendo mutilada pelo capital.

Para Martins (2000), além destes já elencados, outro elemento deve ser lembrado para justificar todo o processo: o diálogo, para o autor, impossível entre os grupos que propõem a reforma agrária e o governo, que, supostamente agindo na defensiva, aguarda as ações reivindicatórias dos movimentos de luta pela terra, para, finalmente, realizar assentamentos. Assentamentos que nem sempre ocorrem nas melhores terras, mas, ao contrário, em terras pouco férteis e sem a infraestrutura necessária para que se dediquem imediatamente à produção; como no caso estudado, em que os assentados encontraram a terra sem benfeitorias, como água, energia elétrica, divisão dos lotes, estradas, desmatamento. Todos esses investimentos ficaram a cargo dos assentados, que, dispendo de poucos recursos financeiros, não puderam investir, de imediato, na produção.

A partir da ideia de “desencontros”, Martins (2000) analisa a questão agrária nas 5 (cinco) décadas mais recentes (do Estatuto da Terra, até a virada do século XX e início do século

XXI). Analisa a postura das organizações de luta pela terra, que culmina na implantação dos Assentamentos, por parte do Estado. Da mesma forma, analisa a postura do Estado, que, embora implante assentamentos, não oferece as condições técnicas e crédito suficientes para que estes se tornem viáveis economicamente, enquanto, por outro lado, concede vultosos subsídios à agricultura empresarial.

Os desencontros, como propostos por Martins (2000), são protagonizados por diferentes atores, oriundos de várias classes sociais, trabalhadores, classe média, políticos, estudantes, pesquisadores, intelectuais, movimentos sociais rurais e instituições religiosas, enfim, os vários agentes mediadores que têm como objetivo comum a defesa da reforma agrária de um lado, e do outro lado, o Estado, detentor do poder político para atender a tal demanda, porém representado historicamente por grupos políticos vinculados aos grandes proprietários de terra e do capital.

Para tratarmos dos desencontros e dos grupos mediadores, iniciaremos pela Igreja Católica, pelo significado que teve a sua mudança de posição social, ao longo das últimas décadas; afastando-se de sua posição histórica, de forte aliada e defensora da propriedade privada (capitalista) à condição de contestadora desta e forte defensora dos interesses dos pobres da terra.

1.3.1 – Da defesa da propriedade privada à defesa dos pobres do campo: a mudança de posição social da Igreja.

A Igreja, para Martins (1981), entrou na questão agrária por intermédio da pastoral de D. Inocêncio¹³. Antes disso, a Igreja havia firmado o seu compromisso com a grande fazenda,

¹³ Dom Inocêncio Engelke, então bispo na diocese de Campanha – MG, em 1950 quando reuniu fazendeiros para produzir sua carta pastoral a favor de uma reforma agrária, com base numa posição claramente anticomunista.

na medida em que defendia o direito irrevogável à propriedade privada. Em um primeiro momento, até o golpe militar de 1964, manteve uma postura de direita e anticomunista marcada pelo temor de contestar a grande propriedade como causadora dos problemas sociais no campo. O direito à propriedade era um direito absoluto, inquestionável. Portanto, defendendo o direito à propriedade (a propriedade já estabelecida, com base no latifúndio), automaticamente, excluía desse mesmo direito, uma imensa massa de trabalhadores do campo.

A entrada da instituição na questão agrária não tinha relação imediata com a preocupação com as condições de vida da maioria da população do campo, oprimidas que eram pelo latifúndio. O interesse não era a questão agrária em si, mas através dela manter-se ideologicamente como tutora de uma grande massa de trabalhadores no campo. A preocupação, de fato, era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade de a Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários nas cidades. Stédile (2007, p31) nos lembra que ficou célebre a confissão corajosa de Pio XI¹⁴: “O maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária”. É o caso de concluirmos, (o autor) com coragem cristã, o pensamento do Pontífice: “já perdemos os trabalhadores da cidade. Não cometamos a loucura de perder, também o operariado rural”.

De acordo com Martins (1981), a entrada da Igreja na questão agrária não significava que ela tinha como preocupação imediata os problemas ligados à questão da terra, esta era uma questão secundária.

A questão era desproletarizar o operário do campo, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas. No entender dos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo (MARTINS, 1981, p. 88).

¹⁴ Papa da Igreja Católica romana entre os anos de 1922 e 1939.

Como se vê, as propostas que nascem dessas interpretações são, portanto, propostas destinadas a criar uma classe de camponeses que servisse como barreira de contenção da maré vermelha. Ampliar o número de pequenos proprietários para salvar a propriedade privada. Para Martins (2000), a Igreja estava mais preocupada com a questão social do campo e com a questão política da nação, do que com a questão agrária, em posição oposta à do Partido Comunista e por oposição a ele. A Igreja reconhecia o risco político das migrações, do êxodo rural e do desenraizamento, que, supostamente, lançariam os pobres do campo nos braços dos comunistas nas cidades de destino, como Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse sentido, a Igreja passava a pensar alternativas no sentido da preservação da unidade familiar de produção, do trabalho e da família.

A reforma agrária, sem qualquer definição passava a ser um objetivo para ela, porém contido e limitado pelo temor de questionar o direito de propriedade e os direitos da classe de proprietários de terra. Era uma motivação conservadora e de direita, menos construída em cima de uma *práxis* social, que ainda não tinha lugar, uma espécie de antecipação preventiva, e muito mais derivada de um claro antagonismo ideológico em relação às esquerdas. O Bispo Inocêncio reuniu fazendeiros para produzir sua carta pastoral a favor de uma reforma agrária, com base numa posição claramente anticomunista (MARTINS, 2000, p.95).

Enquanto, ideologicamente, combatia o comunismo, a Igreja amparava a grande propriedade e mantinha o domínio sobre a população do campo, quer como aliados, os grandes proprietários, quer como fiéis, os pequenos proprietários e ainda aqueles que se viam excluídos da terra.

Ocorre que, ao longo do período militar (1964-1985), a postura da Igreja em torno da questão da terra foi se alterando substancialmente. Uma vez que o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 1964) havia criado as condições legais para se promover a reforma agrária, a posição da Igreja era mais ou menos de expectativa, de apoio mais ou menos claro, de esperança na aplicação do Estatuto e de solução dos problemas no campo. Martins (1981) destaca que, em 1968 e 1969, houve um conflito de terras muito importante em São Paulo, em Rubinéia, no

noroeste do Estado. O próprio D. Agnelo Rossi¹⁵ reivindicava do governo a aplicação do Estatuto da Terra, foi ter com Costa e Silva¹⁶, pediu, telefonou e não aconteceu absolutamente nada.

Como observou Martins (2000, p.58), os graves débitos sociais do “milagre” (1969-1973) tanto no campo quanto na cidade, colocaram lado a lado a óbvia prosperidade da classe média e uma miséria igualmente óbvia que havia se instalado no campo e na cidade. É este o momento de ruptura, de mudança de posição social de lugar da Igreja. Pois, a partir de 1973, adota uma postura mais agressiva defendendo abertamente a causa da luta pela terra.

Até no que diz respeito à propriedade privada da terra, que era justamente o que justificava sua posição antes de 1964, ocorreria uma mudança de postura: se, em um primeiro momento, a “propriedade privada” que a Igreja defendia era a grande propriedade, em um segundo momento, a sua luta passou a ser em defesa da pequena propriedade. Para Martins (1986, p.69), a propriedade que a Igreja passou a defender não era exatamente a mesma propriedade que o Estado estava defendendo, e menos ainda a propriedade que o Estado tem defendido depois de 1964. Enfim, ficava claro para a Igreja que o Estado estava defendendo a propriedade capitalista, uma forma de propriedade que é expropriativa, que é causadora do desenraizamento das populações rurais, do estabelecimento não só da miséria econômica, mas também da miséria social e moral.

Enfim, a Igreja começa a denunciar um processo de desumanização do homem e a luta em favor dos pobres do campo é intensificada com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O “milagre” está acontecendo e a Igreja começa a trabalhar por baixo, começa a mostrar que existe, como consequência do milagre, um processo de pauperização absoluta que culmina com a expropriação, com a expulsão, com

¹⁵ Arcebispo da cidade de São Paulo à época do conflito.

¹⁶ Artur da Costa e Silva foi o segundo presidente militar após o golpe de 1964, sucedendo o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Seu mandato ocorreu entre março de 1967 e agosto de 1969.

o desemprego e o subemprego, com a marginalização etc. A Igreja começa a trabalhar o problema não na perspectiva da *acumulação*, mas na perspectiva de *distribuição*. É isso que vai marcar toda a posição dela até hoje, trabalhar com a ideia do pobre e da pobreza, e não com a ideia de acumulação que é o que está presente muitas vezes nas posições dos partidos políticos de oposição, os partidos de esquerda em geral. A Igreja aparece nesse momento muito preocupada com os direitos das pessoas, com o fato de que existem direitos consagrados na lei, e direitos que não são respeitados na prática (MARTINS, 1986, p.68).

Com essa mudança de percepção do grave problema social, a Igreja se tornou o espaço mais adequado para agasalhar as relações sociais comunitárias, que se desenvolvem nos momentos e situações de maior tensão, no enfrentamento com grileiros, policiais e jagunços, no enfrentamento com a aliança entre o poder público e o poder privado para expropriar ou expulsar o trabalhador (Martins, 1984, p. 17).

No entendimento de Alves (2003), a postura da Igreja foi interpretada por Martins como uma mudança processada no seu interior, pois, diante da repressão policial, militar e política, a Igreja se transformou num refúgio, já que era para lá que se dirigiam os trabalhadores rurais perseguidos e expulsos da terra.

A instituição religiosa viu-se, assim, confrontada com a violência do latifúndio. E com a criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975, os trabalhadores passaram a ter um espaço significativo dentro da Igreja. Além disso a CPT oferecia um apoio institucional importante às lutas dos camponeses, que até então foram secundarizadas pelos partidos políticos (ALVES, 2003, p.49)

Ainda que tenha ocorrido essa mudança social de lugar por parte da Instituição religiosa, agora, em favor dos pobres, para Martins (2000), a Igreja cometeu sérios erros ao assumir a defesa da reforma agrária. A crítica do autor ocorre no sentido de que a instituição tenha demorado demais para assumir essa postura. Pois “relutou comprometedoramente em assumir em tempo a reforma agrária como meio apropriado de política social que assegurasse às suas bases camponesas o direito sobre a terra, pois a reforma a colocaria numa relação conflitiva com os grandes proprietários de terra, dos quais era uma aliada histórica” (2000, p.98).

A sua crítica não para por aí, pois, se, por um lado a Igreja não se apressou em assumir a causa dos pobres do campo; por outro lado, precipitadamente se apressou na opção pelo partidarismo político, conferindo à luta pela terra uma posição mais partidária do que política¹⁷, que realmente é. Para Martins (2000) os desencontros começam justamente aí, na negação do político e na afirmação do partidário.

Os desencontros podem ser percebidos também na forma pela qual a reforma agrária é capturada politicamente, pelas instituições/organizações que a defendem ou que a implementam. Enquanto, para os principais interessados, os camponeses sem-terra, a reforma é tão somente a conquista de um pedaço de chão; para a Igreja, no momento anterior ao golpe militar de 1964, seria a prevenção contra os comunistas, contra a maré vermelha. Para o Estado Militar das décadas de 1960-1980, a reforma agrária era proposta como uma política de segurança nacional, agindo de forma a controlar focos de tensão. Já para parte dos estudiosos (Martins, Fernandes e Stédile, Fabrini, Viotti da Costa) é defendida como mecanismo de inclusão no sistema capitalista, e de desenvolvimento deste, na medida em que ocorre a inserção no mercado de uma massa de trabalhadores com os seus produtos e como força de trabalho.

Há, por outro lado, a defesa da reforma como mecanismo de correção da reforma tecnológica preconizada pelo Estado Militar. É o que afirmou o então deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT), nas discussões sobre a reforma agrária, na constituinte de 1988, conforme registrou SILVA, J. Gomes (1989).

O objetivo de uma Reforma Agrária nos dias de hoje não é lograr o aumento da produção ou da produtividade agrícolas, pois isso a simples modernização conservadora tem alcançado, mesmo às custas da deterioração da natureza, da invasão de áreas indígenas e dos genocídios que hoje ensangüentam o campo. A reforma agrária [...] destina-se a assegurar a democracia, eliminar em prazo

¹⁷ O autor se refere ao fato de que o surgimento do Partido dos Trabalhadores, (PT) em fevereiro de 1980, tenha como berço a Comissão Pastoral da Terra(CPT), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dessa forma, a reforma agrária que deveria ser uma questão suprapartidária, uma questão de ordem política de interesse nacional; no momento em que é defendida por um partido político, passa a ser uma questão partidária, uma disputa ideológica, afirmando o que é partidário e negando o que é propriamente político (MARTINS, 2000, p.21).

razoável a pobreza, que não agrida o índio, que espolie o trabalhador rural (SILVA, 1989, p.109).

Assim também entende Fabrini (2001, p.90), para quem a reforma agrária não é apenas um instrumento de acomodação da massa de trabalhadores excluídos. A reforma agrária e os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra devem ser entendidos como parte de uma política social e econômica. O mérito do assentamento não está apenas no aumento da produção/productividade. Mais que isso, os assentamentos significam uma reintegração e ressocialização dos trabalhadores, não necessariamente ao mundo econômico e do mercado, mas à sociedade de um modo geral. A reforma agrária, não seria, dessa forma, condicionante para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, visto que este já se procedeu, mas sim um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento.

Quanto à atuação da Igreja, a sua postura que a princípio era contra o perigo vermelho diante do avanço das forças de esquerda nos anos que antecederem o golpe militar de 1964, ao mesmo tempo protegendo o latifúndio; tempos depois do Estatuto da Terra, a sua postura foi no sentido de defender os pobres do campo, passando a condenar o latifúndio, assumindo uma postura política mais à esquerda.

Se, por um lado, as ações da Igreja, no entendimento do autor, são carregadas de desencontros, por outro, é inegável que somente pelas suas ações foi possível a entrada da pauta da reforma agrária na agenda política do Estado. Certamente, sem essa mudança de posição da Igreja, ao lado dos movimentos sociais rurais e dos trabalhadores em defesa da reforma agrária, não teríamos no país os 9.394 assentamentos implementados pelo INCRA, ocupando uma área de 88.276.525,7811 hectares (INCRA, 2018)

Se são válidas as considerações do autor sobre a atuação da Igreja, válidas também são suas observações quanto aos desencontros dos militares na criação e aplicação do Estatuto da Terra, que, embora contemplasse, no texto legal o mínimo necessário para a reforma agrária,

acabou sendo utilizado como instrumento de controle político das lutas no campo e de empresarialização da agricultura por parte dos militares.

Pois, como afirmou Martins (1986, p.65), à medida que o governo embarca numa política de empresarialização da agricultura, através de incentivos, de proliferação de empresas rurais, sobretudo grandes empresas, acaba mudando o percurso de sua política agrária, para uma linha radicalmente favorável à expropriação das populações rurais e à implantação da empresa capitalista no campo.

1.3.2 – O Estado militar e a questão agrária

Interessante é pontuarmos o momento histórico em que o Estatuto da Terra foi outorgado¹⁸. O Estatuto nasceu nos primeiros oito meses do regime militar, que durou 21 anos. Ditadura que se instaurou justamente em função das reformas de base anunciadas pelo presidente João Goulart (1961-1964), em especial, a reforma agrária. O ponto contraditório da questão é que o Estatuto trouxe, no seu texto legal, basicamente, aquilo que se esperava antes do golpe militar de 1964: a possibilidade de se promover uma reforma agrária.

Para Stédile (2007, p. 145), por paradoxal que possa parecer, pelo fato de ter sido gerado no seio de uma ditadura militar, o Estatuto da Terra teve importante significação como resultado de um longo processo de luta de camponeses e de cidadãos comprometidos com a reforma agrária. Como entender uma lei progressista outorgada por um governo ditatorial militar?

Para o autor, essa aparente contradição pode ser vista de duas vertentes:

¹⁸ No direito, o verbo outorgar tem o significado de “impor” através de uma lei a vontade política de um ditador ou do regime ditatorial. No caso do Estatuto da Terra, de 1964 e da Constituição de 1967, não se pode dizer que foram promulgadas, pois não partiram da vontade do povo, mas sim outorgadas, pois foram impostas ao povo.

1 - A primeira, seria o ideário cepalino¹⁹ defendido pelo Ministro deposto Celso Furtado, por Ignácio Rangel, entre outros que defendiam o caminho do desenvolvimento do mercado interno, interiorização da industrial nacional, distribuição da renda e, por conseguinte, a reforma agrária como forma de desenvolver as forças produtivas e o capitalismo no país.

2 - A segunda tem origem nas ideias defendidas pelos estadunidenses, na reunião de Punta del Este, 1961, quando John Kennedy propôs a Aliança para o Progresso. Defendia a necessidade de reestruturação da propriedade da terra como forma de consolidar a via capitalista, assustado que estava com as consequências e possível influência da recente revolução cubana, que teve forte base social entre os camponeses sem terra (STÉDILE, 2007, p149).

Contudo, para Stédile, o Marechal Castelo Branco²⁰, que havia sido formado ideologicamente nos Estados Unidos, considerava necessário fazer algum tipo de reforma agrária para minimizar o problema da pobreza, particularmente do Nordeste, que ele, por ser cearense, conhecia bem.

Nesse sentido, vale a contribuição de Martins (2000, p.25), ao afirmar que convém ter em conta, além do mais, que a reforma agrária tanto pode nascer da demanda, da pressão e das necessidades populares, quanto pode nascer das necessidades econômicas ou políticas das elites, como ocorreu nos Estados Unidos, ou das necessidades geopolíticas do Estado. Foi o que aconteceu no Japão.

A reforma agrária brasileira (no caso, o Estatuto da Terra) também imposta pelos americanos para atenuar tensões políticas e ampliar mercados. É uma simplificação imaginar que só pode haver reforma agrária com base nas lutas

¹⁹ CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe. Sediada em Santiago no Chile, é uma das cinco comissões regionais da ONU, que tem como mandato o estudo e a promoção de políticas para o desenvolvimento econômico de sua região, especialmente, estimulando a cooperação entre seus países e o resto do mundo, funcionando como centro de excelência de altos estudos. As outras comissões são para a África, para a Europa, para a Ásia e o Pacífico e para a Ásia Ocidental.

²⁰ Humberto de Alencar Castello Branco foi um dos articuladores do golpe militar e o primeiro dos cinco militares que comandaram a nação por 21 anos. Governou entre 1964 e 1967. Foi sucedido por Artur da Costa e Silva que governou entre 1967 e 1969.

populares. A reforma agrária brasileira de fato combina os interesses dos trabalhadores rurais, da sociedade e os do capital e do Estado (MARTINS, 2000, p.25).

Se a reforma agrária brasileira combina os interesses dos trabalhadores rurais, da sociedade e os interesses do capital e do Estado, como posto na citação acima, parece-nos que esses interesses não se combinam de forma equitativa, pois as nossas análises nos levam a pensar que a balança está pendendo para o lado dos dois últimos, em prejuízo dos dois primeiros. Caso assim procedesse, viríamos os assentamentos também prosperarem, da forma como prospera o agronegócio.

É o caso de pensarmos novamente no Santa Rosa, em que os assentados vivem sob pesadas imposições enquanto o agronegócio vizinho prospera. Ou mesmo como se viu na Amazônia, em que a fronteira, até então, aberta para a gente sem terra do Nordeste e também do Sul e do Sudeste, foi sendo aberta também aos capitalistas. Portanto, essa única válvula de reforma agrária foi em grande parte fechada apenas dois anos após a promulgação do Estatuto quando o governo federal estabeleceu uma política de subsídios para estimular a implantação de empresas industriais e agropecuárias na região amazônica.

De acordo com Martins (1986), as terras novas, nas áreas de fronteira, foram ocupadas da seguinte forma:

Antes do golpe militar, entre 1950 e 1960, as terras novas foram ocupadas do seguinte modo: 85% para estabelecimentos com menos de 100 hectares e 15% para estabelecimentos com mais de 100 hectares. Já na vigência do Estatuto, entre 1960 e 1970, essa distribuição de terras novas sofreu modificações, beneficiando os grandes proprietários: 35% das terras foram para os pequenos e 65% para os grandes. Entre 1970 e 1980, a década da grande violência no campo, os pequenos receberam 6% das terras e os grandes 94%. Porque, na verdade, o Estatuto da Terra não foi feito para concretizar o sonho de terra dos trabalhadores rurais. Foi feito para reprimir as lutas pela terra que vinham crescendo desde o fim da segunda guerra mundial, para evitar que uma vitória dos trabalhadores contra os grandes proprietários destruísse a aliança política que, desde a proclamação da República, é a base do Estado brasileiro e do poder político no Brasil: a aliança entre grandes capitalistas e proprietários (MARTINS, 1986, p. 49).

Porém, em Martins (1981, p.97), o que chama atenção é o fato de que, no ano de 1975, a grande propriedade se apropriou de 99,8% das novas terras, enquanto somente 0,2% das terras foi apropriada por estabelecimentos com menos de 100 hectares, isto é, pela agricultura camponesa. Esses dados não deixam dúvidas de que, com o Estatuto, o capital e a grande propriedade foram os maiores favorecidos, pois mostram de modo inequívoco o caráter concentracionista do Estatuto da Terra e da política fundiária do governo militar. O autor também alerta para o fato de que, enquanto eram concedidos incentivos fiscais às empresas do Sul e Sudeste e mesmo para empresas estrangeiras para que se tornassem proprietárias de terras na Amazônia, não havia qualquer política de subsídio para os camponeses instalados nessas mesmas áreas.

Ou seja, a mesma região que o Estatuto destinava formalmente à ocupação pelos camponeses deslocados das regiões onde exerciam seus efeitos concentracionistas, passou a ser destinada também aos grandes grupos econômicos, além do mais, estimulados pelos incentivos fiscais. Viu-se que mesmo com as promessas dos militares em levar gente sem terra para uma terra sem gente, como propôs o General Médici²¹, o que se procedeu de fato foi a sua ocupação pela propriedade capitalista. Justifica-se, assim, o uso intenso da expressão “desencontros”, por Martins na sua análise da questão agrária brasileira.

Os investimentos subsidiados às empresas do Sudeste e do Sul na região amazônica, mostram a ação equivocada do Estado, pois, ao invés de suprimir os entraves representados pela propriedade da terra ao desenvolvimento capitalista, o Estado militarizado optou pelo subsídio ao capital e pela preservação, ou mesmo ampliação, da política da renda fundiária. Forçou, assim, a associação entre a propriedade da terra e o capital, convertendo o capital em proprietário da terra, inteiramente fora do padrão clássico (MARTINS, 1986, p 86).

²¹ Emílio Garrastazu Médici, foi o terceiro dos presidentes militares do Brasil, tendo governado a nação entre outubro de 1969 e março de 1974.

A fronteira recém-aberta acabara de ser fechada. Não de dentro para fora, com a ocupação camponesa, mas de fora para dentro a partir do momento em que foi apropriada pela grande propriedade associada ao capital. Como observou Stédile (2007, p.151), “A fronteira se fecha não pelo esgotamento das terras, mas pela força do capital. Se fecha de fora para dentro”.

Não por acaso, a década de 1970 foi considerada a década da grande violência no campo. Para Stédile (2007, p. 152), somente quando a ditadura militar começa a dar sinais de crise a partir de 1979, durante o governo Geisel²² e, posteriormente, no governo Figueiredo²³, invocasse o Estatuto da Terra para realizar desapropriações em algumas áreas de conflito social. Inaugura-se a reforma agrária pontual, destinada a amainar os conflitos sociais e evitar reações mais vigorosas dos camponeses. Esse artifício não funcionou, e o que vimos no período de 1979-1983 foi a eclosão de muitas lutas de posseiros na Amazônia e o ressurgimento da luta “massiva” pela terra em, praticamente, todo o território nacional.

Para Martins (1981, p.96-97), o uso do Estatuto pelos militares permitiu que se fizesse da reforma agrária brasileira, uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornasse tenso, oferecendo riscos políticos. Aplicando-se o Estatuto, procurava-se impedir que a questão agrária se transformasse numa questão nacional, política e de classe. Era, em primeiro lugar, instrumento de controle político de um Estado militarizado que permitia, em segunda instância, realizar desapropriações de terras e destiná-las aos camponeses posseiros e sem terras.

Vai mais longe ainda o autor, ao afirmar que em momento algum o Estatuto deixou de ser aplicado pelo Estado militar. Não que sua aplicação atendesse aos objetivos da população camponesa, mas aos interesses do capital e da agricultura em vias de modernização. “A verdade,

²² Ernesto Beckmann Geisel, foi o quarto dos presidentes militares do Brasil, tendo governado a nação entre março de 1974 e março de 1979.

²³ João Baptista de Oliveira Figueiredo, foi o quinto e último dos presidentes militares do Brasil, tendo governado a nação entre março de 1979 e março de 1985.

entretanto, é que a ditadura aplicou o Estatuto esse tempo todo. O objetivo principal do Estatuto não é o de redistribuir terra para quem nela trabalha, mas fundamentalmente promover a expansão da agricultura empresarial” (MARTINS, 1986, p. 35).

Via-se que, enquanto o governo militar criava entraves para a agricultura camponesa, abriam-se literalmente as porteiças do crédito para a agricultura empresarial, implantava projetos de colonização como, por exemplo, o Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros; de modo que a reforma agrária pretendida pelos camponeses ficou em plano secundário diante da opção do Estado pela reforma tecnológica. Uma reforma aplicada, por sinal, apenas à grande propriedade, alterando as técnicas produtivas, elevando a produtividade agrícola, mas mantendo antigas relações sociais.

É nesse processo que o Estado, atendendo aos próprios interesses bem como aos interesses estrangeiros, em especial, do Japão, coloca os Cerrados dos sertões do interior do país à disposição do capital internacional. É nesse contexto que o lugar de estudo, o Entre Ribeiros, no município de Paracatu, torna-se palco de intensas transformações a partir de investimentos de capital e tecnologia, com a implantação do Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, como veremos na seção 2.

Quanto ao Estatuto da Terra, vimos que atendeu aos dois lados da questão agrária, ao Estado e aos trabalhadores, de forma distinta. Para estes, foi e continua sendo o instrumento legal invocado na luta pela terra; porém, para aquele, foi instrumento aplicado de forma a conceder privilégios à grande propriedade via de regra associada ao capital.

Do ponto de vista do Estado, foi visto por Martins (2000) como aparato institucional para administrar a questão fundiária, de modo a que ela não comprometesse os planos nacionais de desenvolvimento que a têm como um dado secundário; com o Estatuto o golpe de Estado assegurou que a propriedade da terra, isto é, a renda fundiária, continuasse sendo um dos fundamentos da acumulação e do modelo capitalista de desenvolvimento no Brasil. Portanto,

um capitalismo discrepante em relação ao modelo dominante nos países hegemônicos, Martins (2000, p.98).

Do ponto de vista do trabalhador, o Estatuto ecoava como possibilidade concreta de uma reforma agrária. Ainda hoje, quando o MST ocupa terras o faz com base num pressuposto do Estatuto, o de que são potencialmente destinadas à desapropriação para reforma agrária as terras do latifúndio e do latifúndio improdutivo. Convém não se esquecer de que foi o Estatuto que nos deu o primeiro, e até hoje único, conceito operacional de latifúndio. Durante muitos anos, a Contag e a CPT lutaram simplesmente para que o Estatuto fosse cumprido, porque nele se continha o básico da reforma agrária e suas derivações sociais pretendidas. Magistralmente, conclui Martins (2000, p.135): “O que havia de mau no Estatuto não era o Estatuto: era do regime político, que o propunha como um instrumento da política da segurança nacional”.

1.3.3 – A reforma agrária proposta por oposições

No livro Reforma Agrária: o impossível diálogo (2000), dedicado à análise do processo histórico que conduziu a uma não- reforma agrária no Brasil, especialmente nas últimas cinco décadas, isto é, no pós-1964, Martins expõe as razões pelas quais ocorrem os desentendimentos e/ou desencontros entre os defensores da reforma agrária, denominados pelo autor como “grupos mediadores”, e o Estado que, historicamente, assumiu seu papel do lado da grande propriedade e do capital.

Denomina como sendo “mediadores” os movimentos sociais, dentre eles, o de maior envergadura, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e dentre as instituições

religiosas, a Igreja Católica²⁴, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), setores esclarecidos da classe média e grupos de esquerda (MARTINS, 2000, p. 93).

Se há desencontros e desentendimentos sobre a questão é porque existem dois lados. De um lado, estão aqueles que lutam pela terra, e do outro lado da questão agrária, está uma elite latifundiária, historicamente, detentora das terras, do capital, do poder político e o respectivo controle do poder judiciário, que, juntos, não priorizam a promoção de uma reforma agrária inclusiva e que altere a estrutura fundiária. Esses representam a sólida aliança política que, segundo Martins (1986), desde a proclamação da República, são a base do Estado brasileiro e do poder político no Brasil: a aliança entre capitalistas e proprietários (MARTINS, 1986, p. 49).

Entre os dois lados da questão agrária, isto é, entre os que lutam para entrar na terra e os que lutam para conservá-la sob seu domínio, está a Lei de Terras, que, para Martins (2000) representa um importante ponto a ser discutido, porém pouco aparece no debate sobre a questão agrária. Para o autor, uma das razões, senão a maior, dos desencontros e desentendimentos encontra-se justamente nessa Lei.

Para Martins (2000, p. 136), a questão agrária brasileira nasceu em 1850, quando o velho e flexível regime de sesmarias, suspenso em 1822 pelas Cortes de Portugal, poucos meses antes da independência, foi finalmente substituído por uma lei que transferia o domínio do território ao particular, juntando-o ao da posse. O ponto para o qual o autor chama atenção é o fato de a Lei nº 601, de 1850 (Lei de Terras) ter transferido ao particular o domínio e a posse. Com isso, criou-se uma espécie de direito absoluto que é a principal causa do latifundismo brasileiro e das dificuldades para dar à terra, plenamente, uma função social.

²⁴ A obra de Martins nos foi útil para compreender os vários momentos e posturas da Igreja Católica quanto à questão da terra. Em um primeiro momento, até o golpe militar de 1964, de uma postura de direita e anticomunista marcada pelo temor em contestar a grande propriedade como causadora dos problemas sociais no campo. Num segundo momento, a partir de 1973, uma postura mais agressiva defendendo abertamente a causa da luta pela terra. Um terceiro momento, quando ocorre a partidização por parte desta, com decisiva participação na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Na junção de posse e domínio como base do novo regime de propriedade, o da propriedade plena e sem restrições sociais ou políticas, o Estado (monárquico) abdicou de um direito essencial como agente regulador da mediação territorial como recurso de justiça social. Com isso, transferia seus direitos e suas responsabilidades sobre o uso da terra aos proprietários privados e entregava ao mercado a dinâmica da distribuição e redistribuição da terra.

O Estado abria mão do direito de arrecadar terras sem indenização, as terras não utilizadas por seus senhores – abria mão de seu senhorio sobre o território. Com o domínio absoluto sobre a propriedade, os fazendeiros puderam preservar, no interior de suas terras, trabalhadores submetidos a uma espécie de servidão baseada na produção direta dos meios de vida em troca de diferentes formas de renda em trabalho (MARTINS, 2000, p.136).

No entendimento do autor, os debates sobre a reforma agrária tornam-se infrutíferos se não ocorrerem discussões, ao mesmo tempo ou previamente, que promovam uma reforma nesse direito. Isso implica afirmar que, antes de haver uma reforma agrária, é necessário haver uma reforma no regime de propriedade instituído a partir da Lei de Terras. No entanto, “curiosamente, esse tema nunca foi posto em debate pelos diferentes grupos sociais, políticos e religiosos que preconizavam ou preconizam uma reforma agrária para resolver o problema social no campo” (MARTINS, 2000, p. 139).

Com isso, os desencontros se perpetuam, e a questão passa a ser outra: como adquirir terras necessárias para a reforma agrária, considerando que, na questão agrária há o lado do direito de propriedade e o lado dos problemas sociais que cria? “É esse desencontro que faz com que a questão agrária se manifeste como questão social e não como questão econômica e simplesmente política” (Martins, 2000, p.126).

Em determinado trecho de seu livro *Reforma Agrária: o impossível diálogo* (2000), o autor menciona a reforma agrária pretendida pela Comissão Pastoral da Terra:

Para a CPT, uma verdadeira reforma agrária implica desapropriação de uma grande quantidade de terras, em tempo razoavelmente curto, para incidir sobre a concentração da propriedade privada da terra. O pagamento da indenização das terras poderia ser feito a prazo para possibilitar a desapropriação massiva e garantir a oferta de recursos financeiros para apoiar os assentamentos com crédito, assistência técnica e capacitação (MARTINS, 2000, p, 23).

A crítica de Martins é no sentido de que a proposta da CPT trata de um programa limitado a aspectos puramente quantitativos da reforma – “desapropriação de uma **grande quantidade de terras**, em **tempo razoavelmente curto**” [grifos do autor JSM]. Os aspectos qualitativos e essenciais de uma reforma agrária ficam completamente de fora.

Nenhuma referência é feita ao fato de que mantida a lógica do regime fundiário, continuam operando simultaneamente às desapropriações e à reforma, os mecanismos de reconcentração da propriedade. Coisa que, aliás, vem se observando há muito na história dos assentamentos e das nossas sucessivas políticas fundiárias desde o império (MARTINS, 2000, p.23).

A observação do autor é substancial no sentido de que, mantendo a lógica do regime de propriedade instituído pela Lei de Terras, mesmo que ocorram as desapropriações de terras e sua conseqüente ação distributiva pelo Estado na forma de lotes nos assentamentos, o capital aos poucos, promove a sua reconcentração. Oportuno se faz assinalar que, na área estudada, no assentamento Santa Rosa, das desistências e transferências corriqueiras, muitos dos lotes acabam sendo transferidos a terceiros que pouco representam o grupo social ao qual os assentamentos da reforma agrária são destinados, os sem-terra. Seria o cachorro correndo atrás do próprio rabo: o Estado implantando assentamentos e, ao mesmo tempo, permitindo, pela legislação e pelas regras do mercado, que, muitas vezes, levam à expropriação camponesa, que o capital continue reaglutinando e concentrando terras.

Outro ponto do debate do autor sobre os desencontros da questão agrária é quanto à existência dos chamados grupos mediadores. Martins (2000) sugere que sua existência seria supostamente possível pela incapacidade do principal interessado no acesso à terra, o camponês, de ser sujeito ativo daquilo que reivindica para si, dada a sua condição histórica de isolamento.

Para Fabrini (2003) essa condição de isolamento favoreceu a entrada em cena dos chamados grupos mediadores.

O isolamento dos camponeses em suas propriedades não permite o desenvolvimento de ações coletivas e dificilmente seriam capazes de pensar as relações sociais globalmente e na sua totalidade. As ligações locais não

permitem a construção de interesses coletivos entre eles. Seu interesse é essencialmente individual. Assim, os camponeses não se constituam como uma classe com força política porque se encontravam fragmentados e isolados em suas pequenas propriedades (FABRINI, 2003, p.222).

Assim, na impossibilidade de defender a própria causa, abrem caminho para os distintos agentes que, legítima ou ilegitimamente, passam a defender a causa do outro, do camponês, que supostamente não tem voz. Não foram os camponeses que, em conjunto, colocaram o tema da reforma agrária na agenda política, foram outros agentes sociais que o fizeram. Para Martins (2000, p. 20-21), é fora de dúvida que CPT e MST foram as principais organizações responsáveis pela inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, já não mais como problema residual, episódico e menor, como fora desde a aprovação do Estatuto da Terra, mas como rotineiro problema social de urgência.

No entanto, como que usurpando o seu direito à voz, a voz que defende o camponês não é a sua própria, mas de setores ligados a uma suposta classe média, representados ora pelas ações dos sindicatos, partidos políticos e órgãos ligados à Igreja, por meio da CNBB e a CPT. Para Martins (2000, p. 92), a principal frente de luta e as principais lideranças da luta pela reforma agrária vêm da classe média²⁵, ainda que de uma classe média recente, e não raro de

²⁵ Enquanto o sociólogo José de Souza Martins atribui a defesa da reforma agrária, em parte, à classe média, o também sociólogo Décio Azevedo Marques de Saes faz uma interessante análise sobre a atuação da classe média em defesa da escola pública. Em artigo intitulado *Classe Média e Escola Capitalista*, o autor argumenta que a classe dominante tem, no seu conjunto, interesse econômico em que a sua mão de obra se assegure do acesso à instrução elementar, porém, a combinação das hesitações capitalistas quanto à formação de sua mão de obra com os temores capitalistas com relação ao potencial subversivo de qualquer conhecimento indica que dificilmente o capital desempenhará o papel de força principal na instauração do ensino elementar obrigatório e gratuito. Do mesmo modo, quanto à questão da terra, a classe dominante, isto é, os grandes proprietários, negam-se a conceder terras aos trabalhadores. A negação da terra e da educação é a condição para que a classe dominante mantenha o controle sobre a classe trabalhadora.

Quanto à classe trabalhadora, para Saes, o interesse objetivo é a universalização da educação de base, seja para proporcionar às suas crianças oportunidades de ascensão individual na escala social, seja para lhes propiciar o acesso aos conhecimentos indispensáveis à organização da luta contra as classes exploradoras. No entanto, para as famílias de trabalhadores manuais, as crianças constituem mão de obra suscetível de ser colocada, desde cedo, a serviço da reprodução material da unidade familiar. A entrada das crianças no ensino fundamental representa um desvio de energia que poderia ser empregada na esfera do trabalho e, portanto, indiretamente, um empobrecimento da família trabalhadora. Assim, a classe trabalhadora, embora seja a principal beneficiária da escola pública, não é a sua principal defensora. Semelhantemente, para Martins, seja pela clausura cultural em que vivem os camponeses, ou nos dizeres de Fabrini, o isolamento camponês, não permite que ocorra uma luta organizada, um projeto coletivo, antes sim lutas individuais ou de pequenos grupos em busca da terra. A luta pela terra não se origina necessariamente nem da classe dominante nem na classe trabalhadora, assim como ocorre na escola pública, segundo os autores acima.

intelectuais que não têm nenhum vínculo com a terra ou agricultura, razão, aliás, das muitas distorções que tem alcançado o debate político sobre o tema.

Nesse sentido, a história do camponês continua sendo uma história de sujeições. Não só a sujeição à opressão do latifúndio, da servidão que há nelas, mas também a falta de liberdade e de condições para dizer a própria palavra.

O silêncio dos pobres não vem apenas da clausura cultural em que vivem. Vem também da usurpação da palavra, do querer e do esperar por parte daqueles que, ao pretenderem generosamente ser solidários, acabam impondo-lhes um novo e mais grave silêncio, o da fala postiça inautêntica e anômica (MARTINS, 2000, p.69).

Reitera o autor, que, até hoje (MARTINS, 2000, p.77), muito do debate sobre a reforma agrária expressa essa desconexão entre a situação dramática de quem dela precisa e a imprecisa consciência que dela tem os que a reivindicam em nome dos que dela são necessitados. Há, portanto, um descompasso entre os sujeitos que promovem a luta pela reforma agrária e aqueles

Resta, portanto, para Saes, à classe média o papel histórico de vanguarda na luta pela instauração de um sistema de educação pública nas sociedades capitalistas. No entanto, segundo o autor, os integrantes da classe média que se autorrepresentam, no plano ideológico, como trabalhadores não-manuais, distintos dos trabalhadores manuais e superiores a eles nos planos profissional e social, promovem a defesa da escola pública, não em seu benefício direto, mas indiretamente. É que enquanto as classes trabalhadoras manuais usufruem da escola pública, gratuita e obrigatória, cuja função social seria a de propiciar não só educação para todos, mas, mais que tudo, a mesma educação para todos; a classe média, que não precisa da escola pública, inscreve seus filhos nas escolas particulares, supostamente em busca de um ensino de melhor qualidade.

Mas qual seria a lógica? Para esse autor, a classe média não defende um ensino elementar público, obrigatório e gratuito por pensar que esse modelo de prestação de serviços educacionais assegurará uma boa educação elementar aos seus próprios filhos. Na verdade, a classe média é a única classe social cujos membros consideram que a reprodução de sua situação econômica e social através dos filhos depende essencialmente da educação escolar, pois é esta que permite no mínimo, à geração seguinte, manter a condição de trabalhadores não-manuais, portanto superiores, dentro da hierarquia do trabalho, aos trabalhadores manuais. Mesmo pais de classe média que manifestam abertamente seu apreço pela escola pública inscrevem muitas vezes os seus próprios filhos em escolas particulares, por suporem que o que está em jogo, nessa escolha, é, antes de mais nada, a qualidade do ensino elementar a ser ministrado aos seus filhos. Uma pesquisa de João Batista Araújo e Simon Schwartzman indica que quase 70% dos professores da rede municipal pesquisada escolheriam, se pudessem, uma escola particular para os seus filhos; e que quase 60% dos professores da rede estadual pesquisada fariam uma escolha similar. Portanto, inscrevê-los numa escola particular, onde o alto preço da mensalidade não só garante a qualidade do ensino como também elimina uma parte dos futuros concorrentes, delinea-se como a estratégia mais adequada para a consecução desse objetivo. Aqui encontramos a ideologia orgânica da classe média: este grupo precisa provar ao conjunto da sociedade, e mais especificamente à classe capitalista, que os detentores dos postos de trabalhador não-manual, dentro da divisão capitalista do trabalho, ocupam esses lugares por terem provado na vida escolar, em provas, em concursos etc. que são os mais competentes para tanto.

E quanto à questão agrária? Não estaria essa classe média, ao defender a reforma agrária, com o objetivo de atribuir aos camponeses as tarefas braçais, menos qualificadas e também menos valorizadas, semelhantes aos trabalhadores manuais da cidade, enquanto essa classe média urbana tenha caminho livre para se dedicar às atividades não manuais, supostamente mais valorizadas do que o trabalho camponês, como o comércio e prestação de serviços? Fica, no momento, a indagação.

que dependem dela. Os sujeitos que lutam pela terra não são os sujeitos que vivem na terra. Enfim, os desencontros se acentuam porque os setores que se inquietam com a pobreza e as injustiças sociais não têm uma visão enraizada na experiência de vida de quem da reforma agrária precisa.

Não por acaso, o vocabulário dessas lutas, *agrário, camponês, latifúndio, burguesia*, etc., é um vocabulário historicamente ausente no nosso mundo rural, palavras que não expressam de fato os conflitos e as polarizações sociais, que fluem de outro modo. *O vocabulário da luta não coincide com o vocabulário da vida*, o que quer dizer que a consciência da luta é diversa da consciência de quem quer dirigir a luta (MARTINS, 2000, p.75).

A crítica de Martins aos agentes mediadores não se restringe apenas à usurpação da voz dos camponeses. Os desencontros continuam a ocorrer, no sentido de que, se, por um lado, os chamados grupos mediadores valorizam a inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, que, por sua vez, viabiliza a implementação de assentamentos e regularizações fundiárias; por outro lado, desqualificam as ações do governo, ao afirmarem que somente os realiza por pressão dessas organizações.

Em nosso país, muitos dos mais ativos e agressivos mentores, animadores e participantes de movimentos particulares implicitamente, sugerem que os próprios movimentos são uma anormalidade, que a “boa sociedade” é aquela em que o povo não precisa reivindicar e propor. Fazem isso e expõem o seu equívoco quando legitimamente fazem pressões sobre o governo em favor de suas demandas sociais. E em seguida, condenam o governo por atendê-los, dizendo que o governo só age sob pressão (MARTINS, 2000, p. 61).

Para o autor, isso fica evidente, quando setores da Igreja e do MST encaram negativamente o fato de que “precisam pressionar para que o governo faça a reforma agrária”, sugerindo, portanto, que sua forma ideal de governo é aquela em que o Estado absoluto usurpa²⁶

²⁶ Segundo Martins (2000), é equivocada a ideia de que é necessária a antecipação do Estado às questões sociais. Para o autor, o normal é que primeiro ocorram as demandas sociais e somente depois ocorram as ações do Estado. Até mesmo na área do Direito ocorre dessa forma: primeiro ocorre o fato jurídico, somente depois vem a Lei para regulamentá-lo. Para mostrar o equívoco dos grupos mediadores, o autor cita as ações de antecipação preventiva no período da ditadura militar relacionadas à questão agrária. “Seria um erro não reconhecer que, desde o Estatuto da Terra, a ditadura, por razões de segurança nacional e de controle militar das lutas sociais no campo, havia incorporado na própria lei elementos de definição prévia de áreas de tensão social para que o governo se antecipasse ao conflito e fizesse as desapropriações necessárias à reforma. Esse procedimento tinha por objetivo inviabilizar a transformação das tensões no campo em conflitos articulados ideologicamente e vinculados a partidos na ilegalidade, que comprometessem a segurança do regime. Aliás, o governo militar teve como norma não fazer desapropriações nem realizar assentamentos em áreas invadidas. Quem reivindica hoje essa antecipação governamental parece não se dar conta de que ela diz respeito à continuidade de um procedimento ditatorial para

as iniciativas da sociedade, a ela se antecipa e impõe unilateralmente as soluções para os problemas sociais. Essa visão, portanto, nega legitimamente aos próprios movimentos sociais, de cujos objetivos se propõem como porta-vozes.

Em outros termos, se o governo fecha os olhos aos graves problemas sociais, está sendo omissivo; se atende às reivindicações é porque está sendo pressionado. Com isso a Igreja, mas sobretudo a CPT, contraditoriamente, consegue finalmente lograr a obtenção de uma política agrária compatível com as suas propostas e ao mesmo tempo bloqueia na base a efetivação dessa política ao criar e estimular uma resistência partidária de base que contesta e recusa a solução dos problemas sociais que denuncia. (MARTINS, 2000, p. 65).

Para o autor, outro ponto de desentendimento entre Estado e os grupos mediadores é acerca das regularizações fundiárias. Qualquer ato do governo em relação à reforma agrária é questionado em nome do fato de que não se trata de reforma agrária. Autores e militantes dizem, com frequência, que a regularização fundiária da situação dos posseiros na extensa e complicada região amazônica e no Centro-Oeste não é reforma agrária e não deveria entrar nas estatísticas oficiais da reforma. Demonstra isso transcrevendo a fala de D. Tomás Balduino em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo, 2 de maio de 2002, p. A9). “Este governo promoveu a regularização de ocupações e de posses que já existiam e colocou isso na conta da reforma agrária, como se fossem desapropriações. Mas não existe uma política de reforma agrária. Tudo o que acontece é sob pressão” (MARTINS, 2000, p.101).

Estranhíssima interpretação, declara Martins (2000, p.100-101), pois todo o aparato institucional das oposições para lutar pela reforma agrária nasceu, floresceu e se consolidou

esvaziar as lutas e reivindicações sociais. Com a descentralização política e a redefinição do lugar da sociedade, em face do Estado, na gestão de questões sociais ou das questões de interesse da comunidade local, a precedência e a iniciativa das organizações e movimentos sociais no processo de reforma agrária é o normal e não o contrário” (MARTINS, 2000, p. 129-130).

Esse entendimento do autor, portanto, não nos impede de pensar que, em um país onde os ideais de justiça social caminham juntos aos anseios capitalistas de reprodução do capital, o Estado tenha a função de propor políticas públicas que promovam a inclusão social, dentre elas a reforma agrária.

com as sangrentas lutas dos posseiros, sobretudo na Amazônia Legal, para terem seu direito à terra de trabalho reconhecido e legalizado. As grandes lutas pela terra nos anos sessenta e setenta e ainda nos anos seguintes foram, fundamentalmente, lutas pela regularização fundiária. Então, as oposições à ditadura, a Igreja e a Contag definiam essas regularizações como reforma agrária e clamavam por ela com base no Estatuto da Terra outorgado pela ditadura militar.

Para o autor, de fato, a regularização fundiária no Brasil é, na maioria dos casos, legítimo ato de reforma agrária, pois à medida que as terras dos posseiros são reconhecidas e regularizadas, impede-se que sejam agregadas à grande propriedade. Apenas quem não conhece a realidade social do campo pode supor que a regularização é mero ato administrativo sem maior alcance. A sofrida e sangrenta resistência dos posseiros à sua expulsão violenta da terra, para beneficiar grileiros e latifundiários e viabilizar a política de consolidação da aliança da terra com o capital, impôs ao Estado brasileiro, nos anos mais difíceis da ditadura, a necessidade de atenuar e redefinir parcialmente o seu projeto fundiário.

Foi o que salvou o país de se transformar num território de enclaves do poder absoluto do capital latifundista. Esquecer disso ou não saber disso, desqualifica qualquer análise pretensamente crítica da reforma agrária em andamento. A regularização da situação fundiária dos posseiros do país foi e é um legítimo ato de reforma agrária porque impõe limites ao processo expropriatório que daria ao país uma estrutura fundiária muito mais concentrada e latifundista que a atual (MARTINS, 2000, p.92).

Portanto, em relação à reforma agrária, Martins chega a afirmar que essas organizações (MST e CPT) parecem estar ganhando a *luta pela terra*, em face da disseminação nacional das ocupações de terra, da implantação de assentamentos e da presença constante desses fatos na mídia (MARTINS, 2000, p. 20); porém, em outro momento, o autor aponta que, rapidamente, por várias razões, mas principalmente por estarem afirmando o partidário e negando o que é propriamente político, essas organizações estão perdendo a *luta pela reforma agrária*, que não se limita e nem pode se limitar a essas instituições apenas mediadoras, pois passa pela

incorporação da reforma ao programa político do governo e por seu reconhecimento pela ação do Estado (MARTINS, 2000, p. 21).

O desencontro está, sobretudo, no fato de que o MST e Igreja conseguiram colocar a questão agrária na agenda do Estado e, ao mesmo tempo, não legitimam essa inclusão. Não legitimam ao se recusarem a aceitá-la como fato político, que tem como implicação necessária e inevitável a negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma. Essas instituições, MST e Igreja, anulam sua própria conquista ao exigirem o seu reconhecimento como protagonistas políticos legítimos e, ao mesmo tempo, ao se recusarem a reconhecer a legitimidade institucional e das ações do governo e do Estado. Quem quer ganhar tudo, tudo perde, como está acontecendo (MARTINS, 2000, p. 25-26).

Para o autor, enquanto a luta pela terra estiver fundamentada por motivações ideológicas mais partidárias do que políticas, há, de forma quase imperceptível, a transformação da luta pela reforma agrária numa disputa pela reforma agrária. Com isso, a necessidade histórica de construir politicamente os elos indispensáveis para a conversão da luta pela terra em luta pela reforma agrária se inviabiliza. A necessidade histórica de um novo concerto social, que inclua os que lavram, semeiam e colhem com o suor do rosto, se perde e se anula. (MARTINS, 2000, p.39)

A peleja hoje não é a peleja pela reforma em si, já que tanto o governo quando os partidos de oposição, e os grupos de ação deles dependentes ou com eles alinhados, como os sindicatos, o MST e a Igreja, estão de acordo quanto ao fato de que ela é necessária e inadiável (MARTINS, 2000, p.39).

Portanto, já não se luta por reforma agrária, ou menos, essa já não é a luta principal dos necessitados e dos descontentes. A peleja agora é pela forma da reforma. Estamos em face de uma luta pelo controle político da reforma agrária que vem sendo feita, pelo controle dos procedimentos relativos a ela, por seu resultado e por seu formato final. Fica a impressão de que o que menos conta é o destino dos pobres da terra e o que mais conta é o poder dos combatentes na definição do que as palavras dessa luta significam.

A disputa pelos méritos da reforma agrária parece evidente em ambos os lados, pois se, de um lado, o governo divulga que implantou um tal número de assentamentos, buscando

legitimar para si o mérito sobre a questão; por outro lado, os grupos mediadores comparecem no sentido de afirmar que tais assentamentos só são implantados mediante pressão política, que se manifesta, principalmente, na forma de acampamentos e ocupações. Por isso, Martins fala que a luta ideológica engoliu a luta pela reforma agrária. Tornou-se substantivamente uma luta partidária dos setores médios da sociedade – sindicalistas, religiosos, agentes da pastoral, intelectuais militantes e ativistas políticos (MARTINS, 2000, p.40). E nesse sentido, a disputa pela reforma agrária, isto é, pela forma da reforma, deixa em plano secundário os problemas sociais que a justificam.

Por outro lado, o autor justifica a atuação dos grupos mediadores, ao escrever que os setores médios engajados nessa luta podem argumentar; com razão, que, objetivamente, a reforma agrária se impõe como recurso de desbloqueio do desenvolvimento econômico e social do país, forma de remoção do rentismo parasitário que o latifúndio representa de fato e da miséria generalizada que cria (MARTINS, 2000, p.40). Porém afirma que não basta a condenação moral do latifúndio. Essa condenação só se torna efetiva se os gestos dela decorrentes tiverem o aval do Estado e a construção materializada em assentamentos e regularizações fundiárias. É aí que o encontro desses projetos se faz necessário (MARTINS, 2000, p.41).

Um ponto interessante da análise do autor é a relação que faz entre a questão agrária e a escravidão. Mostra que, com a questão agrária, ocorreu algo parecido ao que ocorrera com a escravidão. O fim da legalidade da escravidão no Brasil não foi, fundamentalmente, resultado de uma luta de escravos e sim de uma luta das classes dominantes, sobretudo dos chamados liberais exaltados, para que os grandes proprietários de terra fossem, eles, sim, libertados do ônus econômico e das irracionalidades econômicas do cativo. Houve sim, lutas pessoais e grupais de escravos pela própria liberdade. Mas essas lutas nunca confluíram para um projeto coletivo e nacional de libertação dos negros escravizados. A prova contundente desse processo

é o modo como se deu o fim da escravidão, que foi, aliás, o responsável pela institucionalização de um direito fundiário que, além de ter deixado à beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhadas em formas perversas de sobrevivência, ainda impossibilita uma reformulação radical da nossa estrutura agrária. O fim da escravidão não trouxe melhorias nas condições de vida dos escravos, mas garantiu que os proprietários de terras continuassem com privilégios.

A reivindicação da reforma agrária, do mesmo modo, nasceu nos anos cinquenta como reivindicação dos setores esclarecidos da classe média urbana, de setores católicos conservadores e familistas. Portanto, mais por um impulso ideológico e por motivação humanitária voltada para a solução das injustiças sociais do que, propriamente, por ser expressão de uma inadiável necessidade de mudança (MARTINS, 2000, p.93). Certamente, seja esse o maior dos desencontros: o fato de a luta pela terra ter sido encabeçada por outros sujeitos, distintos daqueles que são os principais interessados, os trabalhadores que buscam entrar na terra. De qualquer maneira, a reforma agrária está posta; não se pode desprezar um número superior a 9 mil assentamentos implantados; portanto, assim como o fim da escravidão não libertou os negros das condições opressivas, assim diríamos da reforma agrária, que ainda não promoveu melhorias significativas nas condições de vida dos assentados.

Martins, ao longo de sua obra, escreve insistentemente sobre os desencontros ou desencontros entre o Estado e os grupos mediadores, CPT e MST, e acusa tanto a Igreja quanto o MST de associar a questão agrária ao partidarismo político. E faz sentido, pois, ao afirmar que sendo a reforma agrária uma questão nacional, deveria ser uma questão suprapartidária. Porém pareceu-nos que sua crítica, muito bem fundada por sinal, foi mais intensa (direcionada, portanto) quando tratou do lado daqueles que lutam pela reforma agrária, Igreja, MST, trabalhadores. Mas, para nós, faltou discutir, com o mesmo brilhantismo, sobre o outro lado da questão. Faltou tratar da composição orgânica do Estado, composto exatamente (ou em grande

parte) por grandes proprietários de terras e/ou seus representantes nos Estados, que obviamente, não se interessam por uma reforma agrária.

Se, para os primeiros, a reforma agrária como mecanismo de redistribuição e democratização do acesso à terra se tornou uma questão partidária (uma das razões dos desencontros, segundo o autor), para os últimos (os agentes do Estado, do capital e os grandes proprietários), a não-reforma (e consequentemente a manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, que se modernizou graças aos subsídios do Estado) também é uma questão partidária, assunto que não obteve o mesmo destaque, ou mesmo esteve ausente na obra do autor.

Como vimos, “os desencontros” foram a tônica de Martins (2000) para formular um entendimento sobre a questão agrária nacional, questionando mais as ações dos chamados grupos mediadores, e menos as ações do Estado na sua inércia quanto aos temas reforma agrária e agricultura camponesa. Foi o termo encontrado para justificar uma reforma agrária, a nosso ver, incompleta. Pois, se é fato que o Estado implanta assentamentos, também é fato que este não oferece as condições financeiras e técnicas para que ocorra a produção nos lotes na mesma proporção com que disponibiliza recursos financeiros à agricultura capitalista, o chamado agronegócio.

Deixados à própria sorte, muitos camponeses assentados, contando com algum recurso próprio, experiência anterior e trabalho do grupo familiar conseguem se reproduzir no lote; no entanto, outra parte acaba vivendo na dependência do agronegócio. E é assim que visualizamos parte dos camponeses do Santa Rosa, que, mesmo após quase duas décadas depois de assentados, suas condições de vida pouco se distinguem daquelas nas quais viviam antes, quer dizer, muitos se mantêm vendendo a sua mão de obra ao capitalista.

Então, para nós, um novo termo poderá ser acrescentado ao termo “desencontros”, amplamente empregado por Martins (2000). “Desembaraços”. Esse termo pode ser usado com

propriedade quando se pondera sobre o outro lado da questão agrária, a agricultura empresarial, como a que se desenvolve no Entre Ribeiros. Se a agricultura camponesa não recebe, por parte do Estado a devida atenção em termos de crédito, por exemplo; por outro lado, a agricultura empresarial se desenvolve desembaraçadamente.

Nota-se que, mesmo no período da ditadura militar, quando muito se falava na doutrina da Segurança Nacional, nossas fronteiras a Oeste, onde se encontram os Cerrados e a Amazônia, foram entregues ao capital internacional, principalmente, aos japoneses, no caso dos Cerrados, os quais financiaram a sua modernização. Também do ponto de vista do crédito, não há praticamente embaraços, quanto ao seu volume e disponibilidade, já que cerca de 85% dos valores liberados no plano safra são destinados ao agronegócio, restando apenas 15% aos pequenos produtores. Os desembaraços não vêm apenas das ações do Estado ou do fator crédito; ocorrem também quando a questão da terra envolve a justiça, quando muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domínio de uma terra que é, sabidamente, pública e, como tal, não passível de reconhecimento de posse, como lembrou Oliveira, A. U. (2006, p.65). Enfim, todas essas ações relacionadas à política, ao crédito e à justiça, juntas, cooperam, com inteiro desembaraço, para o desenvolvimento da agricultura capitalista, ao passo que representam, ao mesmo tempo, bloqueios para o desenvolvimento da agricultura camponesa.

Assim entendemos que somente agindo de uma maneira em que forcem os camponeses a viver no limite, em condição de subordinação constante, o Estado e o capital no formato do agronegócio têm a possibilidade de encontrar, nessas estruturas produtivas familiares, os braços dos quais dependem. No caso em questão, no Santa Rosa, os camponeses não foram privados do acesso à terra. No entanto, foram privados das condições de tornar o lote produtivo.

A “nova” condição de assentado não produziu um fato “novo”, a possibilidade de trabalho independente. A nova condição na qual se encontram foi a forma encontrada pelo

capital e o Estado para manter uma prática antiga: braços disponíveis e sem custos de reprodução no entorno das grandes propriedades que já são amparadas pelo capital. Enfim, os benefícios ocorrem sempre em favor dos capitalistas, pois, além de terem acesso à terra, conseguem a quantidade necessária de crédito para torná-la produtiva e ainda têm acesso a essa mão de obra da qual mencionamos. Assim, enquanto a terra para os pobres é analisada sob o foco dos “desencontros”, como vimos na ótica de Martins (2000), para os ricos, a relação com a terra se desenrola com inteiro “desembaraço”.

Conforme vimos, é histórica a forma pela qual ocorre a separação da terra de trabalho do trabalhador. Enquanto, na escravidão, terra e homens negros escravizados eram sinônimos de propriedade, com a criação da Lei de Terras, os dois foram separados, e enquanto um foi descartado a outra foi valorizada por ter se tornado um quase monopólio. E ainda atualmente, quando o poder público implanta assentamentos, mesmo assim, há entraves à reprodução da família camponesa. Inusitada, portanto, é o modo pelo qual acontece o processo atual: a forma de manter separado os trabalhadores e trabalhadoras da terra não é mais a sua alienação desta, mas se realiza contraditoriamente, colocando-os na terra, na forma de assentamentos, sem infraestrutura e créditos.

Vimos, portanto, que a escolha que as forças políticas fizeram para reproduzir o capital foi a via da exclusão, como observa Martins (2000), “um país dependente da exportação de produtos primários, até a miséria de parte da população, permite que o capital se reproduza”. Sendo assim, a reforma agrária clássica, capitalista, inclusiva, geradora de renda para o pequeno produtor rural, fortalecedora do mercado interno, nesses moldes, essa ainda não foi realizada. Realizam-se assentamentos, deficientes em infraestrutura e sem o devido apoio técnico-financeiro, o que faz perpetuar a condição de pobreza dos participantes. A classe dirigente, optou, como caminho para romper o atraso do campo, a transformação da agricultura aos moldes de uma empresa. Entre a reforma agrária e a reforma tecnológica que promoveu a

modernização parcial do latifúndio, optaram pela última, a menos ameaçadora, do ponto de vista político, ao poder lastrado na grande propriedade.

Assim, na seção 2, concentraremos nossos esforços para demonstrar a opção do Estado na modernização da agricultura empresarial em detrimento da agricultura camponesa. A nossa análise ocorrerá no sentido de que, se, por um lado, o Estado, ao subsidiar a modernização estava alimentando a agricultura empresarial, contraditoriamente, pela exclusão que produziu, também alimentou a resistência e os movimentos de luta pela terra, que conduziram, no lugar de estudo, à implantação do assentamento Santa Rosa.

2 – O agronegócio de grãos e as intencionalidades capitalistas e camponesas nos Cerrados do Entre Rbeiros – Paracatu/MG

Nesta seção, iremos abordar a apropriação dos espaços dos Cerrados no contexto modernização da agricultura como alternativa à reforma agrária, como sinalizamos na seção anterior.

Em meio aos debates que se acaloravam sobre a questão da terra no Brasil nos anos antecedentes ao golpe militar de 1964, os problemas relacionados à agricultura como, por exemplo, os baixos índices de produtividade, atraso técnico, pobreza da população rural, fome etc., não foram necessariamente analisados e compreendidos sob o foco da subutilização das terras, decorrente da forte concentração da propriedade fundiária. Embora fosse evidente que parte do problema estava relacionada com estes fatores, no entanto, os problemas agrários foram seletivamente explicados pelo foco da utilização de técnicas tradicionais, que levavam ao comprometimento da produtividade.

Exposto desta forma, evitar-se-ia a solução do problema por meio de uma redistribuição ampla, massiva e imediata das grandes propriedades, o que implicava romper com a histórica separação dos agricultores com a terra. Prevaleceu, portanto, a ideia de modernizar as relações técnicas de produção. Modernizar a produção em uma estrutura fundiária baseada no latifúndio, diga-se. A saída salvadora, a solução milagrosa, seria a tecnologia. Este seria o caminho natural a ser trilhado, o caminho para deixar tudo como está. O que nos habilita dizer que, na medida em que não se alterava a estrutura fundiária, mantinha-se o trabalhador separado da sua terra de trabalho. Dessa forma, tanto os longos debates, quanto a legislação criada a partir de 1964 pelo governo militar e subsequentes, acerca do tema, não trouxeram os efeitos esperados, isto é, a democratização do acesso à terra.

A modernização de caráter seletivo (em favor das médias e grandes propriedades, portanto, igualmente excludente) alcançou também as pequenas propriedades. Excludente em sua essência, não eliminou totalmente a produção camponesa nas áreas de Cerrado; ela subsistiu, principalmente pela atividade leiteira, nos interstícios dos espaços apropriados pela agricultura capitalista. De certa forma, ao provocar processos expropriatórios, seguindo a lógica do capital, que é de concentrar renda e terras, alavancou os movimentos de luta pela terra que foi seguido por políticas de assentamentos rurais, como, por exemplo, o Santa Rosa, localizado na área de estudo.

Desse modo, o objetivo principal não é a compreensão da modernização da agricultura nos Cerrados, isto já foi feito e por muitos pesquisadores, embora tenhamos recorrido a esta fonte em boa parte da construção do texto. O que buscamos, portanto, é o entendimento de que a modernização da forma como foi implantada foi fomentando ações de resistência e luta. Resistência para continuar na terra e luta para retornar à terra.

Assim, na contramão do desenvolvimento planejado para a agricultura capitalista, aparecem dois sujeitos vinculados à economia camponesa. O pequeno proprietário, o camponês territorializado, que resistiu para não sair da terra enquanto se procedia a modernização da agricultura a partir da década de 1980, que permaneceu na propriedade dedicando-se à pecuária leiteira; e mais tarde, o camponês desterritorializado que se tornou assentado, que pela luta veio garantir o seu retorno à terra, e que também encontrou, na atividade pecuária, uma das principais formas de se estabelecerem no campo.

No Santa Rosa, as idas ao campo permitiram-nos perceber a prática da atividade leiteira, e mesmo quando ela não é dominante no lote, está presente em consórcio com outras atividades, que, em conjunto, permitem ao assentado se manter na terra.

2.1 – As contradições da modernização

Autores como Guimarães (1981), Carvalho, H. M (2005), Miranda Neto (1982), Chiavinatto (1998), Delgado (1985) e Martins (1981) e (1986), dentre outros, analisaram a questão da modernização da agricultura brasileira, nos anos em que a modernização era comandada e fortemente subsidiada pelo Estado, ao fim dos anos 1970 e 1980. Para os autores, as ações do Estado em favor da reforma tecnológica ocorreram no sentido de camuflar/mascarar as reais necessidades de uma reforma agrária. Ora, se o antigo latifúndio era improdutivo, a saída era torná-lo produtivo mediante vultosos investimentos de capital e tecnologia.

Guimarães (1981, p. 244) apontou que o erro não estava, obviamente, no apelo à tecnologia; aliás, a mesma se fazia necessária, mas em apresentá-la como uma contrapartida de solução estrutural, como uma fórmula destinada a fazer com que a reforma tecnológica se tornasse o sucedâneo da reforma agrária. Em um cenário em que a decisão de modernizar a grande propriedade teve preponderância sobre a necessidade de democratizar o acesso à terra, o campo brasileiro passou a conviver com as modernas técnicas produtivas lado a lado com as arcaicas relações sociais. Em outros termos, modernizam-se as relações produtivas enquanto se mantêm as arcaicas estruturas sociais, isto é, o controle sobre a propriedade da terra produzindo, ao mesmo tempo, riqueza e pobreza.

Para Carvalho, H. M. (2005) os que defendiam a alternativa modernizante que se instaurou (a partir da instalação da ditadura), discordavam da necessidade da reforma agrária para a melhoria do desempenho do agro brasileiro. Para esses, o gargalo da agricultura brasileira não se encontrava na estrutura agrária, mas, essencialmente, nas baixas produtividades da mão de obra e das culturas. Fato que não se alteraria pela simples divisão das terras.

Portanto, para esses, as reformas na agricultura deveriam se dar fundamentalmente através da modernização da base tecnológica,

incrementando-se a mecanização, a utilização de adubos sintéticos e de variedades melhoradas. Em outras palavras, significava manter um padrão de ocupação do espaço concentrado, mudando-se apenas o padrão de uso. (CARVALHO 2005, p. 231).

Analisando a questão, Miranda Neto (1982) enxergava duas saídas possíveis: a reforma agrária e a modernização. A primeira só se realizaria a partir de transformações na estrutura fundiária, mas isto significava impactar o latifúndio e promover a redistribuição da terra. O que resultaria em um confronto direto com a classe dos grandes proprietários por parte de um Congresso formado, em grande número, justamente por donos de grandes extensões de terras e seus asseclas nos respectivos Estados. A exposição de Chiavinatto (1998) reforça essa ideia

O círculo do poder se fecha desta maneira: aqueles que dispõem dos meios políticos capazes de modificar a injusta estrutura fundiária no Brasil são os mais legítimos representantes do latifúndio, são os que têm lucrado, desde a ocupação europeia, com o sistema latifundiário e a exploração da mão de obra escrava (CHIAVINATTO, 1998, p.32).

Ou, nas palavras de Fernandes (2001, p.33), ao afirmar que “no Brasil, em que o Estado e o Congresso são controlados pelos interesses do empresariado e dos ruralistas, são raríssimas as políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento da agricultura camponesa”. Dessa maneira, apontamos que parece não fazer parte da pauta dos congressistas “legislar contra si mesmos”. A segunda opção, trazendo em si mesma a concepção de aumento da produção de alimentos, da contribuição da nação para a redução da fome no mundo - ao menos isso era o que se pregava no contexto da Revolução Verde - soava menos agressiva. O aumento da produtividade, principalmente nas áreas de Cerrados, camuflava outros aspectos da modernização.

Não há dúvidas, a partir das pesquisas, que a revolução verde foi, também, uma alternativa à reforma agrária e à transformação social decorrente. Já que a reforma agrária é o outro modo de incrementar a produção de alimentos, esses peritos se dispuseram a apoiar o menos perigoso dos dois. (MIRANDA NETO, 1982, p.159).

Para Delgado (1985, p. 44), prevaleceu a vertente do desenvolvimento rural sob a égide da empresa capitalista, que com o tempo assumiu todo o espaço de execução da política agrária,

revertendo-se, na prática, as declarações reformistas do Estatuto da Terra e, principalmente, do Estatuto do Trabalhador Rural. O que se vê, com isso, é que, à medida que a legislação sinalizava no sentido de transformar a grande propriedade capitalista nos moldes de uma empresa, implicitamente, estava colocando no plano secundário a redistribuição da terra aos que nela trabalham; mesmo que no texto legal, tal saída fosse possível. Enfim, a política fundiária dos militares nada tinha de novo, pois continuava a manter o agricultor separado da terra, uma vez que afastava aquele tipo de trabalhador dos meios de produção e enquanto mantinha a terra concentrada nas mãos dos rentistas e dos empresários capitalistas. Desse modo, o capital se apropria, ao mesmo tempo, da terra e dos resultados do trabalho.

É o que afirma Martins, (2000, p 76) ao escrever que, na ditadura militar, a política fundiária se cumpriu como exceção e não como regra, contraditoriamente, combatendo o latifúndio nas áreas de tensão social e, ao mesmo tempo, gestando o latifúndio de empresas em novas regiões, o que, simultaneamente, produzia novas tensões.

Enquanto fazia a reforma agrária tópica de cunho militar e repressivo, por razões de segurança nacional, o Estado atendia a demanda dos movimentos sociais locais precários, surgidos na emergência de conflitos inesperados, e ao mesmo tempo reprimia, prendia e processava as lideranças e apoiadores desses movimentos. Um reconhecimento confuso de um fato histórico verdadeiro, o de que os agentes da luta política pela reforma agrária não eram necessariamente os mesmos que dela necessitavam (MARTINS, 2000, p.76).

Em termos comparativos, diríamos que, no Entre RIBEIROS, vimos algo não muito distinto do que observou Martins, já que, no lugar estudado, ocorrem as desapropriações de terras, nas quais são assentadas inúmeras famílias sem as mínimas condições de se manter de rendas obtidas a partir da exploração do lote; mas, ao mesmo tempo, o poder público disponibiliza uma farta quantia em crédito aos irrigantes do Entre RIBEIROS. Ao dificultar o acesso ao crédito para uns e liberando volumosos recursos para outros, o próprio governo vai contribuindo para reproduzir o histórico processo de concentração de riquezas e exclusão. Os números não nos deixam iludidos. Dos 200 bilhões de reais oferecidos na forma de crédito do Plano Safra 2017/2018 para a agricultura, somente 30 bilhões são pela via do PRONAF

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), isto é, para a denominada agricultura familiar conforme dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA²⁷, 2018). O que significa dizer que somente 15% do crédito rural são disponibilizados aos camponeses, diga-se, com inúmeras restrições, atrasos na liberação dos recursos etc.

Em uma das etapas da pesquisa, em fevereiro de 2018, um assentado nos afirmou que aguarda a liberação de crédito desde o mês de agosto do ano anterior, 2017, e que até aquele momento não havia saído. Agora, imaginem se aquele assentado dependesse desse crédito para produzir! Isso nos indica que a produção nos assentamentos decorre muito mais dos arranjos dos assentados do que do apoio financeiro que recebem ou deveriam receber; e que, a sua inviabilização, pode ser explicada em grande parte pelo pouco interesse dos órgãos públicos. Parece-nos, em definitivo, que não é intenção dos governos fazer com que os assentamentos se tornem viáveis.

De acordo com Grzybowski (1987, p. 78), na prática, as classes dominantes brasileiras optaram por uma via modernizante autoritária e conservadora para viabilizar a acumulação capitalista e reproduzir a sua dominação, sendo que a própria estratégia modernizante se situa neste quadro. Como alternativa à Reforma Agrária, a intervenção autoritária do Estado pós-64 criou condições econômicas, políticas, legais e institucionais, que “reformaram” a estrutura agrária a favor das classes dominantes no campo, articulando as relações e a produção na agricultura com a expansão capitalista agroindustrial, uma reforma agrária ao avesso. A reforma foi, de fato, em benefício do capital e não para o trabalhador, pois, com a modernização imposta, compra-se tecnologia, incorpora-se ciência, mas as relações sociais de produção continuam baseadas em lógicas antigas de exploração do trabalho e da renda da terra.

²⁷ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundado em 23 de janeiro de 2004 e extinto em 24 de maio de 2016. Atualmente se faz representar por uma Secretaria Especial de Agricultura familiar e Desenvolvimento Agrário, vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

Fica evidente que o que se buscava com a modernização da agricultura não era exatamente eliminar e/ou reduzir a fome, produzir mais alimentos etc. Buscava-se, sim, preparar o terreno para que o capital industrial pudesse se expandir, agora em direção ao campo. Buscava-se a transformação do latifúndio em empresa capitalista moderna e produtiva, um modelo que prioriza a concentração da renda e da terra, e não a sua democratização. Conforme mostrou Masseli (1998, p. 31), empenhado em acelerar a modernização da agricultura brasileira, o Estado assumiu, ele próprio, o papel de empresário, e passou a responder financeira e institucionalmente pela continuidade do projeto modernizante a partir de vultosos investimentos de capital estrangeiro.

No entanto, a modernização planejada para as grandes e médias propriedades orientadas para a produção de exportáveis produziu efeitos em cadeia, de modo a alcançar também a pequena propriedade. Esta, ao ser alcançada, produziu, ao menos, dois resultados distintos: um deles foi a sua desestruturação, tendo como consequência a liberação da terra de enormes contingentes de mão de obra. O outro resultado seria aquele que denominaremos de uma inclusão subordinada aos processos do capital, garantindo, assim, a permanência de parte da população no campo desenvolvendo atividades subordinadas ao capital, a exemplo da atividade leiteira, na área estudada, onde a um só tempo o capital se apropria da renda da terra e do trabalho camponês.

2.2 – Conhecendo os novos sujeitos sociais do lugar: o assentado e o colono

O progresso técnico na agricultura tem sido considerado por estudiosos uma decorrência lógica do processo de expansão do capital industrial. A modernização da agricultura está ligada ao avanço do processo de industrialização, e teve como implicação uma profunda

especialização do setor de agricultura na produção agrícola, deixando à indústria a produção de uma série de mercadorias antes supridas pela própria unidade agrícola, Miranda Neto (1982, p. 86).

Se a unidade camponesa feudal era uma unidade autossuficiente que produzia não somente sua subsistência básica em termos de alimentos, como também os produtos e utensílios necessários ao seu funcionamento, por outro lado, suas relações com o mercado eram marginais, resumindo-se apenas em transacionar o excedente ocasional por produtos supérfluos à dinâmica de sua reprodução. A agricultura tornada moderna, a partir da indústria, torna-se dependente desta, assumindo a condição de consumidora de seus produtos, ao mesmo tempo em que transforma o agricultor em um produtor de alimentos, um monocultor, situação que não comparecia no seu cotidiano.

O ponto culminante deste processo se dá com o advento da grande indústria capitalista que leva à dissolução da pequena indústria camponesa, incapaz de competir com as mercadorias de boa qualidade e baixo de custo produzidas pelas unidades fabris urbanas que apresentam uma superioridade técnica avassaladora. Assim, por exemplo, antes o camponês produzia praticamente tudo o que necessitava, desde roupas e sapatos, até adubos e toscas ferramentas. Com o advento da manufatura, essas atividades acessórias à labuta diária com a terra lhe são retiradas. Ou seja, foram separadas da própria agricultura e transformadas em novos ramos da indústria nascente, ficando o camponês reduzido a simples agricultor, no sentido restrito do termo, coisa que ele originalmente não era, quando também exercia o artesanato. Tal quebra da produção artesanal camponesa implica em que o camponês passe a se suprir de uma série de produtos do mercado, inclusive aqueles diretamente ligados à sua subsistência, como roupas, instrumentos de trabalho. Para tanto deve transformar parcelas cada vez maiores do produto de seu trabalho em mercadorias, como forma de levantar o dinheiro destinado à compra daqueles bens por eles antes produzidos. Define-se, assim, sua subordinação crescente às injunções do mercado. (MIRANDA NETO, 1982, p. 86-87).

Para Kaustky (1980, p. 32), a evolução da indústria moderna contribuiu para o processo de transformação do camponês artesão, que também fabricava suas ferramentas. Como as ferramentas da indústria eram infinitamente superiores em qualidade, o camponês foi forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi no início: um agricultor puro. Mas quanto mais se chegava a essa situação, tanto mais a indústria e a

agricultura se separavam uma da outra, tanto mais se distanciava daquela independência, da segurança, da qual desfrutava o camponês livre.

É assim que visualizamos o camponês do Assentamento Santa Rosa; encontramos um camponês já metamorfoseado, não exatamente em um produtor de alimentos, que pratica a policultura e tira da terra o seu sustento; encontramos um camponês agricultor, cuja tendência é se especializar na produção de leite e de frutas. Como que tendo avançado etapas no processo de evolução e diferenciação do campesinato, isto é, sem produzir suas ferramentas de trabalho, sem sequer produzir a variedade de alimentos para consumo próprio, esforça-se diariamente para manter-se integrado ao mercado, com o qual agora mantém relações subordinadas. Se não como produtor de mercadorias, como vendedor de sua própria força de trabalho ao agronegócio, mas que tem, na essência da sua labuta, o projeto familiar de se manter, ou mesmo se firmar como camponês.

Também metamorfoseado foi o outro sujeito social que migrou para os espaços que se tornariam modernizados, o migrante sulista: gaúchos, paranaenses, além de paulistas e descendentes de japoneses vindos do Paraná. Denominado colono, agora, não é necessariamente um migrante, tornou-se um “operador do capital²⁸”, um empresário capitalista nas extensas áreas dominadas pela agricultura de grãos, também metamorfoseada em agronegócio.

Nesse processo, o migrante tornou-se colono, que logo se viu um capitalista e que em alguns dos casos, também é um rentista, quando arrenda seu lote para a usina Bevap implantar seus cultivos de cana. O migrante tornou-se um colono/capitalista/rentista. É o sujeito que, no entendimento de Santos, R. J. (2008, p.102), no conjunto, foi tido como supérfluo. Isto é, eram

²⁸ Cunhamos esse termo baseando-nos em Martins (1981, p.154) onde afirma que o capital não está a serviço do capitalista. Muito ao contrário, o capitalista é que está a serviço do capital. O capital é a coisa que domina a pessoa, não só do trabalhador, mas também do capitalista. Só que aí o trabalhador perde e o capitalista ganha. Portanto, o colono do Entre Rios, que se tornou um empresário capitalista, também está a serviço do capital, um operador do capital.

sujeitos sem ocupação econômica na propriedade familiar, no Sul, eram, portanto, vistos como excedentes num lugar, mas adequados em outro.

Há, no entanto, a afirmação de que, a partir da constituição dos complexos agroindustriais, a agricultura e indústria voltam a estar juntas, como já estiveram no passado, embora isto ocorra em diferentes condições. A condição de centralidade, antes atribuída ao camponês-artesão, no estágio atual, é ocupada pela indústria, que irá promover a reprodução do capital no campo.

Se, no capitalismo, em sua etapa concorrencial, a indústria separou as duas, já na sua versão atual, monopolista/financeira, mediante a ação do capital, a mesma indústria tornou a unificá-las. A afirmação vem de Oliveira, A. U. (2006).

O desenvolvimento, portanto, da agricultura (via industrialização) revela, assim, que o capitalismo está, contraditoriamente, unificando o que ele mesmo separou no início do seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Essa unificação está sendo possível porque o capitalista tornou-se também proprietário das terras, latifundiário, portanto. Isto se deu igualmente porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria. (OLIVEIRA, 2006, p. 33).

No Entre Ribeiros, onde o capital subordina a produção de grãos e de cana-de-açúcar produzidos nos territórios do agronegócio, já não se contenta com o feito de se reproduzir nas áreas mais adequadas e criadas, intencionalmente, para sua reprodução; subordina também a produção camponesa de leite no assentamento Santa Rosa. Kautsky (1980) já havia levantado entendimento sobre a questão, ao afirmar que

[...] o modo de produção moderno chega [...] no fim do processo dialético, a seu ponto de partida, a supressão do divórcio entre a indústria e a agricultura. Mas, se na exploração camponesa primitiva, a agricultura era, do ponto de vista econômico, o elemento decisivo e dirigente, esta relação agora se subverte. A grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências. A direção da evolução industrial serve de regra à evolução agrícola (KAUTSKY, 1980, p, 323).

Na nova fusão que se vê entre agricultura e indústria, a centralidade está na figura dos grandes grupos empresariais, que agora não atuam somente na transformação, mas também na produção. As grandes usinas, como a Bevap, que atua na área de estudo, não só produzem açúcar, energia e etanol, tornam-se também grandes proprietárias de terra, produtoras de cana-de-açúcar, verticalizam a produção no campo.

O que ocorre de novo no processo de separação/unificação é que, se, no primeiro momento, enquanto agricultura e indústria eram desempenhadas pelo mesmo sujeito, dando centralidade à figura do camponês-artesão, já nos tempos atuais, este se vê em condição de completa subordinação, isto é, nas duas pontas do processo. Pois, se, por um lado, ao se tornar um camponês que se envereda para se especializar em determinada mercadoria, ele depende do mercado para ter acesso às ferramentas, insumos, sementes etc., por outro, depende do mercado para vender sua produção. Em resumo, ele não produz suas ferramentas nem produz o seu alimento. Foi transformado em um produtor de mercadorias.

Com a industrialização da agricultura, a centralidade do camponês e da agricultura foi transferida ao capitalista e à indústria. O camponês acabou se transformando em apenas mais um elo da cadeia produtiva e do processo de reprodução do capital. Em outras palavras, essa unificação recente se deu sem a participação de um dos seus integrantes: o camponês. Enquanto, no passado, a produção camponesa baseava-se no tripé agricultura, camponês e indústria artesanal, na atualidade, o novo casamento ocorre apenas entre a indústria moderna e a agricultura.

Mais que isso, mais que perder a centralidade no processo, ele corre o risco de perder também a sua condição camponesa, mesmo estando na terra. Pois nem sempre retira dela o seu sustento. Nos limites da existência. Talvez seja essa a síntese mais apropriada para parte daqueles que se encontram no Assentamento Santa Rosa, que flutuam entre a necessidade de trabalhar fora e as atividades que desenvolvem no lote, ainda de forma incipiente, mas que,

ainda assim, de forma surpreendente, elabora seus arranjos para se manter camponês, na busca esperançosa de transformar o pedaço de chão em lugar de reprodução da vida.

Por essas e outras razões, há posições que defendem não haver espaço para este camponês, que ele não existe mais; em seu lugar, existe um camponês, integrado e subordinado ao mercado. Da centralidade que ocupava no passado, ao suposto desaparecimento...? Nos dizeres de Fernandes (2001, p.47), o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato.

Também nós pensamos que não. Na sua luta para continuar existindo, a cada vez que o capital fecha as portas para o campesinato, este encontra novas saídas e sempre se adapta ao movimento evolutivo do mesmo. A evidência mais concreta do que estamos afirmando é que nem mesmo os esforços direcionados à modernização da agricultura, para e pelo capital, não foram suficientes para excluir as formas tradicionais de produção no campo, nas áreas de Cerrados do Brasil Central. Até porque não é viável a eliminação dessa estrutura tradicional, pois o capital também se nutre dela, capturando parte de seus trabalhadores sem os devidos custos de reprodução, pois esse sujeito, enquanto está na terra, produz parcialmente seus meios de vida na terra.

A modernização, à qual nos dedicaremos a seguir, gestou não somente o colono/capitalista/rentista que vimos no agronegócio do Entre RIBEIROS, concomitantemente, permitiu a permanência do camponês tradicional que se dedicou à pecuária leiteira, como também, pela exclusão, gestou um novo sujeito, o camponês desterritorializado, que, mais tarde, veio assumir a condição de assentado da reforma agrária.

Quanto à modernização, uma escolha política dos militares, esta se fez ver nos espaços dos Cerrados do Entre RIBEIROS, no município de Paracatu, na mesorregião Noroeste de Minas Gerais. No entanto, não propiciou, para a maioria das populações “naturais”, como em geral faziam crer os discursos oficiais do Estado Militar, um elemento de modernização das

condições sociais de produção, conforme lembrou Santos, R. J. (2008). O autor alerta para o fato de que a modernização implantada nos Cerrados, com destaque à soja, foi, antes de tudo, seletiva, e não apenas no Cerrado. “Mesmo antes de chegar ao cerrado, as lavouras de soja já tinham promovido, no Sul do país, êxodos e migrações rumo às áreas de expansão agrícola” (SANTOS, 2008, p. 42).

Produto da associação entre Estado e capital, a agricultura que se implantou no Cerrado transformou paisagens, homens e seus modos de vida. Transformou recursos abundantes em recursos escassos e disputados, como o caso da água, intensamente apropriada nos cultivos irrigados de grãos e cana-de-açúcar no Entre Riberios.

2.3 – A reocupação dos espaços considerados vazios

Identificamos que a área de estudo entrou no cenário da modernização a partir das ações do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). A década de 1980 marca o início de uma transformação fomentada por uma nova orientação produtiva, que incluiu o lugar Entre Riberios no processo de reprodução intensificada do capital. A pecuária, praticada de forma extensiva até a década de 1970, cedeu espaço para o cultivo de grãos na década seguinte, sendo que, na virada do milênio, estes espaços se metamorfoseiam novamente, tendo parte de seus solos ajeitados para o cultivo da cana-de-açúcar.

Na visão dos técnicos japoneses que produziram o relatório JICA (Japan International Cooperation Agency) em 1979, as áreas de Cerrados eram consideradas como um imenso espaço inexplorado, vazio de população, de capital, de produção e de atividade econômica, conforme Pessoa (1988, p. 87). Portanto, áreas onde se desenvolvia uma pecuária e uma

agricultura de “baixa” produção e produtividade, revelando uma situação de atraso econômico e de pobreza na qual viviam as pessoas. Representavam áreas que, na visão de Golbery do Couto e Silva, citado por Santos, R. J. (2008, p.39), o Estado definia como problemáticas, pois, no campo econômico, apresentavam formas ultrapassadas, tais como o pastoreio extensivo e rude, práticas similares às das regiões Nordeste e Centro-Oeste.

A integração nacional²⁹ foi uma bandeira da ditadura militar. Levar o desenvolvimento para os sertões do país ocupou centralidade nos discursos oficiais. Nos Cerrados, os estrategistas militares evocavam as intervenções como medidas que promoveriam o seu melhor aproveitamento econômico. O receituário consistia em nutrir o processo de modernização dos Cerrados a partir da técnica, da ciência e de pesados investimentos de capitais internacionais.

A reocupação dos Cerrados, promovida pelo governo militar como política de integração, reocupação, revalorização e modernização do território na década de 1970, manifestou-se no município de Paracatu-MG, especialmente no decorrer dos anos de 1980, com dois projetos do PRODECER: o Projeto de Colonização Mundo Novo e o Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, este último localizado na área de estudo.

Estes espaços que agora se metamorfoseiam pela ação combinada do Estado e do capital transnacional, apareciam no cenário nacional desde o ciclo da mineração, como importantes áreas criadoras de gado no Brasil. Santos e Silveira (2008, p.32) afirmam que três áreas de criação de gado despontavam nos albores do século XIX: os sertões do Norte e Nordeste; os

²⁹ Eis aqui uma das tantas contradições observadas no processo da modernização. Segundo San Martin e Pelegrini (1984), no ano de 1961, no governo civil de João Goulart, o Estado Maior das Forças Armadas recomendou o veto a um ambicioso projeto de colonização e aproveitamento dos Cerrados de Minas e Goiás por parte dos japoneses. O projeto deveria ser vetado, sem deixar a menor margem para novas tentativas ou investidas, já que representava um sério risco para a soberania nacional. Paradoxalmente, no governo militar, que justificava seus atos políticos, em especial o próprio golpe militar de 1964 nos tempos da guerra fria, em nome da soberania nacional, ou para livrar o país do “comunismo”, pois a classe média e as elites entendiam que as “reformas”, propostas por Goulart iriam levar o país para o bloco socialista, justamente nesse período ocorre a abertura de nosso extenso território aos capitais japoneses, isto é, a entrega de nossos recursos. Em nome da integração nacional, vai-se embora a soberania sob o nosso vasto território, agora não só dos Cerrados, mas da Amazônia, pois os militares também abriram suas portas para o capital internacional.

campos do Sul, e a zona da mineração, em Minas Gerais, que contava com melhores condições técnicas que serviam à produção de couro e charque.

Silva, P. S. M. (2012, p.53) aponta que, depois da Comarca do Rio das Mortes, era Paracatu o maior fornecedor de gado da capitania, gado que era levado, cruzando toda a extensão do território dela, até o Rio de Janeiro. Para Lourenço (2005), a exaustão das “minas” de ouro não significou a decadência econômica de Paracatu, visto que a atividade pecuária, introduzida antes mesmo da mineração, fora capaz de absorver grandes contingentes da mão de obra mineira e permitir a continuidade da ocupação das extensas áreas de Campos e Cerrados da Comarca.

[...] o esgotamento das lavras e das aluviões auríferas, a partir de 1750, causou decréscimo populacional em algumas vilas da região central de Minas, principalmente naquelas cujas atividades de comércio eram alimentadas exclusivamente pelo ouro das lavras. No entanto, isso não significou a decadência da economia mineira. Enquanto a atividade mineradora perdia força e as zonas auríferas se exauriam, outras regiões como a Comarca de Paracatu, do Serro Frio e principalmente a do Rio das Mortes, viram prosperar uma importante economia agropastoril e manufatura. (LOURENÇO, 2005, p. 102-103).

Para Silva, P. S. M. (2012), a dinâmica política e econômica do arraial se manteve, e, mesmo com a escassez do ouro, não perdeu sua importância como território, graças à habilidade de adaptar os antigos mineiros à agricultura e transferir o uso da mão de obra escrava ociosa da mineração para os campos agrícolas.

Além de ter sido o local de maior desenvolvimento urbano de Minas Gerais, na época, continuou sendo referência econômica, política e de justiça para os outros centros populacionais do sertão mineiro. Isso se confirma pelos fatos que ali ocorreram no final do século XVIII, quando finalmente, em 20 de outubro de 1798, o arraial recebeu o título de vila de Paracatu do Príncipe e, logo em seguida, em 17 de maio de 1815, passou a configurar-se como cabeça de comarca, conforme alvará de criação da vila. (SILVA, 2012, p. 53-54).

Se a mineração ocasionou uma reocupação “em manchas” pelo território das Minas, a pecuária extensiva deu continuidade ao processo de ocupação. A partir desta, efetivou-se a reocupação, mesmo que rarefeita, das imensas áreas de Cerrados de Minas Gerais, áreas que, mais tarde, seriam reocupadas pela agricultura empresarial.

Estudando as tramas do agronegócio no sudeste goiano, também nos Cerrados do Brasil Central, a exemplo de Paracatu, Matos (2011) afirma que a agricultura e a pecuária, já iniciadas no ciclo da mineração, começaram a se expandir, tornando-se um novo e importante ciclo econômico. Goiás, até a consolidação desse ciclo, viveu um longo período de transição. Desaparecia uma economia mineradora e nascia uma economia agrária de subsistência, pois a ausência dos meios de transporte e de comunicação, bem como a inexistência de mercados consumidores, determinavam o quadro de dificuldades para o desenvolvimento da agricultura goiana em escala comercial (MATOS, 2011, p. 137-138).

Assim diríamos de Paracatu, no Cerrado do noroeste mineiro, em que os passos lentos do gado, criado extensivamente nas grandes propriedades, deixavam para trás a euforia do ouro³⁰. A fase da lavoura de subsistência e da pecuária extensiva, iniciada logo nas primeiras décadas do século XVIII, já se configurava como a principal atividade econômica da comarca a partir do fim desse século, por volta de 1780, quando o ouro de aluvião do “Córrego Rico”³¹ começava a se esgotar. Essa fase não teve a mesma opulência do ciclo do ouro, no entanto, a lavoura (de subsistência) e a pecuária (extensiva) foram atividades que propiciaram a sustentação econômica do extenso município de Paracatu por praticamente dois séculos, até que suas terras planas fossem apropriadas pela agricultura dita moderna.

³⁰ Sobre esse processo ver a bela expressão do estudioso da história do Estado de Goiás, Nasr Nagib Fayad Chaul, sobre a decadência da transição da economia mineradora para a agropastoril. Transcrevemos na íntegra a citação de Matos (2011). “O rastro do gado deixava para trás o brilho do ouro. Desse, pouco restava: igrejas com seus aspectos desoladores, arraiais em completo abandono, comércio diminuto e uma insistente e rudimentar economia baseada na agropecuária, dando a tônica dos “novos” tempos de antigas estradas e venturosas esperanças” (CHAUL, 2002, p. 92). Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. edição. 1. reimpressão. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

³¹ Para Silva, P. S. M. (2012, p. 43), em relação ao ouro de Paracatu, ele foi encontrado inicialmente em abundância na forma de aluvião nos barrancos das margens dos Córregos São Domingos, Sabão, Santa Rita, Espírito Santo, Soberbo, São Lourenço, Macacos e principalmente no Córrego Rico misturado ao cascalho, areia e argila acumulados pelos processos de erosão/sedimentação. Exauridas as minas de aluvião, mas não o ouro associado às formações rochosas, que atualmente é explorado pela mineradora Kinross, de origem canadense, que controla a Rio Paracatu Mineração, no Morro do Ouro. No Morro do Ouro, estão as áreas de recargas de alguns dos córregos citados acima e que abastecem a cidade de Paracatu. No ano de 2017, sérios problemas de abastecimento de água na sede do município, em função de as nascentes ali localizadas terem sido estranguladas pela atividade mineradora.

Passada a euforia do ouro, a economia do município estruturou-se em torno da grande fazenda de gado como unidade básica de produção, combinando lavoura de subsistência, desenvolvida nas terras de culturas nos vales onde compareciam os capões de mato com a pecuária extensiva praticada nas áreas planas ocupadas pela vegetação do Cerrado. Nas fazendas, as produções de alimentos, transporte, vestimentas, tornavam-nas quase que autossuficientes, dependendo somente das aquisições de sal para o rebanho, ferramentas, vasilhames e querosene, usado como combustível da lamparina, utensílio bastante utilizado até meados dos anos 1980, quando se propagou a eletrificação rural na mesorregião noroeste de Minas, onde está situado o município de Paracatu.

Tudo isto vem reforçar o que escreveu Santos, R. J. (2008, p.99), pois, para o autor, não se tratava de ocupação, mas, sim de reocupação, pois nesses espaços havia homens, mulheres, produção, um modo de vida, cultura, práticas sociais, além dos saberes acumulados em relação ao meio físico no qual viviam. “Tratava-se, no entanto, de processos de “reocupação, revalorização e redefinição nos usos e apropriações dos recursos dos cerrados”, aponta o autor.

No entanto, tais áreas, formadas basicamente por ambientes savânicos, eram vistas, pelos gestores daqueles programas de desenvolvimento, como inproveitadas, pois não eram empregadas nem para o cultivo de lavouras, nem de pastos, Carvalho, H. M. (2005, p. 329). A modernização implantada permitiu a apropriação dessas áreas por grandes empreendimentos e representou o cercamento de comunidades inteiras, com a ocupação das terras altas e planas das chapadas com enormes parcelas cobertas de soja, café, eucalipto e outras monoculturas.

Para Carvalho, H. M. (2005), os Cerrados não eram um vazio de gentes, de produção...

[...] não foram lugares vazios que cederam espaço para as monoculturas. Comunidades indígenas e camponesas (negras e mestiças) habitavam e habitam vários lugares deste vasto espaço. Brito, 1980:275, ressalta que em 1960 – ano da inauguração de Brasília – havia já na região dos Cerrados cerca de 11 milhões de habitantes, sendo 64% deles constituído de população rural. (CARVALHO, 2005, p. 108).

Este era o quadro a ser negado no desenho geopolítico dos militares. Justificava-se, por este caminho, de se fazer tábula rasa dos modos de vida existentes, as ações truculentas derivadas de uma política modernizante para os sertões do Brasil. Afinal de contas, mesmo sendo postas como “improdutivas”, “vazias” e “problemáticas” tinham como atributos o fato de estarem relativamente próximas dos grandes centros consumidores do Centro-Sul do país; dos portos; de terem relevo plano nas chapadas e clima tropical com regime de chuvas concentradas nos meses de verão que se traduz em abundância de água.

Por esta lógica, considerando os adjetivos atribuídos aos Cerrados, logo estes se tornariam lugares impróprios para receber investimentos. Entrou em cena a estratégia de primeiro desqualificar para depois entregar nossos recursos aos interesses estrangeiros. Contraditoriamente, estes adjetivos citados, foram empregados como justificativas geopolíticas e econômicas para permitir uma reocupação japonesa nos Cerrados do Brasil, como expuseram San Martin e Pelegrini (1984).

Para Matos (2011, p.74) na visão governista o campo brasileiro estava “atrasado”, produzindo de forma arcaica e sem nenhuma cultura de destaque para exportação³², haja vista que, em outros momentos históricos, predominaram culturas voltadas para o mercado externo, como a cana-de-açúcar, o algodão e o café. Nessa perspectiva, o “atraso” do campo poderia ser superado com a introdução de métodos mais modernos nas relações de produção que promoveriam o aumento da produtividade da terra e do trabalho e, conseqüentemente, o

³² Contraditoriamente, a modernização pensada para o campo no Brasil teve como base o antigo projeto colonial. A visão que prevaleceu na época era de que o campo moderno precisava responder com alguma cultura de valor comercial, exportável, do tipo *plantation*. Portanto vale a argumentação de Stédile e Fernandes (2005, p. 158) “de que em um país em que se implantou desde a colonização um capitalismo dependente, baseado na agricultura de exportação que se constituiu sobre a base da grande propriedade, não era preciso fazer reforma agrária, dividir a terra para haver crescimento econômico”, bastava, então, modernizar o latifúndio, no caso. A inserção no mercado mundial se faz pela via da dependência. Da exportação de produtos primários de pouco valor agregado para importação de produtos secundários ainda não produzidos pela indústria estrangeira instalada no nosso país naquele momento. Na contramão da história, enquanto, no Brasil, adotam-se políticas para modernizar o campo para produção de exportáveis de baixo valor agregado, os países centrais da atualidade têm o seu desenvolvimento econômico baseado nos avanços tecnológicos aplicados à indústria e à informação.

desenvolvimento. Esse anseio desenvolvimentista caracterizava a política brasileira e a política latino-americana. Era necessário dar ao campo uma nova função produtiva, baseada, porém, em antigos modelos, como a prática da monocultura de produtos exportáveis em uma estrutura agrária concentrada.

Para a autora, ao optar pelo modelo modernizante da agricultura, o Estado tinha convicções de que esse era um projeto que renderia a expansão da produção agrícola e do setor industrial, que fazia parte dos projetos governamentais para o Brasil desde 1930. O campo deveria compartilhar/integrar o crescimento industrial que estava em curso no país. Para isso, era essencial produzir mais culturas que gerassem o *superávit* da balança comercial, ou seja, modernizar, seguindo modelos que já tinham sido implantados em outros países, sobretudo nos Estados Unidos.

No entendimento de Inocêncio (2010, p. 68), a ação do Estado sobre a agricultura, mediante políticas públicas, em especial no Brasil, tornou-se mais frequente a partir do momento em que o governo, representante legal do povo, viu a necessidade de construir saídas para que o capital pudesse circular de forma plena pelo território nacional. Nesse contexto, o campo assume papel de destaque, posto como lugar a ser desenvolvido, razão do atraso econômico do país e, portanto, *locus* da modernização para a inserção no mercado econômico mundial.

Entende-se que os Cerrados compareciam como áreas cujos recursos estavam, por tempos, preservados pelos habitantes/moradores do lugar. Neste contexto, o Estado oligárquico, na sua versão ditatorial, precisava apresentar-se como moderno e modernizante, fazendo uso desses atributos. No projeto governamental, o Cerrado comparecia na forma de “estoques” de solos, água, dentre outros recursos. Tratava-se de áreas prontas para serem acionadas/incorporadas a qualquer momento ao processo produtivo, no sentido de contribuir com o desenvolvimento econômico do país. Na reocupação, tais adjetivos foram capturados e

otimizados, sendo que a natureza do Cerrado logo se transformou em solução, à medida que o bioma foi transformado em celeiro agrícola do mundo.

Embora a abertura das fronteiras tenha se dado também em direção à região Norte, acabaram sendo direcionadas ao Cerrado. Isso ocorreu, segundo Inocêncio (2010), pelo fato de aquela região apresentar condições precárias de infraestrutura, riscos ecológicos, escasso conhecimento científico e tecnológico para a ampla utilização dos recursos amazônicos, fragilidade dos solos, maior distância das regiões mais desenvolvidas, os investimentos foram redirecionados para o Cerrado. Além disso, “do ponto de vista interno e externo, a questão ambiental não aparecia de forma tão polêmica quanto à repercussão que ganharia na Floresta Amazônica”.

Daí a afirmação de Paulo Romano, que, junto de Alisson Paulinelli, foi um dos idealizadores dos programas de colonização e desenvolvimento dos Cerrados no território mineiro, como o PCI e o PADAP. “O bom senso de atrair maior atenção para os Cerrados, enquanto se amadurece a solução amazônica, deve ser considerado como uma histórica correção de rumos na busca de novas regiões agrícolas”, Carvalho, H. M. (2005, p. 74).

A orientação para áreas de Cerrado ocorreu durante a década de 1970, a partir das políticas do II PND visando ocupar economicamente e integrar essa região às demais regiões do país. Combinadas, as políticas de desenvolvimento do PND e os programas decorrentes como POLOCENTRO e PRODECER e as características topográficas, climáticas e hídricas do Cerrado, propiciaram a ocupação dessas terras pelo capital para a produção de monocultura de grãos.

Outro elemento de grande envergadura foi sua posição geográfica, permitindo intercâmbio com as demais regiões do país. O município de Paracatu encontra-se a 230 km de Brasília/DF, 350 km de Uberlândia/MG e a 500 km da capital mineira, Belo Horizonte. Pela proximidade geográfica, os diversos fluxos ocorrem entre as duas primeiras cidades, em

detrimento da capital. Não por acaso, Paracatu foi um dos três municípios escolhidos para a implantação dos projetos piloto do PRODECER, não com um projeto, mas dois: o Mundo Novo e o Entre Ribeiros. É também o município que teve as maiores quantidades de terras apropriadas pelo projeto, excedendo os 65 mil hectares de terras mecanizáveis.

Embora o município não seja servido por outros modais de transporte, como ferrovias e hidrovias, é cortado pela rodovia federal BR 040, que liga a capital federal a duas outras capitais, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, além da rodovia estadual MG 188, que liga importantes centros produtores de grãos, como Unaí e Paracatu no Noroeste de Minas a outra importante região agrícola, o Triângulo Mineiro.

Para o governo militar, tornar o Cerrado altamente produtivo era a “salvação da lavoura”. Justificava-se o desbravamento do Cerrado como uma forma de equilibrar a balança comercial. A produção de exportáveis, tendo como carro chefe a soja, possibilitaria a entrada de dólares, e bilhões deles ajudariam a modernizar o país.

Como estratégia para a promoção do chamado desenvolvimento econômico, o governo federal, na década de 1970, lançou as bases para o desenvolvimento e melhor aproveitamento das áreas de Cerrado. Em 1975, lança o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO - que começou a ser desmontado ainda em 1979, para dar lugar ao PRODECER neste mesmo ano. A meta do POLOCENTRO era, além da conquista do Cerrado, a produção de grãos, incentivando, assim, a expansão da lavoura, modificando, portanto, a utilização da terra no cerrado, que, até aquele momento, se configurava como área predominante de pecuária (PESSÔA, 1988, p.79).

Matos (2011, p. 96) estima que, em um período de cinco anos (1975-1980), o programa tenha sido responsável pela incorporação de, aproximadamente, 2,4 milhões de hectares à agricultura. O POLOCENTRO aprovou 3.373 projetos de desenvolvimento agrário em sua área de atuação, num total de cerca de US\$ 577 milhões até o ano de 1982, período no qual o

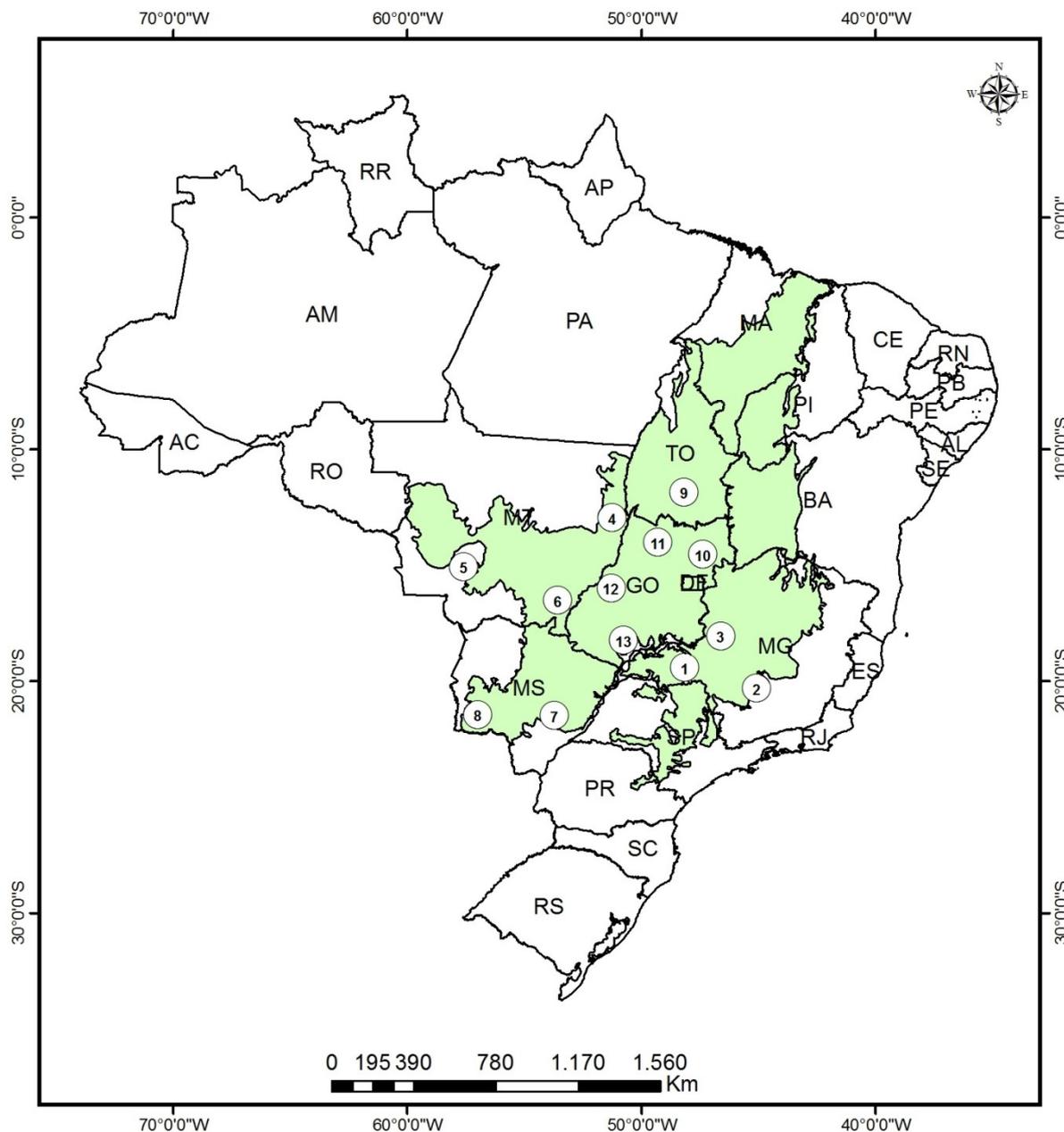
programa esteve em vigor. Assim sendo, o programa foi um dos condutores do processo de modernização da agricultura no Cerrado, responsável por significativo movimento do capital.

Para San Martin e Pelegrini (1984, p. 52), o programa do POLOCENTRO (mapa 02) era objetivo e claro: criar áreas de penetração na periferia dos cerrados, para permitir a formação de cidades, escoadouros de produção, concentração de mão de obra, enfim, toda a infraestrutura necessária para um avanço rumo ao interior do sertão das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Segundo os autores, este foi o último lance de articulação para a entrada em cena dos poderosos capitais japoneses e brasileiros, que iniciaram em definitivo o ciclo de ocupação dos cerrados brasileiros, sob a égide do projeto JICA/PRODECER.

Salienta-se que os vultosos investimentos, junto à grandiosidade do número de projetos e de área ocupada, não foram realizados a partir do nada, ao acaso. Só o foram devido às experiências exitosas, desenvolvidas anteriormente no território mineiro, a exemplo do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP). Este programa, de iniciativa do governo do Estado de Minas Gerais no ano de 1974, portanto anterior ao POLOCENTRO e PRODECER, segundo Faria (2011, p.87) ocupou uma faixa de terras contínuas numa extensão de 60 mil hectares, desapropriadas pelo governo federal a pedido do governo de Minas Gerais, nos municípios mineiros de Ibiá, São Gotardo, Campos Altos e Rio Paranaíba.

Nem mesmo o PADAP foi um projeto pioneiro, foi fruto de outro projeto ousado para o território mineiro, o Programa de Crédito Integrado e incorporação dos cerrados (PCI) criado em 1972. Visava ocupar uma área de Cerrados de 151.900 Km² nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Microrregião de Paracatu, Alto Médio São Francisco, Alto São Francisco e Zona Metalúrgica. O programa mostrou que muito era possível e abriu caminho para a elaboração de políticas públicas semelhantes em nível federal. (FARIA, 2011, p. 85).

Mapa 02 – Brasil: Áreas do POLOCENTRO – 1984/2018



Legenda

	Brasil	6 - Cuiába - Rondonópolis
	Bioma Cerrado	7 - Campo Grande
Projetos POLOCENTRO		
Região		
1 - Triângulo Mineiro	10 - Paranã	
2 - Alto Médio S. Francisco	11 - Pirineus	
3 - Vão do Paracatu	12 - Piranhas	
4 - Xavantina	13 - Rio Verde	
5 - Parecis		

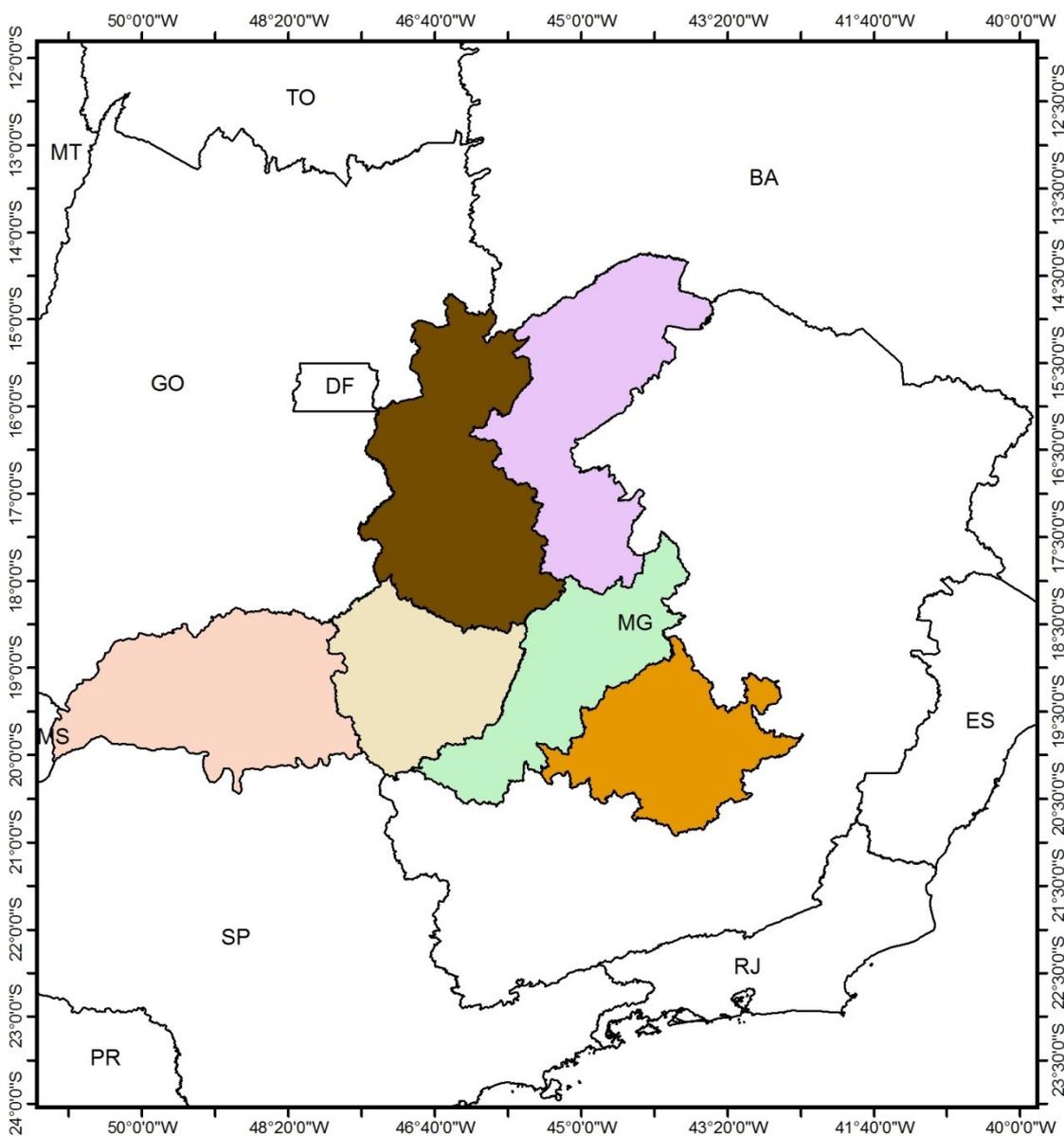
Referencial Geodésico: WGS, 1984.
 Fonte: IBGE, 2018.
 Org.: OLIVEIRA, Pedro Machado de. 2018.
 Dig: COSTA, Ricardo da Silva. 2018

Para o autor, o PCI (mapa 03) foi, além de um programa de créditos, um programa de ocupação empresarial na região. Contudo, para o Estado (de Minas Gerais) faltava mais, carecia da ocupação efetiva de gentes a preencher o “vazio” regional. Foi nesse sentido, que os esforços do governo do Estado conduziram à implementação do PADAP. San Martin e Pelegrini (1984, p. 59) afirmam que essa experiência do PADAP, que, à primeira vista parecia um processo isolado, foi, na verdade, o ponto de partida para o POLOCENTRO, que prepararia definitivamente o terreno para a consolidação do Projeto JICA/PRODECER.

Especificamente para a região Noroeste de Minas Gerais, onde está o município de Paracatu, no ano de 1975, o governo do Estado implantou o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas (PLANOROESTE), cuja finalidade era oferecer a infraestrutura básica no setor de transportes e eletrificação rural, permitindo a colonização de algumas áreas da região e introduzindo cultivos como arroz, café, além do feijão, milho, cana e mandioca já cultivados, conforme Oliveira Mello (2002).

Quanto ao POLOCENTRO, foi projetado para um período de 10 anos, porém foi desativado no início da década de 1980, por apresentar baixo crescimento da produção e da produtividade em relação aos recursos investidos. Além disso, os objetivos sociais do programa, também não ultrapassaram o nível do discurso oficial, pois os instrumentos de ação utilizados, dos quais se destaca a política de crédito rural, favoreceram muito mais a concentração do que a distribuição de renda, conforme Inocêncio (2010, p. 80). O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), Projeto JICA (Japan International Cooperation Agency), ou Projeto Cerrado, como foi divulgado na região de estudo, em sua fase inicial, escolheu três áreas do Estado de Minas Gerais como projeto piloto, nos municípios de Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu.

Mapa 03 – Minas Gerais: área do PCI – 1984/2018



Legenda

- Zona Metalúrgica
- Alto São Francisco
- Microrregião de Paracatú
- Alto Médio São Francisco
- Alto Paranaíba
- Triângulo Mineiro



Referencial Geodésico: WGS, 1984.
 Fonte: IBGE, 2018.
 Org.: OLIVEIRA, Pedro Machado de. 2018.
 Dig: COSTA, Ricardo da Silva. 2018

Neste último, foram implantados dois projetos, o Projeto de Colonização Mundo Novo e o Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, além da implantação de duas empresas agrícolas, a Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial Cerrado (CDAC) e a Cural de Fogo. No projeto Mundo Novo, foram assentados 48 colonos em uma área de 23 mil hectares e no Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, nas suas quatro etapas, foram assentados 87 colonos em área que excede 31 mil hectares de terras planas de Cerrado no vale do rio Paracatu, na confluência com o ribeirão Entre Ribeiros. Além destes, a CDAC incorporou 10 mil hectares e a Cural de Fogo 5 mil, estes, parcialmente, em território do município de Unai/MG.

Desta forma, dos 345 mil hectares ocupados pelo PRODECER nas áreas dos Cerrados (INOCÊNCIO, 2010. p. 95), mais de 65 mil hectares de terras planas capturadas pela agricultura moderna encontram-se no município de Paracatu. É, portanto, o município que teve as maiores extensões de terras apropriadas pelo PRODECER.

Para Inocêncio (2010, p. 86), foi a partir da implementação do PRODECER, veículo criado e “motorizado” pela fusão capital/Estado que os “hábitos” de cultivo dos solos do Cerrado foram drasticamente alterados; bem como se acentuou o processo de expropriação do pequeno agricultor.

Neste processo de incorporação de áreas e pessoas, o novo acaba por destruir/transformar as antigas estruturas sociais de produção e por impor uma nova (re) organização do processo produtivo, cujo epicentro é o capital internacional, que obriga “o local à obediência” dos interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno. Porém, como todo processo produtivo e de expansão do capital é contraditório, o novo também gera (re) existências.

Paracatu é um município onde as contradições e as tensões no campo permitiram a constituição de outros territórios, além dos territórios do agronegócio. Com os processos

modernos implantados nos Cerrados, houve a transformação não somente do Cerrado, rico em biodiversidade, em monoculturas, mas também do homem do lugar, rico em saberes, logo transformado em sem-terra, em sujeito desterritorializado, que, ao fim, passou a pensar na possibilidade de retorno à terra de trabalho.

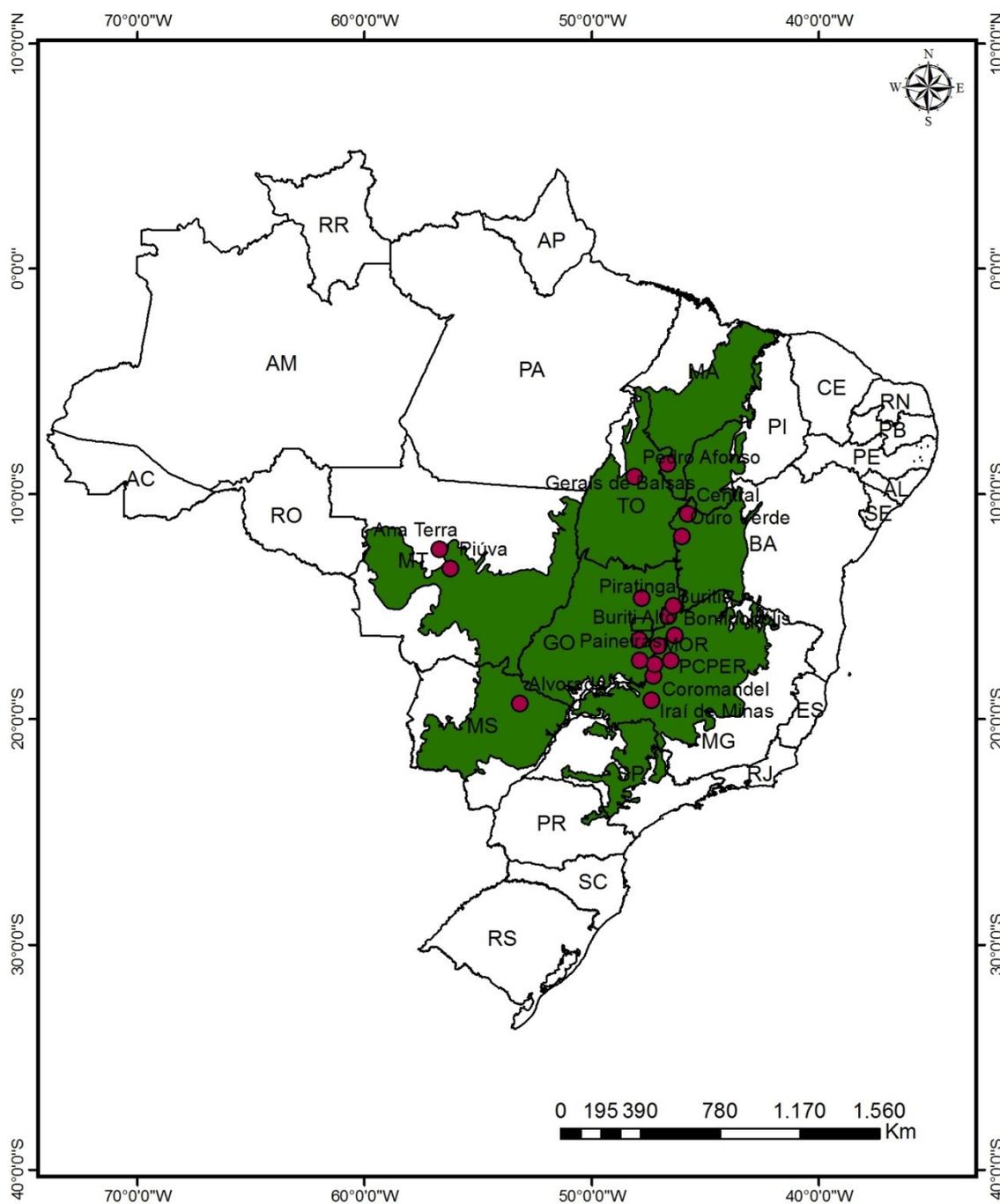
Todavia, como declara Foucault (1979), onde há poder, há resistências; a histórica concentração de terras no município, associada ao privilégio dado pelo Estado aos médios e grandes proprietários, levou a gestar os movimentos sociais que culminaram na implantação de inúmeros assentamentos rurais no município. Um destes assentamentos é o Santa Rosa, também implantado no lugar Entre Ribeiros.

Não se tratava, obviamente, de modernizar áreas que viviam sob o estigma do atraso, nem de ocupar áreas consideradas vazias, mesmo que na prática não o fossem; os interesses, na verdade, eram outros. Mais que isso, tratava-se, na verdade, de abrir o campo brasileiro aos capitais japoneses sequiosos em reproduzir-se, além do mais, libertar aquele país da dependência externa de alimentos. Para um país como o Japão, ávido de matérias-primas que o Brasil queria exportar e ansioso para aplicar fora de suas fronteiras o imenso potencial financeiro e tecnológico acumulado, tudo isso era a antevisão do paraíso.

Aos olhos expansionistas do capitalismo japonês, isto tudo incentivava a cobiça. A área permitia uma ocupação capaz de alterar o equilíbrio mundial de produção de alimentos: aberto à possibilidade de uma agricultura altamente produtiva e em padrões absolutamente modernos, o cerrado poderia alimentar a fome japonesa e os seus objetivos de participar do mercado mundial de grãos (SAN MARTIN; PELEGRINI, 1984, p. 46).

A intenção não era necessariamente modernizar a agricultura de modo que contribuísse com o crescimento econômico da nação, mas em abrir o campo para a reprodução de capitais japoneses, como garantir uma posição do Japão frente a uma geopolítica mundial de alimentos.

Mapa 04 – Brasil: Projetos implantados pelo PRODECER – 1984/2018



Legenda

- Brasil
- Bioma Cerrado
- PRODECER (1980 - 2001)

Referencial Geodésico: WGS, 1984.
 Fonte: IBGE, 2018.
 Org.: OLIVEIRA, Pedro Machado de. 2018.
 Dig: COSTA, Ricardo da Silva. 2018

Segundo Peralva, citado por Inocêncio (2010, p. 127), o principal exportador de cereais ao Japão, os Estados Unidos, considerados como “a cesta de pão” do mundo, tiveram queda na produção de trigo e soja e, como os seus produtos regulavam o mercado mundial, os preços dos alimentos subiram exageradamente, e os japoneses ficaram assustados diante da possível falta de alimentos em seu país, o que os levou a buscar alternativas para suprir suas demandas.

No entendimento da autora, isso aconteceu porque o mundo, entre as décadas de 1960 e 1970, esteve na dependência das exportações dos Estados Unidos, de trigo e outros grãos, inclusive aqueles destinados à alimentação animal, comercializadas internacionalmente. E como os cereais constituem a base da alimentação humana, assim como outros grãos consumidos diretamente (trigo, milho, aveia etc. e seus derivados) pelas populações de baixa renda, e indiretamente (fabricação de rações animais que se convertem em ovos, carne e leite) pelas populações de alta renda, quem controlasse o mercado “controlaria o mundo”.

Portanto, a solução encontrada pelos japoneses para suprir as fontes alimentícias e de matéria-prima foi diversificar suas fontes de suprimento de cereais, incluindo áreas como a Austrália e América do Sul. O Japão deveria elaborar uma estratégia global concreta, a fim de assegurar o abastecimento de gêneros alimentícios (INOCÊNCIO, 2010, p. 128). É neste contexto de busca de novas áreas agrícolas que o Cerrado passa a ser incorporado a dinâmica produtiva capitalista, recebendo grandes somas de capitais japoneses, que tinham como único objetivo tornar o Cerrado produtor de *commodities*.

O PRODECER foi criado por necessidades externas, no caso, especificamente, por vontade japonesa. Todas essas ações, desenvolvidas pelos japoneses em território americano têm como objetivo básico produzir *commodities*, que equilibrem a balança comercial japonesa e sustente sua posição de potência mundial, sem risco de uma crise alimentar, fazendo frente a seus opositores, Estados Unidos e, mais recentemente, a China. (INOCÊNCIO, 2010, p.136).

Análise interessante foi feita por Inocêncio (2010, p.129), ao considerar que “se de diversos ângulos os investimentos japoneses no Brasil foram frutos da crise alimentar que assolou os países entre 1950 – 1980, e da crise petrolífera de 1973, o Brasil, em contrapartida, teve papel relevante ao aceitar empreendimento do porte do PRODECER. Assim, rompe com o anteriormente construído e introduz o novo hegemonicamente produzido. O Cerrado deve ser considerado como um dos modelos mais claros da situação acima descrita. Ele teve sua produção agrícola reestruturada, ou desconsiderada, a partir da década de 1970, em função de um modelo de produção altamente subordinado às vontades de mando e desmando do capital internacional, conclui a autora.

É nesse contexto que o capital, incorporado por diferentes agentes sociais, econômicos, políticos e culturais, captura áreas (territórios) até então tradicionais, tornando-as produtivas ao molde do capitalismo internacional, conforme Santos, M. (2000). “O conteúdo do território como um todo e de cada um dos seus compartimentos muda de forma brusca e, também, rapidamente perde uma parcela maior ou menor de sua identidade, em favor de formas de regulação estranhas ao sentido local da vida” (SANTOS, 2000, p. 104).

No projeto desenvolvimentista, o Cerrado se constituía como área prioritária. Por diversas razões, segundo Matos (2011, p. 175), importantes elementos para a reprodução do capital, como a planura do relevo, clima, terras baratas, disponíveis e fartas de recursos hídricos, prontos para serem acionados/apropriados a qualquer instante. Esses fatores, em conjunto, contribuíram para efetivar a agricultura moderna, norteadas pelas inovações tecnológicas e articulada aos mercados nacional e internacional.

No lugar, Entre Ribeiros, a planura do terreno tornou tais áreas ideais para os cultivos que têm mais capacidade de receber mecanização, como a soja, milho e cana-de-açúcar. Além da apropriação pelo capital das terras planas, outro recurso de importância relevante que vem sendo capturado e usado é a água. Com boa disponibilidade do recurso, canais de irrigação

foram construídos para se promover uma agricultura irrigada de elevada produção e produtividade.

Os 10.315 hectares do Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros I (PCPER I), projeto iniciado em 1983, foram recortados por canais que permitiam circular a água do ribeirão que dá nome ao lugar. Os sistemas de irrigação foram coordenados pela Fundação Rural Mineira – RURALMINAS, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e financiados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), conforme Ricci dos Santos (2007, p.15). Diante de resultados que superaram expectativas com a possibilidade de obterem até três safras anuais, os Projetos de Colonização no Entre Ribeiros tiveram continuidade. Nos anos de 1986 e 1987, com recursos do PRODECER II, foram implantados os Projetos de Colonização Paracatu Entre Ribeiros II e III, ocupando uma área total de 16.796 hectares. Estes utilizam água do rio Paracatu, cuja oferta hídrica é maior do que no ribeirão Entre Ribeiros.

Dando continuidade à reocupação dos Cerrados daquele lugar, em 1990, foi iniciado o PCPER IV com área de 3.984 hectares. Ao todo, os quatro projetos somam mais de 31.000 hectares. Apenas no Projeto IV os canais de irrigação não foram construídos em decorrência da extinção da entidade financiadora, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC - em 1992, conforme declaração de colono.

Salienta-se que os processos modernos de produção implantados no Entre Ribeiros não conduziram a processos sociais de inclusão, ao contrário, geraram a exclusão daqueles que viviam no lugar. Pois o processo modernizante foi excludente, foi seletivo. Os homens do lugar eram vistos pelos agentes/técnicos (do PRODECER; da Companhia de Promoção Agrícola; de Cooperativas; da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda), como incapazes de praticar uma agricultura moderna, pouco comprometidos com o trabalho, indiferentes, alheios à ideia de modernização.

Ao longo de suas vidas, estavam acostumados com os ciclos do Cerrado, regulados pelas estações chuvosa e seca. Não estavam preparados e nem desejavam uma linearização do tempo como o que foi promovido nos Cerrados reocupados e modernizados pelos colonos do PRODECER. Por isso, para promover a transformação dos Cerrados, vieram outros, os do Sul.

A visão das famílias do lugar, presente nos discursos oficiais e ratificada pelos colonos que vieram transformar o Cerrado, foi muito bem descrita por um migrante paranaense beneficiário do PRODECER, que se tornou empresário rural nas chapadas de Ipameri (GO), conforme se vê em Matos (2011).

[...] eu fico admirado até hoje, os paranaenses são muitos no Cerrado, mas eles são preocupados com o trabalho, fomos programados e ensinados a trabalhar e produzir. Se você for à casa de um goiano, ele te serve pão-de-queijo, café, passa o dia conversando. O sulista não, fica o tempo todo olhando o relógio com aquela pressa de trabalhar e produzir, é coisa cultural. Quando cheguei aqui, eu assustei, os “caras” saem das suas propriedades e ficam uma semana na festa da Vazante, ele deixa a fazenda aqui e vai, e nós não, trabalhamos de certa forma, no sábado, domingo e feriados. (MATOS, 2011, p. 193).

O estereótipo de incapacidade do agricultor regional foi fundamental para o Estado escolher o migrante sulista para a exploração agrícola nos Cerrados. No Sudeste Goiano, os sulistas foram personagens do capital “convidados” a compor o “novo” cenário agrícola das áreas de chapada. Esses novos sujeitos metamorfosearam não apenas a paisagem com seus cultivos, mas também a estrutura da produção, transformando as antigas fazendas criadoras de gado em empresas rurais, especializadas na produção de grãos, espaço autêntico símbolo do capital (MATOS, 2011, p. 194).

“Convidados”, este é o termo mais apropriado para os colonos vindos do Sul, pois, no entendimento do Prof. Dr. Rosselvelt José Santos, em diálogos promovidos durante os encontros da Pós-Graduação, auxiliando-nos a desvendar as entrelinhas do processo de reocupação dos Cerrados, alertou-nos que não foi exatamente o sulista (gaúchos, paranaenses, e também os paulistas) quem descobriu as oportunidades e os desafios no Cerrado a partir do PRODECER; mas o contrário, foram descobertos pelos órgãos de fomento e financiamento em

função de já terem vivenciado o trabalho tecnificado, obtendo, conseqüentemente, maior produtividade nas terras onde desenvolviam suas atividades; eram sujeitos mais aptos a enfrentar o desafio da modernização.

A secular ocupação dos Cerrados produziu, em seus ocupantes, um modo de vida pautado nos ciclos da natureza. Enfim, o meio era um forte condicionante de suas práticas cotidianas, produtivas e culturais, ao qual estavam plenamente adaptados. Portanto, não era de se esperar que a transformação nesse extenso território partisse do habitante local. A admissão de novas técnicas só seria possível se fosse com a inclusão de outros sujeitos sociais, os colonos.

Nesse ínterim, as famílias do lugar, seja a do trabalhador rural ou a do pequeno proprietário, tornam-se duplamente excluídas. Primeiro, porque o sistema de criação extensiva de gado calcado na grande propriedade fundiária, por si só, já o excluía do acesso à terra. Segundo, porque foi preterido pelo sulista nos projetos do PRODECER.

É nesse sentido que enxergamos as duas saídas econômicas possíveis para os sujeitos do lugar, relacionadas à questão da terra. De um lado, em uma das saídas, resistindo nas suas pequenas propriedades, conseguiram reunir todos os esforços para também “se modernizarem”. Não exatamente como produtores de grãos amparados pelas políticas públicas que beneficiaram largamente o agronegócio, mas, dedicando-se à pecuária leiteira, muitos conseguiram se modernizar praticamente às próprias custas, diante dos incentivos que, para estes, foram e continuam sendo raleados.

De outro, para aqueles que se viram totalmente excluídos da modernização, fosse na condição de proprietário recusado pela minifundização ou mesmo excluído da condição de trabalhador assalariado, a possibilidade de retorno à terra era oferecida pelo caminho dos movimentos sociais rurais. Diríamos que, com o PRODECER, tanto a modernização quanto a exclusão foram potencializadas. Por isso, entendemos que a própria modernização se tornou o combustível para o florescimento dos movimentos sociais de luta pela terra no município.

Quadro 01 – Paracatu/MG - assentamentos federais implantados no município entre 1997 e 2011.

Assentamento	Famílias	Área (ha)	Criação
Aracaju	14	522	13/11/1997
Batalha	78	3.160	24/03/2011
Belo Vale	30	1.082	23/12/1999
Buriti da Conquista	60	3.714	15/10/1999
Esperança	73	1.907	23/12/2009
Herbert de Souza	85	3.287	13/11/1997
Jambeiro	195	10.898	10/09/1999
Lagoa Rica	108	5.209	01/10/1996
Santa Rosa	65	3.117	15/01/1999
São Cristóvão	16	701	10/10/2011
Tiro e Queda	24	845	13/11/1997
XV de novembro	73	3.730	13/11/1997
Total	824	38.172	1997 – 2011

Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 16/11/2017. Adaptado por Oliveira, P. M. (2017).

O município de Paracatu tinha, ao todo, até o ano de 2017, doze assentamentos, todos na modalidade Assentamento Federal, conforme quadro 01. Nestes, a maioria dedica-se à pecuária leiteira, um conjunto de práticas sociais que lhes possibilita viver na/da propriedade, como veremos na seção 4. Vê-se, pelos dados expostos, que a luta pela terra no município permitiu que mais de 38.000 hectares de terras fossem destinados a um número de 824 assentados nos doze assentamentos implantados. Existe uma terceira questão, que foi aquele desterritorializado do campo que foi forçado a migrar e habitar as periferias das cidades, em um intenso processo de urbanização visto no país nas últimas três décadas do final do último milênio.

No entanto, iremos dedicar nossos esforços aos dois primeiros casos: o que resistiu para não sair da terra e o que, depois de ter saído, lutou para voltar a ser um camponês.

2.4 – Os Cerrados modernizados: o planejado e o não planejado

A maioria dos autores dedicados ao estudo da modernização da agricultura no Brasil, especialmente, a da região dos Cerrados do Brasil Central, é unânime em afirmar que foi um processo excludente e seletivo. Tanto nas áreas escolhidas, quanto nas culturas selecionadas, nas propriedades e, finalmente, quanto aos sujeitos escolhidos para a empreitada. Assim, o processo excludente e seletivo implantou-se nas áreas planas providas de recursos hídricos, com o objetivo de produzir *commodities*, nas médias e grandes propriedades, tendo os colonos primazia sobre os antigos camponeses.

No entanto, o que queremos apontar é que, mesmo nas condições citadas, ainda assim, geraram efeitos multiplicadores. Basta ver que não é somente nos espaços apropriados pelo PRODECER que se notam os efeitos da modernização. Os mais de 345 mil hectares incorporados diretamente pelos projetos do PRODECER, representam pouquíssimo diante da grandiosidade das dimensões dos Cerrados, que ocupam uma área superior a 2 milhões de Km², cerca de 23% do território brasileiro.

Assim, como observou Prado Jr. (1994, p. 76) referindo-se ao papel da pecuária e da mineração na interiorização. “Só com a agricultura a colonização não teria penetrado o interior; e é por isso que até o século XVII, os portugueses continuavam a arranhar o litoral como caranguejos. A mineração e a pecuária é que tornaram possível e provocaram o avanço”.

Assim, diríamos, para os projetos do PRODECER na reocupação dos Cerrados, se a modernização ficasse restrita aos núcleos implantados pelos projetos do PRODECER, no máximo, teríamos arranhado suas vastas extensões de terras. Desse modo, o processo de reocupação dos Cerrados, iniciada com as condições criadas pelo PRODECER, pode ser atribuída muito mais pelas ações de grandes empresas multinacionais, cooperativas e

camponeses, que viram na área a possibilidade de reproduzir o capital quanto os seus modos de vida, respectivamente, além de ter permitido a inclusão de camponeses sobrantes do Sul do Brasil.

Sobre os efeitos multiplicadores do PRODECER, San Martín e Pelegrini (1984, p. 87) afirmam que, em menos de dois anos após o início das atividades em Paracatu, já era “cada vez maior o número de interessados completamente isolados dos projetos oficiais, que compram terra ao redor do núcleo Mundo Novo por conta própria e, aos poucos vão se incorporando à CAC³³”.

Nos municípios do Noroeste Mineiro, onde quer que haja terras planas ali estão instalados modernos sistemas de produção agrícola, muitos deles com uso de modernos aparelhos de irrigação. Esse quadro se repete em municípios como Unaí, Paracatu e Guarda-Mor. Já nos municípios onde existem terras onduladas, de mais difícil mecanização, ali estão as propriedades rurais, geralmente pequenas, onde se desenvolve a atividade pecuária, prioritariamente, de gado leiteiro. Esse é o quadro do município de Vazante, Lagamar e mesmo em áreas dos municípios supracitados.

Em outros termos, se a reocupação dos Cerrados foi planejada para modernizar as grandes propriedades com o objetivo de que se tornassem produtoras de grãos exportáveis, acertou também em outro alvo, pois alcançou, mesmo que indiretamente, os pequenos criadores de gado leiteiro.

Se, para as médias e grandes propriedades, não faltou crédito, assistência técnica, facilidade de transporte, espaço para armazenamento e incentivos diversos, como observou Pessôa (1988, p. 47), para os pequenos proprietários/camponeses, até então produtores de

³³ Foram dois os projetos do PRODECER em Paracatu, no núcleo Mundo Novo a implementação se deu com a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) e no Entre Ribeiros a implementação se deu através da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu (COOPERVAP).

alimentos, não faltou habilidade em manejar os recursos tempo, terra e trabalho em seus estabelecimentos. Portanto, o que diferenciou os dois processos distintos foi o elemento impulsionador: enquanto para umas o grande impulso foi o capital nacional e estrangeiro, público e privado; para outros, o grande impulso foi o trabalho familiar que ia produzindo o dinheiro necessário para investir na tecnificação.

Nesse último caso, a partir da combinação de diversos elementos que incluem a utilização dos recursos disponíveis na propriedade, do trabalho familiar e da administração da unidade de produção, exercida diretamente por parte de quem também produz. Nessas propriedades os arranjos para levantar o dinheiro necessário para investimentos consistiam ora em vender parte de seu rebanho suíno, criados com o milho produzido nas terras de cultura, ora vendendo o arroz excedente nas áreas de Cerrados recém-desmatadas, ora vendendo alguns bezerros criados nestas áreas de pastos recém-formados. Necessário se faz acrescentar que parte da família vai sair, e quem fica vai sofrer um processo de autoexploração do trabalho, que é realizado com menos braços e com várias imposições tecnológicas.

Cabe alertar que essa tecnificação do camponês, assim como a modernização nas áreas dos Cerrados, não partiu dos próprios sujeitos do lugar, foi um processo induzido; isto é, a transformação ocorrida foi imposta de fora para dentro por representantes do grande capital internacional e técnicos do Estado brasileiro e japonês, portanto sujeitos e instituições estranhos ao lugar. Se, em um deles, foi resultado das necessidades de expansão e reprodução do capital internacional; no outro, foi induzido pelas necessidades das agroindústrias do setor de laticínios, que embora possam estar travestidas de cooperativas, estão também a serviço do capital, como veremos na seção 4.

Assim, diríamos que a modernização/tecnificação induzida teve o objetivo de incluir economicamente o camponês, criando distintas condições para que o capital se apropriasse do trabalho dele e da renda da terra, ao mesmo tempo em que transformava este em consumidor

de produtos industriais. Logo, o camponês, antes independente, quase autossuficiente, já que dependia quase exclusivamente de sua força de trabalho para produzir, se vê obrigado a adquirir uma quantidade de bens de produção para que possa continuar produzindo. Nesse processo, em que a autonomia é lançada fora, ele se vê diante de novas imposições, que o transformam em consumidor de tanques de resfriamento, tratores, motores elétricos, desintegrador/triturador, equipamentos para inseminação artificial, siladeiras, ordenhas, silos para armazenamento da ração.

Nota-se que, a cada movimento dado no sentido da tecnificação, mais esse sujeito se distancia daquela autonomia da qual usufruía anteriormente e cada vez mais se torna subordinado aos processos produtivos. A autossuficiência a que nos referimos é aquela que permitiu ao camponês tradicional (aquele que permaneceu) se reproduzir na área estudada ao longo de gerações, na qual a família tinha o domínio das próprias sementes; da utilização das terras de culturas deixando livres as áreas de Cerrado para reservas ou largas³⁴ onde o gado era criado solto; de manejar o seu tempo de acordo com os ciclos do Cerrado, de acordo com os tempos das águas e da seca; de realizar suas festas, de se viver a vida.

Nesses tempos idos, o maior investimento do camponês era exatamente aquilo já possuía, em muitos casos, abundantemente, a força de trabalho disponível no ambiente familiar. No entanto, com a modernização, ao se ver mais tecnificado e integrado ao mercado ou às empresas e cooperativas, com isso mais dependente de recursos externos, mais ele vê o seu tempo e trabalho sendo controlado pelas atividades por ele desenvolvidas, mas comandadas pelo capital.

³⁴ As largas podem ser entendidas como extensas áreas de pastagens naturais, sem delimitação, sem cercas, onde o gado era criado solto, geralmente o rebanho que não estava em lactação, isto é, o gado solteiro, no entendimento dos habitantes do noroeste mineiro. Quando tais áreas não eram requisitadas como propriedade particular ocorria o uso comum por vários criadores de rebanho. Quando a área pertencia a algum proprietário, esta poderia ser alugada, por cabeça, para quaisquer possuidores de rebanho interessados.

Nos tempos atuais (2018), quanto aos assentados, o que vimos de novo foi o fato de que, para estar atrelado à cooperativa, antes ele teve que se empregar, mesmo que esporadicamente, no agronegócio. As práticas sociais se diversificam e apresentam diferentes formas de captura do trabalho familiar. A sua condição de produtores de leite nos conduziu ao pensamento de que a cada inovação na propriedade, feita a partir das orientações técnicas das empresas, nas quais os custos são do próprio camponês, mais amplamente ocorre a acumulação por parte destas empresas. Em outras palavras, as inovações técnicas, duramente implementadas pelos camponeses, não vêm necessariamente lhe trazer benefícios; estes ocorrem em favor das empresas do setor.

Isso pode ser exemplificado na transição da coleta de leite a granel, de quando era feita nas latas para os tanques de resfriamento. Como a coleta direta nos tanques de resfriamento prescinde da figura do antigo “lateiro”, a cooperativa economiza em mão de obra. Da mesma forma a ração vendida pela cooperativa, que antes era entregue em sacas de 50 quilos (que também dependia dos chamados chapas para carga e descarga) agora é vendida em toneladas, sendo depositadas em silos adquiridos pelo criador de gado leiteiro diretamente da própria cooperativa. No entanto não é apenas isso, tanto o tanque, o silo, quanto a ração, que representa os maiores custos de produção, principalmente na seca, são adquiridos na relação com a cooperativa. O assentado já não é apenas um fornecedor de leite, antes de tudo, ele é um consumidor de vários produtos. Produzir qualquer quantitativo de leite implica consumir mercadorias de conteúdo tecnológico.

Como de regra, o investimento realizado não traz necessariamente retorno para quem o fez, o camponês, antes, é apropriado por quem o induziu. Este, ocorre no sentido de potencializar a produção e/ou produtividade para que sejam apropriados pela empresa/cooperativa.

O processo que é atual, no caso do leite produzido pelos camponeses do Assentamento Santa Rosa e dos demais produtores da área estudada, é a reprodução daquilo que Silva, J. Graziano (1981) havia descrito sobre a relação dos camponeses produtores de fumo, tomate, uva e hortifrutigranjeiros com as agroindústrias, de maneira bastante contundente.

Não significa que esta tecnificação tenha significado ganhos econômicos por parte das unidades produtoras. Pelo contrário, isto tem significado na maioria das vezes um grau de endividamento, uma perda da propriedade real dos meios de produção por parte desses pequenos produtores. Esse “novo” camponês não se apropria necessariamente do lucro, nem da renda da terra, como condição de produção, da mesma forma que acontecia com o “antigo” camponês. O grande capital retira-lhe este excedente, permitindo que ele se aproprie apenas do necessário à sua reprodução como pequeno produtor. (SILVA, 1981p. 138).

O fato de serem camponeses que tendem a se equipar tecnologicamente, tornando-se modernos, não elimina os seus modos de vida, nem mesmo a ideia de estarem trabalhando para si. Também não elimina o cerco que o capital estabelece, respectivamente. Os compromissos financeiros assumidos lhes conduzem quase diretamente a uma condição de sobretrabalho, quando não de subconsumo. Considerando a forma em que o camponês consegue sua inserção no sistema, a tecnificação, mais do que uma oportunidade, deve ser entendida como uma imposição, que o leva à subordinação.

Em relação ao capital, que subordina a todos, vimos, em um primeiro momento, a sua ausência, e posteriormente, o seu aparecimento. Enquanto os órgãos oficiais viam no sujeito do lugar um sujeito pouco capacitado, resistente ao crédito e alheio à inovação, as agências financiadoras, isto é, os agentes do capital, não compareceram para lhes dar as possibilidades de serem incluídos no projeto modernizante. O que se quer afirmar é que, enquanto os camponeses viviam seu modo de vida tradicional, o capital não compareceu para oferecer as mesmas condições dadas aos grandes proprietários para que pudessem se modernizar. Porém, quando já modernizados/tecnificados, e isto por sua conta e risco, aí aparece o capital para se apropriar da renda da terra e do trabalho daquele camponês, que, a duras penas, se modernizou.

Enfim, ele precisou incorporar tecnologia para atender às imposições do mercado e do Estado, sem que isso lhe trouxesse benefícios em contrapartida.

Diríamos até que, nesse caso, para o capital, as vantagens obtidas com a subordinação camponesa superam as do agronegócio, em termos comparativos. Pois, no caso da modernização da pequena propriedade, não houve a necessidade de investimentos prévios por parte do grande capital. Enquanto, na grande propriedade, a modernização se deu em decorrência da aplicação de enormes somas de dinheiro, de capital; na pequena, trabalho familiar, as trocas de dias de serviço, a ajuda mútua.

É certo que os representantes do agronegócio também veem a renda da terra ser apropriada pelo capital; nada mais óbvio, porque o próprio agronegócio é produto do capital. Os espaços do agronegócio constituem o ambiente preparado, produzidos a seu gosto, para reprodução do capital mediante a apropriação da renda da terra. Diferente do caso camponês, que se desenvolveu à revelia do sistema modernizador, e mesmo assim vê sua renda sendo apropriada pelo capital. Oportunista, este só aparece no momento em que estão criadas as condições de sua reprodução.

Retomando a questão da modernização conservadora, projeto político dos militares, que gestou, contraditoriamente, duas formas de estruturas socioprodutivas vinculadas à terra de trabalho: a estrutura camponesa, que resistiu nos espaços marginais da grande lavoura, dedicando-se a pecuária e, mais tarde, os assentamentos, resultantes da luta para entrar/retornar à terra. São estas estruturas socioprodutivas as quais mencionamos como territórios camponeses, em oposição aos territórios do agronegócio, como veremos na seção 3.

Como a modernização foi planejada para não atingir a todos os lugares, homens e produtos, por ter sido seletiva; nos interstícios, surgiram e/ou se mantiveram essas duas estruturas socioprodutivas.

Os espaços modernizados tornam-se sinônimos de espaços luminosos, conforme Santos e Silveira (2008, p. 264), por imperarem ali a técnica e os fluxos, por acumularem mais densidades técnicas e informacionais, tornando-se aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização e por já serem portadores de infraestrutura. Esses espaços, tornados luminosos³⁵, pela ação conjunta do Estado, do capital e dos colonos do PRODECER, são as áreas planas como o Entre Ribeiros³⁶, e as chapadas encontradas, por exemplo, em Goiás ou no Oeste baiano, onde pelejam os empresários gaúchos, paranaenses, japoneses dedicando-se aos cultivos de exportação, como a soja. As outras duas estruturas produtivas vão ocupar os então chamados espaços opacos³⁷, marcados pela menor intensidade de fluxos e menos emprego de técnicas.

Se, para os colonos do PRODECER, compreendidos como os operadores do capital no processo de modernização, a sua relação com o Cerrado foi amparada e subsidiada pelo Estado, para os sujeitos do lugar, não se pode dizer o mesmo. Para muitos, a permanência e consequente inserção econômica no modelo modernizante só foi possível graças a uma combinação de estratégias e habilidades.

³⁵ O termo vem do geógrafo Milton Santos, Santos e Silveira (2008, p.264). Para o autor, os espaços luminosos são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando, assim, aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Portanto, onde ocorrem mais intensamente os fluxos produtivos, de capital e circulação.

³⁶ Para um dos colonos, o lugar Entre Ribeiros é uma exceção entre os projetos do PRODECER, pois diferentemente dos outros projetos implantados em chapadas, foi implantado em terras planas no vale do rio Paracatu, próximo da confluência do ribeirão Entre Ribeiros. Enquanto, no Entre Ribeiros, a altitude média é de 500 metros, as chapadas do Brasil Central encontram-se entre 800 e 900 metros de altitude. Para um dos colonos, esse fator faz com que seja também diferente o regime de chuvas. Para o colono do PRODECER I, no Entre Ribeiros, até mesmo no verão, as precipitações atmosféricas são irregulares, alternam-se dias de sol intenso, conhecidos como veranico, podendo alcançar até um mês, com dias seguidos de chuvas. As duas primeiras safras de sequeiro, a partir de 1983, foram frustrantes. Segundo ele, o Entre Ribeiros só se tornaria um empreendimento agrícola viável se fossem feitas obras de irrigação. Só assim se iniciara as obras dos canais de irrigação executadas pela Ruralminas. A irrigação resolveu um dos inconvenientes, enquanto outro se mantém. Nos dias seguidos de chuvas, além do comprometimento da produção, o lugar fica inacessível, já que o principal acesso, pela BR 040, em Paracatu, tem cerca de 40 km de estradas não asfaltadas.

³⁷ Por oposição aos espaços luminosos, os espaços opacos seriam aqueles não dotados de densidades técnicas e informacionais, fraca circulação de capital e tecnologias e menor densidade de fluxos.

2.5 – A permanência camponesa na terra na contradição do processo modernizante.

No contexto da modernização, a propriedade da terra, geralmente, transmitida por herança, foi uma das condições essenciais para a permanência de parte da população na área estudada. Diante da ameaça da expropriação e conseqüente proletarização, muitos se agarraram à terra com cada fibra do seu ser, conforme expressou Tuan (1980). Junto à propriedade, o camponês tinha à sua disposição a mão de obra da família, uma vez que as famílias camponesas do Noroeste de Minas, nas décadas das ações modernizantes do Estado, eram, quase sempre, prolíferas³⁸. Soma-se aos dois primeiros, a habilidade do camponês em manejar os recursos disponíveis na propriedade associadas com os recursos da comunidade, como ajuda mútua, troca de dias de serviço, mutirões, empréstimo de reprodutores, etc.

Havia, portanto, um fator de ordem natural que limitava o camponês em metamorfose na sua estratégia, que agora não era apenas de reprodução familiar, mas também de crescimento econômico, já que a chegada do estranho despertou nos agricultores locais a possibilidade de produzir nas terras antes quase inutilizadas. Usualmente, as terras cultivadas nessas propriedades eram somente aquelas em que os solos eram dotados de maior fertilidade natural, as chamadas terras de cultura. Nestas, a coloração escura, a presença de alguns espécimes vegetais, denotando a presença de húmus e minerais, sinalizavam para o camponês a possibilidade de colheitas fartas.

Tão somente aquelas terras eram produtivas aos olhos e conhecimentos recebidos e transmitidos há gerações pelos agricultores. Como se apropriar das terras de Cerrado para a

³⁸ Ver nota de rodapé número 43 sobre a dinâmica demográfica. Nos anos de 1970, nas propriedades camponesas, o número de filhos, sinônimo de braços disponíveis para o trabalho familiar, favorecia a produção agrícola. No entanto, na atualidade, com redução da taxa de natalidade, em muitos dos casos, no assentamento, há a presença apenas de adultos e idosos e/ou crianças em idade escolar, cujo trabalho não pode ainda ser absorvido pelo chefe da família.

agricultura, se, até então, o seu uso era vinculado à criação de gado e que geralmente compunham as maiores áreas das propriedades da região? Descapitalizados e desprovidos das modernas técnicas e instrumentos dos quais já dispunham os estranhos (gaúchos), sabiam que a produção agrícola, naquelas terras, era algo simplesmente inconveniente. Quanto aos gaúchos, estes foram capturados no Sul como sujeitos experientes no cooperativismo, mas sobranes ou em vias de exclusão da pequena propriedade camponesa.

Para aqueles camponeses do noroeste de Minas, as terras do Cerrado, ocupadas esporadicamente por ocasiões das queimadas e que funcionavam como estoque de comida para o gado, poderiam no máximo virar pasto. Assim, no decorrer da década de 1980, aos poucos, a Braquiária, foi ocupando o lugar do Cerrado, não sem antes lançar na atmosfera regional toneladas de gás carbônico provenientes da queima da vegetação nas pequenas carvoarias tocadas pela própria família. Antes mesmo da implantação do pasto, o camponês colhia uma ou duas safras de arroz. Assim procedia porque entendia ser necessário cortar o chão para que houvesse a destoca e o corte mais profundo das raízes das plantas que, no Cerrado, insistem em brotar novamente. A natureza dos solos profundos obriga as raízes a lutar com desespero para extrair os nutrientes que o solo nega sistematicamente³⁹. Sabiam também que, mesmo não sendo fértil, o desmatamento e a queimada parcial da vegetação, aquela não queimada nos fornos deixava no solo preciosos nutrientes para as sementes lançadas.

Como, no modo de vida camponês, o que se pratica é o cultivo dos meios de vida, a sua intuição camponesa o induz a plantar mais de um gênero alimentar visando à reprodução do grupo, plantava então o arroz, como forma de obter por algum tempo parte do sustento da

³⁹ A vegetação encontrada no Cerrado é adaptada às situações pedológicas, climatológicas e hidrológicas. Quanto aos solos, geralmente são profundos, os denominados latossolos, bem formados, porém ácidos e lixiviados, apresentando baixa fertilidade. Quanto ao clima, na área de Cerrados, as chuvas ocorrem por, no máximo, sete meses ao ano, geralmente de outubro a abril, situação na qual a vegetação passa por um estresse hídrico durante cinco meses do ano. Quanto à disponibilidade de água no solo, a seca impõe severas restrições à vegetação. Suas raízes profundas cumprem duplo objetivo: buscam água e os nutrientes necessários ao seu desenvolvimento.

família, talvez inconsciente de que o plantio lhe traria outro benefício, a correção dos índices de acidez no solo. Provavelmente ele também nem soubesse disso. O fato é que, no dizer dos agrônomos responsáveis pelos grandes projetos nos Cerrados, o arroz era cultivado para “amansar a terra”. Seu cultivo foi introduzido em larga escala, ao longo dos anos 1970 e 1980, nas novas áreas dos Cerrados reocupados, com a finalidade de “abrir a área”, “abrir a fazenda”, para, finalmente, dar espaço à soja e ao milho.

No caso da pequena propriedade, a substituição do Cerrado pela pastagem ainda não garantia sua permanência na terra, pois esta, ainda não era produtiva, já que o gado criado na região, de origem zebuína, chamado na região de gado “comum”, era caracterizado pela baixa aptidão leiteira. Era necessário, mais uma vez, alterar a base técnico-produtiva, introduzir uma raça que fosse mais produtiva, para romper com a prática local de se produzir uma média inferior a dois litros de leite/dia/vaca.

Na esteira da modernização, os Cerrados, como áreas de chegada do estrangeiro, não viram chegar apenas novos sujeitos como os sulistas, mas também firmas como a Nestlé, instituições como os bancos, EMATER, CASEMG, além de lojas de revenda de máquinas, implementos, produtos veterinários etc.

Se, de um lado, o Estado, o PRODECER e os sulistas promoveram grandes alterações nos Cerrados, transformando-os em áreas de agricultura; de outro, a Nestlé, em conjunto com a Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda (COOPERVAP) e os camponeses, transformados em criadores de gado leiteiro, foram os responsáveis pela modernização na pecuária leiteira regional.

A implantação do programa Leite a Pasto em 2009 (trataremos sobre o assunto na seção 4) deu grande impulso à produção, já que a captação chegou ao recorde de 220 mil litros de leite/dia no ano de 2012 (NOGUEIRA, 2012, p.82). A Microrregião de Paracatu é, atualmente, importante bacia leiteira no Estado de Minas. Somente a COOPERVAP compra diariamente

cerca de 265 mil litros de leite, em Paracatu e municípios vizinhos, do noroeste mineiro (PARACATU.NET, 2018).

O cruzamento da raça holandesa com o gado Gir, possibilitou a elevação dos índices de produtividade nas pequenas propriedades, permitindo não somente o aumento da produção de leite, mas provocando a transformação de um camponês que, antes, produzia alimentos para seu sustento enquanto mantinha vínculos aleatórios com o mercado, em um camponês que aplica seus conhecimentos de mundo e que não se fechou para absorver novas tecnologias, passando a produzir alimentos para o gado, para que este venha a responder com produtividade leiteira. O leite é o produto de ligação com o mercado, com o qual agora está fortemente conectado.

Se o caminho para o colono no processo de modernização foi facilitado pelo sistema, pelos órgãos oficiais que promoveram a reocupação do Cerrado, dada a disponibilidade de créditos para investimentos; no caso do camponês, o caminho foi mais sinuoso. Passou pela intensa utilização do trabalho da família na terra, buscando acumular algum excedente, para que, enfim, pudesse investir em novas tecnologias.

Lançou mão de todos os recursos e estratégias disponíveis, incluindo terra, trabalho e outros recursos para que pudesse se modernizar, para não se tornar mais um excluído, buscando integrar-se ao mercado, para, finalmente, obter um produto aceito e subordinado pelo capital. Tal processo se concretiza na vida daqueles camponeses a partir da venda de leite à Nestlé e à COOPERVAP.

Mas, como a vida de trabalho e resistência parece fazer parte da essência do camponês, mesmo contra todas as possibilidades, continua a resistir e a existir, negando e evitando a expropriação completa de seus meios de produção, a fim de não se tornar dono tão somente de sua força de trabalho.

Na sua luta para se manter na terra, incorporar tecnologias é uma possibilidade, que, quase sempre, é adiada em função do receio de que isso venha a comprometer a sua autonomia e acentuar ainda mais a dependência frente ao mercado, que visa transformá-lo em um produtor especializado, de leite, por exemplo. O receio desses produtores é que a especialização/tecnificação, que, além de colocá-los como empregados indiretos da cooperativa, possa também os conduzir ao endividamento, e isto seria o seu fim. Assim, o preço pago por esta autonomia controlada⁴⁰, ou mesmo uma inclusão subordinada, se traduz em sobretrabalho de todo o grupo familiar. Somente ao absorver o trabalho da família, manejar adequadamente todos os recursos disponíveis internamente, adaptar-se às circunstâncias e criar estratégias que lhe permitam construir saídas, ele se mantém camponês. Assim é a sua inserção social no capitalismo. O seu lugar, no sistema capitalista, não é algo garantido, é a cada dia construído.

Mas, a luta do camponês é uma luta para continuar existindo, o que vai à contramão de um ordenamento social com base na acumulação desigual do capital. Uma ideia é a de que o capitalismo “permite” a existência do campesinato no processo de desenvolvimento desigual. E a outra é a de que ele não permite, mas os camponeses, pela sua luta, vão criando o seu lugar social e existência (FABRINI, 2003, p. 208).

É esta habilidade em administrar os recursos, que levou muitos dos pequenos agricultores camponeses de então, a se modernizarem; no caso, tornarem-se fornecedores de leite às empresas e cooperativas. Em uma área vizinha aos territórios do PRODECER, e do Assentamento Santa Rosa no Entre Ribeiros, pudemos constatar as artimanhas de um destes agricultores, acreditando, no entanto, que práticas semelhantes foram desenvolvidas pelos demais camponeses pequenos proprietários que vivem na região.

⁴⁰ No seu imaginário, o camponês que hoje produz leite, trabalha para si mesmo. Afinal, ele é proprietário de seu pequeno lote de terras, é dono do seu rebanho, e somente em última instância recorre-se às linhas de crédito disponíveis, a exemplo do Pronaf. De fato, o compromisso assumido com a COOPERVAP de fornecer leite é cercado de imposições. Dedicar o seu tempo, quase integralmente à atividade, não desfruta do descanso semanal, feriados, datas comemorativas. O preço pela liberdade de trabalhar para si mesmo vem em forma de sobretrabalho e a linearização do seu tempo, o que lhe impede de ter uma vida social, que antes talvez tivesse.

No entusiasmo da modernização que se via propagar no entorno, resolveu desmatar parte de suas terras planas de Cerrado. Com a mão de obra disponível, transformou em carvão toda aquela vegetação, o que lhe permitiu ao menos pagar o serviço de desmate realizado por trator de esteira, e com algum esforço, deixar ainda a terra arada.

A matéria orgânica resultante da decomposição e também da queima dos vegetais permitiu que se colhesse ali uma boa safra de arroz. A safra de arroz permitiu a este o pagamento pelo serviço de eletrificação rural, disponibilizado pela CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais S.A) durante a primeira metade da década de 1980.

Foi uma cartada decisiva, a de se ter energia elétrica na propriedade, pois somente assim, pôde-se adquirir o motor elétrico junto ao desintegrador para triturar cana e capim, fornecendo um trato mais qualificado para o rebanho durante o período da seca. Tempos antes, já havia experimentado triturar as forrageiras para o gado utilizando o motor à combustão, no caso, o motor à óleo diesel.

Foi a reviravolta no processo produtivo, já que a época da seca era o tormento para aquele até então pequeno agricultor, que possuía também rebanho bovino. Não dispendo de pastagens, a seca, geralmente, lhe impunha prejuízos. Se, de um lado, o rebanho produzia menos leite, de outro, ainda pior, parte do rebanho podia morrer em função da insuficiência de alimentos.

Para esses camponeses, a partir da eletrificação rural, a seca, a exemplo das águas, continuou sendo época de fartura. Assim, o gado leiteiro tratado com as forrageiras (cana e capim Napier ou Cameron) trituradas manteve a mesma produtividade leiteira das águas, assim, como estavam aptas à reprodução, porque bem alimentadas, produzindo regularmente um bezerro a cada ano. Era o início do processo de linearização⁴¹ do tempo no cotidiano daquele

⁴¹ De acordo com Santos, R. J. (2008, p. 113), gaúchos e mineiros produzem sem intervalos nas terras do município de Iraí de Minas. Gaúchos produzindo grãos e mineiros leite. Portanto, os gaúchos conseguem, no mercado, ganhos

produtor de alimentos, que tradicionalmente viveu com base nos ciclos da natureza, incorporados ao modo de vida característico do Cerrado.

Nesse processo de transição, em que o camponês produtor de alimentos se torna pequeno fornecedor de leite, os braços firmes dos membros da família encabeçados pelo chefe desta transitavam nos diferentes espaços da terra exercendo as mais distintas funções. Mesmo contando com trabalho externo em certas tarefas, ora era ele mesmo o cortador de lenha no Cerrado recém desmatado, ora era o carvoeiro que queimava a lenha nos fornos de tijolos, ora ele mesmo fabricava os próprios tijolos, quando não era conveniente comprar, ora era o plantador de milho que sustentava suínos e bovinos, ora era o plantador da cana e do capim que sustentava o gado durante a seca [...]; logo se viu vaqueiro, fornecedor de leite, vendido de início à Nestlé, e posteriormente à COOPERVAP.

Observa-se que, no exposto acima, as tarefas não são dissociadas umas das outras, isto é, fazem parte de um conjunto de técnicas pensadas e aplicadas no conjunto familiar para alcançar um determinado objetivo. Dessa forma, empregando o trabalho da família, o Cerrado vira carvão e, em seguida, se transforma em arrozal que contribui no sustento da família, que permite, na sequência, formar as pastagens e que, ao mesmo tempo, vai subsidiar a eletrificação rural, que vai dar as condições de, finalmente, se tornar um fornecedor de leite, evitando assim o processo expropriatório que se viu na região ao longo dos anos 1980. É a habilidade de desenvolver tantas tarefas ao mesmo tempo que possibilita ao camponês promover a sua reprodução como tal. A habilidade demonstrada ali não está somente em empregar trabalho familiar na propriedade, mas, antes de tudo, está em administrar os recursos disponíveis internamente, o trabalho, a produção e o tempo.

substanciais por terem produtos fora de época. Enquanto do lado dos mineiros, o trabalho sem intervalo não garante bom preço ao leite; na verdade, ele vai sofrer, nesse melhoramento, reduções de preços. A manutenção da renda poderá ser atingida pelo aumento da produção, a qual envolve outros produtos. Por força de contratos dos laticínios, essa produção deverá ser estável o ano todo, pois o mínimo aumento da produção, na época de chuva, significa leite em excesso, produção sem amparo contratual, portanto, sem preço garantido.

Qualidade essa encontrada no camponês, desenvolvida no desenrolar de seu próprio modo de vida, que o faz acostumado diariamente às múltiplas tarefas. A sua capacidade de engenho lhe enseja elaborar e também reelaborar saídas para as mais distintas situações. Assim como diz Shanin (2008, p. 25), “as soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas”.

Ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas. A verdadeira característica e definição dos camponeses tem como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação. Também não é algo que se aprende na universidade. Só se aprende com os seus pais. Se for um menino aprende com seu pai. Se for menina aprende com sua mãe [...] ele acorda com seus pais todos os dias e vai fazendo e aprendendo. (SHANIN, 2008, p. 41).

Acrescenta ainda o autor que os camponeses têm provado ser extremamente resilientes⁴² e criativos em situações de crise ou aos desafios que lhes são impostos, e não há uma forma simplista de descrever isto, e mais, acostumado a lidar com as dificuldades, “para cada situação de crise uma resposta diferente é encontrada”.

Santos, R. J. (2008, p. 87), em pesquisa realizada no município de Iraí de Minas, nas terras planas do Cerrado mineiro reocupado por sulistas, pelo Projeto JICA-PRODECER, já havia indicado a saída encontrada pelos produtores mineiros diante do fato de terem sido preteridos pelos gaúchos no projeto modernizante. Mostrava, em seu trabalho, também que, enquanto os camponeses gaúchos, por determinação do PRODECER I transformavam-se em produtores de grãos, os camponeses mineiros, por sua vez, foram encontrando brechas - já que

⁴² Ver o excelente trabalho de Arlete Mendes da Silva – **Resiliência socioespacial na expansão canavieira no cerrado goiano: a cidade rural de Maurilândia/GO**. Tese de doutorado produzida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Para a autora, o prenúncio de uma resiliência se anuncia quando, mesmo com a chegada do outro, no caso a usina sucroalcooleira, esse valente camponês continua no lugar vivido. O espaço (mundo vivido) é um alimento que se sustenta do passado, pela história, pelos resíduos humanos nele construídos e depositados (SILVA, 2014, p. 361).

não tiverem a seu dispor os fartos créditos ofertados aos plantadores de grãos - para permanecerem no lugar dedicando-se à produção de leite.

Para o autor, os produtores mineiros de leite, mesmo com aspectos da cultura rústica ainda presentes, tornaram-se capazes de responder, quer quantitativa, quer qualitativamente, às exigências dos laticínios.

Na condição de excluídos, os produtores mineiros viviam, no momento da instalação do projeto, a curiosa situação de observadores, pois não participaram deste. [...]. Entretanto, a exclusão dos produtores mineiros do projeto não os afastou de novas determinações sociais. Logo após a instalação do projeto, começaram a sentir necessidade de investir na produção de leite (SANTOS, 2008, p108).

Diante do exposto, refuta-se a ideia generalizante propagada nos discursos oficiais à época do PRODECER, de que os agricultores e pecuaristas foram deixados de lado por serem incapazes, alheios ao trabalho, à modernização, enfim, à integração ao mercado. Pelo contrário, pois tendo sido postos de lado, mesmo não tendo os mesmos benefícios dos grandes proprietários, em termos de acesso ao crédito e às tecnologias, eles mesmos construíram seus caminhos no processo de modernização. Em outros termos, se, no projeto de modernização, eles foram colocados de fora, mesmo que em condições adversas, alguns criaram os seus próprios meios de se incluir.

Com isso, temos elementos para repensarmos, ou mesmo relativizarmos as teses defendidas pela maioria dos estudiosos da geografia agrária (FARIA, 2011), (PESSÔA, 1988), (CARVALHO, 2005), (MIRANDA NETO, 1982), que, quando tratam da modernização, dão a ela um caráter unicamente excludente. Talvez não foram capazes de dar visibilidade aos camponeses dos Cerrados e a sua resistência para se manterem como tais, que mesmo nos interstícios dos denominados espaços luminosos produzidos pela modernização, conseguiram se adaptar e se manter no campo desenvolvendo atividades distintas daquelas privilegiadas pelo grande capital.

Nesse sentido, estamos de acordo com o que afirma Fernandes (2008, p. 30), ao expor que

[...] a maior parte dos referenciais teóricos sobre o campesinato demonstra que a sua existência é a consequência da sua luta heroica contra a expropriação e a proletarização, causada pelo desenvolvimento do capitalismo, no movimento de criação e recriação do campesinato no processo de diferenciação. Esse é um processo contraditório que acontece por meio da sujeição da renda da terra ao capital. A formação do campesinato acontece simultaneamente pela exclusão/inclusão das condições de realização do trabalho familiar, criação/destruição/recriação das relações sociais como a propriedade camponesa, a posse, o arrendamento, a meação e a parceria. Ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar, ele recria outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo (FERNANDES, 2008, p. 30-31).

Não se defende aqui o contrário, que a modernização foi inclusiva; pois à medida que privilegiava área, cultivos, produtores, deixava às margens uma parcela considerável das populações locais. Defende-se que, mesmo da forma como foi imposta aos Cerrados, não foi capaz de eliminar um modo de vida, fazer desaparecer do campo aquele sujeito com suas práticas cotidianas. Houve, sim, a transformação daqueles sujeitos, que passaram a produzir a vida conciliando o seu conhecimento de mundo adquirido ao longo de gerações com o novo que chegou e se instalou no lugar.

Ficam as seguintes ponderações: se, a rigor, a modernização tivesse produzido tão somente a exclusão, como se explica o fato de a maioria das propriedades no campo brasileiro serem classificadas como pequenas? Dados do INCRA (2017), com base em dados declarados pelo proprietário em cadastro, as pequenas propriedades representam 90,1% do total. Embora ocupem apenas 23,8% da área, enquanto 9,9% do total de propriedades, médias e grandes, ocupam 76,1% da área declarada.

No caso da área estudada, por exemplo, os camponeses fornecedores de leite formam a base da COOPERVAP, respondendo por, aproximadamente, 75% do número de cooperados, sendo que destes, bom número é representado pela pequena produção nos lotes de 12 assentamentos da reforma agrária implantados no município. Dados da EMATER (2018)

também confirmam o predomínio da pequena propriedade na atividade leiteira, já que, para o Estado de Minas, 74,9% dos 223.073 estabelecimentos que praticam a bovinocultura, isto é, 167.153, representam a agricultura familiar. Então, consideramos que a exclusão não foi absoluta, e sim relativa, pois muitos destes sujeitos continuam aí. Ou porque permaneceram ou porque retornaram à terra.

É certo também que, em muitos casos, em função de a propriedade não possibilitar o sustento de toda a família, há a necessidade do trabalho externo, como ocorre com parte dos Assentados do Santa Rosa, que complementam a renda familiar assalariando-se parcialmente, nas temporadas de plantio e colheitas no empreendimento do agronegócio do Entre Ribeiros.

Reconhecendo a capacidade que o sujeito local desenvolveu para se inserir no sistema, mesmo que marginalmente, naquele momento, na modernização, o que ele representava de fato era um sujeito que não estava apto, não por incapacidade, mas por desconhecer ou mesmo não acreditar na possibilidade de se desenvolver agricultura nas áreas onde antes se criava gado solto. Santos, R. J. (2008, p. 121) analisou a questão indicando que a premissa adotada pelo Estado e pelo capital internacional para se pensar essa situação é de que a população mineira, que vivia da pecuária, não seria adequada aos objetivos do projeto, que, basicamente, eram de produzir lavouras de grãos nas áreas de chapadas dos Cerrados com emprego de altíssima tecnologia, cujos mediadores vão ser os bancos, as cooperativas e o próprio Estado.

Então, é compreensível a preferência pelos colonos sulistas pelas razões a seguir: pelo fato de já desenvolverem uma agricultura mecanizada em seus estados de origem; pelo fato de serem cooperativados; pelo fato de estarem mais familiarizados com o crédito bancário e, finalmente, por serem mão de obra sobrando nas pequenas propriedades familiares.

As sucessivas partilhas das terras ocupadas pelos imigrantes alemães, italianos e de outras nacionalidades europeias, fizeram com que, no decorrer de menos de dois séculos, as terras se tornassem pequenas demais para garantir a reprodução das famílias. O que se viu, ao

longo dos anos 1970 até 1990, foi uma diáspora gaúcha em direção aos Cerrados, seja de Minas, seja dos Estados do Centro-Oeste, ou do Nordeste. Martins (1981, p. 120) relata que os colonos de Tenente Portela-RS que possuíam de 7 a 15 hectares conseguiram comprar 400 hectares em Canarana-MT com o dinheiro das vendas de seus lotes. Santos, R. J. (2008, p. 103), ao estudar o núcleo colonial do PRODECER 1 em Iraí de Minas, constituído, na sua maioria, por gaúchos, relata que um desses colonos, que possuía 15 hectares no Estado de origem, enquanto na condição de colono do PRODECER, nos Cerrados reocupados e revalorizados de Iraí de Minas, obteve 350 hectares de terras planas em 1980.

Quanto aos camponeses que retornaram à terra, como no Assentamento Santa Rosa, apesar de lhes ter sido concedida a porção de terras, notou-se que o trabalho no lote se deu em condições diferentes daqueles pequenos proprietários que não foram expropriados, descritos anteriormente. Àqueles, um benefício que o assentado não teve ou não tem: a prole familiar, logo convertida em trabalho não pago e apropriado pelo chefe da família. Nota-se que, nas duas décadas, que separam os dois sujeitos, a estrutura familiar alterou-se substancialmente.

Na transição demográfica⁴³, com o controle dos índices de natalidade, o camponês que lutou para entrar na terra não teve a mesma prole que teve o camponês que lutou para não sair da terra. E isso conta muito. Pois na economia camponesa a produção de dinheiro que vai ser investido nas benfeitorias e inovações, é realizada a partir de relações não capitalistas, isto é, de trabalho realizado não pago pelo chefe da família.

⁴³ Pode-se, grosso modo, sintetizar o crescimento da população em três fases distintas: na primeira fase, com crescimento lento da população, viam-se **elevadas taxas de natalidade junto às elevadas taxas de mortalidade**. Período que antecedeu à revolução médico-sanitária, ocorrendo, obviamente, nas nações hoje desenvolvidas. Uma segunda fase com rápido crescimento populacional, “*baby boom*” iniciada ainda na primeira metade do século XX, nas nações desenvolvidas e se estendendo aos subdesenvolvidos a partir da metade do século, o **controle das taxas de mortalidade** permitiu rápido crescimento populacional, pois as famílias continuavam ainda prolíferas. No Brasil, de população rural, na maioria, o crescimento populacional foi intenso entre as décadas de 1950 e 1970. A terceira fase, marcada pela estagnação no crescimento populacional, foi marcada também pelo **controle das taxas de natalidade**. Iniciada no Brasil por volta da década de 1980, coincide, nas cidades, com o forte movimento de urbanização e, no campo, com a mecanização, expropriação e exclusão, transferindo enormes contingentes de população rural para as cidades.

Nos trabalhos de campo encontrávamos famílias nas quais prevaleciam pessoas de idade um tanto avançada, geralmente, o casal, sendo que os filhos não moram mais no grupo familiar; ou famílias que, tendo filhos, estes ainda são pequenos e não são considerados como mão de obra familiar. Vê-se com isso, na área estudada, que os sujeitos se encontram em posições sociais um tanto distintas. Aos camponeses que se mantiveram na terra durante os anos 1980, ou seus herdeiros atualmente, atribui-se uma condição de estabelecidos, isto é, mais bem estruturados economicamente, ao passo que, ao assentado, a luta ainda continua para se estabelecer como camponês, para se reterritorializar, conforme veremos na seção 4.

2.6 – Processos modernos de reocupação do Cerrado, uso dos recursos e a (in)sustentabilidade do modelo

Os espaços modernizados do Entre Ribeiros são, indubitavelmente, exemplos de como o Estado se empenhou no processo de modernização tecnológica das novas áreas de Cerrados incorporadas aos ditames produtivistas. Representam também, no campo político, as decisões tomadas em favorecimento à grande propriedade monocultora e aos produtos exportáveis, isso em detrimento de uma reforma agrária. O privilégio dado à tecnologia resolveria a questão da produtividade agrícola, que aconteceu, mas, certamente, não poderia trazer uma resposta positiva para a solução de uma questão social, o acesso à terra aos trabalhadores.

Tal situação nos ajuda a concluir que, no pacto político que beneficia a grande propriedade, automaticamente, se geram prejuízos à agricultura camponesa, mantendo esta separada da terra de trabalho. Não que o trabalhador não tenha entrado na terra, isso até ocorreu; porém, nas condições em que se deram, em pouco se alterou a condição do agora “assentado”, tampouco se alterou a estrutura fundiária do país, ainda altamente concentrada.

Sem dúvida, as características naturais como relevo plano, clima e disponibilidade hídrica foram essenciais para a manutenção de práticas governamentais de financiar projetos de modernização da agricultura nos Cerrados. Assim, é indiscutível a importância das alianças entre Estado e capital e das tecnologias aplicadas nesta chamada modernização.

O processo de reocupação também fixou os colonos que investem dinheiro nas suas lavouras para obterem lucros, visando à acumulação do capital. Nesta relação com o agronegócio, sofrem pesadas imposições, resultando na necessidade de dilatar as suas safras agrícolas e de aumentar o consumo dos insumos. Nesta lógica social, a apropriação dos recursos hídricos e o incremento de tecnologia propiciam segurança de remuneração ao capital já investido.

Para esses sujeitos, o mercado exige cada vez mais aceleração do tempo de produção, exercendo um caráter monopolizador direcionado à produção para obtenção de lucro. Nesta lógica das coisas, a vida humana vai sendo ocupada por relações “coisais” e o próprio mercado vai exigindo maior dedicação daquelas pessoas às lavouras e às coisas atreladas aos processos reprodutivos do capital. Isto é, nas relações com o mercado, o capitalista de origem camponesa perde a condição de sujeito autônomo, de modo que passa a ser visto como mais um dos elementos que possibilitam a reprodução do capital, assume a condição de sujeito sujeitado. Neste processo, o tempo torna-se uma raridade, dificultando/bloqueando as possibilidades de exercer autonomia ante às novas conquistas, sobretudo as econômicas.

A agricultura, associada ao capital e ao Estado, revela características distintas daquela, tradicionalmente, desenvolvida em toda a região Noroeste de Minas, onde estão os grupos sociais estudados. Os cultivos tradicionais produzidos em pequena escala nas unidades familiares, nem se comparam aos vultosos resultados de produção e produtividade obtidos nas propriedades dos colonos. Com a territorialização do capital, a agricultura tem a sua função alterada; não cabe mais a ela o papel de produzir os gêneros alimentícios demandados pelos

habitantes do lugar, mas de garantir a reprodução dos capitais investidos. Na relação com o espaço, com o capital e com o mercado, também o migrante já não é mais o mesmo, foi se metamorfoseando em colono/capitalista/rentista.

No lugar estudado, as práticas cotidianas dos produtores agrícolas ligados ao agronegócio propiciaram a alteração radical da paisagem como retirada da cobertura vegetal, drenagem de solos úmidos, implantação da monocultura e da irrigação a partir do pivô central. Essas práticas socioprodutivas levaram o ribeirão Entre Ribeiros a secar no ano de 2002, conforme apontou Ricci dos Santos (2007).

O processo no qual é desenvolvida a agricultura irrigada no Entre Ribeiros não poderia conduzir a resultados distintos deste. Os avanços tecnológicos alcançados pela indústria e aplicados na agricultura, em seu processo de modernização, permitiram aos empresários rurais reproduzirem artificialmente as condições de produção agrícola, a fabricar a própria natureza, como indica Silva, J. Graziano (1981, p.67). Ocorre que, nesse processo, há a intensa transformação de ambientes ecologicamente estáveis, em que o ciclo da vida dependia das estações chuvosas e secas.

No Entre Ribeiros, as paisagens combinavam áreas de terras úmidas com áreas de Campos e Cerrados, “um pequeno pantanal mineiro no município de Paracatu”, declarou um dos moradores do lugar. Ali, a fabricação da natureza pôde proporcionar a produção em escala intensiva por meio de pesadas intervenções no meio natural. Incluiu atividades relativas ao desmatamento, construção de canais para a captação de água no ribeirão Entre Ribeiros e, posteriormente, no rio Paracatu, correção dos solos ácidos e de baixa fertilidade e instalação de sistemas de irrigação. Somam-se a estes, barramentos que possibilitaram a construção de represas artificiais das quais se capta água, além das inúmeras obras de drenagem de lagoas marginais, em áreas de inundação do rio Paracatu e em extensas áreas de solos hidromórficos

presentes nas veredas, áreas pantanosas, que impediam a mecanização e seu aproveitamento para a agricultura (VASCONCELOS, 2010, p.81).

Ali, a fabricação da natureza transformou não apenas a biodiversidade local em monoculturas, provocou até mudança de hábitos das espécies animais que povoam o lugar. Em depoimento, o mesmo morador das proximidades do Entre Ribeiros, acostumado a ver araras se alimentando de nozes, castanhas e outros frutos no topo das árvores, afirmou-nos, com certa perplexidade, que já são comuns as cenas em que as araras descem ao solo para se alimentar de grãos. Lutando contra a extinção ou o desaparecimento daquele lugar, a ave vai se adaptando a uma dieta alimentar derivada daquilo que sobra da monocultura.

A industrialização da agricultura representa o último passo da subordinação da natureza ao capital, quando então se prescindem das condições naturais dadas e passa a produzi-las sempre que se fizerem necessárias. O domínio da técnica e a suposta subordinação da natureza permitiram aos capitalistas do agronegócio vizinho desenvolver ações dissonantes do ciclo natural do Cerrado, onde os excessos se fizeram e se fazem notar. Enquanto o habitante tradicional do Cerrado promovia o seu sustento obtendo uma safra por estação úmida, a agricultura modernizada do Entre Ribeiros alcança até três safras anuais. Tão forte é a artificialização da arquitetura ecossistêmica que cria, no homem, a falsa ilusão de que cada vez depende menos da natureza, conforme Miranda Neto (1982).

Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundação, estarão previstas formas de drenagem. A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital (MIRANDA NETO, 1982, p.90).

O autor afirma que essa agricultura moderna transforma recursos renováveis como o solo vivo em recursos não renováveis. Assim, cada safra passa a significar um saque à natureza (combustíveis fósseis, solos e água) e não mais o produto de um ciclo natural de produção de matéria orgânica. Essa visão reducionista, de dessacralização da natureza, que preside a

agricultura moderna, vem transformando a base natural de reprodução vegetal – os solos – em matéria estéril e inerte, desprotegida face aos fatores erosivos e, portanto, demandante, permanentemente, de fontes exógenas de nutrientes (fertilizantes químicos).

Para Almeida (2005, p. 328), cultivos foram introduzidos, impostos ao Cerrado, como produto do jogo de poder, das estratégias de convencimento de que “o de fora é melhor do que o de dentro”, inserções que desconsideraram o potencial natural, descaracterizando e fragilizando a estrutura genética das espécies, descartando o tradicional saber do “povo cerradeiro”, submetendo-os “às lentes do olhar” de “investidores governamentais multilaterais” que vislumbraram no Cerrado a “capacidade de receber população e seu potencial econômico a ser explorado”. Transformaram a “região do Cerrado em uma grande produtora, principalmente, de grãos, para o abastecimento do mercado mundial.

No Cerrado metamorfoseado, a produção não é mais destinada a alimentar aqueles que produzem, mas consumidores distantes. Produção agrícola e consumo estão dissociados, a exemplo da volumosa safra 2017 de abóbora Cabotiá, produzida nos campos irrigados do Entre RIBEIROS, que foi destinada aos consumidores argentinos. Apropriadas são as palavras de Oliveira, A. U. (2006) explicitando que o agronegócio transformou o Cerrado em sinônimo de produção para o mundo, produz para quem paga mais, não importa onde esteja na face do planeta.

Plantadores de cana irrigada orgulham-se em afirmar que chegam a colher 230 toneladas por hectare a partir da segunda safra. Asseguram que, mesmo no sétimo ano da safra, quando as áreas tradicionais, como Alagoas e São Paulo já estão renovando o plantio, colhem no mínimo 140 toneladas por hectare, o que é considerado algo excepcional, considerando a média nacional em torno de 73,273 toneladas/hectare, conforme publicação da Conab (2017). Não restam dúvidas quanto ao êxito alcançado no quesito produtividade tanto desta quanto dos demais cultivos irrigados, conforme comparativo no quadro 2.

Quadro 02 – Entre Ribeiros – Paracatu/MG: Comparativo de produtividade entre os quatro principais cultivos - 2018

Cultivo	Média nacional	Entre Ribeiros
Feijão	860 kg/hectare	3300 kg/hectare
Milho	5000kg/hectare	5400 kg/hectare
Soja	3359 kg/hectare	3900 kg/hectare
Cana-de-açúcar	73,27 ton/hectare	Até 230 ton/hectare

Fonte: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>. Acesso em 12/06/2018. Org. OLIVEIRA, P. M. (2018).

O feijão, por exemplo, alcança a marca de 55 sacas por hectare, enquanto a soja chega a 65 sacas e, neste ritmo os demais cultivos, como o milho, abóbora, além da alfafa e do capim tifton, dos quais se faz o feno. Como a agricultura moderna é sinônimo de mercado e de reprodução do capital, os empresários capitalistas do Entre Ribeiros encontraram terreno fértil na grave crise de desabastecimento de feijão entre os anos 2015 e 2016, quando vendiam cada saca de 60 quilos por um valor excepcional de R\$ 530,00⁴⁴.

Os números citados servem para ilustrar o quão vultoso é o “saque” dos recursos naturais e o quão rentável é o agronegócio no lugar. Percebe-se, no entanto, que os conhecimentos tecnológicos desenvolvidos e aplicados na agricultura moderna foram canalizados tão somente para o alcance da maior produtividade, não havendo, assim, a conciliação entre elevada produtividade e preservação dos recursos. Retomamos as ideias de Miranda Neto (1982, p.95), para o qual o conceito de tecnologia avançada não deveria estar necessariamente vinculado à ideia de ser a mais moderna, nem a mais sofisticada ou a mais rentável em termos de produtividade, mas aquela mais adequada ao meio ambiente.

Portanto, se uma agricultura sustentável é aquela capaz de suprir as necessidades básicas das gerações atuais, sem comprometer o suprimento destas para as gerações futuras, a

⁴⁴ Para fins de referência, o salário mínimo para o ano de 2018 foi de R\$954,00. O dólar em junho de 2016 (época da crise do feijão) foi cotado a R\$ 3,42. Em 04/10 de 2018 era cotado a R\$ 3,90. O litro de leite pago ao produtor pela coopervap era no valor de R\$ 1,40 em setembro de 2018. Também para fins de comparação, registramos a cotação do feijão em setembro 2018, nas empacotadoras paulistas: R\$ 100, 00 a saca, demonstrando as oscilações próprias do mercado, pela lei da oferta e procura.

agricultura brasileira já deve ser considerada insustentável, na medida em que amplas parcelas da população estão alijadas até do consumo alimentar básico, condição elementar para uma existência digna, adverte Miranda Neto (1982, p.95).

Ao que nos pareceu, até mesmo práticas como o plantio direto e uso da palha para proteção do solo podem ser relativizadas. O plantio direto, por exemplo, no caso do milho e soja, vai ocorrer pelo fato de reduzir os custos de produção, por não ser necessário preparar o solo para novo plantio. No caso da cana, aproveita-se a palha para convertê-la em energia na usina Bevap, fazendo dinheiro e, em seguida, usa-se dinheiro para obter fertilizantes para alavancar a safra. Mesmo caso ocorre com o feijão, em que a palha é transformada em feno e vendida como volumoso, tendo inclusive os assentados do Santa Rosa como compradores.

Diálogos com colonos do Entre Ribeiros permitem perceber a transparente satisfação em anunciar que, no município de Paracatu, diga-se Entre Ribeiros e seu entorno, em função da planura do terreno e da disponibilidade de água, existem os maiores complexos de irrigação da América Latina. Ali estão instalados sistemas de irrigação utilizando pivôs centrais que têm a capacidade de irrigar até 500 hectares cada. As áreas irrigadas são imensas, bem como o número de pivôs existentes no lugar.

Segundo publicação do diário Paracatu.net (2011), junto com o município de Paracatu, Cristalina e Luís Eduardo Magalhães concentram as maiores quantidades de pivôs no país.

“São fronteiras agrícolas antigas e novas, que dependem da irrigação para produzir o grão”. “A opção dos grandes plantadores de soja e milho por pivôs centrais levou a um ganho de produtividade no Cerrado, mas representou a morte de nascentes e cursos d’água altamente explorados”. (PARACATU.NET, 2011).

De acordo com o jornal, estudos realizados há mais de 15 anos (isto é, ainda na década de 1990), já apontavam o limite dos mananciais, indicando a necessidade de gerenciamento e o racionamento do uso da água.

Ainda de acordo com a publicação, até o ano de 2011, 6.700 pivôs centrais estão instalados no Cerrado, segundo os últimos levantamentos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Número que parece pequeno, se comparado aos quase 18 mil no país inteiro apontados pelo jornal Valor Econômico para o ano de 2015. “Um estudo em escala nacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Agência Nacional de Águas (ANA) concluiu que o país tem, aproximadamente, 18 mil pivôs centrais em uso para a irrigação de áreas agrícolas, ocupando 1, 18 milhão de hectares. A área é 32% maior que os dados compilados no último Censo Agropecuário, realizado em 2006”, aponta o jornal (VALOR ECONÔMICO, 2015).

Considerando o impacto provocado pelo uso intensivo da irrigação no lugar de estudo, cada vez mais acentua-se a pressão sobre os recursos hídricos na bacia do Paracatu⁴⁵, já que, de acordo com os irrigantes do condomínio de irrigação do Entre Ribeiros, somente o município de Paracatu conta com mais de 700 unidades em funcionamento, concentrando-se maior parte no entorno do Entre Ribeiros pelas condições de relevo e presença de água.

Exatamente em função dos recursos existentes, novas tensões e metamorfoses surgiram a partir do ano 2007, quando extensas áreas ocupadas por grãos começaram a ser apropriados para o cultivo da cana. Com isso, além da oposição capital x trabalho, há tensões territoriais entre capital x capital, derivadas de interesses sobre o uso da terra. O novo elemento desta metamorfose se dá com a instalação da planta industrial da Bioenergia do Vale do Paracatu (BEVAP) no município de João Pinheiro, arrendando e apropriando-se de terras cultiváveis nos municípios de João Pinheiro, Unaí, Brasilândia, inclusive das terras irrigadas do Entre Ribeiros.

⁴⁵ De acordo com Melo e Assunção (2007), a bacia do Rio Paracatu, “rio bom” em tupi-guarani, drena, aproximadamente, 45.600 km², sendo o maior e mais caudaloso afluente do Rio São Francisco. A área drenada pela bacia está situada na sua maioria (92%), no estado de Minas Gerais, 5% em Goiás e 3% no Distrito Federal. As principais sub-bacias do Rio Paracatu são: do Ribeirão Entre Ribeiros, do Rio Preto, do Rio do Sono, do Rio Escuro e do Rio da Prata.

Imagem 01 - Entre Ribeiros – Paracatu/MG: Imagem de satélite. Pivôs centrais.



Fonte: HIDROTEC (Atlas digital. Bacia Paracatu, 2009).

Ao ocupar um território já dotado de infraestrutura, como vias de circulação, eletrificação rural, sistemas de irrigação e maquinários, a cana-de-açúcar avança a passos largos. Estando isenta de realizar investimentos onerosos, como recuperação de solos degradados por pastagens por onde a cana, geralmente, avança, já que ali os solos encontram-se incorporados ao pleno processo produtivo, a cana promete uma remuneração que anima os colonos/capitalistas/rentistas. Este avanço contínuo sobre as terras do agronegócio de grãos permitiu que a cultura de cana ocupasse, já em 2015, metade da área cultivada no lugar. Na área de atuação, para o referido ano, segundo a empresa, já eram cerca de 37.000 hectares de terras, sendo que 95% dessa área é irrigada, o que indica a ampliação da pressão sobre os recursos hídricos do lugar.

Contribuindo para tornar ainda mais monótona e vazia de gentes a paisagem do Entre Ribeiros, sua introdução no território dos grãos trouxe implicações também no território camponês. Vai-se acentuar o embate entre o trabalho no assentamento e o trabalho assalariado e

temporário na usina entre os próprios assentados. No início da implantação da usina e dos primeiros plantios de cana, cerca de 3600 funcionários estavam envolvidos nas atividades produtivas, muitos deles do Assentamento Santa Rosa. A análise da imagem, com tantos pivôs instalados, ajuda-nos a constatar que existem no local mais capitalistas do que camponeses. Ocorre que a produção capitalista, ainda que tecnologicamente moderna, necessita de trabalho humano. Daí a importância do assentamento como provedor de mão de obra.

A voracidade com a qual se apropria dos recursos naturais locais nos ajuda a compreender a lógica capitalista. O que nos faz pensar que o processo de fabricação da natureza pode ser relativo e apresenta limites, assim como também é carregado de contradições. Cabe-nos, neste momento, considerar quão relativa é a ideia de controle da natureza pela técnica. No lugar Entre Ribeiros, e por extensão no Cerrado, fabricam terras férteis a partir de solos ácidos e lixiviados, fabricam até a chuva (irrigação) para que se possa garantir a remuneração dos capitais investidos.

Nesse lugar, os solos estão tratados; canais (fotografia 09) e sistemas de irrigação estão instalados; maquinários e trabalhadores estão apostos e à disposição, bem como o crédito continua disponível para o agronegócio. Contudo, em julho de 2017, alguns pivôs nas áreas de grãos, que utilizam águas de pequenas represas já se encontravam desativados, pela quantidade insuficiente do recurso hídrico.

Para o agronegócio, o fator água tornou-se determinante para a prática de uma agricultura sem interrupção. No entanto, quando a agricultura moderna esgota as águas superficiais, a ideia é buscá-la no subsolo⁴⁶. No processo que culminou com a escassez do recurso água (fotografia 10, p. 163), a sequência das ações antrópicas inicia-se com os

⁴⁶ São quatro os projetos do Entre Ribeiros. No projeto I, a água é captada do ribeirão Entre Ribeiros e irriga mais de 10.000 hectares de terras. Nos projetos II e III, a água é captada do rio Paracatu e irriga cerca de 17.000 hectares de terras. No entanto, no projeto IV, com cerca de 4.000 hectares, não foram construídos os canais de irrigação. Portanto, a produção irrigada ocorre com o barramento de pequenos cursos d'água, nas veredas, e excepcionalmente, com a perfuração de poços.

desmatamentos, seguidos pela drenagem e irrigação, e parece se intensificar com a tendência observada em vários municípios do Noroeste do Estado, de cada proprietário ter os seus poços artesianos para continuar irrigando. A observação das paisagens criadas pela ação dos envolvidos com o agronegócio revela também contradições: Cana-de-açúcar irrigada em solos drenados. Como os solos encharcados não permitem o plantio nem mesmo a mecanização, urge drená-los. A prática consiste em construir sulcos pelos quais o excesso de umidade é eliminado (fotografia 07). Na mesma área, retira-se a água, planta-se cana e depois se irriga (como vimos na fotografia 02, p. 40).

Fotografia 07: Canal de drenagem. Construído para secar as áreas úmidas.



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2017).

O plantio de cana sem utilização de irrigação é possível no lugar, mas somente em áreas onde solo conserva umidade, mesmo quando drenado (fotografia 08). Em nome da produção de *commodities* ou de energia denominada absurdamente como limpa, o que se verifica é um duplo golpe nos recursos hídricos do lugar, pois, se, por um lado, solos drenados deixam de funcionar como reservas para alimentar os recursos hídricos, de outro, utiliza-se da água do rio

para promover a irrigação. Num sistema combinado de drenagem e irrigação, o resultado é o estrangulamento dos sistemas hídricos locais, que tem o rio Paracatu como principal provedor.

Fotografia 08: Cana plantada em solo drenado, sem necessidade de irrigação.



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2017).

Fotografia 09: Canal de irrigação. A água desviada do rio Paracatu segue por canais que abastecem os pivôs instalados inclusive nas áreas drenadas.



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2017).

Fotografia 10: Estiagem no Rio Paracatu. Imagem do leito parcialmente seco. Ao fundo, vê-se a balsa utilizada até o ano 2010.



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (julho, 2017).

A obtenção de um produto que carrega o rótulo de renovável, limpo e que contribui na redução dos níveis de CO^2 na atmosfera, realiza-se, contraditoriamente, com o severo comprometimento de outros recursos naturais. Isto é, se o etanol é tido como combustível limpo, não importa se é produzido a partir de uma monocultura mecanizada e irrigada, que concentra ainda mais a renda nas mãos dos capitalistas e que, a um só tempo, elimina a biodiversidade local e regional, empobrece os solos, reduz empregos e acentua a escassez dos recursos hídricos.

Souza, A. G. (2012, p.79) mostra que, no processo de reprodução do capital, os valores associados à ótica ambiental podem acabar sendo invertidos. Combinando em uma só atividade a reprodução do capital e o *lobby* da produção de energia renovável, os fins vão justificar os meios. Para a autora, “até a própria noção de preservação do meio ambiente, imposta antes como barreira ao desenvolvimento do capitalismo, foi invertida em sua lógica, sendo, atualmente, assimilada como atributo de valorização ao etanol por conta de seu caráter renovável”. Ou seja, se o fim é a produção de etanol, energia renovável, o meio pouco importa,

não importa que ocorram desmatamentos, drenagem de solos, superexploração dos recursos hídricos etc.

Fabrini (2010) argumenta que o discurso positivo de segmentos sociais diversos (estudiosos, governantes, parlamentares e empresários por exemplo) é de que o agronegócio possui grande importância para o País porque é responsável pela elevação da produção agrícola (alimentos), superávit na balança comercial, geração de emprego e renda, dentre outros benefícios. Vê-se, com isso, que, de vilões que eram no passado os grandes proprietários rurais, agora metamorfoseados em empresários do agronegócio, tornaram-se “heróis” da nação. Assim, as propriedades rurais latifundiárias, antes responsáveis pela miséria e pobreza, porque não produziam, transformaram-se em verdadeiras empresas rurais, ou seja, imóveis altamente produtivos, explorados racionalmente e responsáveis por vários benefícios sociais e econômicos. (FABRINI, 2010, p. 60).

No nosso entendimento, não deixam de ser vilões, pois, se, num momento respondiam pela miséria e pobreza, agora, continuam sendo, pois estas não foram eliminadas com a modernização, sendo que se somam a estas as ações predatórias relacionadas ao uso insustentável dos recursos locais.

Ainda no intuito de relativizar essa pretensa fabricação da natureza, enfim, da ideia de controle do meio natural pela técnica, acrescentaremos mais um ponto à discussão. Em diálogo com um colono do Entre Rios, ele nos afirmou que se viu endividado ao perder toda uma safra de feijão irrigado, já no ponto de colheita. Surpreendidos, e ao mesmo tempo buscando compreender, esperamos a resposta: a perda da safra deu-se em função do excesso de chuva. Questionamos a ideia generalizada de controle da natureza, pois, no lugar, conseguem com a irrigação ótimas safras, mas, por não terem controle sobre os fenômenos atmosféricos, isto é, evitar as chuvas, as perdas podem ocorrer.

Entusiasmado com a produção em duas áreas irrigadas com pivôs centrais, o colono resolveu contrair financiamento para implantar um terceiro sistema. E, para isto, utilizaria a produção de feijão das três áreas como garantia de pagamento. Ocorreu que, durante o período de colheita, as chuvas desabaram sobre o Entre Ribeiros, e toda a produção esperada foi perdida. Necessário que se diga que, até determinado momento, nós mesmos não entendíamos como seria possível perder uma safra irrigada. A saída, para esse colono, foi se tornar um rentista, arrendando seu lote⁴⁷ de 300 hectares para a usina plantar cana.

Vê-se o que a desconsideração aos ciclos do Cerrado pode trazer consequências trágicas. E que, novamente, se valoriza o conhecimento das pessoas cerradeiras, acostumadas a plantar feijão nas terras de cultura, o faziam depois ou mesmo consorciado com o milho. Quando este já estava “granado”, isto é, com os grãos formados e em processo de amadurecimento, os camponeses da região “dobravam” a cana do milho para acelerar o processo de secagem ao mesmo tempo em que se permitiria maior insolação no solo para o desenvolvimento do feijão.

Somente assim, e já no final do ciclo chuvoso, era que se plantava o feijão. Por meio desta prática, eram evitadas perdas por excesso de umidade no período de colheita. Enquanto o discurso oficial indicava que o camponês do lugar era atrasado, e a agricultura pouco produtiva, nós, por outro lado, reconhecemos que o camponês do lugar também era capaz de produzir duas safras anuais, consorciando feijão e milho, respeitando o ciclo anual das chuvas, com a diferença essencial de que, para isto, provocava os mínimos danos ao ambiente, isto é, sem que as safras obtidas ocasionassem verdadeiros saques aos recursos naturais, como hoje se pratica no agronegócio local.

Fabrini (2010, p.85) argumenta que o saber camponês, que foi entendido como inimigo do progresso, agora, está sendo reconhecido, quando se buscam conhecimentos do passado para

⁴⁷ Em função de ter sido um projeto de colonização, as propriedades do agronegócio não são designadas por seus proprietários como fazendas, mas como lotes.

garantir melhores condições de vida no presente e se projetar no futuro. A recuperação de saberes tradicionais acumulados secularmente não é volta romântica, saudosista e nostálgica ao passado, mas condição de existência presente e projeção no futuro. Para o autor, a organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas exige do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes, secularmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não deve ser desprezado em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico. A exploração dos recursos ocorria de forma ritmada pelo ciclo da natureza, mais equilibrada, se comparada ao que se vê hoje praticada pelo agronegócio e, em certa medida, pelos pequenos fornecedores de leite, camponeses locais ou assentados.

Há, nesse sentido, a necessidade de se fazer uma ponderação, a de que os problemas ambientais não são vinculados tão somente às práticas predatórias do agronegócio, embora sejam, em grande parte. Em diferente escala, as práticas continuam sendo reproduzidas nas pequenas propriedades, contribuindo para a eliminação de áreas de Cerrados, incluindo a prática dos desmatamentos e dos problemas daí advindos, considerando que também elas se modernizaram.

A prática de derrubar o mato até o barranco do córrego ou rio era recorrente nas áreas ocupadas por Cerrados no Noroeste de Minas Gerais. No decorrer dos anos 1980 e 1990, “desmatar”, transformar Cerrado em soja e pasto era sinônimo de desenvolver, de modernizar. Das propriedades que tinham áreas ainda conservadas, dizia-se que o seu proprietário não havia crescido financeiramente; não tinha melhorado de vida, ou ainda, continuava atrasado. O discurso oficial envolvendo o moderno/atrasado havia chegado à pequena propriedade, levando a esta o modelo predatório de desenvolvimento que já havia sido imposto e implantado nas médias e grandes propriedades, deixando tais áreas limpas de vegetação, em muitos casos, vazias de gentes e, no último caso, tendo que administrar a questão da falta de água.

Do mesmo modo, nas propriedades onde os Cerrados cederam lugar a pastos ou grãos, dizia-se que o “fulano”, proprietário, estava crescendo, melhorando de vida. E mesmo que houvesse legislação, a polícia “florestal”, hoje, polícia ambiental, aplicasse as penalidades previstas, o proprietário estava isento da recuperação da área. Pagava-se a multa para continuar tendo o direito de devastar.

Outro elemento que contribui para o processo visto é o fato de que áreas de várzeas, veredas, reservatórios naturais de água nos Cerrados, foram drenadas para poderem ser aproveitadas economicamente. Na verdade, tais práticas foram estimuladas e também financiadas pelos órgãos oficiais. Programas do governo federal foram estímulos para os proprietários no processo de modernização destrutiva. O Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) e o Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS), idealizados em conjunto pelo governo de Minas Gerais e governo federal e financiados com recursos públicos nacionais e estrangeiros, como o capital japonês e alemão (EMBRAPA, 1987, p. 31) e implantados por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), Ricci dos Santos (2007), contribuíram para transformar áreas ricas em água do Entre Ribeiros em áreas de agricultura comercial. Com tais aportes, foi possível propor e executar as grandes obras de drenagem e, posteriormente, projetos de irrigação.

Segundo publicação da EMBRAPA (1987, p.13), o PROVÁRZEAS Nacional (foi) um programa criado com a finalidade de promover o aproveitamento racional e intensivo de várzeas com produtos alimentícios. É necessário abrir parênteses para observar que não visualizamos o “aproveitamento racional” das várzeas, mas o “intensivo” sim. O PROFIR, por sua vez, (foi) um programa que visou aumentar a produção e a produtividade da agricultura com prioridade para os alimentos básicos. Contudo é no contexto desse programa que vai ocorrer a aquisição e

a implantação de equipamentos de irrigação, que irão fomentar o agro/hidronegócio no Cerrado brasileiro.

O PROVÁRZEAS/PROFIR, com a irrigação, criará condições em grande parte do Brasil, especialmente na faixa ao Norte do trópico e ao Sul da Região Amazônica e Nordeste do Brasil, (**em outros termos, o Cerrado**) para cultivo de numerosas espécies em condições em que nunca foram cultivadas, isto é, no período da seca de maio a setembro, quando as temperaturas são as mais baixas do ano, os dias mais curtos, menor a umidade relativa e maior o número de horas de insolação. (EMBRAPA, 1987, p. 19, grifos nossos).

Segundo o autor, no período de 1981 a 1986, foram executados 42.330 projetos, resultando em 591.283 hectares de várzeas drenadas e/ou sistematizadas (drenadas e irrigadas). E assim como o PRODECER, estes dois programas tiveram, no Estado de Minas, a sua maior expressão. Somente neste Estado, no período citado, somando-se áreas drenadas 66. 644, 8 hectares com áreas drenadas e irrigadas 73.933,9 hectares, chega-se ao total de 140. 578, 7 hectares de áreas implantadas pelos programas, segundo a publicação da EMBRAPA (1987, p. 32). No lugar estudado, Entre Ribeiros, as terras de Cerrado foram alcançadas tanto por umas quanto por outras das políticas públicas citadas, PRODECER, POLOCENTRO, PROFIR, PROVÁRZEAS e outras como o PLANOROESTE e PCI.

Diante disso, assistiu-se, nos últimos anos, e assiste-se atualmente a cenas que anunciam a insustentabilidade da agricultura moderna, baseada na intensa utilização dos recursos, sem a preocupação com a preservação. Córregos e rios, uns com vazão mínima, outros secos, passam a constituir os mais novos elementos das paisagens modernizadas dos Cerrados na região de Paracatu. O recurso natural usado como dinamizador da modernização da agricultura local, a água, por tempos, abundante no Cerrado, hoje, dá sinais claros de esgotamento.

Alguns municípios do noroeste de Minas figuram entre os maiores produtores de grãos (soja, milho e feijão) do Estado. De acordo com publicação do ano de 2010, do portal Paracatu.net, o levantamento da safra mineira deste referido ano, apontava Unaí como o maior produtor de grãos do Estado, seguido de Uberaba, no Triângulo. Completam a lista dos cinco

maiores produtores de grãos de Minas Gerais os municípios de Buritis e Paracatu, no Noroeste, e Uberlândia, no Triângulo Mineiro (PARACATU.NET, 2010). Porém, no município de Paracatu, a prolongada seca do ano de 2017 levou a cidade a vivenciar situações nunca antes presenciadas. De acordo com a mídia local, até o abastecimento urbano foi comprometido, a ponto de o poder público disponibilizar cerca de 80 caminhões diariamente para buscar o recurso na cidade de João Pinheiro, a 100 quilômetros de distância.

De acordo com o site do jornal JPAGora, (imagem 02) da cidade de João Pinheiro, noroeste de Minas, são cerca de 80 caminhões carregando um total de 500 mil litros de água todos os dias do reservatório de João Pinheiro para Paracatu (JPAGORA, 2017). A questão é que o fornecimento de água, por parte da Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento Básico de Minas Gerais (COPASA), captada naquele município tem deixado apreensivos os seus munícipes. Ainda segundo o jornal, o fornecimento da água está sendo feito da seguinte forma: durante 20 horas, a água de nossa bacia é bombeada e encaminhada para abastecer João Pinheiro. As quatro horas restantes são empregadas para encher os caminhões e mandar água para Paracatu.

A Copasa alega que isso não prejudica o fornecimento aos pinheirenses. No entanto, vários moradores têm reclamado que a pressão da água baixou, o que tem afetado o abastecimento das caixas d'água em regiões mais altas. Em publicação de 31 de outubro (2017), o site Paracatu.net, com o título “Chuvas não amenizam crise hídrica em Paracatu e ribeirão Santa Izabel agoniza”, afirma que, “Apesar das chuvas que caíram nos últimos dias, Paracatu continua sofrendo com a maior crise hídrica da história e o ponto de captação fora da cidade, o ribeirão Santa Izabel, segundo a direção da Copasa, está zerado”. Segundo a Gerente do Distrito Regional de Paracatu, normalmente, a vazão da água captada no ribeirão e nos poços para atender à população é de 144 litros por segundo, porém, em razão da pior seca dos últimos 100

anos na cidade, a vazão atingiu, no momento, o seu ponto mínimo, não oferecendo condições para retirada de água.

Imagem 02 – Caminhões pipa utilizados para o transporte de água entre os municípios de João Pinheiro e Paracatu/MG.



Fonte: JPAgora, 2017.

Enquanto isso, ainda na prolongada seca do referido ano, o mesmo portal divulga os bons resultados do agronegócio do Estado, para o qual não falta água, com destaque aos municípios produtores de grãos da mesorregião Noroeste, Unai e Paracatu (imagem 03).

“As exportações do agronegócio mineiro totalizaram US\$ 4,6 bilhões no período de janeiro a julho deste ano, com crescimento de 11,7% em relação ao mesmo período do ano passado. O segmento contribuiu com 30,7% do total da pauta mineira de exportações”, publica o jornal. Ainda, de acordo com a publicação, o valor alcançado pelo segmento é de US\$ 4,6 bilhões. Minas Gerais exporta produtos para 158 parceiros comerciais, tendo a China como principal importador.

Assim, no desenvolvimento da racionalidade capitalista, a irracionalidade se converte em razão: razão como desenvolvimento frenético da produtividade, como conquista da natureza, como incremento da riqueza de bens; mas irracional, porque a alta produção, o

domínio da natureza e a riqueza social se convertem em forças destrutivas. (Marcuse, 1968, apud Carvalho 2005, p. 241).

Imagem 03 – Cultivo de milho irrigado em plena crise hídrica no município de Paracatu



Fonte: Paracatu.net. 2017

Carvalho, H. M (2005, p.359) já havia formulado o entendimento de que exportar grãos significa, em última instância, exportar água. Produzir grãos no território alheio é poupar água no próprio território. As imagens obtidas refletem, senão esta contradição. Enquanto a área urbana do município agoniza em seca, o agronegócio prospera e, assim, contraditoriamente, os dois ganham lugar na mídia local.

Afora a questão ambiental, outras questões estão relacionadas a este processo de reprodução do agronegócio que se pratica na área de estudo. No lugar, acontece a concentração fundiária, expropriação, proletarização camponesa, êxodo rural, urbanização acelerada e desordenada, a partir da década de 1970, e junto com ela os problemas urbanos.

Mesmo que tenha havido permanência de parte da população camponesa dedicando-se à atividade leiteira, como já mencionado, e mesmo ocorrendo processos de reterritorialização, a partir dos assentamentos implantados no município, os problemas se multiplicam, pois se trata

dos desdobramentos das contradições de um modelo de desenvolvimento adotado para o campo brasileiro que não foi capaz de considerar as especificidades do campesinato que vive no Cerrado.

Vimos, até então, na seção, que a modernização iniciada pela ação estatal, principalmente mediante ação do PRODECER no município estudado, como que produzindo reações em cadeia, alcançou áreas e produtores do entorno. Médias e grandes propriedades eram os objetos dos programas oficiais de colonização e modernização. A estas foram oferecidos todos os benefícios por parte dos órgãos públicos, para que a agricultura pudesse dar a sua contribuição para a nação; não necessariamente para cumprir uma função social de produzir alimentos para alimentar uma população ainda pobre e faminta; mas outorgar à agricultura o papel de obter divisas externas pela exportação de grãos, *commodities*, negociadas no mercado externo, com vistas, de um lado, a equilibrar a balança comercial, e de outro, a atender às demandas das nações desenvolvidas, em especial, ao Japão.

Pelo exposto, considera-se que a modernização imposta aos Cerrados não teve senão o interesse de atender aos objetivos do Estado ditatorial, do mercado e do capital internacional. Viu-se, com isso, que, a opção política pela modernização, colocando em segundo plano a questão agrária, não somente não resolveu uma questão estrutural, que é a da concentração fundiária, como também desencadeou graves problemas ambientais, dada a apropriação intensiva dos recursos naturais do Cerrado, como solo e água.

No entanto, o processo modernizante, seletivo na sua origem, no sentido de excluir os agricultores da modernização, não cumpriu necessariamente o objetivo. Estes, mesmo que às margens do processo, não foram, de todo, afastados da modernização. Encontraram nos interstícios, nas terras não apropriadas pelo grande capital, possibilidades de promover a auto inclusão a partir da atividade leiteira; esta, uma resposta camponesa aos processos de expropriação e proletarização que se viam nos espaços da modernização. Portanto, para parte

daqueles que foram apartados, deslocados de seus lugares de origem, desterritorializados, a possibilidade de retorno à terra comparece nos Programas de Assentamentos da Reforma Agrária, como o Assentamento Santa Rosa, ao qual dedicaremos nossos esforços de compreensão na seção seguinte.

Desse modo, com vistas a analisar a área estudada a partir da ciência geográfica, proporemos, para a próxima seção, compreender a transformação dos espaços por tempos destinadas à pecuária, em territórios e lugares produzidos por capitalistas e camponeses no Entre Ribeiros.

Ali, no Entre Ribeiros, com a modernização que se impôs ao lugar, vimos espaços da pecuária sendo apropriados pelo cultivo de grãos, ao passo que as áreas que produziam alimentos para sustentar a grande fazenda tornaram-se produtoras de leite pelos camponeses. É nesse contexto que se pretende analisar a formação dos “territórios” produzidos pelo e para o capital e dos “lugares” que vão sendo construídos para a vida em comunidade.

3 – Assentados e colonos no Entre Ribeiros: territórios e lugares no espaço do agronegócio em Paracatu-MG

Na seção anterior, analisamos o processo de apropriação dos espaços rurais do Entre Ribeiros pelo capital, mediante a modernização da agricultura, e seus desdobramentos relacionados tanto à questão social quanto ambiental. Para tanto, vimos que a reforma tecnológica foi tida como sucedânea à reforma agrária. Dessa forma, mantida estava a separação das famílias de sua terra de trabalho.

No primeiro caso, quanto à questão social, vimos que, apesar de o modelo ser excludente e concentrador, mesmo assim, não impediu que parte da população local fosse inserida no sistema. Se a política oficial privilegiou a agricultura, os pequenos agricultores encontraram brecha na pecuária leiteira, não sendo, desta forma, de todo excluídos do processo modernizante. Vimos, portanto, que o capital, além de se apropriar diretamente das terras planas, também se apropriou do trabalho dos ocupantes das terras dobradas. Quando não do trabalho em si, foi do produto do seu trabalho, principalmente o leite.

Para outros, a expropriação e a proletarização vieram a se constituir como condição para que se organizassem politicamente para um “retorno à terra”. Reforça-se o papel dos movimentos sociais rurais, a exemplo do MST, decisivo para que uma tomada de consciência fortalecesse entre aqueles sujeitos. Especificamente no caso do Assentamento Santa Rosa, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu/MG exerceu papel fundamental em sua implantação. Em oposição ao território tornado arena do capital, conforme expressão emprestada de Matos (2011) os movimentos dos trabalhadores sem-terra, naquele município, sucederam a constituição de novos territórios no lugar Entre Ribeiros. Além do território camponês do Santa Rosa, surgiram outros onze no município em questão.

No segundo caso, quanto às questões ambientais, o inegável aumento da produção de grãos com modernos recursos da ciência e da técnica só vem ocorrendo às custas da apropriação robusta dos recursos naturais disponíveis no lugar. Modelo que, a cada dia, tem demonstrado sua insustentabilidade, porque se apropria predatoriamente da água e do solo, já dando sinais de exaustão na área estudada. Vimos, portanto, que, na degradação dos recursos naturais, o agronegócio estabelece a reprodução e na insustentabilidade de suas práticas produtivas ele vai se sustentando.

Nesta seção, propomos discorrer sobre os espaços do Entre Ribeiros tomados por distintos sujeitos e que, pelos distintos usos e apropriações, tornaram-se territórios em transição: o território criado em benefício do grande capital nas áreas irrigadas do agronegócio e ajeitadas para a produção de grãos e cana e o território resultante da luta pela terra criado na expectativa de permitir o retorno à condição camponesa às famílias assentadas no Assentamento Santa Rosa.

Os sujeitos sociais envolvidos na pesquisa representam o embate, em nível local, entre o trabalho, nos lotes, e o capital, nos domínios do agronegócio – o assentado e o colono -, respectivamente. Nas relações com o espaço, estes diferentes sujeitos promovem a construção dos distintos territórios e lugares, na medida em que tornam possível analisar as tensões entre um modo de vida camponês e a lógica reprodutivista do capital que comanda o agronegócio.

Entre Ribeiros é, portanto, um pedaço do Cerrado mineiro onde os diferentes sujeitos sociais participam de um processo dialético capaz de gerar relações e interações entre diferentes lógicas sociais. De um lado, estão os 87 colonos dispostos de área que supera 31.000 hectares de terras planas e irrigadas, em lotes com áreas entre 185 e 400 hectares. Eles produzem grãos e cana-de-açúcar cercando e se apropriando de diferentes temporalidades e lógicas sociais pertinentes à reprodução ampliada do capital. De outro lado, vizinhos e entrelaçados aos processos produtivos capitalistas, encontram-se 65 famílias assentadas usufruindo de 2.400

hectares de terras, com lotes de 36,7 hectares cada, produzindo leite e frutas - e até mesmo se assalariando, temporariamente, nas propriedades capitalistas - buscando basicamente o sustento da família, na qual estabelecem seus projetos de vida.

Nesse contexto, o espaço do Entre Ribeiros mostra-se rico pela diversidade de territórios e de interesses que colocam juntos, mas separados no mesmo espaço, capitalistas e camponeses. Territórios estes que são construídos por meio da disputa – consequentemente conflitos - não apenas de espaço como área apropriada pela agricultura de grãos, mas de recursos naturais, água e solo, já que Entre Ribeiros constituem-se não somente de projetos de colonização, mas também de grandes projetos de irrigação.

Começamos já indicando que, com a conversão no uso do recurso terra no Entre Ribeiros, os territórios estão sempre em processo de transição. Os espaços da pecuária tradicional – áreas com solos planos de Cerrado onde o gado era criado solto – passaram a produzir grãos, sendo que partes destes já foram apropriadas pela agroindústria da cana. Também os espaços onde se produziam alimentos para a grande fazenda – solos mais férteis nas áreas mais inclinadas à beira de rios e córregos – hoje, exercem outra função, produzem leite nas pequenas propriedades camponesas, tradicionais ou dos assentamentos. Enfim, nos espaços onde prevaleceu a pecuária, hoje se produzem alimentos e/ou *commodities*, e nos espaços onde se praticava a policultura camponesa, hoje se produz leite.

Além dessas reocupações, observamos que, nos últimos três séculos, os espaços dos Cerrados do município de Paracatu têm sido chamados a exercer as mais distintas funções. Desde as reocupações iniciadas com a mineração do ouro por volta de 1730 até os dias atuais, a pecuária que foi introduzida como atividade tributária à mineração, tornou-se a atividade que propiciou a criação de novos territórios após a exaustão das minas, até sua substituição pela agricultura moderna implantada no lugar na década de 1980. Nesse ínterim, os Cerrados se

transformaram em médias e grandes propriedades produtoras de grãos, em canaviais, em assentamentos, em pequenas propriedades produtoras de leite.

Esses múltiplos territórios nos remetem ao trabalho de Souza, M. J. L. (2001), que trata de um atributo inerente ao território: a sua capacidade de se formar e de se dissolver, de se constituir e de dissipar no tempo e no espaço. Em seu estudo, a transitoriedade dos territórios - o constituir-se e o dissipar-se – não se dá na escala temporal de décadas ou séculos como nos territórios do Entre Ribeiros, mas de dias ou momentos. Ocorre que a formação de territórios nos espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro, apropriados por distintos grupos sociais, não está atrelada ao domínio; dá-se mais em função do uso do que pela posse, assim, formam-se e dissipam-se de forma relativamente rápida, periódica.

No caso do Entre Ribeiros, em que o processo de constituição dos territórios está atrelado ao domínio, à posse e ao uso da terra; faz com que estes atributos ocorram de maneira menos intensa, ou com maior estabilidade na escala temporal, e obviamente, de acordo com os interesses e objetivos dos capitalistas, que buscam a reprodução ampliada do capital no processo que explora os homens e os bens naturais.

Nesse sentido, justifica-se o estudo dos espaços do Entre Ribeiros mediante a análise dos conceitos de “território” e “lugar”. O território pode ser analisado tanto a partir do agronegócio como *locus* da reprodução do capital, quanto a partir do assentamento enquanto espaço de luta coletiva, de conquista de uma parcela do espaço geográfico. A categoria lugar vai ser analisada à medida que os espaços tornados territórios, pela conquista coletiva do assentamento, vão sendo apropriados individualmente pelas famílias para ali realizarem seus projetos de vida.

Em outros termos, com relação ao Assentamento, iremos trabalhar com a perspectiva de que o território se efetiva nos diferentes lugares de vida e que venha se metamorfosear em lugar, um território-lugar. Na área do Assentamento, entendida como “território” (em sua dimensão

política) em função de um processo de luta, de construção social, de conquista coletiva, analisa-se a possibilidade de se transformar a conquista territorial em “lugar” de reprodução da vida a partir do momento em que cada assentado assume a sua parcela de terras.

3.1 – Considerações acerca do conceito de território.

Em trabalho de 2011, Faria observa que, de tempos em tempos, determinados “entusiasmos” surgem na história da ciência geográfica. E que o entusiasmo da vez parece ser o conceito de território e suas variantes, como territorialidade, territorialização, desterritorialização e reterritorialização (FARIA, 2011, p.105). Com razão, pois a centralidade do conceito para a ciência geográfica tem se tornado cada vez mais evidente nas últimas décadas. E ao conceito, muitos autores se dedicam com presteza, entre eles, Haesbaert (1997) e (2004), Heidrich (2004), Raffestin (1993) e (2009), Santos, M. (2007) e (2008), Saquet (2007), Souza, M. J. L. (2001) e (2009) entre outros autores que comparecem debatendo o assunto em teses, dissertações e demais produções científicas.

Ainda há um grupo de autores que se dedicam aos “territórios da resistência camponesa”, como Fabrini (2003), (2008); Fernandes (2001) e (2008); Oliveira, A. U. (1996) e (2006); Stédile (2006) e (2007) e muitos outros que dedicam seus trabalhos ao tema da reterritorialização camponesa e aos assentamentos da reforma agrária.

Em nosso trabalho, o debate sobre o(s) território(s) tornou-se imprescindível na medida em que parcelas do espaço geográfico, por nós denominadas territórios, estão apropriadas por diferentes sujeitos nos espaços rurais do Entre Ribeiros. Ali, estão instalados sujeitos que representam o capital, que, por via do agronegócio, pela incorporação de alta tecnologia, transformou a condição social dos camponeses excluídos do Sul em grandes produtores de

grãos e, mais tarde, iria transformá-los em colonos/capitalistas/rentistas, conforme mostramos na seção anterior. Também estão ali instalados sujeitos que lutaram para retornar à terra, e conseguiram, é o caso do Assentamento Santa Rosa, e outros assentamentos implantados pelo poder público no município de Paracatu MG.

Tanto uns quanto outros produzem e defendem o seu território mediante a apropriação de certas parcelas do espaço rural do Entre Ribeiros. Como indica Moraes (2008)

[...] é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território. Logo, esse conceito é impossível de ser formulado sem recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço. O território – neste sentido – inexistido enquanto realidade apenas natural. (MORAES, 2008, p. 45).

Nota-se, pelo já exposto, que a essência do território não está necessariamente vinculada à sua base natural, também por ela, mas, sobretudo, pelas ações humanas. O território envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, com trocas contínuas humanizadoras dessa localidade, que materializam formas de sociabilidades reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial, ressalta o autor. O território não existe sem a ação humana, é resultado de uma relação do homem com o meio onde se instala e executa ações.

Formam-se, portanto, no Entre Ribeiros, a partir da apropriação, territórios distintos assim como seus objetivos e finalidades. Para Fernandes (2008), “as propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, que produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento”, pois, enquanto uns se apropriam do território e dos recursos ali disponíveis, inclusive do trabalho materializado na figura do assentado para potencializar a reprodução do capital pela via da produção de *commodities* na dita agricultura moderna, outros tão somente buscam sua reprodução física e social, objetivando continuarem sendo camponeses.

Uma das grandes contribuições dadas à compreensão do conceito em questão vem de Raffestin (1993). Para o autor, o território se materializa no e a partir do espaço, sendo de

fundamental importância compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático - ator que realiza um programa - em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço [...], o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Para o autor, os territórios são construídos pela ação dos chamados atores sociais com base nas relações de poder: “São estes atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. O território é uma construção a partir do espaço. O espaço, nesse caso é, em primeiro lugar, um dado que antecede à intervenção humana. Há, portanto, um “processo” que demarca, com base nas relações sociais, o surgimento do território. A elaboração do território vai sendo processada pela ação, pelo trabalho deste ator; é visto como uma construção.

Ao desenvolver o conceito priorizando sua abordagem política e relacionando-o com as relações de poder, considera que todas as organizações, passando da família ao Estado, pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos⁴⁸. “O Estado é um ator sintagmático por excelência, quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.40).

[...] “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território”. [...] e que “em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios”. (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

A ação de um destes atores sintagmáticos - o Estado - se manifesta no Entre Ribeiros ao propor, em nível federal, os Planos Nacionais de Desenvolvimento; elaborando os programas

⁴⁸ O autor utiliza o termo sintagmático no sentido de que o território não é necessariamente uma construção do Estado como detentor do poder político, vinculado às relações de poder, hierarquia, portanto uma relação paradigmática. Ao contrário, como partes de um sistema integrado, o ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo (RAFFESTIN, 1993, p.40), e dessa forma os grupos humanos, as instituições, as empresas, também produzem territórios. Na área estudada, considerando uma relação horizontal, não hierarquizada, tanto o Estado quanto os movimentos camponeses, empresas e indivíduos foram responsáveis pela constituição de territórios. O Estado criou os territórios capitalistas no Entre Ribeiros, os movimentos sociais juntamente com o Estado, produziram os territórios camponeses.

para o desenvolvimento dos Cerrados, como o POLOCENTRO e o PRODECER; implantando Projetos de Colonização, e, posteriormente, com os Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, como o Santa Rosa. Também na esfera estadual, quando órgãos como a RURALMINAS e BDMG implantam projetos de irrigação, assim como na esfera municipal em construir e manter as estradas de acesso às áreas estudadas.

Em trajetória conceitual semelhante à de Raffestin, Denardin e Sulzbach (2010) adotam os conceitos de “território dado” e “território construído” em contraponto a “espaço” e “território”, defendidos por Raffestin. Defendem que o território dado é um território sem valor acrescentado, com fatores de constrangimento ou limitação. O território é tido como preexistente, a exemplo de “espaço”. É, portanto, uma porção do espaço que é objeto de observação. É uma porção do espaço que, uma vez apropriado, está apto para receber trabalho, ação humana. Portanto, assimilando a contribuição dos autores, diríamos que o território dado corresponde ao território do latifúndio, o território da antiga fazenda Santa Rosa, até então, improdutivo, que se converteu em assentamento; este, o território construído.

O território construído, por outro lado, é produto de um processo de melhorias, fruto do jogo de atores e constatado *a posteriori*; é o resultado de um processo de construção social pelos atores. O território construído é um espaço-território que se forma a partir do encontro de atores sociais em um espaço geográfico dado; é um espaço de relações sociais, no qual existe um sentimento de pertencimento por parte dos assentados com respeito à identidade construída e associada ao espaço de ação coletiva; local em que se criam laços de solidariedade entre os atores (DENARDIN; SULZBACH, 2010, p.23).

Citando Carrière e Cazella (2006), os autores argumentam que um território dado pode abrigar vários territórios construídos. Mencionam ainda que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. A contribuição dos autores é pontual para a

nossa pesquisa, pois os espaços da pecuária extensiva, entendidos como o “território dado”, abrigam, na atualidade, os “territórios construídos”, tanto os territórios capitalistas quanto os territórios camponeses.

Saquet (2007), ao analisar a obra de Dematteis (1963), define-a como um salto de qualidade no entendimento do conceito, pois, ao extrapolar a dimensão política fortemente enraizada desde Ratzel, o território passa a ser “compreendido como produto social, lugar de vida e de relações. Evidencia as relações sociais entre os homens como condicionante de suas formas e organização interna”.

Rompendo com a visão naturalista do território presente em Ratzel, que o compreendia como uma parcela do espaço, delimitada, com ou sem a presença do homem, com ou sem modificações provocadas pelos povos, com ou sem a presença do Estado, Souza, M. J. L. (2001, p.81) reforça que o entendimento do território vinculado somente ao Estado nacional não é mais suficiente, haja visto que “os territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas espaciais e temporais”.

Podemos compreender o território como produto das ações dos indivíduos no ambiente. A natureza é um dos componentes do território, transformada pela sociedade. Assim, o território é a parte material das relações que a sociedade mantém com a natureza e a territorialidade parte imaterial como relações sociais, como indica Saquet (2007, p.54). O território que pensamos está assentado em uma base material, quer seja chamado de espaço, natureza, ambiente, meio, ou mesmo um território, pois, antes do Assentamento, foi uma perda deste pelo latifúndio. Base, a partir da qual, o homem vai aplicar trabalho, conhecimento, relações sociais, culturais e saberes. Com isso, deixa de ser sinônimo de área apropriada pelo Estado com objetivos de explorar os recursos ali existentes. Enfim, passa-se a considerar a substância humana no território, ao permitir pensar no território como uma formação social

relacional que não envolve apenas questões econômicas – ou políticas – mas gente, da forma como fez Kinn (2010, p. 22).

Da mesma forma o é para Heidrich (2004, p. 39), pois defende que o território é, antes de tudo, uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação e que a mais primordial ação humana que envolve a manifestação do princípio da territorialidade é a ocupação. Enfim, ao se permitir pensar o território para além da dimensão política, vinculado fortemente às relações de poder, pode-se pensar em um território mais humanizado, onde tais relações não deixam de existir; mas, com estas passam, a coexistir as relações sociais, a marca do elemento humano no território.

É com base neste alargamento sobre o entendimento dos territórios, das várias feições, perspectivas do território, que Haesbaert (2004, p.40) vai propor que estes possam ser analisados sobre distintas vertentes, dimensões ou perspectivas: política ou jurídico-política, cultural ou simbólico-cultural e econômica. Diante disso, apresentamos, no quadro 03, como os conceitos apropriados de Haesbaert (2004) foram relativizados na análise dos territórios que se formam naquela porção do espaço denominada Entre Ribeiros. Na nossa pesquisa, tanto uma quanto outras são valorizadas. Assim, entendermos o Entre Ribeiros como projeto político de reocupação do Cerrado capturados pelos projetos de colonização, ou senão, como resultado da geopolítica de alimentos do Japão (dimensão política). Desse modo, visualizamos a área de estudo como apropriação de recursos para reprodução do capital (dimensão econômica). Por último, cabe-nos considerar as relações de pertencimento, de identidade (dimensão cultural), levando em conta, além disso, a constituição de humanidades no lugar.

A dimensão que o autor afirma ser menos difundida, pelos elementos contidos no texto, tais como: território como “*fonte de recursos*” e/ou incorporado no “*embate entre classes sociais*” e na “*relação capital-trabalho*”, como produto da “*divisão territorial do trabalho*”, para nós, constitui-se em uma outra dimensão que, embora importante, não nos permite discutir

a riqueza das relações e suas temporalidades e lógicas sociais. Destarte, diante da riqueza de fatos, de territórios, de relações, de sujeitos sociais no Entre ribeiros, convém-nos uma leitura que considere as suas múltiplas perspectivas.

Quadro 03: As perspectivas do território segundo a abordagem utilizada por Haesbaert (2004) e sua aplicação na pesquisa.

Perspectivas	Para o autor	Na pesquisa
Política	[...] a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.	No Agronegócio – por entendermos o Entre Ribeiros como projeto (geo)político de reocupação dos Cerrados ou de integração nacional, projetos de colonização e de irrigação, ao qual várias instituições públicas estiveram vinculadas, nacionais e estrangeiras. No Assentamento – pois entendemos que o território foi fruto, inicialmente, da organização política dos “sem-terra” e, posteriormente, do poder público ao torná-los assentados.
Econômica	[...] menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.	No Agronegócio – por analisarmos o Entre Ribeiros como territórios criados para o capital para promover a sua reprodução a partir da apropriação dos recursos locais, terra e água. No Assentamento – em menor escala os recursos ali presentes também são apropriados e explorados pelos assentados com o objetivo de reproduzirem-se socialmente como camponeses.
Cultural	[...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.	No Agronegócio – não se aplica ⁴⁹ . No Assentamento – a partir da conquista da terra, novas relações serão experimentadas por aqueles sujeitos, relações de pertencimento, de identidade com a terra, lugar onde agora irão reproduzir a vida.

⁴⁹ O território do agronegócio, caracterizado pelas paisagens homogêneas dos campos irrigados de cana e grãos, são vazios de gente, vazios de relações sociais. Conforme expõe Fernandes (2008, p 285), “a composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, por que sua área está ocupada pela mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio”.

No entanto, para o agronegócio, privilegiaremos a discussão do território com base em sua dimensão política e/ou econômica em detrimento da sua dimensão cultural, pelo fato de os sujeitos ali presentes serem menos visíveis (ao capital) do que os recursos naturais a serem capturados. No Assentamento, abre-se espaço para o entendimento do território tanto a partir da sua dimensão política quanto pela dimensão simbólico-cultural, por entendermos o assentamento como um espaço de luta política, mas também lugar de vida.

3.2 - Territórios capitalistas no Entre RIBEIROS

[...] não tem, via de regra, o amor a terra que caracteriza o camponês. Cuida de sua plantação por que sabe que dela é que hão de vir os grãos de ouro que lhe fazem a fortuna. Mas não tem aquela nostalgia da terra, de que fala Henri Prat, nem a ela se sente indissolúvelmente ligado. (PRADO JR, 1981, p. 51).

Assim escrevia Caio Prado Jr da relação dos grandes proprietários com a terra. Mesmo que, na atualidade, a expressão latifúndio tenha sido extinta do dicionário por parte da legislação fundiária, substituindo-a por grande propriedade ou ainda, por empresa rural, ou agronegócio, assim como se auto intitulam os seus representantes; a relação com a terra continua sendo a mesma, uma relação de troca mercantilizada.

Assim, é desta forma que visualizamos a relação dos migrantes colonos/capitalistas/rentistas - por nós entendidos como os “operadores do capital” na modernização da agricultura dos Cerrados - com os mais de 31 mil hectares de terras apropriadas pelo agronegócio de grãos e cana no Entre RIBEIROS. O território apropriado pelo agronegócio não comporta “gente” em suas paisagens, a não ser que essa “gente” venha a ser entendida como mais um “recurso” a ser explorado pelo capital que o comanda. Nos territórios apropriados pelo capital, as terras têm de estar “limpas”, sem vegetação, limpas também de

gente, isto é, que não sejam ambientes sociais engessados pela ocupação antiga, para que venham se tornar produtivas, conforme fotografias 11 e 12.

Curioso é que, no discurso oficial pré e pró-modernização, mesmo estando ocupados por grandes fazendas, bem como por cerradeiros, ribeirinhos, quilombolas, sitiantes, moradores, agregados, peões, meeiros, enfim, toda uma diversidade de sujeitos sociais denominados genericamente camponeses; ainda assim, os Cerrados foram tidos como vazios populacionais. No entanto, para os campos de cultivo, vazios de gente e de relações sociais, porque dominados pela monocultura, diz-se que agora estão ocupados.

Fotografia 11 – Paisagens homogêneas do agronegócio. Plantação de abóbora



Fonte: OLIVEIRA. P .M (2016).

Referindo-se ao mais novo elemento da paisagem do Entre Ribeiros, a cana-de-açúcar, duas novas relações são estabelecidas como forma de acesso à matéria-prima, e consequentemente, acesso aos recursos necessários à sua produção - terra e água - pela usina Bevap, nas terras irrigadas dos colonos. Em uma delas, o colono arrenda suas terras para a usina, na outra, o próprio colono assume a condição de fornecedor da cana para a usina. Aparecem aí dois novos sujeitos na figura do colono: o rentista e o fornecedor de matéria prima.

Com a cana, aliás, a territorialização do capital, no Entre Ribeiros, vai se dar de forma indireta, pois as propriedades onde se dá o cultivo é dos colonos, isto é, a usina não se tornou proprietária de tais áreas. No entanto, é um processo geral que varre do campo os trabalhadores, expulsando e expropriando camponeses e trabalhadores rurais, conforme indica Oliveira, A. U. (2006, p. 34), processo em que homens são substituídos por máquinas, alimentos são substituídos por *commodities*, ao mesmo tempo em que o trabalho na terra se transforma em “negócio com a terra”.

Fotografia 12 – Plantação de soja no primeiro plano e cana ao fundo



Fonte: OLIVEIRA, P. M (2016).

Mas, ainda assim, considerando que, no lugar, existem territórios distintos, camponeses e capitalistas, aqui e acolá, o capital se reproduz extraindo a renda da terra, quer seja das propriedades dos colonos, quer seja das propriedades camponesas, a partir dos processos de territorialização do capital e da monopolização do uso dos recursos naturais pelo capital.

Na verdade, a territorialização do capital, pela via do agronegócio, de maneira geral, pode ser compreendida por diversos ângulos:

a) - nos Cerrados, até os anos 1970, a ocupação se dava nas chamadas terras dobradas, com maior inclinação e com maior dificuldade de mecanização. A territorialização camponesa ocorria nestas terras em função da maior fertilidade e proximidade dos cursos d'água. Logo, a presença de água e fertilidade do solo tornavam essas terras mais caras para serem apropriadas para o capital, se bem que isso não era o problema diante da grande disponibilidade de recursos japoneses a serem investidos na modernização.

Nessas áreas, o ambiente social engessado, expressão de Santos e Silveira (2008), pela territorialização camponesa, baseado em um povoamento antigo, que data do início do século XVIII, assentado sobre estruturas sociais arcaicas, atuou como freio às mudanças sociais e econômicas.

Segue-se que a abundância de terras planas, disponíveis e mais baratas das chapadas, somadas à facilidade de mecanização direcionaram os interesses capitalistas para tais áreas, por estarem pouco utilizadas ou inutilizadas, e também, livres da territorialização camponesa. É como nos lembra Santos e Silveira (2008), ao falarem da reocupação das extensas áreas chapadas do Brasil Central,

[...] nestas o meio técnico-científico informacional se estabelece sobre um território praticamente natural, ou melhor, pré-técnico, onde a vida de relações era rala e precária. Não havendo rugosidades materiais e organizacionais consideráveis, os novos objetos e as novas ações criam um espaço inteiramente novo e com grande participação na globalização. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 270).

b) - por outro lado, sendo as terras dobradas mais férteis, porém menos extensas em termos de área, isto é, se as relacionarmos à imensidão das chapadas, não interessava diretamente ao agronegócio, que depende de extensas áreas para produção em escala para fins de exportação.

c) – estando estas áreas de terras ocupadas pela economia camponesa, funcionou como reservas de mão de obra para o agronegócio, já que nas unidades camponesas até os anos de

1970 e até mesmo nos anos 1980, era comum as famílias serem numerosas, e assim, braços eram liberados para o trabalho assalariado nas propriedades capitalistas.

d) – por se dedicarem à produção de alimentos, libera o agronegócio da pressão de produzi-los para alimentar a nação, assim, a propriedade capitalista encontra-se livre e subsidiada pelo Estado para a produção de *commodities*. Se bem que o fato relatado pode ser visto de forma inversa, isto é, somente se dedicaram à produção de alimentos ou leite porque o agronegócio já havia se dedicado aos produtos de exportação por serem mais rentáveis, e encontraram naqueles a forma de se fazerem incluídos dentro do processo de modernização, como já indicamos na seção anterior.

No território criado pelo e para o capital, o homem na condição de “substância humana”, como propôs Kinn (2010), inexistente. Ele já foi metamorfoseado por forças estranhas, pelo capital, pelos mercados, pela tecnologia, que ele mesmo não consegue controlar. Assim como já fez com a terra, transformada tão somente em recurso, apropriada com a finalidade de reproduzir capital, *commodities*, em vez de local de trabalho e de vida, de produção de alimentos, de espaço da reprodução da família, das festas.

Nestes territórios capitalistas do Entre Rios e das chapadas modernizadas do Brasil Central a partir do PRODECER, nas últimas quatro décadas, não somente as paisagens foram alteradas, não somente o uso dos recursos alterou-se, as famílias também se metamorfosearam, seja a do colono, seja dos produtores rurais do local.

Um, à medida que a agricultura se tornou agronegócio, transformou-se em capitalista, empresário rural, já não é mais agricultor, talvez nunca tenha sido. Via de regra, não mora na propriedade, não há um vínculo afetivo com a terra a qual possui, vive na cidade e controla a produção no seu empreendimento através da informação, remotamente. O que produz não é, necessariamente, alimento, mas, geralmente, *commodities*, que irão gerar divisas à nação, mas que não alimentam a população, porque são exportáveis. Por isso, o capitalista se preocupa

menos com a produção; pois disso, as técnicas modernas de plantio, trato e de irrigação se encarregam, é tida como certa; preocupa-se mais com o destino desta, pois o mercado, regulado nas bolsas de *commodities*, geralmente, sediadas nos países centrais, é que vai definir os preços pagos àquele empresário.

O outro, também, não é mais agricultor, embora trabalhe com a terra e possa até viver nela, talvez tenha sido agricultor em terras alheias, ou próprias, mas, pelos processos de partilhas sucessivas, a terra, tornada pequena, já não suporta a todos. Tornou-se assalariado, portanto, não retira dela os víveres dos quais sua família tanto necessita, vai adquiri-los no mercado com o salário que recebeu em troca de seu trabalho. Assim como o primeiro, não desenvolve apego, relação de identidade e pertencimento com a terra, já que não é sua e não pode extrair dela os frutos do seu trabalho, o seu alimento. Tanto para um quanto para outro, produção e consumo são dissociados. Aquilo que produzem não é o que consomem e o que consomem não são capazes de produzir.

Se um não tem vínculos afetivos para com a terra que tem, é porque simplesmente a tem como um meio de produção e o que espera dela são os rendimentos financeiros que lhe farão enriquecer; o outro também não, porque não vive e nem colhe da terra o seu fruto, tornou-se simplesmente sinônimo de local de trabalho. Talvez saiba operar um trator, mas não sabe mais do trabalho com o rebanho ou com a madeira ou outros elementos da artesanaria camponesa. Para um, o cultivo da terra não tem senão o objetivo de garantir sua reprodução como capitalista. Para outro, o trabalho na terra tão somente garante sua reprodução como trabalhador, não reproduz um modo de vida, não se reproduz como camponês.

Víamos, portanto, na figura deste último, um sujeito polarizado entre a terra sua e a alheia, vivendo em uma situação ambígua em que na propriedade alheia é um sujeito capturado no processo de reprodução ampliada do capital, e na outra, na propriedade sua, um sujeito que

produz seus meios de vida, ainda que seja de forma incompleta, em quantidade insuficiente para manter a família.

Nesse sentido, os territórios apropriados pelo capital pela via do agronegócio, embora obtenham elevada produtividade pelo fato de os campos cultivados terem se tornado o império da ciência e da técnica, incrementam cada vez mais a tendência de tais espaços se tornarem ou continuarem vazios de gente. Vazios porque, de um lado, o trabalhador só é convidado a comparecer alguns poucos dias durante o ano para executar as tarefas necessárias; por outro lado, o proprietário colono/capitalista/rentista raramente comparece, geralmente, com muita pressa porque é um negociante, e quando comparece, já lhe parece mais um estranho, pois não pertence à terra, embora ela lhe pertença. E assim o círculo se fecha, pois, como já afirmamos, os espaços vazios da pecuária tornaram-se territórios do capital, e estes continuam vazios porque não comportam gente, relações sociais. São espaços criados unicamente para reprodução do capital.

A agricultura moderna transformada em agronegócio e a supressão do divórcio entre agricultura e indústria invalidaram por completo as observações feitas por Kaustky, no início do século passado, pois para ele

Um dos traços distintos mais acentuados entre a indústria e a agricultura vem a ser que, nesta última, a exploração e o lar ainda estão indissociavelmente fundidos, ao passo que na primeira, ambos aparecem absolutamente dissociados. Não há exploração agrícola sem lar que lhe corresponda. Podemos também inverter a proposição e dizer que não há, no campo, lar independente sem o complemento de uma exploração agrícola (KAUTSKY, 1980, p. 112-113)

No Entre Ribeiros, a produção agrícola ocorre sem que haja um lar que lhe corresponda, pois é promovida por assalariados que não vivem na terra, portanto, dissociada do lar, tanto do trabalhador quando do capitalista. Se, nos dias atuais, a monocultura torna o campo vazio de gentes; em tempos anteriores aos anos de 1980, quem desempenhava com efeito este papel era a criação extensiva na área pesquisada. Fazendeiros desempenhavam, a seu modo, este papel,

obtendo renda e poder mantendo ali uns “pés de bois” nas paisagens homogêneas dos Campos e Cerrados naquele território. Como afirmaram San Martin e Pelegrini (1984, p. 43), até o final da década de 60, aquele oceano de mato ralo era relegado ao capim, onde os fazendeiros jogavam cabeças de boi e o exploravam de forma absolutamente aleatória. Esse domínio dos donos de terra e criadores de gado bovino já tinha comprometido e, por vezes, eliminado a agricultura camponesa, rica em pessoas, atividades e diversidade de produção. É nesse sentido, que a presença do assentamento se mostra viável: prover o lugar de pessoas que possam se apresentar como mão de obra temporária nos territórios do agronegócio.

Para Fernandes (2008, p.285), pelo fato de o agronegócio organizar seu território para a produção de mercadorias e não para produzir sua existência no sentido de desenvolver todas as dimensões da vida, sua paisagem é homogênea, diversa, portanto, da paisagem do território camponês, que é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada pela mercadoria/*commodity*, que predomina na paisagem. Na paisagem vazia de gentes, a mercadoria é a expressão do território dominado pelo agronegócio.

Concordamos com Teubal (2008), ao analisar o domínio da monocultura da soja no campo argentino, quando afirma que

[...] o campo se transforma cada vez mais em um produtor de *commodities*; cada vez menos um meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários, e menos ainda para os produtores familiares básicos. O país vai perdendo sua qualidade de produtor de alimentos básicos. (TEUBAL, 2008, p.146).

Vão-se formando os denominados complexos agroindustriais, com grandes empresas que estendem seu poderio “para frente” e “para trás” na cadeia agroindustrial, integrando, verticalmente, seja de forma direta ou mediante alguma forma de agricultura de contrato, os produtores agropecuários, conforme o autor.

Fortalece-se uma “agricultura sem agricultores”. Os produtores agropecuários, em especial, os médios e os pequenos agricultores familiares e

os camponeses, são desalojados por grandes produtores ou latifundiários e por grandes empresas favorecidas por um processo de “monocultura da soja”, que privilegia “economias de escala” orientadas para as exportações, em oposição às necessidades dos produtores familiares e à produção de alimentos básicos para o conjunto da população. É um modelo que tem menosprezado a tradicional agricultura familiar (TEUBAL, 2008, p.146).

Quanto ao assunto, Carvalho, H. M. (2005) fez a interessante observação de que, nas áreas apropriadas pelo agronegócio, a grande produção se dá às custas da substituição de modos de vida tradicionais, regados à festa e cultura

Talvez a própria mudança de nomes de agricultura para agronegócio, como gostam de chamar o setor os seus próprios protagonistas, indique onde está o problema. No Brasil, durante o mês de junho, ocorrem festas religiosas geralmente associadas à colheita, sobretudo do milho. A expansão do agronegócio pela Região Centro-Oeste do país, ocupando suas chapadas, tem feito dessa região a maior produtora de milho do Brasil. Entretanto, milhares de sertanejos no Nordeste e em Minas Gerais festejam efusivamente São João e São Pedro em Caruaru, Campina Grande, Sobral, Crato, Feira de Santana, Jequié, Montes Claros entre tantos ‘arraiás’ onde se comem canjicas, bolos de milho, curaus, quindins, pamonhas, milhos cozidos que se misturam na alegria de tantos empregos, namoros, danças e distribuição de renda implicados nessas festas. Ao que se sabe, nenhuma festa está associada às colheitas feitas com grandes máquinas e com tão poucos empregos no Centro-Oeste brasileiro, onde se vem jogando todas as fichas de um modelo de desenvolvimento no mais tradicional estilo moderno. (CARVALHO, 2005, p. 233).

Não que não existam pessoas por ali, elas existem; apenas não fazem parte do mundo do negócio com a agricultura, e se fazem, são coadjuvantes, como assalariados. E estes já se encontram ali disponíveis para serem explorados pelo capital. Este, por sua vez, já não necessita do artifício do qual descreve Prado Jr. (1981, p. 93) sobre a concessão do direito de ocupar a terra, por parte do antigo fazendeiro, para se ter acesso à mão de obra nos momentos certos.

No passado, como descreveu o autor, o grande fazendeiro dependia de tal artifício para se assegurar da mão de obra disponível nas ocasiões em que mais necessitava dela, como por ocasião do preparo da terra, plantio, trato das culturas, colheita. Já que a necessidade de braços não ocorre permanentemente, por serem as atividades agrícolas esporádicas, não sendo interessante pagar salários o ano todo, o grande fazendeiro procurava conservá-lo a seu alcance para esses momentos, e sem ônus, fixando o empregado na sua propriedade pela concessão de

terrenos que este último explorará por conta própria. Como também observou Martins, “por esse meio, produzindo sua própria subsistência o trabalhador de fato diminuía os dispêndios monetários dos grandes fazendeiros” (MARTINS, 1981, p.111).

Miranda Neto (1982, p.122) afirma que outro elemento foi acrescentado ao processo de forma a alterar essa relação: a valorização da terra. Nos tempos mais recentes, o trabalho sazonal passa a ser desempenhado por não moradores, expulsos de seus sítios e roças devido a uma exigência objetiva – a valorização da terra, que impõe a exploração direta do máximo de terreno arável, porquanto a empresa rural desumanamente racionalizada não deve desperdiçar terras caras, com prejuízos de suas rendas, e de seus lucros, uma vez que se podem obter, próximo a sua propriedade, tantos braços de reserva quantos sejam necessários, a custos mais baixos.

Por isso, na atualidade, 2018, os colonos/capitalistas/rentistas do Entre Ribeiros nem sequer recorrem ao antigo artifício, já não é mais necessário, pois a mão de obra empregada nos seus domínios já está assegurada e disponível no entorno, nas pequenas propriedades - quando estas ainda existem -, ou mesmo no assentamento Santa Rosa, do qual muitos assentados ainda se assalariam nos territórios vizinhos.

Os braços que são empregados esporadicamente nos territórios capitalistas e dos quais estes necessitam, reproduzem-se e são encontrados na forma de reserva nos territórios camponeses. Identificamos, portanto, na figura do assentado, um trabalhador que se submete a relações de trabalho sem que obtenha a remuneração necessária para garantir integralmente a sua reprodução, mas parcialmente, isto é, ele ainda precisa continuar trabalhando no lote para produzir os meios de vida.

Para Silva, J. G. (1981, p. 130), o próprio tipo de modernização ocorrido no Brasil levou a acentuar a sazonalidade do emprego na agricultura capitalista, de forma desvantajosa à retenção permanente de mão de obra nas propriedades. Ao contrário, é mais econômico recrutar temporariamente os trabalhadores, que podem ser simples proletários ou pequenos agricultores,

nas épocas de maiores serviços, ainda que por salários mais altos, mas pagar apenas os dias de trabalho efetivo, do que mantê-los nas propriedades durante todo o ano.

Acrescente a isso, os efeitos da legislação trabalhista, o Estatuto do Trabalhador Rural, (lei nº 4.214, de 2/3/1963), que proporcionou aos trabalhadores do campo direitos idênticos aos desfrutados pelos trabalhadores urbanos (férias remuneradas, décimo terceiro salário, jornada de 8 horas de trabalho), criou dificuldades financeiras para os pequenos proprietários que dependiam da contratação de mão de obra permanente e deu a muitos proprietários atrasados, na categoria de médios e grandes, a oportunidade para se livrarem de seus empregados. O resultado é que uma nova onda de desemprego atingiu o setor agrícola. “Com a chegada das obrigações trabalhistas e os consequentes encargos sociais no campo, o sistema esboroou-se. O Estatuto do Trabalhador Rural, então foi a pá de cal. O meio rural não estava preparado para a brusca mudança [...]” (SERRA, 2010, p.142). Os proprietários rurais, para “ocupar o lugar dos trabalhadores demitidos” intensificaram a compra de máquinas agrícolas, principalmente tratores.

No caso do Entre Ribeiros, da mesma forma, o capitalista não concede o favor de deixar ocupar uma fatia de terra em sua propriedade. Isto já foi feito pelo poder público que, ao realizar assentamentos como o Santa Rosa sem o devido apoio técnico-financeiro aos assentados, obriga-os a se tornarem assalariados, configurando-se como reservas de braços para o agronegócio vizinho.

Talvez seja esta uma das razões que levou Wanderley (1979) a teorizar sobre a produção camponesa, supondo que a mesma faz parte do sistema capitalista e não por oposição a ele.

[...] para nós, a pequena produção está inserida no capitalismo como parte dele mesmo, como uma forma adequada ao movimento da acumulação. Em outras palavras, a “reprodução camponesa” não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento do próprio capital, que a recria de acordo com seus interesses. Não é absolutamente a recriação de um produtor independente de mercadorias, muito menos de um produtor de valores de uso ou de um camponês no sentido

clássico; é pelo contrário, uma forma concreta de reprodução do próprio capital via um “novo camponês”, que nada mais é do que um trabalhador para o capital (WANDERLEY, 1979, p. 131).

Buscando, mais uma vez, analogia aos processos históricos, como no colonato, descrito por Martins (1981), no qual o governo importava mão de obra para a grande fazenda, diríamos que, atualmente, no lugar em estudo, ocorre fato não muito distinto, já que o governo compra a grande fazenda (com as desapropriações) para implantar nela assentamentos, que, na verdade, acabam se constituindo em reservas de mão de obra para a agricultura capitalista.

Vivemos a transição do cativo da terra para o cativo do agronegócio. Esta tem sido a realidade das famílias assentadas que encontram como alternativa de renda o emprego nas grandes propriedades empresariais ligadas ao agronegócio, pois os assentamentos não são viabilizados, impedindo a integração das famílias à vida do País. É a concentração da propriedade da terra determinando a concentração do poder econômico e do poder político, criando estruturas de sujeição da população rural. (CLEPS JR, 2006, p. 24).

Bem expuseram Gomes e Cléps Jr (2006, p. 131) ao apontar que o desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo brasileiro se mostrou possível sem o rompimento com as elites agrárias, sem a superação de uma estrutura fundiária altamente concentrada e, ao mesmo tempo, com a utilização de relações de trabalho e de produção não capitalistas; também Grzybowski (1987, p. 37), para quem “a modernização foi a Reforma Agrária ao avesso, a reforma para e pelo capital”, pois à ideia de modernizar a agricultura associaram-se as de conservar - e até mesmo acentuar - a concentração da terra e da renda e a de manter as arcaicas relações de trabalho no campo.

Assim, diríamos que a modernização, ao transformar o latifúndio em agronegócio, dotou este último ainda mais de poder e riquezas, de modo que, além de dominante economicamente e político-ideologicamente hegemônico, como lembrou Carvalho, H. M. (2005), notabiliza-se por ser altamente degradador do meio ambiente e socialmente excludente ao exercer o controle total dos recursos naturais – solos, subsolo, água doce, florestas, biodiversidade - e da terra.

Para nós, a modernização foi e continua perversa. Pois converteu tradicionais espaços do latifúndio em modernos territórios do capital pela via do agronegócio, que convivem com espaços menos tecnificados destinados à agricultura camponesa tradicional ou aos assentamentos, também deficientes em infraestrutura, fato que os levam a se tornar ineficientes quanto à produtividade.

Verificado o domínio do agronegócio no lugar de estudo, vimos que os espaços e as paisagens do Entre Ribeiros não são tomados exclusivamente pela homogeneidade das plantações de soja, milho ou cana, capazes de reproduzir apenas capital. Com o assentamento, metamorfoseia-se em lugar de produção da vida e trabalho camponês. Os espaços do Entre Ribeiros, sendo reocupados pelo capital e por camponeses, transformaram-se em propriedades capitalistas e propriedades camponesas.

Evitamos, no entanto, estabelecer um raciocínio linear, como observado por Paulino (2008, p. 235), como se toda exploração capitalista empregasse somente trabalhadores assalariados e, em oposição, toda unidade camponesa tivesse apenas membros da família ocupados na produção, já que membros da família integram o quadro funcional da agricultura empresarial, da mesma forma que os camponeses recorrem à contratação de força de trabalho complementar. Parece haver ali uma justaposição de territórios, ou uma interterritorialidade.

Em relação ao posto acima, indicamos que, no Entre Ribeiros, há exemplos de que a produção capitalista se dá com a utilização de meios não capitalistas, como o aproveitamento da palha de feijão em que a produção é à meia, ou seja, a remuneração dos trabalhadores não se dá em espécie, mas em produto. Há propriedades camponesas cujos membros integram o quadro de trabalhadores do agronegócio e, por fim, casos em que a pequena produção no assentamento, se dá com o recurso da utilização de trabalho externo, como é o caso da colheita de frutas em época de safra.

Na pluralidade de territórios do Entre Ribeiros, o espaço transformado em “arena do capital”, de acordo com Matos (2011), convive com o espaço transformado em território que emerge da luta pela terra. O assentamento Santa Rosa, criado pelo INCRA no ano de 1999, reúne sujeitos que se recusaram a se tornar proletários, embora até possam enfrentar, temporariamente, esta condição. Neste processo, os espaços destinados a monocultura passam também a abrigar pessoas, relações sociais, produção de comida e onde se dedicam à defesa de um modo de vida.

3.3 - Territórios camponeses no Entre Ribeiros

Para Wanderley (2001, p. 43), uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um *território* familiar; um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição desse objetivo supõe, com frequência, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais.

O trecho acima é bastante representativo quanto ao desejo do camponês de permanecer ligado à terra, fato que significa, a um só tempo, manter o vínculo familiar, o apego que tem à terra e, mais que isso, não deixar para trás um modo de vida, um modo de produzir, o desejo e a luta para continuar sendo camponês.

Mas este tem descoberto, nas últimas décadas, que, além das opções que há tempos lhes eram apresentadas como as únicas possíveis, isto é, submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; a terra pode ser conquistada sem que sejam necessários longos deslocamentos para áreas distantes, para as fronteiras, onde o capital ainda não havia se

territorializado. Cabe dizer, a área que tradicionalmente ia ocupando era aquela não utilizada por interesses poderosos, a terra mais pobre, menos fértil, a terra desprezada, cada vez mais distante do mercado consumidor.

Para Stédile e Fernandes (2005, p.17), do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo rural⁵⁰ para as cidades e para as fronteiras agrícolas⁵¹. Isto os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam.

Com os movimentos de luta pela terra, os camponeses descobriram que não precisam se isolar em terras distantes para se manterem camponeses. De acordo com Medeiros (2009, p. 67), no início de 1962, os Sem-Terra iniciaram a forma de luta que mais os caracterizaria: acampamentos no perímetro de latifúndios improdutivos, previamente escolhidos. As terras reivindicadas eram, muitas vezes, pertencentes ao Estado, outras de titulação duvidosa.

Para a autora, o que chama a atenção é que o acampamento marcou o aparecimento de uma forma nova de pressão: não se tratava mais de posseiros resistindo ao despejo ou foreiros negando-se a pagar maior renda ou a sair de terras onde há muito viviam. Eram ofensivas de trabalhadores já expropriados ou em processo de exclusão demandando terras ainda não cultivadas, exercendo pressão direta sobre o Estado.

Assim, os movimentos de luta pela terra alastram-se primeiro na região Sul, e avançaram em direção às outras regiões ao longo dos anos 1990. No município de Paracatu, por exemplo, dos doze assentamentos federais implantados pelo INCRA, nove foram na década de 1990,

⁵⁰ O autor se refere aqui ao inchaço do setor terciário, dada a incapacidade do setor secundário de absorver todo o contingente de migrantes do campo, que, para sobreviverem na cidade, se dedicam às mais variadas funções, geralmente na informalidade.

⁵¹ Refere-se ao fato de que o Estado, ao mesmo tempo em que oferecia as terras novas da Amazônia para os camponeses também as ofereciam, de forma subsidiada para os empresários capitalistas, de modo que estes últimos fechassem novamente as saídas para os primeiros.

depois da sua segunda metade, conforme quadro 01 apresentado na seção anterior. Todavia, como relatam Stédile e Fernandes, no início dos anos 1980, havia uma visão romântica do retorno à terra, pois a memória histórica dos camponeses que conquistavam a terra estava ainda na etapa anterior à modernização da agricultura. A família foi expulsa pela máquina, mas o seu memorial técnico era do boi e da enxada.

Com essa memória técnico-produtiva, as reivindicações dos movimentos de luta pela terra, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), eram direcionadas basicamente à conquista da terra: “Se eu conquistar a terra, depois me viro” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 96). Se a pessoa queria apenas terra, isso, de certa forma, favoreceu o governo, porque o isentava das outras obrigações ligadas à produção, destacam os autores. E, de certa maneira, ajuda-nos a compreender o caótico processo de implantação do Assentamento Santa Rosa, que ocorreu já na virada do milênio, no qual os assentados, além da terra sem benfeitorias, somente tiveram acesso a um crédito de R\$10.000, 00 para iniciar um novo projeto de vida, no lote recém conquistado.

Vimos, no entanto, que o assentamento implantado, na antiga fazenda Santa Rosa, não contou com a mesma disposição política do Estado como foi para o agronegócio vizinho. Se o projeto “Entre Ribeiros” foi um projeto de governo, o assentamento não foi mais nada do que o reconhecimento de uma demanda por terras por parte crescente da população que não mais queria continuar na condição de excluídos. A efetivação do assentamento só foi possível a partir das ações organizadas pelos trabalhadores rurais sem-terra vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu-MG.

Mas, ainda assim, embora deva ser considerada a conquista da terra no conjunto do lugar “Entre Ribeiros”, visualizamos o assentamento Santa Rosa como um território marginal, um território “satélite” frente ao empreendimento do agronegócio, no sentido de que a sua existência está, em grande parte, condicionada à existência daquele. Apontamos para a ideia de

espaço marginal após refletirmos, não somente a sua localização na geografia local, ao fato de ser confrontante ou vizinho do agronegócio; mas a partir de elementos como o quantitativo de terras apropriados por ambos; do acesso diferenciado ao crédito; do acesso às técnicas de produção, como a irrigação e a mecanização; dos índices de produtividade alcançados por ambos, da necessidade de trabalho e dos subprodutos utilizados pelos assentados na criação de seu rebanho bovino.

No Santa Rosa, foram assentadas 65 famílias sem as condições adequadas para realizarem qualquer tipo de atividade agropecuária, que lhes permitisse sua reprodução física e social. Fisicamente, no sentido de que, se não trabalhassem fora, nem conseguiriam obter o sustento da família. Socialmente, no sentido de que, ao se tornarem assalariados, de nada valeria a sua condição de assentados, perderiam a sua condição camponesa.

As falas dos assentados exprimem sentimentos antagônicos, que denotam, ao mesmo tempo, angústia e superação; pois, ao se tornarem assentados, foram praticamente despejados, colocados ali na terra bruta, abandonados à própria sorte. Isto é, além de receberem a terra bruta – não desmatada –, os lotes não foram demarcados, não havia abastecimento de água, energia, ou qualquer outra infraestrutura que lhes permitisse produção imediata. Atividades como formação de pastagens, cultivos alimentares e aquisição de rebanho foram sendo adiados à medida que os poucos recursos iam se esgotando.

Acabamos vendo, no lugar, uma infeliz combinação de elementos. Da parte do Estado, o mínimo de empenho em dar condições de trabalho a esses beneficiários, não indo muito além do ato de desapropriação; quanto ao imóvel desapropriado, este encontrava-se sem nenhuma benfeitoria, o que demandava investimentos substanciais para o preparo da terra e, da parte dos assentados, sujeitos sem recursos financeiros para tocar o empreendimento. Assim, os resultados não poderiam ser animadores.

E é esta a questão que se torna central na nossa análise. A partir dos diálogos com os assentados, das observações realizadas no território do Assentamento, assim como o apoio da literatura sobre a questão agrária e os assentamentos da reforma agrária, passamos a compreender os assentamentos de forma geral, e em específico, o Santa Rosa, sob o prisma de uma “solução incompleta” para a questão agrária. Uma forma de conceder a terra, mas sem oferecer condições de se viver da terra. Em outros termos, uma forma de manter o homem separado da terra de trabalho, conforme hipótese levantada no início deste trabalho.

Incompleta, pois, de um lado, não altera as estruturas altamente concentradas da propriedade fundiária, ainda que ocorram desapropriações. O próprio capital, no processo de concentração de riquezas, trata de aglutinar novamente a grande propriedade. Por outro, não garante a permanência do beneficiário na terra, ainda que inúmeros assentamentos sejam implantados. Nessas condições, o assentado está fadado a se converter novamente em um “sem-terra”, após a desistência do seu lote, o que, no caso do Santa Rosa ocorre com frequência considerável.

Compreende-se que a política de assentamentos da reforma agrária, que concede o lote aos assentados, mas não presta assessoria técnica, financeira, assim como na comercialização de seus produtos, está fadada ao fracasso. Uma reforma concebida para não dar certo, pois se efetiva apenas distribuindo terras, sem criar as condições de as pessoas assentadas produzirem dignamente seus territórios de vida, conforme Oliveira, P. M. e Costa, R. S. (2017). Parece ser pensada, antes, para nutrir o agronegócio com trabalhadores que aceitam ser remunerados temporariamente.

No lugar, o poder público desapropriou e indenizou os donos de terra. A terra tratada como mercadoria foi remunerada e distribuída segundo os interesses e as necessidades dos envolvidos. Contudo, é necessário considerar que os assentados ingressam na terra em situações de miserabilidade. Eles não tinham dinheiro para investir na terra. Assim, ter um lote da reforma agrária não representou para eles uma solução aos seus problemas (OLIVEIRA; COSTA, 2017, p. 11).

Em comparação, é como se, em um complexo sistema mecânico, composto por “n” engrenagens e polias com dimensões variadas, exercendo as suas distintas funções, mas que falte a correia; justamente o elemento que permite o movimento, pois aciona todos os outros componentes do mecanismo. Na falta dessa, todo o conjunto da obra se tornará sem efeito algum. No caso do assentamento, se falta o crédito, os recursos necessários ao andamento das atividades no lote, a produção fica impossibilitada. E mesmo que haja investimentos no lote, se falta outro elemento, como, por exemplo, a habilidade camponesa de exercer múltiplas tarefas que a vida cotidiana requer, pode, ainda assim, trazer danos à produção, comprometendo a permanência no lugar.

Parece-nos lícito afirmar que o tipo de reforma agrária que se executa no Brasil, até o presente momento, 2018, conduz os assentados a um estado de necessidade e pobreza permanentes, que os obriga a criar saídas fora do seu espaço recém-conquistado. O direito de entrar no lote pretendido não veio parelhado da condição de se manter na terra. O processo, como observado no assentamento, que proporcionou a entrada no homem na terra, parece ter levado a processos de reterritorialização/recampesinização incompletos, já que, para parte daqueles assentados, a sua nova condição não os livrou do processo de proletarização.

No caso do Assentamento Santa Rosa, a entrada do camponês na terra ocorreu no sentido de resolver antes as necessidades do agronegócio vizinho, que apodera de seu potencial de trabalho, do que dos próprios assentados, que oscilam entre a produção no lote e o trabalho externo, enfrentando, na maioria das vezes, o sobretabalho na propriedade sua e na alheia.

Percebemos que a lógica social que se estabelece a partir da implantação do assentamento, favorece ao agronegócio, e não ao assentado, como era de se esperar. Pois, na condição de assentado, ele tem acesso à terra e às possibilidades de produzir parcialmente os meios de vida e, ao final, apresentar-se como trabalhador, sem ônus para o agronegócio. A disponibilidade de braços no entorno das grandes lavouras viabiliza a reprodução ampliada dos

investimentos capitalistas, reduzindo as despesas com a força de trabalho. A remuneração pelo trabalho desse assentado não decorre do ciclo produtivo das suas lavouras, mas das sobras, do feijão, do feno, da abóbora, do milho.

Vimos, portanto, que o assentamento, que deveria “em tese” ser o espaço criado para permitir a reprodução da família camponesa; além de disponibilizar os braços que o agronegócio esporadicamente requer, é tido como um mercado para os produtos do agronegócio que já não têm mercado, como nos produtos citados acima. Ainda em busca da construção de sua própria identidade em um território “satélite” dos territórios tornados arena do capital, os camponeses se veem ora proprietários, ora trabalhadores assalariados. O assalariamento ainda é uma realidade entre os assentados, mas é, ao mesmo tempo, uma etapa que esperam vencer, para afirmar-se cada vez mais como camponeses.

A pesquisa em campo nos revelou dados nada satisfatórios relativos ao número de desistências, imediatamente sucedidas pelas transferências de titularidade. Uma espécie de negociação com a terra e das benfeitorias ali existentes. Do quantitativo de sessenta e cinco famílias originalmente assentadas, apenas quinze se mantêm no lote. Um número excessivamente elevado para ser tido como aceitável; cinquenta desistências em sessenta e cinco, o que equivale a uma relação de 76,9% de desistência para 23,1% na taxa de permanência. Prato cheio para aqueles que simplesmente ignoram a redistribuição da terra, até porque são favoráveis à manutenção de uma estrutura fundiária historicamente concentrada. Não conseguem entender que não se trata tão somente de uma questão agrária, mas também de uma questão social, de inclusão.

No caso do assentamento Santa Rosa, pode-se dizer que os assentados venceram o desafio da luta para entrar na terra, mas muitos sucumbiram ao enfrentar o desafio da permanência. Para tantos deles, o tempo de espera, e esperança, para entrar na terra foi maior que o tempo vivido no lote. As condições precárias de sobrevivência estimularam o abandono

e as transferências. A entrada na terra, vista como solução aos problemas de exclusão nos quais viviam, ao invés de aliviar a pobreza, agravou ainda mais a situação financeira dos participantes.

Como o fato referido acima parece não ser exceção, mas regra, recorreremos à observação de Fabrini (2001),

Ao entrar na terra, a maioria dos agricultores sem-terra, agora assentados, encontra-se desprovida de quaisquer equipamentos ou ferramentas de trabalho. Devido à baixa capitalização dos assentados e os insuficientes investimento e formas de financiamento, existem muitas dificuldades nos anos iniciais do assentamento para o desenvolvimento das atividades agropecuária (FABRINI, 2001, p. 100-101).

Em outros termos, por conta do baixo nível de capitalização prévia dos agricultores e da insuficiência dos financiamentos destinados à estruturação dos assentamentos, uma parcela importante dos recursos dos projetos é destinada à montagem de infraestrutura básica, que não gera renda a curto prazo e que, por isso, depende de uma estratégia de contínuo acesso a novos recursos, geralmente, inexistentes. (PEREIRA, 2006, p. 90).

Nesse sentido, o pouco que conseguem para financiar os projetos técnicos é dividido com a tarefa de criar as condições mínimas de infraestrutura, como estradas de acesso e escoamento da produção, energia elétrica e distribuição de água. A insuficiência dos recursos que chegam aos agricultores tem refletido diretamente sobre a sua capacidade de pagamento. Se não há dinheiro suficiente para financiar melhorias estruturais ou custear a produção, os projetos tendem a fracassar e, não raro, tornam-se economicamente inviáveis.

No Santa Rosa, o crédito disponibilizado cobriu somente os custos com a instalação de água com a necessidade de perfuração de dois poços tubulares profundos, energia, construção de cercas de arame nas divisas dos lotes e o trabalho de agrimensura, já que até mesmo a divisão dos lotes se deu às custas dos assentados. Mas, tendo investido o valor financiado em atividades que não geraram renda imediata, viram-se sem a contrapartida para quitar o empréstimo, não

conseguiram mais acesso ao crédito e a produção no assentamento foi inviabilizada para grande parte dos assentados.

De acordo com os assentados que permanecem, esta foi a principal causa do elevado número de desistências. A condição na qual se encontravam em nada lhes favorecia, pois, além de se verem com a dívida, ainda se viam impossibilitados de produzir, pois nem mesmo a terra havia sido desmatada, em razão do fim que fora dado ao dinheiro financiado. Ao se darem conta da condição adversa, perceberam que a opção de continuar no lote estava vinculada ao assalariamento no agronegócio vizinho.

No processo de transformação do território em lugar de vida, o componente financeiro teve peso considerável. Seguindo uma trajetória inversa daquela imaginada em seus sonhos e anseios, de conquista, permanência, trabalho e vida na terra, para muitos daqueles assentados, a história se desenrolou de maneira frustrante. Depois da terra, o que se viu foi o abandono. A longa espera para alcançar o sonhado pedaço de chão para fazer dele lugar de vida não se converteu em permanência; mas, sim, em desistência.

Reforça-se, com isso, a tese de que o trabalhador continua separado de sua terra de trabalho. Mesmo quando já estão criados os mecanismos legais, a exemplo do Estatuto da Terra, que permitem a integração do homem à terra, mesmo com a política de implantação de assentamentos que tem sido uma constante nas últimas três ou quatro décadas. No assentamento, ao entrar na terra, certamente, pensava que em breve estaria trabalhando para si, ledo engano, logo estaria a serviço do capitalista vizinho.

Diante dos desencontros presentes nas políticas públicas e na aplicação destas, e justamente em função disto, dá-se o encontro das diferentes realidades sociais, dos diferentes mundos nos territórios do Entre Ribeiros, o desigual encontro do capital e do trabalho. Também aí se iniciam as múltiplas relações entre camponeses assentados no Santa Rosa e os colonos/capitalistas/rentistas do agronegócio no Entre Ribeiros.

A zona de contato entre os dois mundos, os dois territórios distintos, dos vizinhos que não são pares, isto é, entre o território camponês e o capitalista, dá-se no momento em que há a necessidade de trabalho externo por parte daquela população assentada, portanto, desassistida. Os vínculos entre os dois mundos distintos, entre os territórios em oposição, ocorrem à medida que as relações de trabalho aproximam os dois sujeitos sociais, e a partir dessa relação, outras podem ocorrer, como as relações não mercantilizadas de acesso aos subprodutos da produção agrícola do Entre Ribeiros, que são apropriadas pelos assentados para auxiliar no tratamento de seu rebanho bovino em períodos de estiagem prolongada.

Apesar de distintos quanto aos conteúdos e finalidades, estes territórios, a partir de seus sujeitos sociais, o assentado e o colono/capitalista/rentista, demonstram algumas tímidas relações de complementariedade entre si, para não correremos o risco de falar em uma “solidariedade” entre aqueles que são postos como desiguais. Entretanto a relação entre sujeitos sociais diferentes ocorre no lugar. São conexões estabelecidas espontaneamente entre os dois lados, parecendo crer que nenhum deles está sendo desfavorecido. Ela se dá no sentido de que, ao necessitar de mão de obra, temporária ou permanente, ela é encontrada no assentamento como que na forma de reserva, o que implica obter mão de obra barata e disponível nos momentos de plantio e de colheita. Por outro lado, estes se submetem a tal situação em função de terem acesso a diversos subprodutos da atividade produtiva do agronegócio local.

Complexas e assimétricas são também estas relações sociais. Contudo, aparentemente, os processos de exploração do trabalho se confundem com ações de complementariedade ou solidariedade entre aqueles que são desiguais. Nestas relações, não há contrato; mas permissão pactuada entre as partes, um acordo tácito permitindo que haja maior obtenção de renda da terra e do trabalho alheio por parte do proprietário, sem que este tenha que remunerar o trabalho vivo. Percebem-se, nesta relação, processos antigos de exploração do trabalho. Estão

envolvidas formas não capitalistas de produção que são acionadas para a reprodução do capital investido no campo, conforme aponta Martins (1981).

São relações que, por suas características podemos nomear de relações recíprocas subordinadas. Recíprocas porque, se de um lado, o camponês se assegurou do trabalho, no sentido de emprego e sustento para sua família nos campos tecnificados do Entre Ribeiros; de outro lado, o capitalista se assegurou do trabalhador, no sentido de mão de obra da qual também necessita para desenvolver suas atividades. E com a vantagem de ela se encontrar disponível ali no entorno, sem as distâncias entre 65 e 90 quilômetros da cidade de Paracatu, onde, geralmente, supre suas necessidades de mão de obra.

Recíproca, também no sentido de que parte da alimentação do rebanho bovino dos assentados é adquirida gratuitamente ou a preços módicos nas propriedades do Entre Ribeiros. Entre os subprodutos, estão a palha de feijão, abóboras, feno, palha de milho de sementes que são todos transformados em alimentos e servem para ajudar “atravessar” o longo período de estiagem no qual faltam pastagens nos lotes camponeses.

Subordinada, porque, nas relações capital/trabalho, seja relações capitalistas ou não capitalistas, o primeiro sempre subordina o segundo, apropriando-se do trabalho deste para produzir e concentrar ainda mais riquezas. Nesse caso, mesmo considerando os territórios do agronegócio e os territórios camponeses como distintos, organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais, assim como também são os seus objetivos, nos vimos contrariando as célebres palavras de Fernandes (2008) e afirmamos que, de certa maneira, no Entre Ribeiros uma classe acaba se realizando no território da outra classe. Mas estamos de acordo com o autor quando afirma que

[...] enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Essa diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é

homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea (FERNANDES, 2008, p. 285).

Se a composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada pela mercadoria, que predomina na paisagem, o mesmo não se observa nos territórios camponeses,

[...] a diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste espaço e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p. 286).

Este é caracterizado pela produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a massiva utilização de agrotóxicos, complementa o autor.

Assim, combinando trabalho externo com o trabalho no lote, vão produzindo a vida no Assentamento Santa Rosa. Com os poucos recursos disponíveis, e contando mais com a coragem do qual dispunham e ainda dispõem, experimentaram cultivos diferenciados como mandioca, pimenta, porém, sem a garantia do mercado, os projetos não avançaram.

3.3.1 – Experiências frustrantes: os pobres da terra e os pobres na terra.

A implantação do assentamento representou, no plano legal, a efetivação do direito de apropriação do território, uma vez que conferiu aos assentados a garantia de entrada na terra. A apropriação, de fato, ficava a cargo das famílias camponesas recém-assentadas. Esta seria a parte mais complexa para a maioria delas.

A defesa do território só faria sentido à medida que o lote conquistado se tornasse produtivo; visto que, na concepção dos assentados, a simples passagem de latifúndio para

assentamento igualmente improdutivo, em nada alteraria a ordem dos fatos. O que implica afirmar que a transformação do território, recém conquistado, em lugar de vida, impunha como requisito a necessidade de extrair da terra o sustento das famílias assentadas.

É nesse sentido que experimentaram alguns cultivos, que, em vez de irem somando elementos para a concretização do sonho da terra, aos poucos, revelaram-se experiências frustrantes. Uma das primeiras experiências coletivas, para grande parte dos assentados, foi o cultivo da mandioca. A adesão ao cultivo se deu em razão de a proposta ter sido encabeçada por órgãos públicos vinculados à agricultura e com expressão nacional: a CONAB e o INCRA. Eram motivos suficientes para acreditarem no sucesso do projeto. Até porque houve financiamento para o plantio, e a promessa de absorverem toda a safra deu ânimo aos assentados.

No devido tempo, com a terra farta em mandioca, pois, afinal, era a primeira safra obtida em uma terra virgem de um produto não muito exigente em relação à qualidade do solo, iniciase a incerteza quanto ao recolhimento da safra. A frustração, no entanto, foi tão grande quanto a produção. A cada semana que se passava mais aumentava a tensão da espera até terem a infeliz certeza de que estavam sofrendo o primeiro prejuízo após sua entrada na terra.

Poucos conseguiram transformar o infortúnio em saída, ao menos razoável, como indica a fala de um dos assentados.

Minha mãe na época pegou o financiamento pra plantar mandioca. Mas ela não usou o dinheiro para plantar, pois a família mesmo plantou as mandioca. Ainda bem que ela usou parte do dinheiro pra comprar quatro novilhas. Inclusive é dessas novilhas que temos esse gado aí hoje, umas vinte cabeças. Mas aí, ninguém veio pegar as mandioca. Começou a virar pau. A quantidade de tatu no assentamento aumentou bastante naquele ano, pois não faltava comida pra ele. Construímos uma varanda e uma fornalha a lenha e compramos um ralo. De novo veio a família (de Paracatu) e fizemos farinha de todo esse mandiocal (mostrou a área plantada). Se fosse farinha no preço de hoje tinha sido bom negócio, mas na época era muito barato. Mas mesmo assim ainda salvou um pouco. (Dados obtidos na pesquisa de campo.. Entrevistado 04).

Diante das diversas situações que bem representavam as dificuldades, percebemos que as saídas sempre ocorriam em direção à criação de gado. Pois, como disse o assentado, “é esse gado que temos aí hoje”. No entanto, a família em questão, após tentativas com a pimenta, gergelim e mamona, acabou formando um pequeno pomar. A família, mesmo possuindo gado, tem na produção de frutas, junto com o beneficiamento e comercialização das polpas a maior parte da renda obtida no lote.

Com relação à produção de mandioca, as outras famílias não tiveram a mesma saída, pois, além de realizar o plantio com o financiamento obtido, com a perda da safra não conseguiram quitá-lo. Relembrando que este não era o primeiro financiamento obtido, pois, como vimos, o primeiro financiamento obtido por via do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi empregado em infraestrutura, não em atividades geradoras de renda imediata. Agora, estavam devendo dois financiamentos e não tinham de onde tirar recursos para a quitação, muito menos obter novos financiamentos, pois as portas do crédito rural, para aqueles assentados, já estavam fechadas. Os insucessos seguidos com as diferentes tentativas de cultivo iriam determinando o ritmo das desistências dos lotes.

Outro cultivo promissor foi o de pimenta, mas, igualmente à mandioca, trouxe resultados desanimadores. Nesse caso, a adesão não foi baseada na credibilidade dos órgãos públicos citados anteriormente, como fora no caso da mandioca; mas da presença física muito próxima da planta industrial da agroindústria contratante, sediada no município de Brasilândia de Minas, cerca de 40 quilômetros do Assentamento.

O caso foi ainda pior, pois, além de utilizarem a terra, perderem o tempo da safra e ainda se dedicaram à colheita da pimenta, enquanto esperavam o recolhimento da produção pela empresa. Conforme orientação recebida da empresa, acondicionaram a pimenta em garrafas pet. Com o tempo, a fermentação já havia posto a perder toda a produção. Mais uma vez, amargaram enorme prejuízo. Desta forma, não tendo como tirar da terra o sustento, muitos se

viram numa condição adversa: eram proprietários, mas, para sobreviverem, tinham que se assalariar novamente, nos campos modernizados do Entre Ribeiros.

Com isso, voltamos a reforçar o que analisamos na seção 1, sobre o eficiente processo de separação do homem da terra de trabalho. E que nesse caso, não seria caracterizado pela ausência de terras ou pela concentração destas, pois já eram assentados, mas se tratava da ausência de condições de viverem com o seu trabalho no lote. O que dá na mesma. Apenas dá mais munição àqueles que são contrários aos programas de reforma agrária, pois justificam que a simples distribuição de terras não resolve em nada, pois a terra continua improdutiva, os assentados continuam dependendo do trabalho assalariado nas propriedades vizinhas e muitos, ainda dependendo dos programas sociais implantados pelo governo para se manterem no lote. Uma dupla dependência do Estado, como assentados e como beneficiários de programas sociais. Ou seja, para os contrários, é melhor nem mesmo distribuir terra, não produz mesmo, mas mantê-la concentrada nas mãos dos grandes proprietários e empresas do setor agropecuário.

Percebemos que a enorme massa de trabalhadores destituídos da terra, posseiros, meeiros, sitiantes, assalariados, boias-frias, moradores e agregados, definidos por Martins (1981) como sendo os “pobres da terra”, agora, pois, na sua nova condição, na condição de assentados, continuaram “pobres na terra”, conforme o que ainda se vê em grande parte dos assentamentos da reforma agrária, senão no Santa Rosa.

Os cultivos de mandioca e pimenta foram os que tiveram maior adesão dos assentados, porque foram tentativas experimentadas logo no início da implantação do assentamento, some-se a isso a enorme expectativa de poder extrair da terra o seu sustento. Outros cultivos também foram implantados, porém com menor adesão, justamente por falta de crédito. E em sentido duplo, de um lado, por não mais acreditarem (descrédito) nos órgãos públicos ou das empresas privadas que não cumpriram compromissos assumidos, como relatamos nas experiências

anteriores e, de outro lado, pela simples falta de crédito em dinheiro, pois os assentados também não conseguiram cumprir os compromissos assumidos com o pagamento dos financiamentos. Experimentaram também os cultivos de gergelim e mamona, porém os resultados foram ainda menos expressivos, tanto em número de assentados vinculados, quanto em produção.

Em uma situação caótica, do tipo sobreviva quem puder, cada assentado buscou caminhos distintos: além da grande parte que desistiu do lote ainda nos primeiros anos, inaugurando no Santa Rosa a já conhecida prática de vendas de direitos e transferências de lotes, parte deles ainda não conseguiu se livrar da dependência do trabalho externo como principal fonte de renda, embora possuam rebanho bovino. Há casos em que o assentado se dedica às hortaliças, casos em que a pequena produção de leite está associada à criação de suínos para venda de linguiça artesanal e banha; há o caso da família que sobrevive graças à produção de polpa de frutas, com pequena criação de gado bovino; há o caso do assentado que produz leite e detém um pequeno viveiro de mudas, tanto de espécies nativas do Cerrado quanto de espécies comerciais, como maracujá, acerola e outros; há casos de famílias que sobrevivem apenas do gado leiteiro e, por último, o caso do assentado que associa a pequena produção de leite com o trabalho externo com máquinas agrícolas das quais é proprietário e operador.

Este último, possuindo dois tratores e demais implementos, faz trabalhos de roçado em pastagens, plantio de milho e sorgo, além da silagem dos mesmos tanto para seus vizinhos do assentamento como das grandes fazendas próximas, de onde obtém maiores ganhos em razão da quantidade de horas trabalhadas. Dessa forma, vimos que para grande parte dos assentados a vida não mudou, mesmo que tivesse alterada a sua condição social, na medida em que o “sem-terra” tornou-se “assentado”.

3.3.2 – Experiências animadoras: a renda da terra como meio de transformação do território camponês

Mesmo que tenhamos nos focado nas frustrações das perdas de safra e dos financiamentos terem se convertido em dívidas impagáveis para muitos, conforme subitem anterior, uma parcela dos assentados não sucumbiu aos inúmeros desafios enfrentados. Embora possamos afirmar que a entrada na terra revelou mais uma história de sofrimentos do que realizações, conseguiram vencer as dificuldades com sobretrabalho e privações de todo tipo. Firmes no propósito de continuarem na terra, foram construindo as próprias saídas, experimentando novos cultivos, buscando novas fontes de renda que, quando não vinham da própria terra, vinham do trabalho externo.

Fato que nos chamou bastante atenção é o caso da família que, depois das experiências frustrantes já descritas anteriormente, encontrou, na produção de frutas e beneficiamento destas para produção de polpas para produção de suco, a saída para se manterem no lote. Produzindo o seu sustento em não mais de que cinco hectares de terras destinadas ao plantio de variedades de frutas, a parcela maior de suas terras é utilizada para criação de gado de corte; não produzem leite. Dedicando-se ao cultivo de frutas (e hortaliças no período seco), as atividades ocupam diariamente os dois membros da família que moram no assentamento e dependem do trabalho externo nos dias de safra. Como relata o assentado:

Aqui se vem vinte pessoas na colheita de acerola, tem trabalho pra vinte pessoas, mas como é difícil encontrar gente pra trabalhar, o máximo que conseguimos foi doze pessoas. Nesses dias chegamos a colher até uma tonelada da fruta e ainda perde muito, pois falta gente. Já no caso do maracujá a colheita é mais fácil, nem precisa de ninguém, a gente faz sozinho. A manga eu calculo que a gente só consegue colher vinte por cento da safra, o restante perde (Dados obtidos na pesquisa de campo. Entrevistado 04).

O trabalho da família não se limita ao processamento das variedades cultivadas no lote. Como o assentamento, no geral, a paisagem vegetal é razoavelmente bem preservada⁵², há o aproveitamento das espécies nativas do Cerrado, com destaque para a mangaba (*Hancornia speciosa*), cuja produção é incalculável na área do assentamento, pois cada assentado coleta as frutas para consumo próprio. O processamento das frutas ocorre na agroindústria do assentamento, porém, devido ao fato de não terem concluído as exigências legais e sanitárias, o seu produto ainda não é certificado. Assim, não têm a permissão de colocá-los à venda no comércio formal. O fato obriga o assentado a vender seu produto porta a porta na cidade de Paracatu. Na verdade, o consumidor é quem o procura na casa da família nesta cidade, pois já tem a freguesia garantida. Outra saída encontrada pelo assentado é vender a fruta *in natura* para agroindústrias já certificadas, no município. Há, portanto, a expectativa de tantas outras famílias, que têm pomares menos extensos, de que com o cumprimento dos trâmites legais, com a certificação em andamento, possam se dedicar exclusivamente à produção de frutas.

A permanência no lote, em muitos casos, é atribuída à atividade leiteira. É o caso de uma família que, depois de se aventurar no cultivo da pimenta e do gergelim apostou suas fichas na pecuária leiteira. A produção que já era realizada no lote teve grande impulso a partir do ano 2008 com a implementação do projeto Leite a Pasto (ver seção 4), por iniciativa da Coopervap, projeto direcionado aos pequenos fornecedores de leite na área de atuação da cooperativa.

Para o assentado, a orientação gratuita da cooperativa com equipe técnica, formada por veterinários, permitiu que a produção alcançasse a marca de 800 litros de leite/dia em uma propriedade cuja área total é de 36,7 hectares. Na propriedade, o trabalho é desenvolvido por três dos membros da família, sendo o casal e um filho. O rebanho, da raça holandesa, de grande aptidão leiteira, alimenta-se em piquetes de braquiária no tempo das águas e volumoso à base

⁵² Vimos ali que a noção de vegetação, razoavelmente bem preservada, não está atribuída a uma questão de consciência ambiental plenamente formada, mas da insuficiência de recursos para transformar áreas de Cerrado em pastagens ou qualquer outro tipo de cultivo.

de cana e capim no período seco, além do silo de milho e/ou sorgo quando é produzido na propriedade.

Outro caso que merece menção é o do assentado que assumiu o lote no ano 2010, após desistência. Nascido no campo e tendo desenvolvido a habilidade com o cultivo e com a criação de animais, conseguiu superar os desafios enfrentados ao entrar no lote recém adquirido. Para adquirir o lote se desfez de uma casa na cidade de Vazante-MG e, com o dinheiro do acerto da firma em que trabalhava como operador de máquinas (trator), iniciou a lida no lote, desmatando toda a área disponível para a formação de pastagens.

Talvez seja esse o preço pago por não aceitar a exploração econômica capitalista como assalariado no campo. Mas, uma vez tornando-se assentado ele não está livre da exploração capitalista, ele continua subordinado, já que sua produção leiteira é absorvida pela cooperativa já citada. Novamente negando a condição de subordinação, em ato de resistência, recusa-se criar gado holandês, o que o colocaria na condição de trabalhador indireto do capital. Opta por criar gado mestiço do qual faz a ordenha apenas uma vez ao dia para que possa usar parte do seu tempo como prestador de serviços de trator nos lotes e propriedades vizinhas.

Segundo o assentado, não poupou esforços para tornar a terra produtiva. Tendo, inclusive, a necessidade de trabalhar por cinco anos nos lotes dos colonos, no empreendimento do agronegócio do Entre Ribeiros como operador de máquinas, ora nos grãos, ora na área da cana, além de prestar assistência nos sistemas de irrigação, uma espécie de faz tudo nas atividades desenvolvidas nas propriedades capitalistas. Há que se lembrar que o esforço não foi apenas do assentado, mas também da esposa, que também se assalariou ao longo de, pelo menos dois anos, até que viesse mais um integrante da família, impossibilitando a mãe de continuar no trabalho externo.

Passado o referido tempo, o casal já havia reunido as condições de produzir o seu sustento no próprio lote. Trouxeram para o lote não apenas as economias acumuladas ao longo

de suas vidas, mas trouxeram também aquilo que foi essencial para sua manutenção no lote, os saberes acumulados ao longo das práticas cotidianas, já que os dois vêm de famílias camponesas no município de Vazante-MG.

Analisando a existência desses assentados no lote, foi possível avaliar que esta só foi possível graças a um somatório de vários elementos, o dinheiro investido no lote, os saberes camponeses e a quantidade de trabalho empregada pelo casal tanto na criação do rebanho leiteiro quanto nas atividades externas como tratorista.

Observamos, também, a tênue passagem do território para lugar. Entendemos, no caso estudado, que o território é (foi) uma construção política relacionada ao momento da conquista da terra, portanto, diferente do lugar, já que este é construído após a conquista, pela vivência, pelo desenrolar da vida e das múltiplas relações sociais estabelecidas naquela porção do espaço.

Nota-se que a luta para continuar na terra, como observada no Santa Rosa, faz com que os camponeses assentados se reinventem a cada dia, diante dos desafios encontrados e da ineficiência das políticas públicas direcionadas à pequena produção e aos assentamentos. Experimentam cultivos, sobrecarregam-se de trabalho, apropriam-se do trabalho dos demais membros da família, assumem prejuízos ao verem sua safra não ser absorvida pelo mercado ou assalariam-se temporariamente até que as coisas se encaixem. Subordinam-se ao capital na condição de trabalhadores temporários ou mesmo vendendo seus produtos, como é o caso do leite, mas mesmo assim, continuam na terra.

Tudo isso demonstra bem o que Fabrini (2003) descreve. Pela luta, os camponeses se constituem como sujeitos políticos e vão garantindo a sua existência no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazê-los desaparecer.

No caso dos assentamentos de sem-terra, a existência camponesa está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela possibilidade que

o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. (FABRINI, 2003, p. 41).

As experiências com o trabalho na terra, produção e comercialização, quando bem-sucedidas, cooperam para que o assentado permaneça no lote. Conseguindo extrair da terra a renda necessária à reprodução da família ele, aos poucos, vai criando vínculos com o seu novo lugar. É nesse momento que o território, que, como já indicamos, é visto como fruto da organização política, da luta coletiva pela conquista, se transforma em lugar, um território-lugar.

Enquanto no agronegócio vizinho o migrante do Sul, a expressão viva da modernização nos Cerrados pela ação do capital, metamorfoseou-se em colono/capitalista/rentista, o que não garante relações de pertencimento e identidade com o lugar; no assentamento, o assentado tão somente luta para não se metamorfosear, para continuar sendo camponês, para fazer do lote o seu lugar de vida.

Busca, também, ser reconhecido como sujeito de suas próprias ações nos processos de luta e conquista da terra, já que é um sujeito político, não apenas um beneficiário dos programas oficiais. O termo “assentado” não se constitui uma categoria auto denominativa, já que não foi uma identidade forjada no processo de luta pela terra e pela implantação dos assentamentos. Ao serem caracterizados como assentados, prevalece a ação do Estado, que prefere considerá-los como beneficiários, ou seja, como objeto e não como sujeitos. Se coube aos movimentos camponeses de luta pela terra cunhar o termo “sem-terra”, ao Estado, em contrapartida, coube o termo “assentado”, o que

[...] denota a ação de terceiros sobre os trabalhadores, ocultando uma ação anterior destes que, antes de serem alocados, fixados, assentados, lutaram renhidamente pelo direito de cultivar a terra. Antes de serem assentados foram boias-frias, posseiros, pequenos proprietários que perderam suas terras, pequenos arrendatários, todos em busca de terra para cultivar. Esses trabalhadores jamais serão lembrados pela burocracia estatal como ocupantes, o que implica um reconhecimento de sua ação visando a transformação de terras ociosas em terras de cultivo. (MASSELI, 1998, p.20).

Ao caracterizá-los como “*assentados*”, o Estado enfatiza sua própria ação sobre aquele que insiste em considerar como *beneficiários* e não como *sujeitos*” (Grifos da autora). Porém, na nossa análise entre assentados e colonos, ou seja, entre os que lutaram para entrar na terra e os que foram escolhidos pelos órgãos oficiais para reocuparem os Cerrados, respectivamente talvez seja admissível definir como “assentados” aqueles que foram denominados pelo Estado como “colonos”. Propomos isto pelo fato de que estes últimos, de fato, foram beneficiários dos projetos públicos, ao passo que os primeiros foram sujeitos ativos no processo de luta e na conquista da terra que agora ocupam, ainda que a efetivação do assentamento, isto é, sua implantação tenha sido por parte do poder público.

3.4 – Do território ao lugar

Encontramos no Michaelis, dicionário brasileiro da língua portuguesa, o sentido atribuído ao verbo recomeçar: *Começar de novo a fazer algo que se interrompeu, retomar*. Para muitos dos Assentados do Santa Rosa, o termo tem significado especial. Porque, para eles, o recomeço não ocorreu no lugar ao qual estavam ambientados, nem com os mesmos indivíduos com os quais estiveram cercados ao longo da vida. O lugar, tomado no sentido de localização, agora é outro, assim como são as suas relações sociais. Desprende-se do ambiente que o acolheu e que chamava de lar, para fincar suas raízes onde antes nem conhecia.

Por isso, afirmamos, com base em Oliveira, P. M. e Costa, R. S. (2017), que a condição do assentado, para nós, é peculiar, pois

[...] ele deixou raízes onde não tinha terras e tem terra onde não tem raízes. No assentamento, onde ele agora se propõe desenvolver um projeto de vida, tudo é novo. Continuar assentado significa desenvolver a habilidade em conciliar o recomeço em um novo lugar, ao mesmo tempo em que deixa para trás um mundo vivido, cheio de significados e vínculos afetivos. O fato de ser assentado implica anterior vínculo com um lugar de vida, do qual ele foi

deslocado, desterritorializado, enfim passou por um processo de desenraizamento (OLIVEIRA; COSTA, 2017, p. 11-12).

Isso significa enfrentar um duplo desafio: perder vínculos anteriores e construir novos vínculos em um lugar onde tudo é novo. Mais ainda, produzir um modo de vida próprio, que garanta a reprodução familiar, além de manter a sua condição camponesa. Como menciona Fabrini (2003, p. 208), a luta do camponês é uma luta para continuar existindo, o que vai à contramão de um ordenamento social com base na acumulação desigual do capital.

O autor, ao debater sobre a existência e a persistência do campesinato, aponta para duas ideias. Uma ideia é a de que o capitalismo “permite” a existência do campesinato no processo de desenvolvimento desigual. E a outra é a de que ele “não permite”, mas os camponeses, pela sua luta, vão criando o seu lugar social e existência. Assim, os assentamentos se constituem no espaço de realização de ações coletivas e comunitárias em que os camponeses constroem o território.

Apesar de serem uma realização do Estado, eles se constituem como espaço de existência camponesa e os assentados pela sua luta e resistência, são os sujeitos do processo social e político. Trata-se de um território porque o espaço do assentamento é politizado, ou seja, os assentados têm a posse, controle, domínio, poder sobre este espaço que antes pertencia ao latifundiário, aponta Fabrini (2003, p. 10).

A tênue passagem do “território”, a duras penas conquistado, mais pela persistência do que pelas condições abertas no sistema dominante, para “lugar”, dar-se-á pela relação que estabelece com a terra, com os vínculos estabelecidos no novo meio, com sentimentos de pertencimento e identidade. Haesbaert (1997) sugere que há uma diferença entre domínio, que é político, e apropriação, que é simbólico-cultural. Daí o fato de propormos que o território não se transforma em lugar, mas em território-lugar, porque carrega em si o conteúdo político, impregnado na memória coletiva desde o momento da luta que terminou na conquista.

Embora se transforme em lugar para aqueles que permanecem, ainda assim, carrega o conteúdo político, permanece um assentamento, um símbolo de luta e de organização política

que se encerrou na vitória pelo pedaço de chão. No Santa Rosa, na perspectiva adotada por Haesbaert (1997), o território pode ser então visto, antes, como domínio, e depois, como apropriação; transforma-se em lugar sem perder a essência do território, por isso, constitui-se um território-lugar.

Após a entrada na terra, o camponês passa então a ver a terra não somente como fruto de uma conquista, também não a vê como um fato da natureza, mas um produto material e espiritual do trabalho humano.

As relações do camponês com a terra compreendem um intercâmbio social complexo que implica a cultura. Jamais se limita à produção de gêneros alimentícios, elementos da artesanaria, matérias-primas para a satisfação das necessidades – alimento, etc. Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, estação de plantio e da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, a mentira camponesa, o humorismo camponês, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e se recriam na relação do camponês com sua terra, como o seu lugar. (CARVALHO, 2005, p. 165).

Nesse sentido, diríamos que a produção camponesa não é necessariamente uma produção agropecuária, seja ela eficiente, economicamente ou não, vai além da dimensão da produção agrícola, é uma forma de produzir e reproduzir a sua existência como sujeito no processo social.

3.4.1 – Um novo camponês?

Não há lugar para o camponês no sistema capitalista. Essa é a voz que defende o desaparecimento do campesinato. Não é esse o nosso entendimento. Para nós, a evolução do capitalismo não conduziu à sua eliminação, pois nesse movimento evolutivo, o camponês se adapta, se transforma, cria saídas a cada nova situação. Mas, na contramão das teorizações, talvez até contra a vontade dos próprios capitalistas; porém, contraditoriamente, em favor do

capital, os sujeitos encontram-se presentes no sistema, adaptando-se ao movimento evolutivo do capital, que o obrigou a se metamorfosear em um camponês que incorpora tecnologia para obter renda apenas de um produto, em vez de um policultor que era antes.

Queremos, no entanto, situar esses sujeitos sociais assentados como camponeses, embora seja necessário considerar a validade do termo diante da diversidade das pessoas, das distintas origens sociais: ex-peões de fazenda de gado leiteiro, filhos de camponeses desterritorializados, ex-assalariados do campo, ex-operadores de máquinas agrícolas, ex-motorista, cada um destes agregando suas experiências de mundo para produzir ali no assentamento Santa Rosa seu novo lugar de vida.

Kinn (2010), em seu trabalho, nos dá notável contribuição no sentido de que

Não se entende aqui o camponês dissociado das categorias tempo e espaço, essenciais para analisar o sujeito social, naquilo que lhe é mais tradicionalmente atribuído, o seu espaço vivido. Desse modo, considera-se a identidade do sujeito, que, para Hall (2005), não é mais unificada, definível e estável, mas encontra-se em processo de fragmentação e, por isso, pode estar sendo composta por várias outras identidades, geralmente, conflitantes e não resolvidas, no entanto, é necessário admitir que, mesmo assim, o sujeito social existe, sob essas condições. (KINN, 2010, p. 19).

Em outras palavras, o universo de agricultores familiares não é homogêneo. Ao contrário, é profundamente diferenciado, do ponto de vista econômico, social e cultural. Tampouco os agricultores familiares formam uma categoria estanque, imóvel e isolada das demais. Na verdade, os produtores evoluem seguindo trajetórias diferentes, podendo passar de uma categoria social a outra (GUANZIROLI, 2001). Sendo admissível a ideia de o camponês vir a ser um proletário ou até mesmo burguês, também é possível o proletário se tornar camponês; vejamos o caso do assentado que antes era proletário da fazenda de recria e engorda de bovinos no município de Guarda-Mor, no subitem 3.4.2.

Queremos, no entanto, situar esses sujeitos agora reterritorializados, como camponeses, a princípio, por uma simples razão: a de que ele não busca o retorno à terra com objetivos de

acumular capital, mas, antes de tudo, na busca pela sua reprodução como sujeito social, mediante o trabalho familiar.

Tido como fora do sistema capitalista na análise marxista e por autores como Abramovay e Schneider, esse sujeito social continua existindo e surpreendendo estudiosos que teorizam pelo seu fim. Fabrini (2003, p. 27) ressalta que o camponês foi considerado por teóricos do marxismo oficial de fora do modo de produção capitalista, ou seja, um resquício que iria desaparecer com a intensificação do capitalismo.

Paulino (2010), por sua vez, considera que, se, para Marx, a essência das contradições capitalistas estava na separação entre trabalhadores e meios de produção, logo, o campesinato seria teorizado pelo seu desaparecimento. Para Lênin, esse desaparecimento dar-se-ia por meio da diferenciação social, tendo em vista que a evolução das técnicas de produção, via emprego de máquinas e insumos artificiais, levaria a um processo combinado de aburguesamento da parcela mais rica do campesinato e de proletarização do restante.

No nosso entendimento, no longo percurso (de tempo) que vai levá-lo ao aburguesamento ou à proletarização, há a possibilidade do surgimento de outros sujeitos para reiniciar o processo. É como se a esteira continuasse rolando. A cada dia, vai surgir um novo sujeito, que vai iniciar o mesmo processo, depois, vai surgir outro, e outro.... Isto vai acontecer, mesmo que alguns se tornem burgueses e outros proletários.

Comparativamente, pensamos no que defendeu Oliveira A. U. (1994), sobre a reprodução dos capitalistas, ao afirmar que “não se pode admitir que os capitalistas se reproduzam apenas por herança; eles devem nascer, socialmente falando, todos os dias, e isso se concretiza via apropriação da renda da terra gerada nos interstícios da produção camponesa”.

Para nossa reflexão: supondo que determinado camponês, que, ao longo de sua vida, empregou seu trabalho e se apropriou do trabalho familiar, tendo com isso se tornado

proprietário de outras áreas de terras e tenha iniciado um processo de aburguesamento, deixando, portanto, de ser um camponês. Nem por isso, ele irá deixar como herança aos seus sucessores a mesma condição burguesa; pois pode ocorrer, na partilha de suas terras, que estes últimos tenham que reiniciar o processo, isto é, com pequenas extensões de terra de trabalho e tendo que sobre ela se dedicar para extrair o seu sustento. A menos que aquele camponês-burguês venha se tornar um latifundiário, um caminho bem mais sinuoso.

Então, supomos que, socialmente falando, mesmo havendo aburguesamento ou proletarização, os camponeses renascem a cada dia. É certo que alguns venham se tornar burgueses, também outros se tornem proletários, mas haverá sempre a possibilidade da permanência camponesa nesse complexo processo. Não seria admissível, assim, prever ou supor o seu desaparecimento. E assim, entendemos que, da mesma forma que os capitalistas renascem a cada dia, nos interstícios da produção camponesa, também, a cada dia, a produção camponesa se reproduz nos interstícios do sistema capitalista. Não que tenham necessariamente de um eliminar o outro, mas apropriar-se das brechas, dos interstícios para garantir sua reprodução. Vimos isto ocorrer nos espaços da modernização com os pequenos fornecedores de leite, que não foram extintos, sobreviveram.

Para Fabrini (2003), estudiosos como Abramovay (1992) e Schneider (1999), dentre outros, demonstram que o camponês não tem lugar no modo de produção capitalista, porque analisam a produção camponesa prioritariamente pela dimensão econômica e da produção de mercadorias. Os camponeses eficientes na produção de mercadorias deixam de ser camponeses para se tornarem agricultores familiares (FABRINI 2003, p. 214). Conclui-se, pela visão dos autores, que aqueles não eficientes serão engolidos pela força do capital, tornando-se proletários. É certo que não se pode desprezar essa possibilidade, mas o que reconhecemos e propomos é a capacidade de adaptação dos camponeses às mais distintas condições, para continuar resistindo e existindo.

Mas torna-se possível compreender a persistência da economia camponesa a partir de outra perspectiva, como a de Chayanov, que analisa a organização da unidade econômica a partir do objetivo da satisfação das necessidades da família, de acordo com o balanço trabalho-consumo, ou da relação entre a força de trabalho familiar disponível e o seu número total de dependentes (MARQUES, 2008, p.51). Para a autora, a sua capacidade para se ajustar às novas situações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura também se baseia nessa relação, ou seja, resulta da possibilidade de definição de um novo equilíbrio na relação entre suas necessidades e sua capacidade de trabalho, agora mediada por uma relação estreita com o mercado.

Portanto, considerando a relação trabalho-consumo, ou ainda, entrada e saída, quando o que entra ou o que é produzido internamente não é suficiente para manter satisfatoriamente o padrão de vida da família, como alternativa, busca-se recurso externo. Tem sido assim historicamente, e tem sido assim com os camponeses do Assentamento Santa Rosa, que, para completar a sua renda, e por não necessitarem “sair da terra” como os camponeses pressionados pela minifundização, assalariam-se temporariamente, alguns de forma permanente, há alguns anos.

Entendemos que, não objetivando primordialmente - mas também não excluindo - o lucro, e sim a reprodução da família, o campesinato subsiste. Em situações e atividades nas quais a empresa capitalista inevitavelmente fecharia as portas, o empreendimento camponês continua em atividade, pois, uma vez garantido o seu sustento, isto é, a sua reprodução física, já tem o bastante para que continuem se reproduzindo socialmente, como também participar mercado, até porque campesinato supõe mercado.

O camponês é plenamente capaz de tolerar riscos, até certa medida, como observou Michel Lipton, citado por Santos e Fontoura (2006, p 63). Para o autor citado, o agricultor aplicará trabalho até perceber que, ao continuá-lo, estará pondo em ‘risco’ a manutenção da

família pela ocorrência de prejuízos à produtividade, pois sua conduta será orientada mais por estratégias de sobrevivência do que de maximização de lucros.

É certo que, se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto, há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar.

Nos dizeres de Carvalho, H. M. (2005)

As expectativas em relação às necessidades e condições reprodutivas vêm primeiro: se forem atendidas, mesmo que expectativas de lucros se frustrem reiteradamente, a unidade produtiva camponesa continua em funcionamento e muito provavelmente não se alterará, só por isso, sua rotina. (CARVALHO, 2005, p. 184).

Empresas capitalistas supõem a centralidade no lucro como fundamento da racionalidade decisória de seus componentes. Para o autor, não se exclui o lucro da realidade camponesa, de modo que, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a sua reprodução.

Fabrini (2003, p.86) considera que o pequeno proprietário tem grande capacidade de concorrer no mercado. Essa capacidade de concorrer no mercado existe porque o camponês, quando é proprietário de terra, não precisa gerar uma taxa de lucro compatível com a taxa de lucro do mercado, nem gerar uma renda fundiária compatível com o custo de oportunidade financeira pelo uso produtivo da terra. Esses motivos, então, explicam porque a pequena produção se desenvolve, e persiste na agricultura brasileira”. Ou seja, só é possível porque, de um lado, ele obtém grande parte do que é consumido produzindo em sua propriedade, e de outro, quando esta produção não é suficiente, ele busca o recurso externo, como complemento.

Por outro lado, entendemos que, mesmo expropriado ou resistindo à expropriação, quer se firme na produção de alimentos ou mantenha-se como mão de obra para o atual agronegócio, mesmo assim, ainda é funcional ao sistema, pois vimos, no Santa Rosa que, quando não é o seu

trabalho que é apropriado pelo capital, no agronegócio vizinho, é a sua produção que é apropriada pelo capital, no caso pela Coopervap.

Para tanto, compreende-se que, se, por diversas maneiras, os camponeses se adaptam para continuar como tais, para se manterem camponeses, o capital nem por isso deixa de subordiná-los, à medida que se apropria, ora do seu trabalho, ora da sua produção.

Não necessariamente os ligamos ao camponês clássico, como descrito por Miranda Neto (1982), quando, ao mesmo tempo era produtor de alimentos e artesão, pois também fabricava suas próprias ferramentas de trabalho. Nem mesmo podemos relacioná-lo ao camponês pós-revolução industrial que se tornou tão somente produtor de alimentos, já que a produção de ferramentas e insumos foi absorvida pela atividade industrial.

Pois vimos que, no Santa Rosa, esse camponês nem mesmo os seus alimentos produz, foi conduzido pelas leis de mercado a produzir apenas um tipo de produto, ou leite, ou frutas, ou hortaliças. É certo que aquilo que produz para o mercado serve também para seu consumo próprio. Para tanto, serve como referência a exposição de Shanin, ao afirmar que,

Sob certas condições, os camponeses não se dissolvem nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneira já parcialmente explorada por Kautsky (SHANIN, 2005, p.9).

Impelido pelas forças do mercado a se tornar fornecedor de um único produto, tornando-se um produtor especializado, não é, necessariamente, o tipo de bom camponês que descreveu Mendras (1984, apud Wanderley 2001, p.25), ao mencionar que toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas.

Diríamos, portanto, que, mesmo integrado ao mercado, portanto dependente deste, produzindo leite, produzindo frutas, mesmo assim, ainda produz parte de seu sustento. Nos quintais dos lotes ainda se observa uma certa quantidade de frutas, pequena plantação de mandioca, criação de aves, geralmente galinhas e, os suínos e bovinos dos quais obtêm suas reservas de proteínas, além da hortaliça (fotografias 13 e 14) que abastece a cozinha da família.

Fotografia 13 – Hortaliças diversas no lote camponês para consumo da família



Fonte: OLIVEIRA, P. M (2017)

Fotografia 14 – Hortaliças para fins comerciais



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2016)

As quitandas são feitas ali mesmo (fotografia 16), a comida continua sendo feita no fogão à lenha (fotografia 15), a carne de porco guardada na lata ainda é um costume mantido pelos mais jovens. Não se produz arroz, feijão, milho o suficiente para as despesas, mas continua, de certo modo, sendo um “bom camponês”.

Fotografia 15 – Frango caipira no fogão à lenha



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2016)

Fotografia 16 – Pão-de-queijo assado no forno à lenha



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2016)

Trata-se de um camponês metamorfoseado; não foi extinto como previram alguns, também não é o camponês clássico que já não existe mais, mas é um sujeito dotado da capacidade de se adaptar aos movimentos evolutivos do capital para continuar existindo.

3.4.2 – O Reenraizamento e a construção de novo um lugar de vida.

Aqui, mais uma ruptura no processo de construção do sujeito social. Nascido na terra, desterritorializado, assalariado, sem-terra, talvez seja essa a sequência que melhor represente a história individual dos sujeitos que agora se encontram na terra. As distintas origens dos diferentes sujeitos agora se resumem a um só termo: assentados. Todos os seus esforços foram canalizados para o objetivo de conquista da terra. O que era espaço de luta, agora se tornou espaço de produção, lugar de vida. O que era esperança tornou-se realidade, e o que foi abstrato passa a ser concreto a partir da conquista do lote, uma vitória pelo pedaço de chão, pelo alimento, pelas pertencas, pela continuidade da luta e da vida, para continuar existindo e agindo como sujeito.

Analisando o projeto de vida dos assentados, observamos que ali principia a elaboração de uma economia familiar, cuja autonomia possível decorre da condição de detentores de lotes no assentamento. Ter a posse do lote os anima, permitindo-lhes reunir condições de trabalhar na terra. Trata-se de condições socioterritoriais importantes para romperem com a dependência imposta pela necessidade do trabalho externo. Referindo-se ao território do assentamento, Medeiros, (2009) defende que

É o território alternativo que se configura propondo uma outra forma de organização do espaço geográfico que deixa de ser abstrato, que passa do sonho a sua concretude expressa através da conquista da terra, da reconstrução da identidade e da territorialidade. São as novas relações que surgem no novo território (MEDEIROS, 2009, p. 219).

Para a autora, a compreensão do território constituído pelos assentamentos se dá mediante a concepção de territorialidade e de identidade.

Esta identidade, inicialmente, é de carácter político, social e cultural, mas se redimensiona como territorialidade com a implementação do processo produtivo, da organização do espaço do assentamento com sua infraestrutura, suas novas relações sociais, económicas e culturais. Pouco a pouco, o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, suas identidades; cria suas próprias significações. Os significados e as estratégias vão se multiplicar em um conjunto de ações. (MEDEIROS, 2009, p.219).

Como numa outra dimensão, o território não contempla apenas a dimensão das fronteiras, mas como algo que identifica sujeitos e ações de um mesmo espaço. Nessa relação do ser humano com o espaço do território, com o lote, ele adiciona valores humanos relacionados aos sentimentos e à identidade cultural. Despojando-se de si mesmo como sujeito político que lutou pela terra, e encarnando outro personagem, sua luta será direcionada no sentido de transformar a conquista em lugar de vida. O seu projeto de vida assume outra dimensão. Sai de cena o sujeito político, e entra em seu lugar o homem na condição de sujeito social, que trabalha, que produz, que desenvolve relações comunitárias, com a terra e a natureza no seu novo lugar de vida.

É aqui que se inicia um processo ao qual Heidrich (2004, p. 56) denomina consciência do espaço. Esta refere-se a um sentimento de pertencimento a um lugar ou território, consiste no campo da identidade e relaciona-se com a intencionalidade com a qual se faz a representação de nossas ligações, constroem-se mitos e se definem os grupamentos humanos, por meio do estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas, decorrentes das práticas sociais.

Inicia-se também a difícil tarefa de, novamente, criar raízes em um lugar, depois do processo de desenraizamento pelo qual passaram. Para Medeiros, (2009, p. 224), o desenraizamento configura-se como o desencontro do ser naquilo que lhe é dado tradicionalmente como substancial para pertencer a um grupo social. Desencontro que virá a

ser confrontado com a possibilidade e a necessidade do ser humano de um novo enraizamento. Um processo de des-re-construção do seu “eu” na medida em que constrói nova relação com o novo lugar de vida.

Ao partir, esse agricultor sem-terra saiu de um universo que recebeu como herança ao nascer e que agora vai se confrontar com o que lhe é dado neste momento. O que ocorre, aqui, é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa as ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessa a fronteira do desconhecido. [...] O viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, portanto, a construção da sua identidade com o novo território. (MEDEIROS, 2009, p. 224-225).

O enraizamento, considerado como uma das mais difíceis necessidades do ser humano a ser definida, é, ao mesmo tempo, a mais importante e a mais desconhecida. Para Weil (1979), “cada ‘indivíduo’ tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1979, p. 137).

Nesse processo de desenraizamento e busca de novo enraizamento, esses agricultores assentados, na condição de migrantes, veem suas múltiplas raízes se partirem ao perderem sua paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, de louvar a Deus (BOSI, 1983, p 224). Com a implantação do assentamento, ao menos foi dado a esses sujeitos a possibilidade de alimentar a esperança, algo que, junto com a terra, também já tivesse perdido. Talvez, com a terra, venha a possibilidade do reencontro consigo mesmo. Vindos de lugares distintos, e cada um carregando uma história pessoal, distintas práticas sociais e culturais, para estes sujeitos,

“[...] o grande desafio, portanto, é a construção de uma nova territorialidade nos assentamentos de Reforma Agrária para estes camponeses que, enraizados na sua cultura, estão abertos a inovações para realizarem seu sonho. Criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses camponeses um grande esforço. Entre erros e acertos vão construindo uma nova territorialidade. Muitos abandonam, desistem, vão para outros lugares, mas há os que ficam, que resistem e que começam a reconstruir um território onde as marcas de sua história serão fixadas como marcos de sua identidade” (MEDEIROS, 2009, p. 224).

O que foi constituído como território, pela luta e conquista do lote, tende a tornar-se lugar pela experiência, pelo desenrolar da vida, pelo produzir, pelo habitar, pelo estabelecimento de relações com o meio e com os outros sujeitos. O espaço coletivo do território conquistado transforma-se em lugar particular da experiência, mundo vivido, das relações sociais. Eis o desafio do Assentado no Santa Rosa, transformar território de luta e conquista em lugar de vida, sair o “nós” e entrar o “eu”.

Ocorre que a construção do lugar se dá aos poucos, a partir da experiência, da vivência no meio, não ocorre de forma imediata. Não se quer dizer que a ocupação seja o elemento decisivo na construção de um lugar, muito menos a simples passagem por ele. Pois, sendo assim, os muitos desistentes teriam feito do lote o seu lugar. A experiência do lugar tem de ser primeiro interiorizada, ou melhor, internalizada afetivamente pelo sujeito social, e só se faz se produzir sentimentos de identificação, de apego à terra que agora possui.

Tuan (1975, apud LEITE, 1998 p. 10), afirma que há uma estreita relação entre experiência e tempo, indicando que o “senso de lugar” raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para tanto, seria necessário um longo tempo de contato com este, onde então houvesse um profundo envolvimento. Contudo devemos entender que “se leva tempo conhecer um lugar, a própria passagem do tempo não garante um senso de lugar. Isto é, se a experiência leva tempo, a própria passagem do tempo não garante a experiência”.

Se, para Tuan (1975), é possível a um indivíduo apaixonar-se à primeira vista por um lugar tal qual por uma pessoa, também é possível a uma pessoa ter vivido durante toda a sua existência em determinado local e a sua relação com ele ser completamente irreal, sem nenhum enraizamento, sem estabelecimento de vínculos afetivos com o lugar. Nesse sentido, o lugar, enquanto produto da experiência humana, “significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e segurança. Trata-se na realidade de

referenciais afetivos os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar”.

Se estamos, como indica Buttimer (1985), rodeados por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”, a experiência e o valor do lugar também se manifestariam em diferentes escalas. É o que faz com que valorizemos o lugar vivido e não o outro. Tuan (1980) nos chama a atenção para a ideia de valorização de lugar, ou de amor ao lugar, no sentido topofilico da palavra, segundo perspectivas dos povos Aivilik, do sudanês e do texano.

No caso dos Aivilik⁵³, cita que, antes de conhecerem a verdadeira forma da ilha Southampton, por meio de fotografias aéreas, foi solicitado a alguns homens que desenhassem a forma da sua ilha natal. Os esboços que eles desenharam mostraram ser notavelmente precisos, mesmo nos detalhes das reentrâncias. Uma distorção notável é o tamanho da península Bell, em relação ao resto da ilha; ela está visivelmente exagerada. Isto não é surpreendente, aponta o autor, porque a maioria das pessoas vive naquela península. Destaca o autor que é bem conhecida a tendência para exagerar o tamanho do território natal em detrimento dos territórios vizinhos. Cita, como exemplo, a perspectiva dos Estados Unidos na visão de um texano. Provavelmente, mostrará um Texas enorme, cercado por estados menores, que se tornam cada vez menores à medida que se distancia da estrela solitária – estrela da bandeira texana.

Em relação ao povo Nuer⁵⁴, afirma,

[...] em qualquer lugar onde haja seres humanos, haverá o lar de alguém, com todo o significado afetivo da palavra. O Sudão é monótono e miserável para o estrangeiro, mas Evans-Printchard afirma que é difícil poder persuadir o Nuer que aí vive de que existem outros lugares melhores. (TUAN, 1980, p. 130-131).

⁵³ Povo que habita a Ilha Southampton, Nunavut, Canadá.

⁵⁴ Povo que habita o vale do rio Nilo, com população estimada em meio milhão de pessoas. No ano de 2011, houve a divisão do país, sendo o Sudão ao Norte e Sudão do Sul na sua porção meridional. São um dos dois povos mais numerosos do país.

Para o autor, a história é responsável pelo amor à terra natal. Para o povo Aranda⁵⁵, as montanhas, riachos, fontes e poços não são apenas aspectos interessantes ou bonitos; são a obra de antepassados dos quais eles descendem. Ele vê gravada na paisagem circundante a história antiga das vidas e as realizações dos seres imortais que ele venera; seres que, por um curto tempo, podem, uma vez mais, assumir forma humana; ele conheceu muitos deles, como seus pais, avós e irmãos e como suas mães e irmãs. “O campo todo é uma milenar árvore genealógica viva”. Por isso se apega ao seu chão nativo com cada fibra do seu ser.

Para Tuan (1980), o termo “topofilia” associa sentimento com lugar. Uma ligação extrema, uma espécie de continuidade, como extensão do próprio corpo, que pode ser expressa na fala de um pequeno proprietário rural, da região sul dos Estados Unidos a Robert Coles: “Para mim, minha terra está sempre aí, esperando-me, é parte de mim, bem no fundo do meu ser: é tão minha como meus braços e pernas”. Portanto, quando se ouve de um camponês que “não pretendo sair daqui vivo” (COSTA, R. S, s.d, s.p), tem-se a plena convicção de que está profundamente enraizado ao lugar que ajudou a construir por toda uma vida. Assim, é mediante as práticas sociais que os vínculos como lugar se estabelecem e se afirmam cotidianamente.

Se, para Tuan, a relação experiência e tempo é elemento fundante na construção de um lugar, no caso em estudo, no Assentamento Santa Rosa, a experiência foi abortada pelo tempo, dado o curto período de permanência para grande parte dos assentados. Os que não suportaram as privações, deixaram o lugar. Os que ficam, lutam e labutam, parecem desenvolver um estranho orgulho em sua habilidade de levar a vida, conforme Tuan (1980, p. 112).

Quanto à permanência no assentamento, os diálogos com aqueles que continuam na terra, que, suportando as muitas privações e superando obstáculos para se manterem no lugar,

⁵⁵ Povo aborígine australiano, estudados pelo antropólogo australiano Theodor George Henry Strehlow. Aranda traditions (Carlton: Melbourne University Press, 1947), citado por Tuan, 1980, pp. 30-31.

nos levaram a acreditar que prevaleceu mais essa “habilidade de levar a vida”, do que as “condições dadas” na implantação do Assentamento. Portanto, a identificação do camponês assentado com o seu “novo lugar” não se dá com a mesma intensidade daqueles povos descritos por Tuan nos parágrafos anteriores, nem mesmo em relação aos camponeses nascidos no noroeste mineiro e que resistiram à modernização para permanecerem em suas terras. Assim pensamos, ao menos por duas razões: a primeira é que esses sujeitos de agora, assentados, já possuíam vínculos anteriores com algum “outro lugar”, e a segunda é que esses sujeitos, ao serem capturados pelo capital como trabalhadores, não tiveram a oportunidade de criar vínculos afetivos, plenas relações de identidade com a terra ocupada.

Mas, ainda assim, o caso de um dos camponeses assentados, na implantação do Santa Rosa, chamou-nos atenção. A sua permanência, em especial, só foi possível graças à firme disposição de continuar na terra, visto que já havia sofrido, como outros, o processo de desterritorialização. O assentado em questão tem suas origens em uma comunidade quilombola no município de Paracatu, “Machadinho”. Assim como outros integrantes de outras comunidades quilombolas do município e da Família dos Amaro (estudadas por Silva, 2012), que foram, aos poucos, perdendo os vínculos com o seu território quando suas terras foram indevidamente ocupadas por fazendeiros na década de 1960, quando a terra lhes foi expropriada, a denominada fazenda Pituba, conforme Silva, P. S. M. (2012, p.103).

Disposto a não sofrer pela segunda vez o processo de desterritorialização, decidiu ali no assentamento criar suas raízes. Acostumado a enfrentar dificuldades, logo se viu abrindo o primeiro roçado com machado e foice, para ali formar a pequena roça. Não equivocamos na escrita: o primeiro roçado foi com machado e foice. Em meio aos troncos, tocos e galhos de vegetação parcialmente queimados prosperava a pequena plantação de milho, mandioca, arroz, cana, abacaxi e demais frutas, aproveitando-se da fertilidade oriunda das cinzas acumuladas pela queimada recente.

Foi uma tarefa que poucos daqueles assentados estavam dispostos a enfrentar. Também isto nos ajudou a compreender o porquê de 50 daqueles 65 assentados pioneiros acabassem desistindo. Até mesmo suas pequenas pastagens atuais, consorciando ainda muita vegetação nativa, o que nos sugeriam, a princípio, descuido, revelaram ser resultado do trabalho árduo deste assentado. Também o pequeno espaço destinado à roça de milho, para nós, à primeira vista, pouco representava. Mas, para aquele assentado, aquela roça tinha muito de significado, era dali que tirara o seu sustento ao longo dos anos.

Lembramos, novamente, da leitura de topofilia em Tuan, ao relatar o significado de uma clareira aberta em meio a mata aos olhos de um visitante e o seu real significado para quem a produziu. Como relata Tuan (1980), Willian James, um filósofo de mente aberta, pensou mal sobre as fazendas descuidadas que pertenciam aos pioneiros da Carolina do Norte.

“Porque para mim as clareiras não diziam nada, a não ser desolação, eu pensava que aqueles que as tinham produzido, com seus braços fortes e machados obedientes, não podiam contar outra estória. Mas, quando eles olhavam os horríveis tocos, pensavam em uma vitória pessoal. As lascas, as árvores com incisões circulares na casca e os miseráveis troncos cortados, falavam de suor honesto, de trabalho persistente e recompensa final. A cabana era uma garantia de segurança para ele, a mulher e as crianças. Em resumo, a clareira, que, para mim, era simplesmente um feio quadro na retina, para eles era um símbolo flagrante de lembranças morais e cantava um verdadeiro hino ao dever, à luta e ao sucesso (TUAN, 1980, p. 73).

Isto porque a avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética, é apenas a visão de um estranho. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e aos valores dos habitantes, afirma o autor. Em outras palavras, é preciso reconhecer o esforço do trabalho humano e o significado pessoal daquelas realizações. Coisas que só foram por nós percebidas, à medida que os diálogos com o assentado iam fluindo. No caso em estudo, tanto esforço, um caso raro de extrema persistência e desejo de se manter camponês, que, para nós, mais se aproxima do sofrimento, foi a única saída para que pudesse continuar no lote.

Já para outros assentados, um casal ainda jovem, viram-se na encruzilhada entre a possibilidade de assumir o lote imediatamente encarando as dificuldades já anunciadas e abandonar o emprego do marido na cidade. Decidiram que a mulher iniciaria o trabalho no lote, enquanto o marido, até então motorista contratado na Prefeitura Municipal de Paracatu, cuidava do sustento da família enquanto acumulava um pouco de recursos para iniciar os investimentos no lote, já que o primeiro financiamento mal foi suficiente para obras de infraestrutura, como já afirmamos. Sobre essa habilidade do camponês em vencer obstáculos e continuar levando a vida, manifesta-se Shanin (2008). O autor salienta que, em situações de crise, os camponeses não ficam esperando que alguém traga a solução e que a cada situação de crise uma resposta diferente é encontrada.

As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista de descrever isto. (SHANIN, 2008, p. 25).

Mas mesmo assim, muitos decidiram permanecer naquele território enfrentando o desafio de promover o sustento da família em condições adversas com que se defrontaram. A possibilidade da permanência dependia da capacidade de enfrentar as dificuldades. Os caminhos trilhados após o assentamento foram distintos. Para grande parte dos assentados, a solução mais apropriada no início era o assalariamento no agronegócio vizinho, além de casos em que um dos membros adultos da família mantinha seu emprego na cidade, até que fossem criadas as condições de se reproduzirem do trabalho no lote.

Se houve por parte dos assentados aqueles que abandonaram em função de não terem conseguido fazer do lote conquistado o seu lugar de vida, por outro lado, há casos de pessoas que assumiram o lote após a constituição do assentamento e, mesmo assim, conseguiram se manter no lugar, consorciando trabalho externo e trabalho no lote até que pudessem realizar seus projetos de vida considerando o trabalho na terra.

Observamos, na área de estudo, que as distintas condições socioeconômicas dos assentados e a compreensão dos distintos resultados do trabalho que ocorre na terra estejam, certamente, vinculadas à diversidade de identidades dos sujeitos sociais. O conhecimento de mundo que cada um carrega, baseado nas experiências adquiridas e acumuladas, tornou-se elemento decisivo no desafio de permanecer no lote. Observamos que a permanência no lote só foi possível àqueles que eram portadores de um conhecimento prático e que, a partir do trabalho na terra, vem lhes proporcionando renda.

Contudo, há um algo a mais no trabalho dos assentados. Envolve uma interpretação precisa dos fenômenos cotidianos no lote. Em uma das ocasiões, em atividade de campo, questionamos a razão pela qual determinado bezerro estava sendo medicado. A resposta era que estava doente. Na lida cotidiana, na habilidade desenvolvida em reconhecer os mínimos sinais de moléstia, já se havia observado algo anormal nas fezes além da indisposição ao amamentar. O olhar de quem pouco ou nada conhece do ofício sinalizava um animal saudável, e, assim certamente sem cuidados, seria uma perda, uma rês a menos no rebanho.

Permanecer no lote demanda conhecimento. Perceber os problemas, buscar soluções, possibilita a constituição da renda familiar. No caso do bezerro salvo da moléstia, renda futura. Recorrendo a conhecimentos acumulados e dispondo da habilidade de desempenhar e conciliar as mais distintas tarefas diárias, esse camponês vai defendendo e produzindo o seu território, e à medida que consegue tirar o seu sustento, transforma-o em seu lugar de vida, desenvolve apego pelo lugar, cria sentimentos de pertencimento e de identificação.

Chegamos aqui em 2010 e não tinha nada mais, até a casa já tava acabada, já tinha nascido mato por dentro da casa de chão batido. Como não dava pra tirar renda daqui fomos trabalhar no Entre Ribeiros, de tratorista, eu e a mulher. Como eu já tinha trabalhado de tratorista, encontrei emprego fácil no Entre Ribeiros, logo consegui vaga pra minha mulher também. Era nós dois trabalhando. Ficamos muito tempo, até conseguir desmatar uns hectares aqui, pra formar um pasto, depois foi pra arrumar as vaca. Depois que já tinha feito isto, fiquei ainda mais um tempo lá, por que só do lote ainda não dava. (Dados obtidos em pesquisa de campo. Depoimento de entrevistado 01, julho 2017).

No caso desse assentado, as experiências anteriores permitiram reunir condições para que pudesse se sustentar no lote. Nasceu em família camponesa e assim aprendeu o trabalho tanto com a produção de alimentos, quanto na produção de leite. Ao se ver desterritorializado, pela incapacidade da terra de sustentar todos os herdeiros, foi trabalhar de empregado permanente em uma fazenda de recria e engorda de bovinos, no município de Guarda-Mor-MG.

Nessa fazenda, desempenhou, por alguns anos, a função de tratorista responsável pelo plantio de milho, sorgo e soja; enquanto, na colheita, organizava todo o trabalho de silagem e na seca, durante o confinamento, tratava do plantel com o auxílio da máquina. Muitas das vezes era quem consertava as máquinas, ou auxiliava os mecânicos, quando os reparos eram feitos ali mesmo na propriedade. A experiência de muitos anos como tratorista e responsável por alguns “consertos” lhe permitiu que agora, na condição de assentado, tenha dois tratores, trabalhe para si mesmo em seu lote, preste serviços a terceiros e ainda receba algumas tarefas de consertar máquinas pequenas dos proprietários do entorno do Entre Ribeiros, isto sem abandonar a produção leiteira. Em pesquisa no mês de fevereiro, revelou-nos que acabara de adquirir o segundo trator, que agora seria utilizado na silagem de milho e sorgo, e que, em função da sua condição de possuidor de máquinas agrícolas, lhe possibilitava realizar serviços a terceiros. Contou-nos que somente no início desse ano tinha acertado a produção de silo em 120 hectares de terras plantadas com milho e sorgo nas propriedades capitalistas vizinhas. Para isso, foi necessário contratar outro tratorista para manusear o trator mais antigo, enquanto ele mesmo se dedicava ao trabalho que exigia mais habilidade, operar o trator nas linhas plantadas.

Vimos, portanto, um sujeito que se submete ao trabalho externo, não como objetivo final, mas como meio, já que o objetivo é produzir renda em seu lote com o emprego do trabalho familiar e dos saberes acumulados. Para conciliar a produção leiteira com as demais atividades, dedica-se ao trabalho com o rebanho apenas uma vez por dia, tendo tido o cuidado de ter um rebanho mais rústico, resistente à seca, do cruzamento de raças europeias com o zebuíno,

predominando as características deste último. Para ele, são menos produtivas, mas também menos exigentes em termos de trato.

O gado holandês⁵⁶ dá muito trabalho, carrapato, depende de muito trato na seca. Dá mais leite, mas também dá mais trabalho. Então eu prefiro um gado mais voltado, mais fraco de leite, mas que passa com qualquer coisa. Se tiver pouco pasto, dou palha de feijão, abóbora, palha de milho de semente, o que der, e o gado passa. E para mim, que faço outras coisas, trabalho pra fora fazendo serviço para os outros, e de vez em quando consertando alguma máquina, o que esse gado me der, já tá muito bom. É o que eu tenho de garantido, o resto eu corro atrás. (Dados obtidos em pesquisa de campo. Depoimento de assentado 01, julho de 2017).

Ao observar a dinâmica deste assentado, portador de uma tradição camponesa, lembramo-nos das palavras de Jolivet (1974),

Exige, com efeito, um trabalho intensivo, que só os membros da família se dispõem a aceitar; por outro lado, a multiplicidade de tarefas que ele executa requer muita leveza na organização do trabalho, da mesma forma que exige uma grande diversidade de competências. O camponês deve ser um artesão independente (JOLIVET, 1974, apud WANDERLEY, 2001, p. 25).

Além disso, o fato de fazer a escolha entre o tipo de gado que cria em seu lote demonstra que consegue realizar algumas estratégias e as executa sem se isolar do mercado. Em vez de pensarmos que se afasta do mercado, ao contrário, é completamente vinculado a este. Seus empenhos são no sentido de evitar a rota de dependência imposta pelas leis do mercado, colocadas em prática no lugar pela presença da cooperativa. A lógica imposta, basicamente, consiste em ter que produzir muito leite, mediante aquisição de vacas leiteiras, da raça holandesa, que acabam por colocá-lo como seu empregado, mesmo que indiretamente.

⁵⁶ Até o fim dos anos de 1970 e início dos anos 1980, criava-se na mesorregião de Paracatu, o gado Gir, zebuínuo. A introdução da raça holandesa para produção de leite deu origem ao que os homens do lugar denominam gado “cruzado”. Este mais suscetível às infestações tropicais, como carrapatos, bernês, frieiras, mastites, e também são mais exigentes em relação ao trato. Percebidas estas exigências por parte do gado holandês (cruzado), os camponeses e pequenos produtores de leite aos poucos procuraram voltar o gado, isto é, introduzindo touros da raça zebuína, (Nelore, Gir, Guzerá) para que tenham rebanho dotado de maior rusticidade. É o que chamam de gado “voltado”. Se o gado cruzado herda do touro holandês a característica leiteira, o gado voltado herda, parcialmente, da mãe holandesa as características de rebanho leiteiro. Assim, o produtor cria um gado que atende tanto as necessidades de carne e leite, sem os tratamentos exigidos pelo gado holandês.

Tudo isso indica a ocorrência de metamorfoses importantes de um modo de vida camponês. Contudo parece-nos não se tratar de um novo camponês. Não é necessariamente um policultor, como foi o camponês clássico; não é um agricultor especializado, como o novo camponês que muitos denominam agora de agricultor familiar; mas diversifica suas atividades, quer seja na própria terra ou fora dela, para si e para terceiros. Nesse processo, cria e também recria estratégias para a reprodução da família camponesa.

Sua linha de conduta não pode ser ditada do exterior. Só ele pode apreciar as circunstâncias que sua ação deverá levar em conta. Ele deve poder a todo momento modificar os seus projetos, seu programa de trabalho, para enfrentar um fato novo. Enfim, e sobretudo, é o único que pode impor a si mesmo esta terrível disciplina, estes cuidados minuciosos, esta sujeição de todos os instantes. Assim o individualismo, de que tanto se acusou o camponês artesanal, antes de ser um traço de caráter, era uma necessidade técnica. (MICHEL GERVAIS, 1965., apud. WANDERLEY, 2001, p. 26).

Assim, há no assentamento aqueles que obtêm renda pela produção de frutas, aqueles que produzem leite, outros que combinam a produção leiteira com serviços de trator prestados a terceiros. Entre os assentados, também há a combinação da pequena produção leiteira ou de frutas com o trabalho temporário no agronegócio, enquanto outros continuam assalariados desde que os demais membros da família trabalhem no lote, conforme já havíamos apontado. Há ainda aqueles que se valem dos subprodutos do Entre Ribeiros (feno, palha de feijão, abóboras) para dar uma “emenda” no sustento do rebanho na época de seca.

Enfim, encontrando estratégias a cada situação de crise, ou em outros termos, se as condições nas quais se encontram pouco lhes favorecem, buscam um jeito e quando não tem jeito “*o jeito é dar um jeito*”, como expõe Kinn (2010). Desse modo, apesar do expressivo número de desistentes, os camponeses assentados do Santa Rosa que permanecem, defendem o seu território e constroem o seu lugar de vida.

O novo lugar, talvez um território-lugar, não perdeu a essência do território, pois foi produzido a partir da organização política de um grupo com interesses comuns. Mas, carregando o seu conteúdo político, vai aos poucos transformando em lugar de existência e

produção de vida das famílias assentadas. Pareceu-nos, no entanto, que a construção do lugar como espaço de vida está necessariamente vinculada a algumas condicionantes. A mais importante delas é a “permanência”. Não se produz o lugar pela simples passagem, é preciso viver, criar “vínculos afetivos”, como já afirmamos em Tuan. Todavia, a permanência é condicionada aos resultados obtidos com o trabalho na terra no sentido de lhe permitir o “sustento” do núcleo familiar, afinal, é preciso analisar o balanço trabalho-consumo como se vê em Chayanov. A permanência do grupo não foi possível diante das frustrações das safras perdidas de mandioca, de pimenta e outras, pois, nessas condições, a terra não garantia o seu sustento.

O sustento da família, considerando as condições nas quais foi implantado o assentamento, também, por sua vez, é condicionado muito mais pelo “acúmulo das técnicas” pelos camponeses do que pelas condições criadas pelo poder público ao torná-los assentados. Enfim, o assentamento não se tornou lugar para todos, somente aqueles portadores de uma tradição camponesa puderam recriar as condições para permanecerem no lote, fazendo dele, de um território a priori, um novo lugar de vida. Dessa forma, a construção do lugar, ao que vimos, obedece à sequência a seguir: entrada na terra → trabalho familiar → saberes acumulados → sustento da família → permanência no lote → vínculos afetivos, e finalmente → a construção do lugar. A investigação sobre a permanência dos assentados no lote nos levou a perceber que a ausência de apenas um desses elementos acima pode comprometer o processo todo, acarretando desistências.

Dessa forma, compreende-se o Entre Ribeiros como sendo uma porção do espaço onde foi possível o encontro de diferentes sujeitos, há ali processos de construção de lugares e territórios, visto que assentados e colonos, vindos de outros lugares, buscam existir como sujeitos tensionados pelos enredos capitalistas. Encontram-se territórios que receberam investimentos de capital, que se tornaram, em parte, “territórios sem sujeitos, vazios de

relações”, como aponta Fabrini (2003), apoiados no princípio material de apropriação do território, na sua dimensão econômica, conforme Haesbaert (2004); em parte, territórios criados com base em sua dimensão política como aponta Fabrini (2003), uma vez que os assentamentos se constituem no espaço de realização de ações coletivas e comunitárias em que os camponeses constroem o território. Território esse que assume outra dimensão à medida que o homem adiciona seus valores e identidade cultural, adiciona o sentimento de pertencimento ao território.

No assentamento, nesse espaço tornado território, o camponês constrói o seu lugar de vida, o território na abordagem política antecede o território cultural, assim como antecede o lugar como categoria geográfica de espaço onde se processa a vida, o mundo vivido, a experiência afetiva com o meio, mesmo que ainda em processo, ainda em construção. Assim, o que é território, definido pela luta, pela posse e pelo domínio; será metamorfoseado, a partir da vivência particular em um espaço chamado “seu”, pela experiência no dia-a-dia, pela possibilidade de se produzir a vida, e, assim, torna-se lugar.

Na seção seguinte, dedicaremos nossos esforços na busca de compreender as tensas relações entre fornecedores e consumidores, isto é, das múltiplas relações do assentado com a cooperativa, bem como dos papéis de cada um desses elementos na delicada trama de negócios, no qual ambos buscam a sua sobrevivência, e que, em determinada hora, parecem se inverter. Para tanto, vimos que a cooperativa – que já não age como cooperativa, mas como empresa - não é tão somente a empresa que compra o leite produzido no assentamento e municípios vizinhos. Tornou-se a fornecedora de quase tudo aquilo que é consumido na unidade camponesa.

Dessa forma, entende-se que aqueles que conseguiram estabelecer raízes no assentamento, tornando este o seu lugar de vida, ao romper com as dificuldades impostas pelo sistema dominante que historicamente procurou separá-lo da terra de trabalho, agora lhe é

imposto um novo desafio. Também complexo, mas possível, diante das saídas encontradas pelos camponeses, de se erguer diante do capital, que a todo custo busca apropriar-se tanto da renda da terra quanto do trabalho do assentado.

4 – O leite como possibilidade de permanência no lote.

Na seção 1, tratamos dos entraves à disseminação da pequena propriedade. Essa, quando existia, vivia sob a dependência da grande fazenda, ora fornecendo mão de obra ao fazendeiro, ora produzindo alimentos para que a grande fazenda se dedicasse aos cultivos de exportação, que eram mais rentáveis. Vimos, na seção, que, não possuindo terras, o camponês ocupava certas porções de terras do fazendeiro para cultivar os alimentos que permitiriam a sua reprodução, e sendo assim, atendiam às necessidades de mão de obra do fazendeiro.

Na seção 2, tratamos da modernização imposta aos Cerrados como uma saída encontrada pelos militares para não promoverem a redistribuição da terra, mesmo após os intensos debates sobre questão ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960. Vimos que a opção política do regime ditatorial foi a concessão de privilégios à agricultura, à média e à grande propriedade, os produtos agrícolas exportáveis e o migrante do Sul, tendo, conseqüentemente, deixado no plano secundário a pecuária, a pequena propriedade, os alimentos consumidos internamente e o homem do lugar, respectivamente.

Vimos que a agricultura que se implantou na grande propriedade tornou-se dominante, mas, não absoluta; subsistiram tanto a pequena propriedade camponesa quanto a atividade leiteira. Buscando se manter ligado à terra, portanto, na contramão da história de acumulação e exclusão que procurou afastar o homem da terra, conforme hipótese apresentada, indicamos que a atividade leiteira foi a responsável pela permanência⁵⁷ de parte da população rural em

⁵⁷ No caso da área de estudo, o leite é a possibilidade de permanência dos camponeses na terra, como principal atividade desenvolvida. O que certamente não vale para outras regiões do país, na qual a atividade leiteira comparece na propriedade camponesa como atividade complementar. Se tomarmos como exemplo o Sul do país ou mesmo, dentro desse, o Estado de Santa Catarina, em que as pequenas propriedades se dedicam à criação de aves e suínos, a produção de leite, quando existe, exerce apenas um papel complementar na renda familiar, já que essa é obtida, em grande parte, de outras atividades.

suas áreas de origem, tendo inclusive contribuído para que tantos dessa população também se inserissem no processo modernizante.

Na seção 3, ao tratarmos da constituição dos territórios e lugares nos espaços rurais do Entre Ribeiros, indicamos que, apesar da conquista do lote, muitos ainda se encontram separados da terra, já que não conseguem extrair dela o sustento da família. Por diversas razões isso ocorre, sendo uma delas a ineficiência do poder público que realiza desapropriações, implanta assentamentos, mas é falho e omissos na assistência técnica e financeira aos assentados; outra razão é a sequência de tentativas frustradas que os levou ao endividamento e que trouxe consequências, como o assalariamento permanente, inclusive nos dias atuais e o pior, o abandono dos lotes e sua respectiva transferência para novos interessados.

Durante a pesquisa, identificamos que, para parte dos assentados, o leite é uma das atividades que possibilita a permanência no respectivo lote. E, à medida que permanecem, produzindo ali o seu sustento, transformam o território, fruto de organização política/luta coletiva, em lugar, onde produzem e reproduzem seus modos de vida, apesar da relação nem sempre harmoniosa com a cooperativa local, para a qual fornecem leite.

Assim, analisamos a relação entre três elementos que compareceram indistintamente ao longo deste trabalho: o assentado, a cooperativa e o leite, sendo este último o elemento que permite a relação entre os dois primeiros. Junto a estes, também centrais na discussão, está o uso de três recursos essenciais para que se reproduzam no lugar: a água (disputada com os irrigantes do Entre Ribeiros), a terra (limitada ao tamanho de 36,7 hectares por lote) e o trabalho (o qual, esporadicamente empregam no agronegócio vizinho). Na conjugação desses recursos, mediante diversas estratégias, os assentados tornam possível a transformação do território em lugar.

Para tanto, apontamos que, mesmo ocupando uma posição de subordinação⁵⁸ em relação ao mercado, que ali é representado pela cooperativa local, ainda assim, ele encontra saídas para se manter no lugar. Em outros termos, a saída para fazer do lote um lugar de vida é o enfrentamento dos desafios, tão presentes no mundo camponês. Quando as oportunidades representam imposições, encontram meios de driblá-las. Ao notarem que todos seus esforços pessoais e recursos financeiros empregados estão sendo apenas transferidos ao capital na medida em que vendem leite, procuram agir defensivamente.

E isso ele faz muito bem quando se recusa a adquirir ração leiteira ao preço estabelecido pela cooperativa, preferindo produzi-la na propriedade, também ao mestiçar o seu rebanho para produzir bezerros que tenham aceitação no mercado de corte, contrariando orientações da cooperativa local que os estimula a produzir leite. Percebe-se, com isso, que as imposições são aceitas até certo limite.

Notamos que, mesmo encurralados financeiramente, pelo fato de vender a preços baixos o seu produto e adquirir da própria cooperativa, pelo preço de mercado, uma variedade de outros bens essenciais ao andamento da produção no lote e da casa, ainda assim, driblam as dificuldades impostas para continuarem como camponeses e enxergam nessa atividade a possibilidade de se manterem na terra.

Além do que foi posto, a cooperativa busca regularidade na produção de leite por parte dos cooperados, visto que as variações climáticas típicas do ambiente tropical implicam oscilações na produção e fornecimento, isto é, considerável volume receptado nas águas e menor volume receptado na seca. Nessa perspectiva, desenvolve entre cooperados, assentados ou não, políticas de estímulo à produção de leite no período seco, fazendo crer que a atividade

⁵⁸ Entendemos que é subordinado pela seguinte razão: já que ele não pode estabelecer os preços dos produtos industrializados dos quais é consumidor, então deveria por preço pelo menos naquilo que produz. Redondamente enganado, porque o preço dos produtos primários, no caso o leite, não é estabelecido pelo produtor, mas pelo comprador, no caso, a cooperativa.

seja lucrativa exatamente nesse período, e não nas águas, quando as condições de clima favorecem o desenvolvimento das pastagens.

A seção, então, se desenvolve na perspectiva de analisar os usos dos recursos terra e, principalmente, água no lugar Entre Ribeiros, no qual estão inseridos colonos metamorfoseados em capitalistas e rentistas e os assentados vinculados ao plantio de frutas, hortaliças e à atividade leiteira. O leite, então, é estudado como produto que proporciona renda para os assentados, mas que, contraditoriamente, pode ser compreendido como o produto que permitiu aos camponeses saírem da dependência do trabalho externo no Entre Ribeiros e, ao mesmo tempo, entrarem na dependência da cooperativa. Enfim, com o leite, saíram de uma situação de dependência e entraram em outra.

Embora se trate de uma inclusão subordinada ao mercado, essa situação revela as suas habilidades em conjugar, em distintas proporções, os recursos externos e aqueles disponíveis internamente para obterem renda e trabalho.

4.1 – Usos e apropriações da água: de recurso abundante a intensamente disputado entre os irrigantes do agronegócio e os camponeses assentados

Indicamos, ao longo do trabalho, que a modernização da agricultura iniciada nos Cerrados na década de 1970 e intensificada ao longo dos anos 1980, conduziu a novos formatos de uso da terra e, em consequência, a apropriação do recurso água tornou-se mais robusta.

O lugar estudado, analisado antes como espaços da pecuária, transformados em territórios capitalistas e camponeses, auxilia-nos no entendimento de que a cada mudança de orientação produtiva, cada vez mais, as atenções se voltam para o aumento do consumo dos recursos hídricos, relativamente abundantes no lugar. Isto é, com a pecuária extensiva, os

impactos eram mínimos, porém com o cultivo irrigado de grãos, os impactos se tornaram notáveis e, com a cana, a apropriação é intensificada sobremaneira.

Sendo o afluente mais caudaloso do rio São Francisco, denominado “Rio Bom” pelos tupi-guarani, o rio Paracatu fornece o seu precioso recurso para as inúmeras atividades desenvolvidas nas áreas planas dos Cerrados do Noroeste do estado de Minas Gerais. Responsáveis pelo considerável volume de água, os seus tributários principais são o rio Escuro, o rio da Prata, o rio Preto e o ribeirão Entre Ribeiros.

O lugar denominado Entre Ribeiros não denota apenas o lugar onde se dá a sua confluência com o rio Preto e o rio Paracatu na geografia local. Tomou outra dimensão no momento em que suas terras planas foram reocupadas pela agricultura comercial a partir dos vultosos projetos de colonização e de irrigação nas décadas de 1980 e 1990, de maneira que os espaços quase vazios da pecuária se tornaram sinônimos de elevada produtividade obtida pela agricultura dita moderna.

Inserido nos espaços modernizados do Entre Ribeiros, está o Assentamento Santa Rosa, implantado pelo INCRA no ano de 1999. Ali, os assentados reproduzem um modo de vida pautado no trabalho em família visando à reprodução do núcleo familiar. Produzem hortaliças, frutas das quais se extraem e comercializam polpas, assim como desenvolvem a atividade leiteira em seus lotes.

No Assentamento, a atividade leiteira é estimulada e a produção é adquirida pela Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu (COOPERVAP). No ano de 2009, a Cooperativa iniciou o Projeto Leite a Pasto visando à especialização do camponês, prometendo-lhe maior retorno financeiro com a atividade desenvolvida. Como o leite permite ao assentado uma remuneração mensal, variável de acordo com a produção, muitos destes já atribuem a permanência no lote ao desempenho da referida atividade. Nogueira (2012), em trabalho realizado na área de atuação da cooperativa, tendo como elemento central o projeto Leite a

Pasto, defende a atividade leiteira como atividade que conduz a processos de reterritorialização/recampesinização.

Por duas, razões a pecuária leiteira é desenvolvida no assentamento: uma é que a pecuária é atividade tradicional na mesorregião, sendo praticada há quase três séculos, e a outra é que parte dos assentados já desenvolviam atividades relacionadas a ela. Certamente teriam dificuldades em introduzir no assentamento atividades distintas desta, ainda mais sabendo que não têm o devido apoio dos órgãos oficiais no desenvolvimento de suas atividades. Sendo assim, a opção pela pecuária tornou-se mais apropriada. As várias experiências frustradas com cultivos diversos, como indicado na seção 3, foram, aos poucos, conduzindo os assentados à atividade leiteira.

A atividade pecuária não é recente, sendo que os primeiros relatos nas terras do Noroeste mineiro datam do início do século XVIII. O território que hoje pertence ao município de Paracatu começou a ser ocupado ainda na primeira metade daquele século, quando, em 1744 foram feitas descobertas de veios auríferos no córrego Rico, logo anunciadas ao Governador por José Rodrigues Frois. O referido ano também marca o surgimento oficial do arraial, embora as atividades auríferas, segundo Oliveira Mello (2007) tenham se iniciado por volta de 1730.

Como as minas de Paracatu foram descobertas em um momento em que as demais regiões auríferas da capitania já haviam se esgotado, o fluxo populacional para o lugar foi intenso. Desde então, as áreas rurais foram sendo apropriadas por atividades que dessem suporte à atividade mineradora no recente núcleo populacional formado. Silva, P. S. M. (2012, p. 63-64) salienta que, duas décadas antes das descobertas das minas de Paracatu e do intenso movimento migratório que se viu, a porção Noroeste da capitania mineira já estava sendo ocupada por fazendas de gado, conforme carta de sesmaria concedida pelo governador Dom Lourenço de Almeida em favor do Capitão João Jorge Rangel, em 1728.

Assim, apontamos que a atividade pecuária não só se iniciou antes da atividade extrativa do ouro, como também permaneceu após o referido ciclo. Por volta de 1780, as minas de Paracatu, consideradas a última grande descoberta mineral do século XVIII, já se apresentavam exauridas. No entanto a decadência da mineração, que causou impactos nos interesses da metrópole portuguesa, não significou decadência para a Comarca. Destaca Silva, P. S. M. (2012, p, 53) que, depois da Comarca do rio das Mortes, era Paracatu o maior fornecedor de gado da capitania.

No contexto de município e de mesorregião (Noroeste de Minas), a pecuária de base extensiva se manteve como a atividade principal até os idos 1970, quando o extenso território se transforma em espaços da agricultura comoditizada, no início dos anos 1980, a partir do momento em que migrantes vindos do Sul do país assumiram a condição de colonos proprietários de lotes no projeto Entre Ribeiros. Aliás, a implementação desse projeto ficou a cargo da COOPERVAP, a mesma cooperativa que opera nos municípios vizinhos e que adquire o leite produzido pelos assentados do Santa Rosa.

Quanto ao Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros, indicamos, na seção 2, que este se desenvolve mediante intensa apropriação dos recursos hídricos locais. Tanto que Ricci dos Santos (2007) denunciou, em seu trabalho, que a captação de água no ribeirão Entre Ribeiros, no ano de 2002, foi tão intensa que teve vazão zero à jusante da estação de bombeamento em determinado período do ano (outubro). Esta é a razão pela qual, em comum acordo, os irrigantes que captam água do Entre Ribeiros decidiram não realizar novos plantios a partir do mês de junho, como foi observado em pesquisa no ano de 2016, irrigando apenas as áreas já plantadas, até que se iniciasse nova estação chuvosa.

“Antigamente, ninguém plantava aqui por que tinha muita água, mas hoje não estão plantando porque já não tem mais água”, declara o habitante do lugar. Segundo informações obtidas com os habitantes locais, nos últimos 5 anos, de 2014 até 2018, todos os anos tiveram

pouca chuva, com exceção do ano 2018, ano em que as precipitações foram abundantes. Com as idas ao campo (julho 2017) visualizamos pivôs centrais desativados pelo fato de as represas construídas, nas quais se abasteciam, não continham o volume suficiente de água para iniciar novos cultivos. Perceptível, portanto, o descompasso entre o ritmo de captação de água para os cultivos irrigados do agronegócio e a capacidade natural de recarga dos sistemas hídricos, dependentes unicamente das chuvas de verão.

Até mesmo em relação ao uso outorgado da água, há controvérsias, pois, conforme Vasconcelos (2010), os dados de outorga de direito de uso da água podem divergir em muito do uso real. Vários usuários outorgados solicitam outorga para uso de água divergente do pretendido. Acrescentam-se a estes dados, os casos em que ocorre a captação, mesmo sem a outorga e a intensa perfuração de poços nas pequenas propriedades rurais onde se desenvolve a pecuária como garantia de abastecimento para o rebanho.

Alguns solicitam um valor maior do que utilizarão, seja por especulação (especialmente em áreas onde o recurso é disputado e escasso, como no Entre Ribeiros), seja por planejarem possíveis expansões futuras para o empreendimento. Outras vezes, os produtores solicitam outorgas inferiores ao que utilizarão, por medo de futura cobrança pelo uso da água como prevista pela Lei Federal 9.433, de 1997 (VASCONCELOS, 2010, p. 70).

Observou-se que, aos poucos, como cada um criando as soluções individualmente, foi aumentando o número de poços perfurados no assentamento. A solução imediata e individualizada de uma questão que sinaliza comprometimento futuro quanto à disponibilidade do recurso. Algumas pequenas lagoas encontradas no território do assentamento, cujos assentados afirmam terem presenciado a abundância de água, já se encontram secas.

Mas, para os assentados, o problema da água não se encerra por aí. Como o agronegócio que irriga se servindo água do ribeirão Entre Ribeiros e do rio Paracatu, utiliza também água de represas construídas no entorno (fotografia 17, p.255), estas já começam a secar. E, assim, para continuarem mantendo acesso ao precioso e disputado recurso, alguns irrigantes agora começam também a perfurar poços.

Convivem no Entre Ribeiros, os Assentados e os Colonos, com a ameaça de médio a longo prazo de não poderem produzir, dada a falta do recurso vital, a água. Diante da situação nunca antes vista no lugar, diante da superexploração e potencializada devido aos seguidos anos de pouca chuva⁵⁹ no município, alguns sujeitos nascidos no lugar já visualizam um possível futuro retorno à atividade pecuária extensiva em substituição aos campos irrigados do Entre Ribeiros. O Entre Ribeiros, que, era para estes homens, um “Pantanal mineiro” no município de Paracatu, pela presença de lagoas e solos encharcados, vive, atualmente, a agonia provocada pela falta d’água.

Se há, por um lado, ganhos de capital envolvendo os cultivos realizados nos campos irrigados do agronegócio do Entre Ribeiros, por outro, as perdas decorrentes dessa relação desarmoniosa não tardam em comparecer. “Não há forma alguma de que todos ganhem simultaneamente, uns ganham outros perdem”. É o que escreve Foladori (1999, p. 32), quando expõe que a produção capitalista inaugura, pela primeira vez na história da humanidade, um sistema de produção cujo objetivo não é a satisfação direta das necessidades, mas a obtenção de um lucro em dinheiro. Nesse novo costume, enquanto o “agro” tem se transformado em “negócio”, com os novos usos dos recursos do lugar, estes se fazem vir acompanhados por novos problemas. Um círculo vicioso, no qual as intervenções levam à degradação dos recursos naturais e vice-versa. “É uma espécie de desencontro e incompatibilidade entre duas ciências: a agronomia e a ecologia”, como afirmou Carvalho, H. M. (2005, p. 241).

A continuar no ritmo atual, como observado no lugar, a questão do uso da água tende a se tornar mais complexa, e o recurso já bastante disputado pode se tornar ainda mais escasso, uma vez que, nos espaços anteriormente ocupados por grãos, atualmente (2018), encontram-se

⁵⁹ Embora a precipitação média no município de Paracatu-MG seja de 1300 mm e médias térmicas anuais em torno de 23°C (CLIMATEMPO, 2018), a mesorregião, de clima tropical, é relativamente seca. Concentradas nos meses de verão, as chuvas se iniciam no mês de outubro, porém, o mês de janeiro é responsável por grande parte das precipitações do ciclo chuvoso. Considerando as chuvas escassas no mês de abril, seguem-se nada menos do que seis meses de seca ininterrupta na área de estudo.

plantados com a cana-de-açúcar, ocupando cerca de 50% das áreas irrigadas do Entre Ribeiros, além de outras terras, também irrigadas em João Pinheiro, Unaí e Brasilândia.

Fotografia 17 – Represa construída em área de veredas. O baixo volume de água no período seco representa limites ao agronegócio de grãos.



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (julho, 2017).

Se o agronegócio de grãos já havia estrangulado os sistemas locais, comprometendo o volume de água no lugar estudado, a tendência é intensificação do processo, já dramático. Segundo um operador dos sistemas de irrigação, a cana consome mais água que os grãos, pois os pivôs são acionados imediatamente após o término da colheita, pois isso implica boa rebrota, essencial para alavancar a produtividade na safra seguinte. Como a colheita ocorre em período seco, não havendo nenhuma contribuição por parte das precipitações atmosféricas, a absorção de água no solo seco é intensa, potencializando o consumo. Até mesmo quando a cana já se encontra em ponto ótimo para colheita, ela precisa ser continuamente irrigada para que mantenha o teor de açúcares. A interrupção da irrigação se dá há exatos 30 dias que antecedem a colheita.

Desta forma, até mesmo o caudaloso rio Paracatu encontra-se em situação calamitosa de se poder andar a pé por grandes extensões no leito do rio, durante os meses de estiagem,

conforme a fotografia 10 (p.163). O fato real e que causa desalento é que, entre os canais que drenam o solo e os canais que captam a água para irrigação, o “Rio Bom” vai desaparecendo.

Quanto à pecuária, antes atribuída à grande propriedade e desenvolvida como forma de ocupação dos grandes espaços disponíveis nas áreas recobertas por Cerrados e Campos, hoje é atribuída também à pequena propriedade, assim como nos assentamentos, como forma de garantir o sustento de tantas famílias. É em meio aos territórios hegemonicamente controlados pelo agronegócio, marcados pela intensa disputa por recursos, que os assentados do Santa Rosa se propõem a produzir o seu lugar de vida tendo como atividade principal a pecuária leiteira.

No assentamento em questão, os recursos mais explorados são o solo e a água, aos quais se somam o esforço cotidiano do assentado para alcançar o objetivo de extrair da terra o seu sustento. Nota-se, porém, que a relação do homem com a natureza, nas pequenas propriedades camponesas, tende a ser mais harmoniosa, se comparada à agricultura modernizada, em virtude de não se objetivar a acumulação de riquezas, mas reproduzir-se física e socialmente como sujeitos. Procuram conciliar exploração e preservação, pois a reprodução daquele grupo social depende dos recursos de que o meio dispõe. Sem desprezar o circuito da mercadoria, procuram também desenvolver trocas não mercantilizadas com a natureza (NOGUEIRA, 2012, p. 51).

Nos lotes, são desenvolvidas distintas atividades que fazem uso do recurso água. Em algumas delas, são produzidas hortaliças, noutras são produzidas frutas das quais se extraem e comercializam polpas e, em outras, é praticada a atividade leiteira. Encontram-se casos em que a autonomia para se produzir no lote ainda não foi alcançada. Assim, membros da família encontram-se assalariados no empreendimento do agronegócio do Entre Ribeiros. Mas, é em torno do leite e a apropriação dos recursos água, terra e trabalho que se procederá a discussão.

4.2 – Processos de reterritorialização/recampesinização a partir da atividade leiteira.

Estão associados ao leite alguns atributos: é alimento essencial na infância, é uma atividade geradora de empregos e renda e, além destes, permite a manutenção de parte da população no campo, em especial, nas pequenas unidades onde a produção se dá a partir do emprego da mão de obra familiar, como se viu em Oliveira, P. M. (2004). Carvalho, G. R. (2010) afirma serem mais de 1,5 milhão de pessoas empregadas na cadeia produtiva do leite, no país.

Mas também se associam ao leite tanto a sua capacidade de promover processos desterritorializantes quanto processos reterritorializantes e, simultaneamente, processos de recampesinização. É o que defendem Faria (2011) e Nogueira (2012), respectivamente. Se, para um dos autores, o leite produzido por camponeses que não responderam adequadamente às imposições da agroindústria, conduziu a um processo de desterritorialização; para outro, em um quadro oposto, o leite produzindo na condição de subordinação, tornou-se possibilidade de reterritorialização, recampesinização.

Faria (2011) sustenta que os camponeses que não se adequaram aos novos métodos produtivos implantados pela Nestlé no município de Ibiá-MG e região (Alto Paranaíba - MG), foram migrando para a cidade. A Nestlé, segundo o autor, foi responsável por impor mudanças na base técnico-produtiva naquele município. As constatações do autor, remete-nos à obra de Kaustky (1980) sobre as mudanças de ordem técnica na agricultura.

Em algumas décadas, a agricultura – a mais conservadora de todas as modalidades de trabalho, que durante milhares de anos não realizara progressos sensíveis e permanecera às vezes séculos sem efetuar mesmo nenhum – tornou-se uma das mais revolucionárias, senão a mais revolucionária das formas de exploração moderna. Mas, à medida que se transformava, deixava de ser um ofício, cuja rotina se transmite de pai a filhos, para tomar a amplitude de uma ciência, ou antes, um sistema de ciências, que diariamente alarga o campo de suas investigações e o horizonte de seus conhecimentos teóricos. O agricultor não familiarizado com esses

conhecimentos, o prático puro, assiste impotente e perplexo às inovações. E, contudo, não pode persistir no método antigo, porque já se lhe é impossível o cultivo segundo os processos consagrados de pais e avós (KAUSTKY, 1980, p.73).

A oferta de créditos e acesso às tecnologias ligadas aos cultivos e formação de novas pastagens, além do melhoramento genético do gado, viabilizado pela introdução da raça holandesa de boa aptidão para o leite, permitiu que apenas parte dos camponeses se tornassem importantes fornecedores de leite.

Contudo o processo não foi geral, já que, para tantos outros, o leite não significou empoderamento; foi o caminho pelo qual foi ocorrendo as metamorfoses dos processos produtivos dos camponeses. Em seu estudo, Faria (2011) aponta que:

A tecnificação, contudo, não atingiu todos os produtores. Ao contrário, somente o grande produtor com acesso ao crédito bancário conseguiu modernizar-se, e, por isso, manter-se fornecedor de leite à Nestlé. A pequena produção com técnicas pouco modernas e, por isso, dependente de uma maior quantidade de força de trabalho, não conseguiu uma renda satisfatória com o leite e o seu fornecimento à fábrica. Esse pequeno produtor que, há muito sofreu alterações nos seus modos de vida, seu modo de lidar com a terra e de produzir, muitas das vezes, teve como saída o arrendamento das terras e sua ida para a cidade, agravando o processo de desterritorialização de seu ambiente e de seus hábitos culturais. (FARIA, 2011, p. 72-73).

Esses acontecimentos evidenciam o papel impositivo da Nestlé para elevar o nível técnico da pecuária na região. Trata-se de um processo de instituição de uma monocultura do leite. Isso confirma o caráter excludente dos créditos para a modernização agrícola e da lógica de produção capitalista na região do Cerrado mineiro nas décadas de 1960 e 1970.

Observa-se que a modernização não foi total, mas em partes do processo produtivo. Assim, viu-se que a modernização da atividade pecuária experimentada nos espaços do município (Ibiá-MG), via atuação da Nestlé, não se procedeu sem que se produzisse também a exclusão dos pequenos proprietários. Esse quadro repetir-se-á, em dimensões ainda maiores, ao longo e a partir da década de 1980, quando, de fato, se amplia a modernização da agricultura nas áreas de Cerrados reocupados.

O autor registra que o caminho imposto pela Nestlé aos pequenos fornecedores de leite, isto é, sua monocultura do leite, levou-os a abandonar algumas práticas tradicionais nas pequenas propriedades, comprometendo a sua autonomia. À medida que eram conduzidos à especialização, ao mesmo tempo, viam-se impelidos a abandonar outras práticas cotidianas da unidade produtiva camponesa; assim, deixaram de produzir o queijo, cujo subproduto, o soro, contribuía no processo de engorda de porcos.

Até mesmo o plantio de milho, cujas roças eram cultivadas à meia, que outrora alimentavam porcos e galinhas e garantiam sustento aos camponeses parceiros ou meeiros, passaram a ter como único destino a produção de silagem para nutrir o rebanho leiteiro no período de estiagem. Aos pequenos proprietários ainda houve a alternativa do arrendamento, mesmo que este fosse seguido da expropriação; porém, para os não proprietários, aqueles já expropriados, o que se viu foi a expulsão do seu meio, o êxodo para as cidades. Nos espaços rurais de Ibiá-MG e municípios vizinhos, após as transformações impostas e vigiadas pela Nestlé, que produziram, a um só tempo, modernização e desterritorialização, as terras camponesas são constantemente apropriadas para o cultivo da cana-de-açúcar, destaca o autor.

É um processo que, associado ao desenvolvimento da agricultura ou à sua modernização, foi responsável pelos processos de expropriação, desterritorialização seguido de intenso êxodo rural, que levou ao “inchaço do setor terciário” nos centros urbanos a partir das décadas de 1970 e 1980. Fenômeno este que não deve ser entendido tão somente pelas suas consequências, como subemprego, emprego informal, desemprego, desigualdade social, violência, mas, visto antes de tudo, pela sua causa, a forma como a agricultura liberou mão de obra.

Entende-se que os processos desterritorializantes, iniciados com a atividade leiteira, ao invés de cessarem, tiveram continuidade com a atividade canavieira. Ao que se viu, com base na obra do autor, é que a atuação da Nestlé, na área estudada, foi no sentido de preparar o

terreno para que, mais tarde, ali se instalasse a grande propriedade capitalista, já vinculada à atividade canavieira. E mais ainda, a exclusão do camponês, iniciada pela primeira, torna-se mais encorpada à medida que iniciam novas relações com as usinas de cana, tornando mais visível o processo de desterritorialização, como indicara o autor. Um ardiloso pacto econômico/político entre o capital e a grande propriedade no sentido de promover ou mesmo acentuar o processo de separação do camponês da terra de trabalho, o que nos auxilia a reforçar a hipótese apresentada no início do trabalho.

O autor descreve com clareza quais estratégias desenvolvem para apropriar-se das terras dos pequenos proprietários mediante arrendamento, tornando a terra cativa. São estratégias criadas pelo capital com objetivo de incorporar mais áreas sem ter que imobilizar recursos financeiros para tal.

A usina arrenda a propriedade pelo período do ciclo produtivo da cana-de-açúcar, que varia entre cinco e sete anos. O valor a ser pago pelo arrendamento é calculado sobre a produtividade do solo. Deste modo, a qualidade da cana-doce condiciona o valor a ser pago pelo arrendamento, uma vez que a cana é analisada pela sua qualidade em açúcares, uma medida conhecida como Açúcar Total Recuperável (ATR). O primeiro pagamento pelo arrendamento da terra se dá logo após o início do contrato, ou seja, antes mesmo de se plantar a lavoura. Remunera-se o proprietário das terras arrendadas, neste caso, pela expectativa e estimativa do que seria produzido em sua propriedade, pois ainda não se plantou nada (FARIA, 2011, p. 165-166).

Assim, pelo fato de se efetuar antecipadamente a primeira parcela, já no ato do arrendamento; ao chegar ao fim do ciclo produtivo, a usina não deve mais o pagamento que, em muitos casos, foi esperado pelos proprietários de terras. E como se valem da estratégia de não corrigir os solos na última safra, visando à menor produtividade, este torna-se benefício aos arrendatários, pois o próximo contrato se dará com base na produtividade por hectare tendo como referência esta última safra, e não por estimativa, como foi estabelecido no primeiro contrato.

Ao final do ciclo, a depreciação do solo em relação ao que ele oferece à planta contribui para que o valor devido em forma de renda ao proprietário seja cada vez menor; ou seja, há diminuição dos valores devidos para o arrendamento.

Como o valor do contrato se estabelece pela fertilidade do solo (não corrigido ao final do ciclo da cana – e última colheita) a saída para o proprietário da terra é arrendar novamente, só que, nesse momento, por um valor bem abaixo do primeiro. (FARIA, 2011, p. 167).

Nesse caso, sem ter recebido o valor do arrendamento da última safra (porque havia recebido antecipadamente), encontrando-se já descapitalizado e com as terras a serem corrigidas, o proprietário se sujeita novamente ao arrendo, vendo a sua terra tornar-se cativa. Um caso típico da legalização do processo de expropriação, já que todas as negociações são definidas em contrato.

Leite e cana não eram atividades estranhas ao universo camponês estudado, nem na área de estudo de Faria (2011) nem na área onde agora desenvolvemos nossa pesquisa. Também não era algo novo, ao contrário, fazia parte do cotidiano das populações que viviam nos Cerrados. No entanto, o formato no qual estas atividades foram reinseridas no mundo rural, agora, já fortemente vinculadas ao capital e às técnicas modernas, é que veio a destroçar a economia camponesa na área de estudo.

Não deixando de concordar com o exposto por Faria (2011), quando se refere aos processos desterritorializantes, salientamos que a atividade leiteira em municípios do Noroeste de Minas, citando o caso de Vazante, onde a Nestlé atuou entre os anos de 1979 e 2000, não resultou necessariamente em processos semelhantes; inclusive grande parte do leite captado provinha das pequenas unidades camponesas. Aliás, esta foi responsável pela modernização das pequenas propriedades. O município citado, desprovido de grandes áreas planas ou mesmo de chapadas, dada a irregularidade de seu relevo⁶⁰, não serviu de palco para a territorialização do

⁶⁰ Interessante a versatilidade com que se faz uso da atividade pecuária. Se em tempos anteriores à modernização era atividade empregada para ocupar espaços denominados vazios; com a territorialização da agricultura nas áreas planas das chapadas, o gado passa a ocupar as áreas de relevo acidentado aonde as máquinas não conseguem operar. Como no passado a produção agrícola não era mecanizada, a produção de alimentos que sustentava a grande fazenda e as propriedades camponesas ocorria nestas terras de maior declividade, onde a fertilidade era maior. Assim como a produção de grãos ocupou os antigos espaços da pecuária extensiva, a pecuária leiteira ocupou as antigas áreas produtoras de alimentos.

grande capital, pelas grandes empresas do agronegócio vinculadas à produção de grãos exportáveis.

Nessas terras, o capital monopoliza o território e o trabalho de camponeses proprietários numa estrutura fundiária menos concentrada, isto é, marcado pela grande presença de pequenas propriedades. Nestas, até a década de 1980, criava-se em pequena escala, associada à agricultura que provia o sustento da família, o chamado “gado comum”, uma designação local para o gado Gir que se caracterizava pela baixa produtividade de leite.

A introdução da raça holandesa, estimulada pela transnacional, ajudou a alavancar a produção de leite ao passo que as áreas de Cerrado se transformavam em pastagens de Braquiária, Tanzânia, Mombaça e outros, assim como analisou Oliveira, P. M. (2004) na comunidade dos Bagres em Vazante-MG. Admitida a migração, êxodo rural, de parte da população mais jovem, em busca de estudo ou trabalho em cidades próximas como Vazante e Paracatu/MG, impulsionada ora pela modernização, ora pela substituição da agricultura pela pecuária (esta última menos exigente em mão de obra, já que áreas de roças foram ocupadas por pastagens), nem por isso, a exclusão e a expropriação tornaram-se dominantes na comunidade estudada. Na metamorfose ocorrida no lugar, em que os camponeses negros quilombolas cultivadores de alimentos transformaram-se em fornecedores de leite, o vínculo com a terra e os seus costumes não foram necessariamente desfeitos, embora transformados.

Apontando um caminho distinto dos dois autores anteriores, que defenderam, em seus trabalhos, a desterritorialização e permanência das populações camponesas, respectivamente; Nogueira (2012, p. 131), por sua vez, sustenta que o leite produzido em pequenas propriedades rurais e/ou nos assentamentos de reforma agrária com o emprego da mão de obra familiar contribui para o processo de recampesinização, no caso dos assentados, simultaneamente a um processo de reterritorialização.

Para a autora, a produção de leite em pequenas propriedades reúne um conjunto de elementos como terra, trabalho, produção, renda e exploração dos recursos naturais, entendidos como recursos endógenos, contribuem para a manutenção da população no campo, ou mesmo o seu retorno, no caso dos assentamentos.

A autora desenvolve a ideia de que o desenvolvimento rural tem obedecido a duas correntes opostas: de um lado, a corrente que preconiza um desenvolvimento exógeno, que leva ao caminho da modernização (e também da dependência), modelo ao qual tece inúmeras críticas. Pois, apesar de elevar índices de produção e produtividade, a chamada modernização rural não se traduziu em desenvolvimento rural, já que o incremento produtivo agrícola não propiciou benefícios automáticos a todos os atores sociais; portanto, a modernização conduziu a um não desenvolvimento ou a um subdesenvolvimento, deteriorando a qualidade de vida de uma grande massa de pessoas.

De outro lado, a corrente que, tendo em vista o uso contínuo de uma base de recursos autorregulável, envereda para uma difusão endógena de inovações, cuja eficiência técnica e a mudança técnica não materializam mais autonomia, valor agregado e empregos produtivos que comprimem as vulnerabilidades, as desigualdades e as pobreza que a atividade agrícola dependente gera, a fim de oferecer condições de vida mais dignas para as populações rurais (NOGUEIRA, 2012, p. 17).

O primeiro modelo, historicamente dominante, está direcionado para a produção especializada, de larga escala e tecnologicamente avançada, porém altamente dependente de recursos externos. O modelo, compreendido como moderno, ao mesmo tempo em que expandiu a oferta de alimentos e dos bens tecnológicos, motivou a concentração financeira, dos meios de produção, de poderes; virtuosa dependência dos mercados; esgotamento dos recursos não-renováveis; substituição de mão de obra e decréscimo populacional rural, notoriamente do

agricultor familiar. Um modelo carregado de contradições, sendo que um dos seus feitos mais notáveis foi o de conseguir conciliar aumento da produção agrícola e a fome, *pari passu*.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Alimentação (FAO, 2010), um bilhão de pessoas passam fome no mundo, estando sujeitas, portanto, à morte ou a uma vida de sofrimentos, em condições sub-humanas.

Para Nogueira (2012), a fragilidade da agricultura moderna se manifesta sob vários impactos na economia, no meio ambiente e na sociedade. Sendo correto admitir que ela colaborou para incrementar a produção e a produtividade de algumas culturas e criações em determinadas regiões, também é inegável que, onde ela foi empregada com rigor, os danos ambientais e os patamares de exclusão social foram igualmente alterados (NOGUEIRA, 2012, p. 26).

Por outro lado, o segundo modelo,

No outro extremo, ao objetivar a sua sobrevivência e autonomia, encontra-se o modelo de agricultura pautado em métodos agroecológicos e em uma base de recursos interna que consentem a conservação das atividades agrícolas. Desenvolvem estratégias que perpassam a esfera da economia, ao que Sabourin (2009) chamou de “alternativas mais humanas”, isto é, a reprodução de valores essenciais e fundadores da humanidade como a ajuda mútua, o bem-estar do outro, a liberdade e a reciprocidade (NOGUEIRA, 2012, p 18).

Ressalta que para haver o empoderamento do pequeno fornecedor de leite, condição para sua manutenção no campo, é imprescindível que este seja pautado na lógica da recampesinização, isto é, na menor dependência dos recursos externos e, obviamente, no aproveitamento máximo dos recursos endógenos da propriedade como mão de obra, pasto, água, reaproveitamento de resíduos diversos para produção de fertilizantes. (NOGUEIRA, 2012, p.135).

É neste contexto que a experiência do Projeto Leite a Pasto⁶¹ desenvolvido pela COOPERVAP com duzentas famílias de pequenos agricultores, dentre eles, assentados no município, demonstrou que é possível incluir produtores de leite, apoiados em um sistema de produção que se confunde com os elementos de uma estratégia de recampesinização que outrora eram inviáveis no sistema de produção convencional (NOGUEIRA, 2012, p 142).

Para a autora, o Projeto Leite a Pasto pode ser compreendido como uma estratégia de produção de leite com métodos alternativos aos empregados pela produção convencional. Assim, ao reestruturar os sistemas de produção de seus cooperados a favor de uma base agroecológica, a qual tem, nos seus principais insumos (sol, pasto e água), as ferramentas para a produção com custos mínimos e sem contaminação ambiental, a Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. (COOPERVAP) floresceu o processo de recampesinização evidenciado em várias partes do mundo, isto é, a reversão ao emprego do capital ecológico e à autorregulação da base de recursos promovida pelo uso e pelo desenvolvimento de inovações endógenas, enfatizando, sobretudo, a autonomia do agricultor em detrimento das ordens do mercado capitalista e das sociedades globalizadas (NOGUEIRA, 2012, p. 08).

Sabe-se que a atividade leiteira é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária (BELLACOSA, 2013; FERRANTE, 2009; REZENDE, 2014 e outros). Além do fato de se obter uma remuneração mensal, que constitui o salário do camponês, a sua renda fixa, embora variável de acordo com o volume

⁶¹ Idealizado pelo Professor Edmundo Benedetti, da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Uberlândia, defende, entre outros elementos, que, o principal recurso para o desenvolvimento da atividade leiteira é a produção de pasto, recurso endógeno, principalmente se for possível manter reservas estratégicas para o período seco, de forma a evitar o consumo elevado de grãos, recurso externo. O Professor adverte ainda que qualquer outra alternativa além das forrageiras pode onerar a produção. Segundo Nogueira (2012, p. 84), enquanto o trabalho era desenvolvido ainda em âmbito acadêmico, foi implantado pela primeira vez em 1996 pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), com repercussão social bastante positiva. Fato que motivou a COOPERVAP a implementar o referido Projeto, em parceria com o Professor Benedetti, em sua área de atuação a partir do ano de 2009. No entanto, ao findar a parceria entre o Professor Benedetti, através da UFU e a COOPERVAP em 2015, os produtores até então assistidos pelo Projeto Leite a Pasto, migraram para o Programa Minas Leite, um Programa de Qualificação Gerencial e Técnica dos sistemas de Produção Pecuária Bovina do Estado de Minas Gerais, sob a coordenação conjunta da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

produzido, há ali a constituição de um patrimônio vivo representado em cabeças de gado e a possibilidade de aumentar a renda com a venda de bezeros. Nas suas planilhas de custos, nem sempre colocadas no papel, o bezerro é sempre aquilo que sobra. Inclusive os investimentos nas pequenas propriedades são possibilitados pela venda destes. Dizem fornecedores: o que a vaca dá em leite ela consome em remédios ou ração, principalmente na seca, quando são estimulados a produzir mais leite às custas de ração leiteira.

Diante daquelas imposições, consideramos válidas as contribuições de Nogueira (2012) na área de atuação da COOPERVAP, que abrange vários municípios do Noroeste de Minas, no sentido de apontar a atividade leiteira, nas pequenas propriedades tradicionais e nos assentamentos, como atividade propulsora de processos de recampesinização e/ou manutenção das famílias no campo, por meio do Projeto Leite a Pasto desenvolvido em bases agroecológicas.

A tese defendida é que, no balanço da utilização dos recursos, quanto menos recursos exógenos, isto é, quanto menor for a dependência externa, e proporcionalmente quanto mais intensa for a utilização dos recursos produzidos internamente, recursos endógenos, mais chances de ocorrer o empoderamento⁶² daquele agricultor e, conseqüentemente, maiores probabilidades de se promover a sua reprodução/manutenção no campo.

A menor dependência de recursos exógenos, por vezes, está ao alcance do produtor pela mudança de hábitos na lida com o gado no processo produtivo. A autora cita o maior zelo com os animais no momento da ordenha, pois, o hábito relacionado à higiene humana e à desinfecção dos tetos trouxe decréscimo significativo no uso de produtos veterinários, uma vez que se prevenia a mastite e não mais a tratava (NOGUEIRA, 2012, p.107).

⁶² Nogueira (2012) faz uso do termo indicando que na medida em que o fornecedor de leite utiliza mais recursos internos, menos dependente será das imposições do mercado e, conseqüentemente, adquire mais condições de permanecer na atividade, gerando renda para si e não a transferindo para as cooperativas ou demais companhias de laticínios. Ou seja, com mais dinheiro, tem-se uma melhora no padrão de vida.

O aumento das pastagens, recurso endógeno, foi acompanhado pela redução no consumo da ração, recurso exógeno, para a maioria dos camponeses estudados. Cita que até mesmo os resíduos plásticos podem ser caracterizados como recursos endógenos, porque, uma vez disponíveis na propriedade são reaproveitados, sendo utilizados como isoladores de cerca elétrica ou mesmo como recipientes para o sal ou bebedouro nos piquetes.

Da mesma forma, o aproveitamento do esterco bovino tem reduzido o consumo de adubo para as pastagens, ou forrageiras, como a cana ou capim. Assim, defende que a produção bovina de leite à base de pasto leva à ruptura “da rota de dependência” das receitas do agronegócio, da agronomia convencional e dos imperativos pouco amistosos do mercado (NOGUEIRA, 2012, p. 113).

Há, contudo, necessidade de se fazer ponderações, no sentido de pontuarmos que não se trata de processo concluso, amplo e geral na área estudada. Salientamos que, na época da pesquisa (2012), de um universo de 1600 cooperados, apenas duzentas famílias camponesas faziam parte do Projeto Leite a Pasto, sendo que, no Assentamento Santa Rosa, eram apenas três famílias participantes.

A questão que se coloca é que, sendo o referido projeto, uma ideia de ruptura com a rota de dependência do capital, de acordo com a autora citada, como se explica o fato de ter sido implantado pela cooperativa, sendo que ela mesma representa o capital? A nosso ver, processos de reterritorialização e/ou recampesinização não constituem objetivos imediatos da cooperativa, como propôs a autora; o que se objetiva é a permanência/continuidade dos camponeses na atividade leiteira em benefício dela mesma, por isso, salientamos que não se trata exatamente de oportunidades, mas, antes de tudo, de imposições por parte da cooperativa.

Desse modo, a cooperativa e a lógica capitalista que a contamina e que a ela se associa, objetivam não necessariamente a permanência dos camponeses, mas, mediante as imposições, fidelizar tais produtores aos interesses do capital.

Embora possam ser observados elementos que comprovem a tese, há outros que nos habilitam a afirmar que o processo de produção de leite a pasto, em bases agroecológicas, ainda é parcial, embrionário, sendo ainda majoritariamente calcado no modelo de agricultura e pecuária convencional altamente dependente da exploração dos recursos naturais e da lógica do mercado, ao menos no Assentamento onde agora se estuda.

Não se trata de um processo geral, pois, enquanto a autora fala em sua menor dependência de recursos exógenos, observamos, no Assentamento, camponeses subordinados ao mercado. Quanto à utilização de recursos, exógenos e endógenos, percebe-se que o camponês, fornecedor de leite no Assentamento ainda não rompeu com a dependência em relação às mercadorias fornecidas pela cooperativa.

A relação desse camponês produtor de leite com o mercado se dá mediante a atuação da COOPERVAP. A cooperativa monopoliza o mercado, ela é única fornecedora da ração leiteira consumida nas propriedades estudadas. A alternância das estações do ano na mesorregião traz implicações no consumo de ração, que se intensifica à medida que se avança para os meses secos do ano e se reduz à medida que as águas do verão renovam as pastagens. Produtos veterinários, sementes e fertilizantes também são fornecidos pela mesma. Não obstante, as necessidades básicas da família, alimentos e remédios, são supridas em seus próprios estabelecimentos, até mesmo o combustível para veículos de passeio e trabalho é adquirido em postos da COOPERVAP. Os fornecedores de leite têm acesso às diversas lojas da cooperativa, e, ao adquirir seus produtos, estes já vêm com o respectivo valor descontado na folha de pagamento do leite.

Percebe-se que os cercos à produção são contínuos na vida do camponês. Se a sua entrada na terra e o sustento nela significou ruptura de um processo histórico de separação, o que poderia conduzi-lo a um processo de inclusão social e econômica, a nova situação que

enfrenta agora é criar e também recriar estratégias para atender às imposições que lhes são apresentadas como oportunidades.

Ações isoladas, produto da habilidade camponesa em inventar, mesmo que temporárias, suas soluções buscam driblar tal dependência da cooperativa. É o caso de um fornecedor de leite, no assentamento, que prefere beneficiar a ração ali mesmo na propriedade a partir da aquisição de milho e soja em grãos. Parece ser a confirmação, grosso modo, daquilo que Oliveira, A. U. (1994) já havia mencionado como uma alternativa defensiva à produção convencional. Contudo observa-se que isso tem levado à família uma situação de autoexploração do seu trabalho.

4.3 – Driblando as imposições: estratégias e arranjos camponeses

A estratégia citada anteriormente faz parte das saídas construídas pelos camponeses ante às situações de crises, ou no caso, buscando reduzir a dependência na qual se encontram, ou mesmo reagir às imposições das empresas do setor.

O caminho apontado por Oliveira, A. U. (1994, p.50) indica que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro.

Estamos pensando numa alternativa defensiva. Essa alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, o que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros” (Oliveira, 1994, p. 50).

No Assentamento, uma vez vinculados à atividade leiteira, os camponeses ainda não se estruturaram para desenvolver em seus lotes a policultura. Isto não indica, porém, que saídas não possam ser construídas. Vimos o caso de um dos assentados, que não vê vantagem na

criação de gado holandês, pois exige mais cuidados e, portanto, prefere conciliar atividades no lote e fora deste, com serviços de trator e consertos esporádicos em máquinas agrícolas de seus vizinhos, geralmente, fora do assentamento.

A postura defensiva, proposta por Oliveira, A. U., no entendimento de Fabrini (2003, p. 218), coloca a produção em uma lógica interna e de consumo próprio. Não implica o isolamento do camponês, mas uma inserção no mercado de forma a assegurar renda para si e não para transferi-la para o capital (indústrias, banco, comércio etc.) na etapa da circulação da produção.

Para Fabrini (2003), os camponeses têm procurado implantar uma agricultura defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais. Já no caso estudado, entre os assentados fornecedores de leite no Santa Rosa, a atitude defensiva pode ser vista na recusa em criar gado holandês e mesmo na compra de insumos como a ração industrializada. Grande parte dos assentados recorrem à palha de milho, de feijão, abóboras e feno evitando, a aquisição de concentrados via cooperativa.

Com relação à reposição do rebanho, visualizam maiores ganhos ao adotar o reprodutor de raça nelore, devido à valorização do bezerro para a recria e engorda, principalmente quando optam por ordenhar o rebanho mestiçado apenas uma vez ao dia, o que permite ao bezerro maior ingestão de leite, proporcionando ainda melhores resultados financeiros com a venda deste. Com isso, administram também o seu tempo para que possam realizar atividades externas, o que não seria possível caso se dedicassem à criação de gado holandês e realizassem duas ordenhas diárias. Na perspectiva de destacar as reações das famílias às imposições da cooperativa, observamos uma atitude que contradiz a prática dos demais fornecedores de leite. Trata-se de refutar a linearização da produção leiteira, indo contra as expectativas da

cooperativa que impõe a manutenção dos índices de produtividade, inclusive nos períodos de baixa pluviosidade do ano.

Enquanto a maioria absoluta está (foi) convencida de que o normal é tratar do gado no período da seca para alcançar o preço mais elevado do leite, um produtor vem agindo de forma distinta. Trata do seu rebanho (com ração leiteira) no período das águas, quando a abundância de pasto proporciona melhor resposta, em termos de produtividade, ao trato com ração.

Parece ter compreendido que o trabalho na seca é em vão, porque o que a vaca dá em leite ela consome em ração. Fazendo desta forma, ele se poupa do trabalho excessivo que, além de consumir o seu tempo, nada lhe sobra. Ao menos tem a consciência de que, se ele já não ganha no período seco, pode pelo menos obter renda no período chuvoso e reservá-la para enfrentar a escassez da seca.

Paulino (2003) analisa ainda o caso de uma família que abandonou a produção leiteira que recorria à tecnologia avançada, segundo recomendação da empresa capitalista, para investir na criação de gado mestiço, rompendo a lógica da agroindustrialização do leite. Assim, é evitada a acentuada dependência externa entre os camponeses, ou pelo menos sua redução, já que sua vinculação ao mercado não lhe permite essa fuga.

Passam a recusar tais imposições, porque ocorre o deslocamento das estruturas de decisão das famílias camponesas. Pois, como afirma a autora, “[...] é o deslocamento das estruturas decisórias para fora das unidades camponesas que acaba alimentando as relações de subordinação que certamente interfere na autonomia camponesa” (PAULINO, 2003, p. 119). Nisto pensou bem a autora, pois, se analisarmos a estrutura camponesa tradicional, que envolvia a tomada de decisões e emprego do trabalho num mesmo ambiente e pelo mesmo sujeito social, isto é, pelo chefe da família, que planeja e executa as mais diversas atividades cotidianas; a unidade camponesa, mesmo passando por crises, não implicava necessariamente a sua dissolução.

A dissolução da autonomia camponesa se intensifica, ou mesmo começa a ocorrer, a partir do momento em que as relações com o mercado as colocam como subordinadas. Em outros termos, quanto mais intensas as relações com o mercado, mais o camponês está sujeito às interferências (e às ingerências) externas, que o colocam como subordinado às instituições vinculadas ao capital.

Como exemplos dessa recusa, citaremos os casos em que os camponeses se valem dos subprodutos do agronegócio vizinho em substituição aos produtos adquiridos da própria cooperativa. Por ser no Entre Ribeiros que se encontram os grandes produtores de grãos, estes (ou seus subprodutos) podem ser adquiridos a custos mais acessíveis, sem os elevados custos de fretes e sem a figura do atravessador. Com o acesso aos subprodutos, até mesmo as estratégias para manutenção do gado no período da estiagem são reinventadas; mas não devem, com isso, ser considerados como recursos endógenos, pois as matérias primas que dão origem aos alimentos dos bovinos não são totalmente produzidas no lote.

Há a prática de se utilizar abóboras como volumoso (fotografia 18), isto é, aquilo que vai deixar a vaca de barriga cheia. Cultivadas nos lotes irrigados do Entre Ribeiros, parte da produção que não atende às exigências do mercado, é descartada no campo de cultivo. Contando com a boa vontade do empresário em liberar o acesso ao seu lote, este descarte é imediatamente aproveitado pelos assentados para “dar uma emenda” para nutrir o rebanho durante a seca.

Da mesma forma, ocorre com a palha do feijão. O cultivo do produto já remunera satisfatoriamente o empresário; porém a palha, colhida à meia com os assentados, lhe permite ampliar sua renda. Nesse caso, o assentado terá de direito a 50% da produção empregando apenas o seu trabalho, já que maquinários e o combustível são oferecidos pelo empresário. Por outro lado, o empresário tem acesso aos outros 50% da produção sem o pagamento de salário. Relações não capitalistas entremeadas na lógica capitalista, o artifício do capital para ampliar

sua capacidade de acumulação e reprodução. Uma forma, na qual o capitalista remunera o trabalhador sem a necessidade de meter a mão no bolso para pagar salários.

Fotografia 18 - Assentado recolhendo abóboras descartadas pelo mercado para alimentar seu rebanho



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (julho, 2017)

O feno, quando descartado ou pouco valorizado pelo mercado, é vendido também a preços acessíveis aos assentados do Santa Rosa. Não podendo pagar em dinheiro, muitas vezes, o pagamento ocorre em dias de serviço, no lote do colono em qualquer atividade de que esse venha necessitar. Para um dos assentados que eventualmente compra o feno, a desvalorização não está vinculada à qualidade, mas sim ao envelhecimento do produto, já que a produção irrigada garante produto de alta qualidade. Portanto, vimos que, nesse caso, o assentamento se constitui em um mercado para um produto que já não alcança preços que remunerem o capital investido no processo produtivo.

Cabe ainda destacar a versatilidade dos camponeses e a sua capacidade de aproveitar tudo ou quase tudo para alimentar os seus rebanhos, especialmente no período seco. Um

assentado nos relatou que já utilizou até mesmo banana como volumoso. A banana que, no período da colheita, já apresenta sinais de amadurecimento é descartada ainda no lote. Não é enviada ao mercado embora seja de alta qualidade. A vontade de continuar na terra, faz com que a criatividade e a busca por saídas sejam elevadas a todas possibilidades que eles têm.

Um “*gato de sete vidas*”. Essas são as palavras de Souza, M. M. O. (2012, p. 1), quando se refere à existência camponesa nos diversos momentos históricos e nas mais adversas condições, pois, em cada modo de produção, ele renasce com novas características, adaptando-se histórica e socialmente. Nas sociedades escravocratas, feudais ou socialistas, o campesinato encerrou particularidades específicas, construindo sua existência a partir das condições presentes, conclui o autor.

Demonstrando mais uma vez essa habilidade de criar seus jeitos, introduziram recentemente um novo subproduto entrou na lista das invenções alternativas para a criação do gado. Trata-se da palha de milho, (fotografias 19 e 20), o subproduto das indústrias “sementeiras”. Nesse caso, as empresas que produzem milho para sementes utilizam as terras irrigadas do agronegócio do Entre Ribeiros. Como a colheita do milho e a seleção das sementes são terceirizadas, o terceiro, assim que seleciona as sementes tem ainda a incumbência de dar fim ao subproduto, o que quase sempre significa incinerar a palha. O fato é que, agregada à palha há uma quantidade considerável de grãos, que engrossam seu valor nutricional.

Como de costume, a palha é conduzida até a usina Bevap para alimentar as caldeiras que produzem energia elétrica a partir do bagaço da cana processada pela mesma. Ocorre que, em uma situação de crise de pastagens, testou-se a palha de milho em uma das propriedades como principal volumoso em substituição à silagem de milho, ou sorgo, ou mesmo cana e capim. Como se observou que a palha de milho cumpriu a sua função, isto é, contribuiu para atravessar a seca sem que houvesse perdas no rebanho, notou-se também que o gado mestiçado não emagreceu nem reduziu a produção de leite, disseminou-se a prática entre os assentados.

Na avaliação de um assentado que faz uso da palha, o “terceiro” que já ganha para selecionar as sementes, adiciona ganhos com a venda da palha, seja para a usina, seja para camponeses do entorno das grandes lavouras de grãos. Os ganhos com a venda da palha aos camponeses são maiores, porque as distâncias para o assentamento são menores em relação à usina. Nesse caso, o ganho vem com a economia no frete. Por último, por se tratar de um subproduto, é negociado a preços acessíveis, já que seu destino seria a incineração. Relata o assentado, que, de tão extensa e intensa foi a seca de 2017 na região do Entre Ribeiros, chegou a faltar palha de milho aos criadores de gado leiteiro.

Fotografia 19 - Silo de palha de milho de sementes. Um novo recurso encontrado pelos produtores de leite no Santa Rosa para atravessar o longo período de estiagem



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (julho, 2017).

Necessário se faz esclarecer que a prática não é desenvolvida por todos os assentados vinculados à produção leiteira. Pareceu mais adequada àqueles possuidores de rebanho mais rústico, mestiçado, no qual predominam as características zebuínas, de maior resistência à seca e, conseqüentemente, de menor aptidão leiteira.

Fotografia 20 – Rebanho leiteiro mestiçado sendo alimentado na cocheira com silo de palha de milho.



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (julho, 2017).

Confirmando essa ressalva, ouvimos de outro assentado, um dos participantes do Projeto Leite a Pasto, com maior produção leiteira e gado selecionado, da raça holandesa, que não se serve de tal recurso, pois seu consumo diário não permite a ingestão necessária de nutrientes para um rebanho com alta produtividade.

As estratégias construídas pelos assentados nos levaram a pensar naquilo que Martins (1981) escreveu sobre o desejo de se manterem camponeses.

De fato, a obstinação desses trabalhadores em permanecer autônomos representa um questionamento a uma lei econômica do capital, que é a expropriação como requisito da reprodução capitalista do capital. Embora no caso brasileiro, o capitalismo não exproprie radicalmente o agricultor, ele o expropria indiretamente, mediante a concentração de muita terra nas mãos de pouca gente (MARTINS, 1981, p.141).

Um modelo que até permite a redistribuição de terras, até certo limite, mas não proporciona ao camponês assentado condições apropriadas para sua permanência. Diríamos até que, como são implantados os assentamentos, em vez de produzir a segurança e autonomia, levam à reprodução da dependência e da subordinação.

Viu-se, no assentamento, que a luta é contínua para fugir da subordinação. Enquanto não tinham terra, a subordinação era em relação aos grandes proprietários; mas, como assentados, passa a ser em relação à cooperativa e, para fugir desta, vão criando estratégias que os levam a outro tipo de dependência, agora em relação aos empresários do Entre Ribeiros, os quais usam os subprodutos, os descartes das grandes lavouras para estabelecerem relações de exploração do trabalho sem ter que pagar salários.

O preço para produzirem sua autonomia é a convivência com relações não capitalistas de produção. Criar estratégias constitui-se em práticas cotidianas. Contudo a reocupação daquelas áreas pelo cultivo de cana restringiu as suas opções; assim, a manifestação de outro assentado deixou explícita tal situação. O fato é que, depois que a cana ocupou grande parte das áreas de grãos, o acesso deles aos diversos subprodutos foi sendo reduzido. “Quando tinha muita lavoura lá (Entre Ribeiros), a gente catava muito feijão e muito milho, a gente nem precisava comprar”, agora com a cana ficou mais difícil, minguou muito”.

Desse modo, há um processo dinâmico socioprodutivo naquele espaço que fomenta a variação de estratégias relativas e relacionais as condições presentes no lugar. Nesse contexto, enquanto a dependência dos fatores exógenos ainda pode ser vista principalmente no período seco, como no caso da ração, que muitos são obrigados a comprar da cooperativa, os fatores endógenos se limitam aos fatores pasto, sol e água, que se limita ao período das chuvas, fato que os obriga a construir estratégias pra existirem resistindo naqueles meses de maior sequeidão.

Quanto à produção de leite em base agroecológica, proposta por Nogueira (2012) tecemos nossas considerações. São comuns as interpretações que vinculam a Agroecologia com “uma vida mais saudável”; “uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho”; “uma agricultura socialmente justa”; “o ato de trabalhar dentro do meio ambiente, preservando-o”; “o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais”; “o continuar tirando alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais”; “um novo equilíbrio nas

relações homem e natureza”; “uma agricultura sem destruição do meio ambiente”; “uma agricultura que não exclui ninguém” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 6) ; enfim, que carrega a ideia e a expectativa de uma nova agricultura capaz de fazer bem à humanidade e ao meio ambiente.

No entanto, salientamos que, no lugar de estudo a preservação dos recursos só se dá na medida em que não é possível sua conversão em renda monetária na exploração do lote. Contextualizando, o Cerrado preservado é fonte de recursos como madeira, frutos, ervas medicinais; porém, transformado em pastagens ou cultivos, no entender do produtor de leite, pode gerar ainda mais renda. A compreensão que prevalece é o conceito difundido na modernização, de que Cerrado bom (produtivo) é Cerrado desmatado (fotografia 21, p.279) e cultivado com grãos ou pastagens.

Em pesquisa no Assentamento, constatamos práticas típicas do modelo de agricultura convencional em que áreas de Cerrados continuam sendo desmatadas, tendo sua vegetação queimada nas leiras como forma de limpar a terra para posterior introdução de pastagens. Reproduzindo antigas práticas, a substituição do Cerrado pela pastagem, geralmente, de Braquiária, é seguida de danos ao ambiente, como a eliminação da biodiversidade local, perda de matéria orgânica, maior insolação, evaporação, erosão, alteração na capacidade de infiltração de água do solo devido à compactação pelo pisoteio do rebanho, comprometendo, de modo geral, o ciclo hidrológico, que, no lugar já vive em situação precária, uma vez que a apropriação e o uso da água no lugar, seja nos cultivos irrigados do agronegócio, seja no assentamento⁶³ supera a capacidade natural de recarga.

⁶³ Enquanto no agronegócio a água é utilizada na produção de grãos e cana, no assentamento, a água dos poços é utilizada para abastecer as necessidades da casa, para a dessedentação do rebanho bem como das hortas e plantios comerciais de frutas, visto que no assentamento não existem córregos ou quaisquer outros cursos superficiais de água.

As imagens obtidas, somadas à atividade de observação das práticas produtivas, não nos permitiram visualizar uma produção agroecológica, como proposto por Nogueira (2012). Para nós, o modelo de apropriação e uso dos recursos terra e água na agricultura e na pecuária convencional ainda se impõe como dominante.

Embora a escala de apropriação dos recursos terra e água seja diferenciada por parte do assentamento, isto é, em quantidades infinitamente inferiores aos observados no agronegócio, esta acaba ocorrendo. Pelo fato de não existirem cursos superficiais de água como córregos e/ou rio, o abastecimento de água no território do assentamento sempre se deu mediante a perfuração de poços tubulares, sendo que dois destes foram perfurados na implantação do assentamento no ano de 1999. Segundo dados obtidos em pesquisa, um poço já existia antes mesmo do assentamento, tendo a função de abastecer a capela, porém a demanda intensificada com a chegada das 65 famílias levou ao esgotamento do poço. A solução, no caso, veio com o aprofundamento do poço, buscando maior vazão.

Fotografia 21 - Desmatamento em lote do Assentamento Santa Rosa para posterior formação de pastagem.



Fonte: OLIVEIRA, P. M. (2017).

No entanto, a pequena declividade do terreno e o uso desregrado por parte de alguns assentados gerou insatisfações ou mesmo conflitos. Aqueles lotes localizados nas partes mais baixas do terreno tinham oferta garantida de água, inclusive para manter jardins, relatou um assentado, enquanto outros conviviam com a irregularidade no abastecimento, isto é, torneiras secas em boa parte do dia.

Quanto à relação entre o assentado pequeno produtor de leite e a Cooperativa, vimos que vai além de uma transação comercial entre fornecedor e receptor de leite. Nessa relação, os papéis, em algum momento, se invertem. O camponês assentado já não é um fornecedor, também a cooperativa já não é mais uma compradora do leite produzido no lote.

O camponês, que, historicamente, tem se caracterizado pela diversidade de produção, isto é, um policultor na sua origem; ao se tornar um cooperado, torna-se produtor especializado. É, portanto, uma especialização que não deve ser entendida como verticalização, e que, a nosso ver, o coloca na rota da dependência, pois ele não conta com todos os recursos necessários para produzir o leite. Embora disponha da terra e da sua capacidade de trabalho, não produz adubo, nem semente, nem ferramentas, nem máquinas, nem rações, nem produtos veterinários. Nesse processo, entra novamente em situação de subordinação aos interesses do capital. Assim, vai se transformando em consumidor de inúmeros insumos, sob a forma de mercadoria, coisa que também não ocorria no passado, quando produzia quase de tudo.

Contudo, no assentamento, estudamos um sujeito capaz de conjugar o antigo e o novo a seu favor. No caso do leite, por exemplo, ele se integra ao mercado, vende para o mercado globalizado a sua produção, mas, ao mesmo tempo, cria certas estratégias e se recusa comprar todos os produtos dos quais necessita desse mesmo mercado. Da mesma forma, faz com o gado mestiço, que, sendo mais rústico, o impede de ter excessivos gastos com a manutenção do rebanho. São habilidades desenvolvidas no desenrolar da vida cotidiana, que se constituem em estratégias que contribuem decisivamente para sua continuidade na atividade.

Um camponês apto a construir saídas cotidianamente. Se o capitalismo fecha o cerco, com o objetivo de torná-lo proletário, de forma surpreendente, o camponês tende a elaborar suas estratégias de forma a garantir sua existência no sistema, e como vimos, são muitas as estratégias preparadas, embora de forma relativa às imposições do capital, como afirmou Moura (1986),

Na maioria, porém, o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem da reprodução do capital (MOURA, 1986, p. 18-19).

Por outro lado, a Cooperativa que, no lugar, representa a engrenagem da reprodução do capital, ao ampliar horizontalmente sua atuação na região noroeste de Minas, não sendo apenas de compradora de leite, mas vendendo rações, sais minerais, produtos veterinários, alimentos, remédios, combustíveis, fertilizantes e outros, deixa de ser simplesmente a receptora do leite para assumir o papel de fornecedora, comercializadora de diversas mercadorias.

Silos para armazenamento da ração leiteira, ordenhadeiras, produtos de limpeza e higiene pré e pós ordenha, tanques de resfriamento fazem parte da lista das mercadorias comercializadas pela Cooperativa. Em determinados momentos do ano, nas chamadas feiras agropecuárias, o produtor tem acesso direto aos representantes das indústrias de máquinas e implementos agrícolas, que, quando adquiridos via Cooperativa são pagos em uma cota diária de leite por tempo pré-estabelecido.

Considerando o conteúdo do cartaz (imagem 04), observa-se a diversidade de empresas fornecedoras de produtos veterinários, máquinas e de demais insumos. Como o mês de setembro é véspera do ciclo chuvoso na mesorregião, a feira é estrategicamente planejada para esse mês do ano. No cartaz, pode-se ver que adubos, defensivos e sementes podem ser parcelados em até oito vezes, enquanto máquinas e equipamentos em até 24 vezes.

Nessas estratégias comerciais e de marketing, cria-se também a ideologia de se facilitar a vida do camponês. Atuando como mediadora na revenda de insumos para os produtores de leite, o que está em jogo é a fidelização deste produtor, que automática e tacitamente, se obriga a fornecer leite à cooperativa nos meses seguintes.

Imagem 04 – Cartaz de divulgação da feira agropecuária da COOPERVAP 2017



Fonte: (COOPERVAP, 2018).

4.4 - Oportunidades? Imposições! A cooperativa transformada em empresa e a resistência do camponês em se converter em consumidor de insumos e medicamentos

Nessa metamorfose, aquele que se caracterizou historicamente pelas suas relações eventuais com o mercado, sem, no entanto, se afastar dele, converte-se em fiel consumidor dos produtos daquele uma vez que passa a produzir leite. Como produtor especializado, é impelido

a produzir mais e mais um produto sobre o qual ele não tem autonomia para estabelecer o seu preço. Este é estabelecido pela cooperativa. Somente produzindo maiores volumes de leite, ele agrega as condições de adquirir aquilo que não produz. Vende um único produto enquanto adquire vários, inclusive a diversidade de alimentos que ele agora não mais produz.

Apontaríamos, portanto, diante do exposto, ao menos três efeitos desta chamada tecnificação induzida para o pequeno camponês, produtor de leite. Esses efeitos não comparecem de forma dissociada, mantêm entre si íntima relação: a especialização, a dependência e a subordinação.

No primeiro caso, há a transição de um camponês produtor de alimentos para um produtor de leite. Com a especialização, ele já não irá mais conciliar a produção de leite com a produção de alimentos; assim, deixa de produzir o sustento da família, antes baseado na policultura. Essa condição o obriga a produzir ainda mais leite para adquirir as mercadorias e satisfazer às suas necessidades de consumo diário. Enfim, não produzindo seu alimento ele se lança no mercado como consumidor de produtos que antes produzia.

No segundo caso, ao cair na dependência criada pelas empresas de laticínios, para poder produzir, ele vê a produção na sua propriedade se tornar cada vez mais onerosa, pois passa a depender dos recursos exógenos. Como não existe alternativa além da tecnificação, pois isto seria o fim da sua condição de proprietário camponês, a saída é adequar-se às imposições da empresa.

Portanto, não basta ter acesso à terra e empregar nela o trabalho familiar; a sua permanência no lote está condicionada ao fato de ter que vender a produção de leite a uma determinada firma. Deixando de produzir leite, certamente, ele retornará à condição de assalariado no agronegócio.

Já no terceiro caso, após induzir o produtor a se tecnificar, pela ameaça de exclusão do mercado, as empresas agora subordinam-no, já que são elas que estabelecem tanto os preços da produção camponesa quanto dos produtos industrializados dos quais ele se tornou consumidor. Nessa condição, ocorre a subordinação ou uma inclusão subordinada, como afirma Rezende (2014). Como fornecedor, entregando o seu produto *in natura*, sem valor agregado, vê o resultado do seu trabalho sendo apropriado pela lógica capitalista, nesse caso, a cooperativa que também já se transformou em empresa.

A cooperativa que foi criada com a intenção de fortalecer os produtores para fazer frente ao mercado, agora já metamorfoseada, ela mesma representa o mercado, não atendendo, prioritariamente, às expectativas dos camponeses fornecedores de leite, antes, sim, dela mesma como empresa.

Fundada no ano de 1963, por 40 produtores rurais do município de Paracatu-MG, portanto, anterior ao PRODECER, foi instrumento utilizado pelo Estado e pelo capital internacional no processo de modernização dos Cerrados do município para implementar os Projetos de Colonização Paracatu Entre Ribeiros I, II, III e IV. Criada como uma cooperativa agropecuária, atualmente, tem suas ações estendidas para outros ramos da atividade econômica, inclusive para os setores de combustíveis, varejo (alimentos) e fármacos.

No decorrer do trabalho, empregamos constantemente os termos metamorfosear e/ou transformar. Os espaços da pecuária se transformaram em territórios da agricultura capitalista; as áreas improdutivas dos Cerrados se tornaram celeiros de grãos; o latifundiário se converteu em típico representante do agronegócio; o migrante do Sul se transformou em colono/capitalista/rentista; os camponeses proprietários de pequenas glebas tornaram-se sem-terra; os sem-terra tornaram-se assentados; o camponês assentado, foi, por um tempo, assalariado e depois se tornou produtor especializado, dependente e subordinado. Faltava a transformação da cooperativa... No movimento evolutivo do capital e do mercado, e diante do

fato de ter tido a sua estrutura apropriada pelo Estado para implantar os Projetos de Colonização do Entre Ribeiros, a cooperativa também se transformou, manteve-se juridicamente como uma cooperativa, mas agindo como empresa capitalista.

Inocêncio (2010) fez interessante análise da metamorfose cooperativa/empresa no contexto do PRODECER, indicando que as forças de mercado impulsionaram a organização cooperativa a se comportar como elemento mediatizador entre o capital e o Estado, no processo de modernização territorial do Cerrado. Foi, portanto, no início da década de 1980, ao ser escolhida pela CAMPO⁶⁴, para implementar os quatro projetos de colonização no lugar Entre Ribeiros, que a cooperativa em questão começa a se transformar em empresa.

Para a autora, a organização sociopolítica cooperativista foi a alternativa, estabelecida pelo PRODECER, para que o capital se territorializasse no Cerrado. Naquele contexto, as cooperativas tornaram-se instrumentos que permitiam ampliamente a inserção do Cerrado ao circuito mundial de produção e a reprodução combinada e contraditória do capital, que excluiu de forma continuada homens e mulheres do processo de produção no campo.

O caráter excludente (também monopolizador) pode ser visto em San Martin e Pelegrini (1984), que produziram seu trabalho nos primeiros anos da modernização do Cerrado mineiro. Como forma de atender às condições mercadológicas competitivas, as cooperativas impuseram aos seus associados condições de produção cada vez mais distantes dos princípios cooperativos, distanciando-se do sistema da solidariedade cooperativa, base da coesão entre os cooperados e a cooperativa.

Segundo os autores, os cooperados que se recusavam a adquirir sementes e fertilizantes das cooperativas do PRODECER sofriam, como consequência, com a recusa por parte desta

⁶⁴ Companhia de Promoção Agrícola (CPA), mais tarde, teve o seu nome alterado para CAMPO. Empresa nipo-brasileira, criada no âmbito do PRODECER, para coordenar o processo de reocupação dos Cerrados a partir da agricultura moderna.

em estocar a produção ou mesmo na comercialização. Concluíram os autores, desde então, que quando foram transformadas em instrumentos do PRODECER para implantação do projeto nos Cerrados, as cooperativas já não estavam mais a serviço dos cooperados, mas do capital; enfim, continuavam como cooperativas no plano legal, mas, na prática, atuando como organização capitalista. Vê-se que os autores se referiam ao caso daqueles colonos que foram inseridos no processo modernizante, não daqueles que, por ora, já haviam sido excluídos. Enfim, a cooperativa não estava interessada em conceder os melhores preços aos seus associados, pois, se fosse assim, estes não iriam procurar outros fornecedores de insumos; a cooperativa desde então já atuava tão somente com o intuito de acumular riquezas.

No caso estudado, após ter findado o PRODECER, em 2002, conforme Inocêncio (2010, p.100), a cooperativa em Paracatu, fortemente enraizada no município, expande sua área de captação de leite em áreas onde antes a Nestlé exercia sua influência, como o município de Guarda-Mor, Vazante e Lagoa Grande, em um processo de expansão que já se desenhava desde o fim da década de 1990. No entanto, continua desenvolvendo práticas que a fazem distanciar dos princípios do cooperativismo⁶⁵, ao adotar os princípios empresariais à proporção que se adapta à competitividade do mercado.

⁶⁵ De acordo com o SEBRAE, as cooperativas são organizações voluntárias que funcionam com base em diretrizes internacionais estabelecidas há mais de 150 anos. Em 1844, durante a constituição da 1ª cooperativa formal, em Rochdale, Inglaterra, os 28 participantes pioneiros estabeleceram alguns princípios do cooperativismo que são observados até os dias atuais. Em 1995, durante a realização do Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Manchester, também na Inglaterra, foi feita a redação dos Princípios dos Pioneiros de Rochdale. **1 - Livre e aberta adesão dos sócios – Um modelo para todos.** As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas interessadas em utilizar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades da sociedade, sem discriminação social, racial, política, religiosa e sexual (de gênero). **2 - Gestão e controle democrático dos sócios – Todos têm os mesmos poderes.** As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus associados, que participam ativamente na fixação de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, quando assumem como representantes eleitos, respondem pela associação. Nas cooperativas de primeiro grau, os sócios têm direitos iguais de voto (um sócio, um voto). Cooperativas de outros graus são também organizadas de forma democrática. **3 - Participação econômica do sócio – Todos são donos.** Os associados contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Ao menos parte desse capital é, geralmente, de propriedade comum da cooperativa. Os associados geralmente recebem benefícios limitados pelo capital subscrito, quando houver, como condição de associação. Os sócios destinam as sobras para algumas das seguintes finalidades: desenvolver sua cooperativa, possibilitando a formação de reservas, onde ao menos parte das quais sejam indivisíveis; beneficiar os associados na proporção de suas transações com a cooperativa; sustentar outras atividades aprovadas pela sociedade. **4 - Autonomia e independência – Todos têm autonomia de decisão.** As cooperativas são autônomas, organizações de autoajuda e controladas por seus membros. Nas relações com

A fórmula encontrada para se manter no mercado foi a alteração de sua conduta, em benefício próprio e em favor da reprodução do capital, e em detrimento dos princípios cooperativos e dos cooperados em questão.

Para Inocêncio (2010), a atuação das cooperativas na estruturação do PRODECER é ilustrativa do modo como elas vêm se firmando como instrumentos privilegiados da modernização e expansão da produção via incorporação de capital. Elas cedem à pressão das forças de mercado que as levam a alterar sua conduta, para que possam sobreviver no mercado competitivo, e produzem uma série de questionamentos a respeito dos princípios que norteiam sua natureza.

Funcionam como empresa, na qual os cooperados adquirem cotas de seu capital, como objetivo de produzir serviços de que necessitem, assumindo, então, a função de usuários; e/ou assumem a natureza orgânica como associação, grupo cooperativo. Essa natureza dúplice constitui uma das características fundamentais desse tipo societário (INOCÊNCIO, 2010, p. 101).

Nessa natureza dúplice, como indicado pela autora, age como empresa, quando o assunto é mercado e age como cooperativa, ao menos no discurso, quando o assunto é a produção do cooperado. Portanto, atua de forma desvirtuada, pois, se, por um lado garante a aquisição daquilo que é produzido na propriedade camponesa, por outro lado, ao pensar no lucro e na sua própria sobrevivência no mercado, pressiona os preços para baixo, deixando o produtor com pequenas margens de renda, subordinando a produção camponesa. E articula de

outras organizações, inclusive governos, ou quando obtêm capital de fontes externas, o fazem de modo que garantam o controle democrático pelos seus associados e mantenham a autonomia da cooperativa. **5 - Educação, treinamento e informação – Todos ensinam e aprendem.** As cooperativas fornecem educação e treinamento aos seus sócios, aos representantes eleitos e aos administradores e empregados, para que eles possam contribuir efetivamente ao desenvolvimento de sua cooperativa. Eles informam ao público em geral, particularmente aos jovens e líderes de opinião, a natureza e os benefícios da cooperação. **6 - Parceria entre as cooperativas – Todos se ajudam.** As cooperativas servem seus associados mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativista trabalhando juntas por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. **7 - Interesse pela comunidade – Todos saem ganhando.** As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades por meio de políticas aprovadas por seus associados. (SEBRAE, 2017, ADAPTADO).

maneira eficiente essa dupla orientação, convencendo os cooperados de que são eles os maiores beneficiados na relação entre ambos. Para contextualizar, indicaremos aqui tais momentos.

Primeiro, quando ampliou sua área de atuação, assumindo a captação de leite nas áreas onde a Nestlé atuava, concedeu ao produtor o benefício de entregar na propriedade rações, sal, minerais, sementes e adubos dos quais o produtor necessita no seu cotidiano sem o custo (aparente) do frete. Para o produtor, um alívio.

Segundo, propôs aos produtores e cumpriu o chamado décimo terceiro salário, bastante atrativo no início, mas que foi se reduzindo com o passar dos anos. Na verdade, a participação nos resultados financeiros da cooperativa. Para o produtor mais ânimo. Jamais o produtor de leite tinha visto isso acontecer.

Terceiro, em poucos anos de atuação, nas novas áreas, extinguiu a política de cota/excesso praticada pela Nestlé ao longo de todo o período de captação de leite na região. Uma política que sacrificava o produtor o ano todo. Pois, se, no verão chuvoso, a empresa o sacrificava pela baixa remuneração do leite; no inverno seco, o sacrificava no sentido de induzi-lo a alcançar uma cota maior de produção, obrigando-o a investir mais tempo de trabalho e dinheiro na compra de ração; porém tal feito impediria a desvalorização do leite nas águas seguintes. A extinção do sistema de cotas foi mais um alívio para o produtor.

Quarto, por ser a cooperativa também proprietária de supermercados, farmácia, postos de combustíveis e lojas veterinárias, vai passando a imagem de que o produtor está comprando a prazo, já que sua compra será descontada na próxima folha de pagamento do leite. Ilusão, porque ele fornece leite todos os dias à cooperativa. Então, ele não está pagando a prazo, está pagando à vista ou mesmo antecipadamente.

Por último, a aquisição de sementes e fertilizantes é facilitada pelo benefício que a cooperativa concede em parcelar tais negociações em até oito vezes, tendo o pagamento

descontado na folha de leite. Para o produtor, uma condição e tanto. Para a cooperativa, o compromisso tácito assumido pelo camponês de continuar sendo um fornecedor de leite. Não fica devendo dinheiro à cooperativa, mas fica lhe devendo leite, que deverá ser fornecido nos meses em que se procedem os descontos. Ainda assim, o produtor, por si mesmo, faz a comparação com os tempos em que era fornecedor da Nestlé. Desse modo, mesmo sendo explorado na venda do leite e na compra das diversas mercadorias necessárias, ele se convence de que ainda tem benefícios em continuar sendo cooperado.

Em termos comparativos, a cooperativa que se transformou em empresa, mesmo com tais benefícios citados acima, ainda consegue faturamento milionário no decorrer do ano. O exposto acima nos serve para indicar o quanto a Nestlé expropriava (e ainda expropria) o camponês nas suas áreas de atuação.

Para Inocêncio (2010), a cooperativa, como instrumento econômico, propõe uma maneira particular de articulação dos fatores produtivos, excluindo relações de exploração capitalista. Em sua natureza social, procura superar a dominação mediante a geração de uma resposta positiva e coletiva ao sistema capitalista. Contudo, no caso do Cerrado, as cooperativas se articularam como instrumentos de viabilização econômico-produtiva do processo de modernização tecnológica e estratégica da territorialização do capital (INOCÊNCIO, 2010, p. 101). Concordamos com a autora, pois como instrumento econômico não exclui relações de exploração capitalista, simplesmente, ao conceder aos associados os benefícios elencados acima. Em se tratando de mercado, o associado passa a ser visto como um simples consumidor. Por outro lado, em sua natureza social, não consegue superar a dominação, visto que a produção camponesa continua subordinada, já que os preços daquilo que vende e daquilo que compra são estabelecidos pelo mercado, no caso, a cooperativa em questão.

A realidade concreta evidencia que o cooperativismo se moldou à dinâmica do capitalismo, alterou seus métodos organizacionais e operacionais, buscando incessantemente a

eficiência, racionalidade econômica, e restringindo a participação dos associados no processo decisório. O que pode ser notado, por exemplo, na política de estabelecimento de preços de leite, definida unilateralmente pela cooperativa sem considerar os custos da produção de leite no período da seca, quando os camponeses trabalham, nos meses finais desta estação “no vermelho”. Outro exemplo da restrição dos associados no processo decisório foi o estabelecimento da política de cotas (hoje extinta) por parte da cooperativa, revelando-se muito mais uma prática da empresa capitalista do que de uma cooperativa.

Para Panzutti (1997, p. 103), com o processo de modernização da agricultura, principalmente após 1970, e as mudanças no mercado em geral, o cooperativismo elevou seu patamar para empresa agrícola e se tornou uma macro organização. Como tem acesso direto a milhares de produtores, a cooperativa em Paracatu faz uso desta condição para atuar como mediadora na aquisição de maquinários agrícolas, insumos diversos, ordenhadeiras, etc. aumentando mais ainda as suas receitas, com base nas relações privilegiadas estabelecidas com os cooperados.

Na verdade, a empresa/cooperativa torna-se um ponto de convergência comercial/econômica; pois, se, de um lado, converte-se em uma unidade de procura e de representação das multinacionais, indústrias que produzem para a agricultura, demandando produtos, tais como insumos, adubos, tratores, máquinas e equipamentos, visando alcançar os seus cooperados, o que significa apoio dessas empresas; de outro lado, representa uma unidade de oferta para as indústrias processadoras (agroindústrias) de seus produtos in natura (PANZUTTI, 1997,p. 106).

Há, no caso em questão, de se considerar o fato de que, em Paracatu, a própria cooperativa assume parcialmente a função de indústria processadora. Beneficia o leite captado, transformando-o numa variedade de produtos, como queijo, doce, requeijão, manteiga, ao todo, são 27 produtos com a marca Produtos Paracatu. Também o fato de fabricar variados tipos de

ração com fins de atender o cooperado – ao todo, são vinte e dois tipos de ração –, evidencia a visão empresarial da cooperativa, que transforma produtores de leite em potenciais consumidores, exercendo, basicamente, o monopólio em relação ao fornecimento de ração aos seus cooperados.

A fábrica de ração, instalada no perímetro urbano da cidade de Paracatu, processa anualmente toneladas de ração para o bovino leiteiro. Para isso, a cooperativa conta com dois silos de armazenamento de grãos no município. Um deles está no espaço urbano, junto à fábrica de rações (imagem 05), cuja capacidade é de 40 mil toneladas de grãos, o outro, no Entre Ribeiros, com capacidade de armazenamento de 28 mil toneladas de grãos.

Imagem 05 – Vista aérea da fábrica de rações, ao lado dos silos de armazenamento de grãos.



Fonte: COOPERVAP, (2018).

Dando mais um passo no processo de expansão, a COOPERVAP e outras três cooperativas do Alto Paranaíba - MG, fundaram a Cooperativa Central Mineira de Laticínios

Ltda⁶⁶ (CEMIL), da qual detém 25% das participações, inclusive elegendo o seu presidente neste último mês de março (2018).

A história de mais de cinco décadas de atuação no município (década de 1960) e nos municípios vizinhos – a partir da década de 1990 – confere à cooperativa em questão uma grande representatividade política em termos de município e região. Fala-se, em Paracatu, que, quem almeja o executivo municipal, primeiro, deve passar pelos quadros executivos da cooperativa. Há, portanto, correlação entre os ex-presidentes da cooperativa e os ex-prefeitos do município, que, a partir de então, se mantêm na carreira política. Fato que nos faz lembrar da figura dos tradicionais “coronéis”, que eram, ao mesmo tempo, os grandes proprietários de terras e os representantes máximos da política local. Só que aqui não é a propriedade da terra diretamente a fonte de riqueza e poder, mas indiretamente, a partir do produto da terra, que a cooperativa se faz presente politicamente no município.

No estudo da área, observamos que muito se transformou, mas não o poder atribuído àqueles que têm fortes ligações com a terra, este, sim, se mantém. Assim como os coronéis tinham seu poder vinculado à grandeza das terras que possuía, a cooperativa detém um forte poder político em função da grandeza de suas operações, que extrapolam os limites do município onde está sediada. Em matéria de março de 2018, o portal Paracatu.net, que trata da eleição para os quadros executivos da cooperativa, o atual presidente afirmou a grandeza da instituição na mesorregião, com aumento do número de associados que atualmente somam cerca de 2.400 produtores, chegando a captar diariamente 265 mil litros de leite, recolhendo 29 milhões de reais em impostos (PARACATU.NET, 2018). Um processo de ascensão contínua,

⁶⁶ Atualmente, a CEMIL possui um quadro de associadas composto por quatro cooperativas agropecuárias, que são: a Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. (COOPA), a Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda. (COOPATOS), a Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. (COOPERVAP) e a Cooperativa Mista Agropecuária de Dores do Indaiá Ltda. (COMADI). Juntas, elas aglomeram mais de sete mil produtores rurais. Hoje, 2018, a capacidade instalada do parque industrial da CEMIL é de 20 milhões de litros mensais. A COOPERVAP é responsável pelo fornecimento de 25% deste total. (CEMIL, 2018).

já que, nos anos iniciais do projeto Leite a Pasto, a produção anual de leite na área da cooperativa crescia em média 3,6% ao ano, de modo que, em dezembro de 2010, os 1600 cooperados alcançaram recordes de 220 mil litros diários, conforme Nogueira (2012).

Um dado pode ser acrescentado, tendo como base os seis anos que separam a pesquisa de Nogueira (2012), e esta que se estende até o ano de 2018: o notável crescimento no número de associados. Credita-se esse crescimento, na ordem de 50%, às novas adesões, principalmente, de assentados dos 12 assentamentos implantados no município. Como se observa que a produção total não cresceu na mesma proporção, no entorno de 20%, verifica-se que é devido à pequena produção que ocorre nos assentamentos, que, quando não é limitada pelo fator terra, é limitada por fatores de ordem técnica e financeira.

Retomando a ideia de metamorfose da cooperativa, Muller (1981, apud Inocência 2010, p.103), aponta que a cooperativa se torna um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação do camponês sem, entretanto, destruí-lo, ou seja, pode se constituir em um eficiente instrumento de subordinação de agricultores camponeses ao capital. A cooperativa passa a atuar como mediadora, facilitando a sujeição da renda da terra ao capital. Esta é a razão pela qual o Estado se apropriou da estrutura da cooperativa, inclusive, dotando-as dos recursos necessários para enfrentar vicissitudes de diversas origens, tendo se utilizado delas para facilitar a implementação de políticas agrícolas.

As cooperativas agrícolas, no PRODECER, além de assumirem o sistema de produção e de comercialização, exerceram um papel de influência e de demonstração para os produtores de outras regiões, fora do Cerrado e principalmente para os agricultores, que não acreditavam na experiência tecnológica de uso do solo. Foram instituições estratégicas na territorialização do capital no campo.

As demonstrações realizadas nos chamados dias de campo eram suficientes para convencer antigos proprietários a se tornarem novos produtores nas terras outrora relegadas ao

abandono, quase completo, nas grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva. No caso do projeto Entre Ribeiros, na sua etapa inicial, a própria cooperativa que implantava o projeto tornou-se proprietária de um dos lotes, assumindo função idêntica à dos colonos vindos do Sul. No Projeto Entre Ribeiros I, além do lote, tem ainda uma área onde estão instalados os silos de armazenamento e secagem de grãos, escritório, moradia, escola, restaurante e campo de futebol.

Para Panzutti (1997, p.107), as transformações na agricultura, nos últimos 40 anos, os ajustamentos por parte das cooperativas agrícolas e a redefinição que o Estado lhes imprimiu, levando-as a se tornarem empresas sem perder as características de sociedade cooperativa levaram a cooperativa a desempenhar outras atividades, tais como: a manufatura, a distribuição de insumos para a unidade produtiva agrícola e também a exercer operações, como armazenamento, processamento, industrialização, distribuição de produtos agrícolas e seus subprodutos e outros. Diríamos que, em Paracatu, a COOPERVAP seguiu à risca esses novos mandamentos do mercado, expandindo horizontalmente a sua ação no mercado regional: leite e derivados, rações, insumos, maquinários, farmácia, hipermercado, combustíveis, produção agrícola, armazenamento, processamento, distribuição de seus produtos etc.

No caso dos derivados do leite, a COOPERVAP tem, em Brasília/DF, seu principal mercado consumidor desde o início das atividades em 1963. A distância aproximada de 230 quilômetros pela rodovia BR- 040, que liga as duas cidades, permite acesso facilitado dos “Produtos Paracatu”, marca da COOPERVAP, ao grande mercado consumidor de mais de três milhões de habitantes, o Distrito Federal⁶⁷, conforme declaração de seu diretor comercial.

Nesse sentido, como sugeriu Inocêncio (2010, p. 108), o movimento cooperativista, que surgiu com o objetivo de corrigir o social pelo econômico, valendo-se de associações,

⁶⁷ De acordo com o Correio Braziliense, Brasília se torna a terceira maior capital do país, atrás somente de São Paulo e Rio de Janeiro, com três milhões de habitantes. (CORREIO BRAZILIENSE, 2017). https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/31/interna_cidadesdf,622269/brasil-se-torna-a-terceira-maior-capital-do-pais-com-3-mi-de-habita.shtml. 31/08/2017. Acesso em 10/04/2018.

transformou-se em alternativa para gerir os negócios do mundo capitalista, principalmente no campo, submetendo-se às estratégias do capital, como forma de se reproduzirem. Para a autora, o atual modelo de desenvolvimento agrícola, fortemente vinculado ao capital e regido rigorosamente pelas leis do mercado, a cooperativa consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, atendeu a interesses da política governamental e da reprodução capitalista no campo e não aos verdadeiros interesses dos associados.

Desse modo, assim como fez primeiramente nas propriedades modernizadas no contexto do PRODECER, e, mais tarde, nas unidades camponesas, bem como nos assentamentos, a cooperativa atua como ponta de lança do capital para que esse possa se reproduzir. Vê-se que, enquanto a cooperativa se transforma em empresa, o capital, contraditoriamente, se metamorfoseia em cooperativa para poder se apropriar da renda da terra e do trabalho camponês.

É o que se vê da relação entre a COOPERVAP, os colonos do Entre Ribeiros e os Assentados do Santa Rosa. Primeiro, o Estado se apropria da estrutura da cooperativa para implantar seus projetos de colonização, dotando-as de todas as condições e recursos necessários para tal, e uma vez estando estruturada na área de atuação, estende suas ações em direção à pequena produção camponesa, no caso, o leite produzido pelos assentados do Santa Rosa, em outros assentamentos da área de atuação e demais fornecedores na referida área. Assim, o capital encontra possibilidade de reprodução tanto nas áreas onde ele mesmo criou as condições ideais, isto é, nos empreendimentos do agronegócio, bem como nos territórios camponeses, onde ele vai capturar não somente a renda da terra, mas a renda acrescida do trabalho camponês em forma de produto *in natura*, o leite, acrescente-se a isso o fato de que ela também ganha na comercialização de insumos.

Esta é a forma de o capital se apropriar, tanto do trabalho quanto da renda da terra, sem excluir o camponês do meio onde vive e ainda sem a necessidade de se territorializar no campo,

conforme vimos em Oliveira, A. U. (1996). Este processo é muito bem interpretado por Marcos (2008), quando mostra que as empresas agem

[...] estabelecendo acordos com os pequenos camponeses ou capitalistas que passam a produzir e entregar seus produtos pare serem processados por elas, de acordo com os padrões de qualidade definidos no momento da contratação. Agem sujeitando a renda da terra ao capital e, ao possuírem seus tentáculos em diferentes setores produtivos, o fazem seja através da venda de sementes e insumos (capital comercial), seja através da compra dos produtos para serem processados (capital industrial) seja ainda, em alguns casos, adiantando parte dos recursos necessários para serem investidos no processo produtivo (capital financeiro) (MARCOS, 2008, p. 195).

Como consumidor, esse camponês adquire os mais distintos produtos a preço de mercado. Encurralado pelas regras nada amistosas do mercado, sobra-lhe apenas a terra, o trabalho e a consciência formada de que, na cidade, as coisas ainda podem piorar, como afirmou Nogueira (2012, p.92), porque com a decisão de permanecer no campo ao menos mantém a esperança da autonomia, uma vez que na cidade a sujeição é total.

Na sua lida cotidiana, a relação com o mercado e/ou com a cooperativa o faz tomar consciência da sua sujeição. Esta torna-se ainda mais visível, quando velhas práticas das empresas do setor lácteo são acionadas em prejuízo dos produtores; trata-se da política de cota e excesso de leite. Em relação a esta política, esclarecemos que não se trata de algo novo, mas corriqueiro entre as empresas do setor de laticínios. Trata-se de uma prática reproduzida por tantas empresas que já atuaram em municípios do Noroeste no passado recente. A Nestlé, por exemplo, iniciou suas atividades em 1979 na região estudada, tendo seu posto avançado de receitação de leite em Vazante/MG, de onde era transportado por rodovias até a cidade de Ibiá-MG, no Alto Paranaíba, onde era processado pela transnacional.

A consciência da sujeição faz com que nem sempre a relação entre fornecedores e cooperativa sejam amistosas, marcadas, geralmente, por conflitos e que, mesmo quando não expostos, não escondem a insatisfação do cooperado. A política de cota era estabelecida pela quantidade de litros de leite produzidos no período da seca. Assim, estabelecer cotas no período

da seca tem implicações tanto para a empresa quanto para o produtor. Para a empresa, implica acesso ao produto sem os chamados picos de produção verificados na estação chuvosa, alternados de momentos de declínio da oferta durante a estiagem. Para o cooperado, passava-se a ideia de que a suposta valorização da sua produção no período seco compensaria a evidente desvalorização no período chuvoso. Dessa forma, o cooperado era desencorajado a produzir quando as condições naturais o favoreciam e estimulado a produzir quando as condições naturais lhe impunham obstáculos, isto é, limitar a produção nas águas e estimular a produção na seca.

Por esta política, qualquer volume de leite produzido nas águas que superasse o volume da seca era o “excesso”, que era brutalmente mal remunerado. Os conflitos se deram nesse momento. A situação relatada por um dos camponeses produtores de leite no assentamento, por volta do ano 2008, indica-nos a seguinte ordem dos fatos: para o leite produzido dentro da cota, cada litro era remunerado à base de R\$ 0,80 centavos (oitenta centavos), porém para cada litro produzido de excesso, era remunerado por apenas R\$ 0,07 centavos (sete centavos). Com isso, observa-se claramente o objetivo das empresas/cooperativas com tais políticas: obter a regularidade na oferta de leite, independente dos ciclos da natureza. Portanto, a baixa remuneração se constitui na forma mais eficiente de desencorajar a produção leiteira nas águas e, conseqüentemente, se evitar a superprodução. Na seca, ocorria um aumento relativo do preço do leite, com o objetivo de estimular a produção, evitando, assim, a escassez.

Contudo algumas situações ficaram visíveis no decorrer das pesquisas, mesmo depois de extinta a política de cotas. É o fato de os produtores continuarem se preparando para produzir maior ou igual volume de leite durante a seca. Interessante em todo o processo é que, no referido período, os preços das vacas leiteiras são inflacionados. Cria-se até um mercado de vacas leiteiras, em lactação, exatamente nesta época do ano. Aqueles criadores que percebem a

oportunidade de negócio acabam se tornando produtores de vacas leiteiras, não somente produtores de leite.

Na cooperativa, a diretoria comercial sutilmente nos afirmava que, diante do fato do produtor ter se profissionalizado e ter se convencido da necessidade de produzir leite o ano todo, não faria mais sentido continuar com a política de cota/excesso. Nós, portanto, vamos um pouco além da declaração obtida, ao entendermos que, diante dos tantos compromissos assumidos no decorrer do ano, o camponês não se dá ao luxo de poder produzir uma pequena quantidade de leite em qualquer que seja o período do ano.

Enfim, os objetivos já foram atingidos, a produção foi linearizada e o camponês que quer, ou quis continuar na atividade leiteira, foi obrigado a se adaptar. O camponês saiu da dependência do trabalho externo, quando entrou no lote, mas, ao iniciar a atividade leiteira, entrou na dependência da cooperativa. Até porque o rebanho leiteiro que, normalmente, cria, da raça holandesa, é exigente em relação ao trato, não suportaria os longos meses secos típicos do Noroeste de Minas, apenas se alimentando da palha seca de Braquiária, que porventura ainda possa existir e resistir aos meses de estiagem. Pelo menos aprendeu com isso que a vaca, estando bem alimentada, logo estará prenhe novamente, a garantia de que estará em lactação em breve e constitui-se em certeza de que aquele bezerro que amamenta logo poderá ser vendido para recria, aliviando parcialmente o “arrocho” decorrente dos compromissos assumidos.

Tanto o produtor tradicional quanto o assentado são conscientes de que, se produzirem menos leite, passarão por sérias dificuldades nos meses seguintes, já que, nos períodos secos, o leite é fornecido quase como moeda de troca pela ração. Enfim, é o rebanho em lactação naquele momento que irá sustentar a totalidade do rebanho da propriedade, como novilhas, bezerros recém-desmamados, touros, equinos etc. Por isso, ele foi convencido de que, nesse período, quanto mais vacas em lactação, menor será o sufoco nos meses críticos da estiagem.

Ao findar o período da seca, o camponês, na necessidade de fazer o plantio para a silagem, já pensando na seca do ano seguinte, compromete parcialmente o resultado da sua produção leiteira ao adquirir da própria cooperativa os fertilizantes, as sementes, implementos e o combustível. Negociadas em parcelas (ver prazos na imagem 04), que não comprometem a reprodução da cooperativa, se estendem até a metade do ano subsequente, estendendo, assim, no tempo, o compromisso entre ambas as partes.

Fica óbvio, diante das amarras criadas, que o camponês continua vinculado à cooperativa, que não se faz necessário outro instrumento capaz de impor com sucesso a continuação do fornecimento de leite, muito menos que o obrigue a manter uma cota padrão de produção. Ele mesmo cuidará, disciplinarmente, de produzir uma quantidade de leite que seja compatível com os compromissos assumidos.

Assim, quem ganha é a própria cooperativa, e até mesmo sua imagem diante de seus associados, é alterada, sendo avaliada positivamente. Pois, se, de um lado, extinguiu a política de cotas que gerava incômodos aos fornecedores; por outro, não tem oscilações na captação de leite ao longo do ano, e o melhor ainda está por vir, como fornecedora de inúmeros itens aos produtores de leite, cativa-os como consumidores fiéis, que muito contribuem na elevação de seu faturamento anual, que, conforme declaração da diretoria comercial, chega à ordem dos milhões.

Não é mera coincidência o fato de tanto o salário do trabalhador quanto o produto da unidade camponesa terem seus valores fixados externamente. Afinal, ambos estão subordinados ao capital. Vimos que, se, por um lado, o capitalismo, em seu processo evolutivo não conseguiu eliminar o campesinato, isto é, não fez dos camponeses nem burgueses nem proletários; por outro, o capitalismo, enfim, conseguiu conduzi-los a um nível de especialização, que teve implicações na sua autonomia relativa e que, ao transformá-lo num produtor (especializado) de

mercadorias, tem a condição de se apropriar do produto do seu trabalho, convertendo-o finalmente em um trabalhador para o capital.

Tanto para um quanto para o outro, aquilo que vende é apropriado pelo capital, seja trabalho, seja mercadoria. Martins (1981) nos ensinou que, na sua (ilusória) relação de igualdade com o capitalista, o assalariado tem seus ganhos (salário) apenas na medida suficiente para que ele se reproduza como tal. Trata-se de uma relação de igualdade porque ambos são livres para efetuar uma negociação. A relação de compra e venda só pode existir entre pessoas formalmente iguais.

Além de livres são, pois, iguais àqueles que são proprietários. É nessa relação de liberdade e de igualdade que se baseia a relação social capitalista. Os trabalhadores expropriados são livres para vender o que lhes resta, a sua força de trabalho, a quem precise comprá-la, quem tem as ferramentas e os materiais, mas não tem o trabalho. (MARTINS, 1981, p.152-153).

Para o autor, o capitalista compra a força de trabalho por que ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única de todas as mercadorias que pode criar mais valor do que aquele que ela contém.

Por isso, o valor da força de trabalho é medido pela parte do valor, da riqueza, criado pelo trabalhador com seu trabalho que a ele retorna por intermédio do capitalista, sob a forma de salário; ou seja, de dinheiro para que ele compre no mercado as coisas e os serviços de que ele precisa para se reproduzir como trabalhador, para voltar a ser trabalhador no dia seguinte, isto é, para voltar a oferecer seu trabalho ao capitalista. A função do salário é a de recriar o trabalhador, fazer com que o homem que trabalha reapareça como trabalhador do capital. Assim, ele recria ao mesmo tempo a sua liberdade e a sua sujeição (MARTINS, 1981, p. 154).

A troca que faz com o patrão é uma troca, apenas, aparentemente igual. O capitalista, não seria capitalista se o seu envolvimento nesta relação social de troca produzisse como resultado unicamente a riqueza que já possuía, quando começou o seu relacionamento com o trabalhador. Uma relação aparentemente igual, que produz resultados econômicos profundamente desiguais entre si, o salário e o lucro, personificadas por pessoas de fato desiguais, que são o trabalhador e o capitalista. (MARTINS, 1981, p.155). Amanhã ele

continuará sendo assalariado, dependendo do salário, portanto, de vender sua única mercadoria, para se reproduzir como tal.

De forma não tão distinta é o camponês, produtor de leite, que também tem um contrato de fornecimento de leite com a cooperativa; enfim são sujeitos sociais formal e legalmente livres e iguais. Dia-após-dia, ele se reproduz como produtor de leite, pois o preço do leite estabelecido pelo mercado, pela cooperativa/empresa, permite que sua renda, ou remuneração mensal, seja suficiente apenas para que se reproduza como fornecedor. Caso o leite fosse remunerado por maior valor, logo, ele se converteria em um capitalista. Esse não é o objetivo do capital, que procura, sob todas as formas, separar o trabalhador dos meios de produção para que possa continuar explorando-o.

E quando o camponês pensa que terá renda maior com a atividade nas águas em função de não adquirir ração, logo, o preço pago por litro de leite sofre redução com a justificativa de que a oferta aumenta. A pergunta que fica é a seguinte: se a tecnificação do produtor conduziu à regularização na oferta de leite ao longo do ano, considerando o período chuvoso e seco, por que então a cooperativa reduz o valor pago por litro de leite ao produtor no período das águas, alegando justamente aumento da oferta?

Vê-se, a partir daí que, não se pratica explicitamente a política de cotas, mas, pelo fato de reduzir os valores pagos, implicitamente, estará desencorajando a produção neste período. O que dá na mesma. Nesse caso, a política de preços, regida pelas leis do mercado com base na oferta e demanda, acabou substituindo a política de cotas.

Parece-nos um claro mecanismo de transferência de renda ou apropriação da riqueza em favor da cooperativa. O que significa dizer que, se, por um lado, a cooperativa deixa de ganhar porque vende menos ração no período chuvoso, ela compensa por outro, ao pagar um menor valor por litro de leite. Como o capitalista paga em salário apenas o valor suficiente para que o trabalhador se reproduza como trabalhador, e continue tendo necessidade de vender a sua mão

de obra no dia seguinte, a cooperativa, da mesma forma, faz com o cooperado fornecedor de leite.

Quando os custos de produção são menores, nas águas, o preço do leite sofre queda, com a justificativa da maior oferta; quando os custos de produção são maiores, na seca, os preços se elevam, com justificativa da redução da oferta. Ora, a tecnificação do produtor já não teria resolvido esse problema? Conclui-se que o preço do litro de leite se valoriza na seca, apenas e intencionalmente como forma de subsidiar a sua produção, pois, no fundo, as empresas do setor são cientes de que, trabalhando no limite, os fornecedores estariam impossibilitados de produzi-lo naquele período.

Somente fazendo assim, a cooperativa mantém seus processos de acumulação capitalista, impedindo, ao mesmo tempo, que essa renda seja transferida ao fornecedor de leite (porque teoricamente teria economizado ao comprar menos ração no período chuvoso). Este, quando pensa que pode ter maiores lucros produzindo mais na seca, o consumo de ração reduz seus ganhos. Quando pensa que irá ter maiores ganhos nas águas, o preço recebido pelo leite é reduzido. Conclui-se que, agindo dessa forma, o processo de acumulação ocorre sempre em favor da cooperativa, mas nunca em favor do fornecedor de leite, seja assentado, seja pequeno produtor tradicional do lugar. E assim, vive com a expectativa de que com o tempo, no futuro as coisas estejam melhores do que hoje, não perdem a esperança.

Compreende-se, portanto, que, enquanto era separado da terra, como propusemos na seção 1, era o grande proprietário que extraía e apropriava-se do seu trabalho. No entanto, ao entrar na terra e tendo a condição de produzir nela o seu sustento, como vimos nesta seção, é o capitalista, ligado aos grandes grupos empresariais, ou mesmo cooperativas, que se apropriam tanto do trabalho quanto da renda extraída da terra.

De bem natural que é, devendo por isso ser acessível a todos que queiram nela trabalhar, a terra se converteu em mais um recurso do capital. A partir da subordinação da renda da terra,

essa se tornou uma forma de acumulação de capitais. Pode o homem estar separado dela, como historicamente esteve, mas o capital nunca está. Porque a terra tem se constituído, ao longo da história da nossa nação, um bem de produção que possibilita a reprodução do capital, não necessariamente a reprodução da vida.

A fim de caminhar em direção aos passos finais do trabalho, indicamos que, no espaço do Entre Ribeiros, as ações relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo no campo e à apropriação capitalista dos recursos naturais e sociais se deram, e ainda se dão, de forma que prevaleceram os processos de exclusão.

Identificamos também que a reprodução camponesa ocorre nas brechas, nos interstícios dos espaços não apropriados pelo agronegócio; e mesmo assim, a reprodução camponesa, quando possibilitada, está sujeita à subordinação ao mercado como ocorre com os produtores de leite. Ou seja, quando é possível a inclusão, acaba sendo uma “inclusão subordinada”. E dessa relação entre capital e trabalho, no qual o primeiro subordina o segundo, faz com que este último desenvolva estratégias defensivas, criando saídas, alternativas para cada imposição por parte dos setores que representam o capital. Somente lutando para escapar das imposições consegue produzir no lote de modo a torná-lo seu lugar de vida.

Constatamos que a opção pela agricultura, graças aos privilégios concedidos pelo Estado colocou a pecuária em condição marginalizada. Até mesmo quando as extensas áreas de Cerrados do Entre Ribeiros eram ocupadas pela atividade pecuária, ainda assim, prevalecia a pecuária de corte, em detrimento da pecuária leiteira. Assim, o boi excluía o homem do acesso à terra, como atualmente o agronegócio também faz.

No entanto, a pecuária leiteira subsistiu nas pequenas propriedades camponesas que não foram incorporadas pela agricultura, no contexto da modernização ocorrido no lugar, a partir dos anos 1980. Da mesma forma tem sido atividade amplamente desenvolvida nos assentamentos rurais da Reforma Agrária.

O leite ora é associado a processos de desterritorialização e desestruturação da unidade camponesa, como defendido por Faria (2011), ora a processos de reterritorialização e/ou recampesinização como fez Nogueira (2012). Ou, quando nem um nem outro é associado à manutenção/reprodução de populações tradicionais no campo, como o que se observou nos Bagres por Oliveira, P. M. (2004).

De todo modo, entende-se que, na mesma medida que a agricultura irrigada no Entre Ribeiros possibilitou processos de reterritorialização para os colonos trazidos do Sul do país; a atividade leiteira assim o fez nas pequenas propriedades camponesas e nos Assentamentos. Se, por um lado, os incentivos governamentais transformaram grandes áreas ocupadas extensivamente pela pecuária, em vastos campos dominados pela monocultura capitalista no lugar Entre Ribeiros, a pecuária leiteira, por sua vez, vai subsistir nas pequenas propriedades camponesas, onde a falta do crédito oficial foi compensada pela presença abundante do trabalho familiar.

Observa-se, no entanto, que, independentemente das implicações sociais observadas, a atividade se desenvolve mediante apropriação dos recursos terra e água. No caso do Assentamento Santa Rosa, no Entre Ribeiros, embora, em algumas propriedades, já se perceba a produção de leite em bases agroecológicas, de forma incipiente, a partir do Projeto Leite a Pasto, desenvolvido pela COOPERVAP em parceria com os produtores locais; ainda prevalece fortemente a prática segundo o modelo convencional, isto é, eliminação do Cerrado para formação de pastagens. No mais, a apropriação da água para as atividades leiteiras no Assentamento ocorre lastreada pela construção de poços tubulares.

Não bastasse isso, o recurso é intensamente disputado pelos assentados e pelos irrigantes do agronegócio do Entre Ribeiros, que já utilizam água do ribeirão Entre Ribeiros, do rio Paracatu, das represas construídas e, diante do seu quase esgotamento pela intensa apropriação, iniciam a captação de água de poços tubulares, acarretando o rebaixamento do nível do lençol

freático, trazendo, como consequência, o fim das águas superficiais de antigas lagoas povoadas por inúmeras espécies de peixes, que, agora, se encontram secas, tanto no território do assentamento quanto nas áreas próximas.

Por fim, salientamos que as atividades econômicas desenvolvidas nos campos irrigados do agronegócio no Entre Ribeiros, onde a apropriação é mais robusta, levaram a grandes transformações no meio, a ponto de transformar recursos “abundantes” antes da modernização, em recursos escassos e intensamente disputados.

Quanto ao leite, observamos um caminho de mão dupla, em que ao mesmo tempo que produz empregos, garantindo a manutenção de parte da população no campo ou mesmo processos de reterritorialização/recampesinização, continua sendo instrumento utilizado pelas empresas do setor, no caso, a Cooperativa local, para continuar mantendo o produtor na “rota de dependência” do mercado, uma vez que ao se tornar produtor especializado, deixa de produzir outros cultivos alimentares, parte do seu sustento.

Nos espaços do Entre Ribeiros, onde os diferentes sujeitos produziram múltiplos territórios, também são múltiplas as metamorfoses. A cooperativa já transformada em empresa e agindo como tal pelas imposições do mercado, também se metamorfoseou. Com isso, ela não está necessariamente preocupada com os processos sociais e ambientais, com os processos de recampesinização/reterritorialização, tampouco com processos produtivos agroecológicos descritos por Nogueira (2012), está preocupada, antes de tudo, consigo mesma, isto é, com os lucros que lhe farão sobreviver no mercado competitivo.

Parece, para nós, um processo que caminha contra a lógica hegemonicamente estabelecida, isto é, operar como uma cooperativa, reger-se pelas regras do mercado, e ao mesmo tempo, propor políticas de recampesinização/reterritorialização a partir de práticas agroecológicas. Para o nosso momento histórico, considerando a competitividade inerente ao mercado, o modelo da agricultura dita convencional solidamente estabelecido, porém

sabidamente insustentável e os interesses do capital que busca maximizar lucros mediante a subordinação do trabalho do camponês e a apropriação da renda da terra; enfim, todo esse pacote de “boas intenções” da cooperativa para com os camponeses acaba é visto com desconfiança por muitos destes, por inconciliáveis que são, pelo menos até o momento.

À medida que estimula a produção de leite, em especial na seca, período em que as características climáticas regionais historicamente impõem a redução na oferta de leite, seguido de picos de produção nas águas, a cooperativa não está, necessariamente, preocupada com o produtor, mas em regularizar a captação do produto ao longo do ano, subordinando o trabalho e o tempo do camponês ao adquirir a sua produção. Pois como vimos em Nogueira (2012, p. 130), “a bovinocultura do leite requer disponibilidade quase que exclusiva. Com as técnicas do projeto leite a pasto então, os produtores analisam que as horas de permanência no estabelecimento se expandiram robustamente”.

A perda da autonomia camponesa e conseqüente subordinação ao capital industrial não é algo novo, Kausty (1980), em sua obra *A Questão Agrária*, já denunciava tal feito, referindo-se à atuação da Nestlé, ainda no início do século XX.

Ela possuía na Suíça duas fábricas para o preparo de leite condensado e uma fábrica para o preparo de farinha láctea. Essa última, trabalha diariamente 100.000 litros de leite, produto de 12.000 vacas, oriundas de 180 aldeias. 180 aldeias perderam a sua autonomia econômica e se tornaram caudatárias da casa Nestlé. Os seus habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas já não são camponeses livres (KAUTSKY, 1980, p.304).

Das relações estabelecidas entre o capital transnacional e os espaços reocupados a partir do PRODECER, Herbert de Souza escreveu, na introdução do livro *Cerrados uma ocupação japonesa no campo*, de San Martin e Pelegrini (1984), que o projeto Cerrado é um projeto do capital japonês pago pelo Brasil para produzir cereais para o mercado mundial, contando com modernos latifúndios administrados por um “plano” transnacional. “Nesse projeto, a terra é nossa, o trabalho é nosso, os custos são nossos, os riscos são nossos e os frutos ficarão com eles”, declara Herbert de Souza. Para tal, o artifício ideológico propagado era de que havia

necessidade de ruptura com as estruturas atrasadas presentes na vasta região a ser apropriada [...], portanto, a modernização tecnológica seria a decisão mais coerente.

Comparativamente, porém, em dimensão menos encorpada, entendemos o Projeto Leite a Pasto, proposto pela cooperativa visando à inclusão do produtor como fornecedor de leite para atender à demanda nacional, nas pequenas propriedades e nos assentamentos, isso com a terra dos produtores, com os custos e riscos dos produtores, com o tempo e o trabalho dos produtores, para os lucros serem apropriados pela cooperativa”.

Novamente, recorremos a Martins (1981), que afirma que o colono do café no território paulista do fim do século XIX e início do século XX viveu uma ilusão específica, a ilusão de que o que entregava ao fazendeiro sob forma de café era o tributo pago para trabalhar para si próprio. O colono não se considerava proprietário dos meios de produção nem mesmo da propriedade da terra. Ele se considerava proprietário do seu próprio trabalho, do trabalho materializado nos produtos da agricultura de subsistência, mesmo que com isso, na verdade, estivesse entregando o seu trabalho a outrem, o fazendeiro.

A situação dos camponeses produtores de leite no assentamento não é a mesma, mas instiga a análise. Afinal, eles têm consciência (ou ilusão) de que trabalham para si, pois são proprietários da terra, do rebanho, das ferramentas e demais utensílios utilizados na produção, o que lhes dá uma sensação de autonomia; não obstante, empregam o seu trabalho e entregam o seu resultado em forma de leite para o capitalista, via cooperativa, principalmente naquilo que se alude a ela.

Considerações finais

A pesquisa iniciada em 2015, envolvendo os territórios camponeses e os territórios capitalistas do agronegócio no lugar Entre Ribeiros, em Paracatu/MG, produziu em nós, ao fim desse ano de 2018, a sensação de ter alcançado os objetivos propostos. Conhecendo o lugar parcialmente, desde o ano de 1998, quando visitamos o Projeto I do Entre Ribeiros, em atividade de campo com alunos do Ensino Médio, não imaginávamos a dimensão que tomava a reocupação dos espaços rurais do lugar pelos empreendimentos do agronegócio, depois que foram implantados os outros três projetos de colonização. Ao todo, os projetos Entre Ribeiros somam mais de 31.000 hectares de terras, sendo que grande parte dos grãos e cana são produzidos com base em modernos sistemas de irrigação.

As primeiras visitas, realizadas no ano de 2015, já no intuito de iniciar esta pesquisa deixaram-nos impressionado diante da intensidade da apropriação dos recursos locais, a terra e a água, principalmente, e da produtividade obtida nas monoculturas irrigadas de soja, cana, feijão, milho, entre outros. Vimos, naquele lugar, vários elementos cooperando para o bom desenvolvimento da agricultura de *commodities* naquelas terras, antes ocupadas extensivamente pela pecuária bovina. Vimos o poder transformador do capital e da técnica, que metamorfosearam áreas relegadas pelos antigos proprietários, com o argumento de que não eram terras apropriadas para o cultivo, em campos de elevada produtividade.

No entanto, apesar de nos sentirmos impactados com a dinâmica da produção nos territórios do agronegócio, o nosso interesse maior foi no sentido de analisar a constituição dos territórios camponeses, no assentamento Santa Rosa, igualmente implantado pelo poder público – o governo federal – mas que, ao contrário daquele primeiro, produziu em nós uma certa

frustração, diante dos contrastes das paisagens dos dois territórios capturadas pelo olhar, após a primeira visita.

É aí que a pesquisa começou a ter sentido. Não nos contentamos com a descrição das monótonas, porém belas paisagens do agronegócio; buscávamos compreender o fato de que, ao lado daquela imensa área modernizada, encontraríamos um quadro oposto: o assentamento Santa Rosa com elevados índices de desistência dos lotes, com a necessidade de trabalho externo por parte dos que permanecem, as tentativas frustradas de produção nos lotes e as iniciativas com a atividade leiteira, além da produção de frutas, que, finalmente, iriam permitir ao camponês assentado trabalhar para si mesmo, ao menos no seu imaginário, pois vive ainda cercado de imposições. Em outros termos, tornou-se imperativa a compreensão do processo que levou o empreendimento capitalista a produzir resultados satisfatórios enquanto o empreendimento camponês produzia frustrações seguidas de desistências.

A pesquisa, à medida que avançava, permitia-nos concluir que o que estava em jogo era a renda da terra, e que o assentamento, não sendo funcional aos camponeses, do ponto de vista produtivo ou de manutenção da família, tornava-se funcional aos grandes proprietários de terra, no sentido de prover o lugar da mão de obra que o agronegócio requer e com cujos custos de sua reprodução não está disposto a arcar. Vimos que a compreensão daqueles territórios seria insuficiente apenas com a descrição das paisagens. É que a composição das paisagens no lugar de estudo é resultado de processos históricos e sociopolíticos. É resultado de uma aliança entre o capital, o Estado e a grande propriedade, no sentido de privar a mão de obra do acesso à terra, para que os capitalistas, ao terem o domínio da terra, possam tanto explorar e extrair a sua renda quanto explorar o trabalho camponês.

Dessa forma, na seção inicial da tese, discutimos a forma pela qual ocorreu historicamente o acesso à terra no país. Se, ao longo da história, a grande propriedade avançou sem embaraços, a propriedade camponesa não ocupava mais que os espaços marginais daquela.

Vimos, portanto, e contraditoriamente, que a terra, sendo distribuída de forma justa ou injusta, concentrada ou não, ainda assim, ela atende aos anseios dos capitalistas. No caso brasileiro, a concentração capitalista da terra foi ocorrendo pela via da exclusão, isto é, processando de forma a evitar a inclusão de milhares de trabalhadores no sistema, quer seja como produtores de alimentos ou mesmo como mão de obra e ainda como mercado consumidor de produtos industrializados.

A análise da questão a partir da ideia de que a política de assentamentos rurais desenvolvida pelo Estado, após a década de 1980, tivesse atenuado essa disparidade entre a grande e a pequena propriedade, não se mostrou suficiente para dar ao camponês a condição de autonomia, uma vez que apenas se distribuem terras. Mesmo com o acesso à terra, os assentados continuaram subordinados ou à grande propriedade ou ao capital. A reprodução camponesa nos assentamentos se dá de forma mais ou menos semelhante ao que ocorria no passado, quando o fazendeiro permitia ao morador, agregado, ocupar um pequeno pedaço de terra para produzir o seu sustento, para que pudesse servir às necessidades do fazendeiro em determinados momentos. Percebemos que a estratégia empregada pelo capital, com o apoio do Estado, ao ser omissa em relação ao crédito e assistência técnica, é a transformação do camponês sem-terra em um assentado sem renda, para que este se coloque impositivamente a serviço dos capitalistas do agronegócio do Entre Rios.

O nosso esforço foi no sentido de formular a compreensão de que, com a implantação de assentamentos, a exemplo do Santa Rosa, a grande propriedade não estaria necessariamente perdendo terras. O que ocorre, contraditoriamente, é que a grande propriedade, com eles, está possibilitando o acesso à mão de obra no seu entorno, sem arcar com o ônus da sua reprodução. Vimos que, ao invés de o agronegócio perder mão de obra após a implantação do assentamento - o que era se de esperar, pois teoricamente o assentado iria trabalhar no seu lote - ele ganha.

Constatamos, a partir do Santa Rosa, que a simples posse da terra não é elemento suficiente para que o camponês consiga sobreviver com seu trabalho no lote. Ali encontramos o ponto chave da questão. Para manter a aliança capital-Estado-grande propriedade, o poder público até implanta assentamentos, no entanto, mostra-se omissivo quanto às condições de tornar a terra produtiva, ao deixar de oferecer crédito, assistência técnica e logística na distribuição dos produtos. Então, os assentados, sem saídas, já que não conseguem tirar o sustento da terra, apresentam-se aos capitalistas como no passado, como se não tivessem terra, embora a tenham no momento.

Quanto ao fato de os assentamentos, no geral, não serem funcionais do ponto de vista produtivo, vimos que autores com renomados estudos sobre a questão da terra não partilham do mesmo entendimento. Fernandes (2001), por exemplo, defende que, no Brasil, em que o Estado e o Congresso são controlados pelos interesses do empresariado e dos ruralistas, são raríssimas as políticas públicas que contribuem, de fato, para o desenvolvimento da agricultura camponesa, contribuindo, assim, com a exclusão dos pobres. Daí o desinteresse do Estado, historicamente, comprometido com as elites latifundiárias, em implantar assentamentos que sejam funcionais. Criam-se assentamentos, contraditoriamente, para possibilitar o bom andamento do agronegócio uma vez que os camponeses se colocam voluntariamente à sua disposição.

Martins (2000), de maneira distinta, irá defender que os resultados nada satisfatórios da reforma agrária estão nos desencontros das propostas dos grupos que defendem a reforma agrária e o Estado, mas, principalmente, pela forma de atuação desses grupos, chamados mediadores. Para o autor, os grupos mediadores vão invalidando as suas reivindicações quando legitimamente fazem pressões sobre o governo em favor de suas demandas, e depois de serem atendidas, não legitimam e condenam as ações do governo, afirmando que este só age sob pressão. O que fica de tudo isso, é que, enquanto ocorrem esses desencontros entre movimentos

sociais e Estado, e mesmo divergências entre as posições teóricas dos estudiosos sobre a questão agrária, a grande propriedade continua se beneficiando da mão de obra que se reproduz, em condições precárias e por conta própria, nos assentamentos, e que encontram meios de complementar suas rendas buscando trabalho complementar na propriedade capitalista.

Mas, para nós, esse não é o fato mais relevante, e sim outro ponto levantado pelo próprio Martins (2000), o fato de como a propriedade da terra está protegida juridicamente. O autor se refere à Lei de Terras de 1850, quando o Estado monárquico transferiu aos proprietários particulares posse e domínio. Dessa forma, tornaram-se senhores absolutos das propriedades fundiárias, tornando-se um dos principais elementos que dificultam a reforma agrária. O que para nós faz muito sentido, pois, na virada do novo milênio, com o ambiente político aparentemente mais favorável à reforma agrária, considerando a chegada do Partido dos Trabalhadores (Lula de 2003 a 2010 e Dilma de 2011 até o *impeachment*, 2016) no comando da nação, não produziu resultados distintos dos governos anteriores. Ou seja, os assentamentos continuaram sendo implantados, mas seguindo a lógica anterior, basicamente se restringindo à distribuição de lotes, sem alterar a estrutura fundiária.

Na seção 2, analisamos a reocupação e a modernização dos Cerrados como uma alternativa criada pelo Estado para romper com a ideia de atraso que reinava sobre tais áreas, tais como a baixa produtividade e a pobreza das populações do campo, derivadas da concentração da propriedade. O Estado oligárquico, comprometido com o capital e a grande propriedade, optou pelo caminho menos ameaçador, promovendo a modernização da agricultura na grande propriedade enquanto abria caminho aos investimentos de capital internacional nas áreas de Cerrados, especificamente, japoneses.

O fato é que a modernização continuou sendo excludente, já que foi em benefício da média e grande propriedade, e daquelas que produziam para exportação, deixando às margens a pequena propriedade que produzia para o mercado interno. Vimos, no entanto, que mesmo

que os recursos de crédito e assistência técnica tenham sido direcionados às monoculturas de exportação implantadas nas médias e grandes propriedades, ainda assim, a pequena propriedade, ao menos em parte, subsistiu. Já que a ela foram negados tais recursos, a manutenção da pequena propriedade ocorreu graças ao trabalho familiar, dedicado principalmente à pecuária leiteira.

Consideramos que, mesmo que tenha havido resistência por parte da produção camponesa, ainda assim, uma parte dessa população foi desterritorializada. E à medida que ocorria o avanço do agronegócio na área de estudo, crescia também o número de trabalhadores rurais sem-terra. Daí que se justifica a presença, no município de Paracatu, de 12 assentamentos da reforma agrária. Enfim, politicamente, a opção do Estado foi pela reforma tecnológica em detrimento da reforma agrária; porém, na medida em que se avolumavam as lutas e engrossavam as fileiras de trabalhadores sem-terras, o Estado viu-se na obrigação de implantar tais assentamentos. Nesse sentido, chegamos ao assentamento Santa Rosa, em que o Estado, agindo por pressão, distribuiu terras; mas, como que tendo lavado as mãos ao tê-lo feito, deixa os assentados à própria sorte.

Na seção 3, analisamos as condições nas quais os assentados entraram na terra. Encontrando-a sem a infraestrutura necessária para que pudessem produzir, e por outro lado, os próprios assentados não dispor dos recursos financeiros necessários a realizar investimentos no lote, foram percebendo que a sua entrada na terra ainda não era definitiva. Nesse momento, a desistência foi a opção de grande parte dos 65 assentados, 50 deles; no entanto, para outra parte, a única saída possível, que não fosse a desistência do lote, era o assalariamento no agronegócio vizinho, nos projetos do Entre Ribeiros. Isso implicava adiar projetos pessoais de poderem trabalhar para si mesmos. Implicava também a continuidade de sua condição de subordinação ao agronegócio.

As primeiras tentativas com o plantio de mandioca e pimenta trouxeram frustrações, tornando ainda mais difícil o sonho de permanecerem na terra. Mas foram criativos, e alguns, em meio ao ambiente tornado inóspito, do ponto de vista da reprodução das famílias, aos poucos, foram criando saídas. Boa parte dos que permaneceram, e dos que chegaram assumindo os lotes daqueles que haviam desistido, foram encontrando a possibilidade de permanência com a atividade leiteira, além de frutas das quais se extraem e comercializam polpas.

Vimos, portanto, que a terra não é suficiente para garantir a manutenção do assentado no lote. A posse da terra deve ser acompanhada tanto das condições financeiras e técnicas quanto dos saberes acumulados relativos ao trabalho na terra, bem como a disponibilidade do assentado de empregar trabalho e administrar os recursos existentes. Percebemos que os assentados, que conjugaram todos esses artificios, foram vencendo as dificuldades impostas (terra sem infraestrutura, falta de crédito, frustrações nas safras etc.) e criando, aos poucos, as condições de permanência no lote, transformando aquilo que foi território em lugar de vida.

Pois, como salientamos, a construção do lugar só é possível se o assentamento for funcional do ponto de vista produtivo, caso contrário, prevalecem as desistências. O processo, então, inicia-se com a entrada na terra, mas depende do emprego do trabalho familiar. E esse será tanto mais proveitoso se aqueles camponeses são portadores de saberes acumulados, de experiências anteriores com a terra, somente assim, é possível prover o sustento da família. E dessa forma, garantida a reprodução física do grupo familiar, é possível desenvolver ligações afetivas com o novo espaço, transformando aquilo que foi território da luta coletiva em lugar de experiências cotidianas, onde irão desenvolver a vida.

Na seção 4, analisamos os assentados que permanecem no lote desenvolvendo a atividade leiteira, e no seu imaginário, “trabalhando para si mesmos”. Mas, ainda assim, percebemos que, com essa atividade, os assentados gozam de uma autonomia apenas relativa. Como produtores de leite, precisam fazer escolhas, assim como já fizeram antes. Ou se

submetem às exigências da cooperativa à qual vendem leite, ou recusam-nas. Exigências que chegam a eles como orientações técnicas, que são postas como oportunidades, mas que, de fato, são imposições e que os colocam em condições de completa subordinação. Ou seja, se os assentados se livram da dependência do trabalho externo no agronegócio, entram em uma nova dependência, ao produzir leite e negociá-lo com a cooperativa.

É que nesse processo, a cooperativa que já não é mais cooperativa, é empresa que luta para sobreviver no mercado, não é apenas a empresa compradora do leite, ela é, antes de tudo, a fornecedora de quase tudo aquilo que é consumido na propriedade. A cooperativa adquire leite *in natura*, como matéria-prima sem valor agregado, portanto, a preços que ela mesma estabelece, e vende no mercado, inclusive aos camponeses assentados, diversos produtos a preço de mercado. Isto é, explora o camponês na compra do leite e na venda inúmeros produtos.

Nas relações com os assentados, a cooperativa vende rações, tanques de resfriamento, ordenhadeiras, produtos veterinários, fertilizantes, sementes, maquinários agrícolas, combustíveis, produtos farmacêuticos e todas as necessidades da unidade de consumo familiar, já que possui também supermercado.

Entendem os camponeses assentados, por outro lado, que é possível recusarem essa condição de subordinação sem que tenham que se afastar do mercado. Valem-se de estratégias eficientes, como por exemplo, o cruzamento de raças bovinas, mestiçando-as, de forma a continuarem produzindo leite e que possam também vender o bezerro desmamado como forma de acumular renda. Agem de forma defensiva, como propôs Oliveira (1994), por entenderem que a extrema especialização acentuará a dependência, inclusive levando ao endividamento, o que poderá significar o seu fim, inclusive como camponês e produtor de leite. Aliás, esse é o produto que os liga ao mercado, mas sem deixar que o leite faça deles, na sua relação com a cooperativa, o seu empregado indireto.

Destarte, ao finalizar o trabalho, colocamos o seguinte: em todo momento, considerando até mesmo o período histórico da formação da nação brasileira, como também o momento atual em que o assentado entra na terra, o capital, mediante o controle da propriedade fundiária, busca, como seu fim derradeiro, apropriar-se da terra, de sua renda, do trabalho camponês, ou do trabalho camponês materializado em produto, no caso em questão, o leite. O trabalhador, por sua vez, e em oposição ao capital, luta para não se ver explorado. Enfim, como opostos que são, o capital, o Estado e a grande propriedade esforçam-se conjuntamente para manter o histórico de privilégios e de subordinação do trabalhador; enquanto o trabalhador luta para entrar na terra para conseguir autonomia. Os capitalistas, quer seja absorvendo o trabalho dos camponeses, quer seja absorvendo a produção camponesa, no caso do leite, têm a certeza de que estão se apropriando da renda da terra; os camponeses, na incerteza criada pela entrada incompleta na terra, que lhes permitiu uma inclusão subordinada, lutam bravamente para permanecerem na terra.

Portanto, o que fica dessa tese é a constatação de que o desenrolar da vida naquele assentamento não se faz antes que os assentados se coloquem à disposição do agronegócio, como trabalhadores. Somente ao conciliar a venda da sua força de trabalho, produzindo parte do sustento (alimentos) da família no lote conquistado, os camponeses adquirem as condições de trabalhar para si. E, como vimos, mesmo quando realizam esse projeto, de fato, estão trabalhando para o capital, pois, como produtores de leite, continuam subordinados, ao comercializarem seu principal produto com a cooperativa.

Fica, porém, a observação de que as principais categorias da construção da tese, empregados em incontáveis ocasiões foram: o trabalho camponês, a organização familiar, a apropriação dos recursos terra e água e a produção de leite nas propriedades camponesas. Destes aspectos, o que nos chamou atenção para a possibilidade de estudos futuros, foram os usos e apropriações dos recursos hídricos, por serem um bem natural disputado de forma intensa na

área pesquisada. O tema poderá ser relacionado em duas situações, que são distintas, mas que se inter-relacionam:

1 - A água disponível nas áreas de nascentes, nas terras dobradas, muitas delas em espaços ocupados pela pequena propriedade camponesa, geralmente camponeses que se dedicam à pecuária leiteira.

2 – A água tornada privada, disputada como recurso e consumida nas propriedades do agronegócio, e especificamente, no agronegócio da cana, seja nas terras cultivadas do noroeste mineiro, onde desenvolvemos essa tese, seja no caso do Triângulo Mineiro, onde o agronegócio ocupa vastas extensões de terra.

No caso 1, os pequenos produtores de leite, a exemplo do que já se nota no município de Uberlândia/MG, são também produtores de água. No caso 2, o agronegócio que simplesmente se apropria de tal recurso, no nosso entender, constituem-se tão somente grandes consumidores privativos de água, portanto, distintos dos primeiros.

Apesar disso, o que liga os dois casos e que poderá ser o objeto de estudo? Seguramente, o caminho apropriado para futuras pesquisas seria analisar tanto a legislação sobre as águas, quanto o apelo ecológico em torno do tema. No caso do camponês, além da legislação ambiental que impõe regras gerais sobre preservação de áreas de nascentes, ele mesmo se vê um beneficiário da disponibilidade de água em sua propriedade, sem a qual a vida imediata não é possível. Daí ele é convencido a se tornar um cuidador de nascentes e dos próprios corpos d'água, um produtor de água.

No caso do grande produtor, usando terra sua ou arrendada, especificamente aquele dedicado ao cultivo da cana, também se utilizando de apelos ecológicos, terá que cumprir a legislação ambiental e ainda ajustar o consumo da água para produzir uma energia renovável, no caso o etanol.

Contudo, é preciso problematizar o uso d'água na agricultura do cerrado. Naquilo que estudamos não estaria, o camponês - ao acatar, ainda que parcialmente, a legislação sobre as águas - produzindo o recurso de que tanto necessita o agronegócio, e em benefício apenas deste?

Nesse contexto, da mesma forma que analisamos, nessa tese, a produção camponesa como subordinada ao capital, no sentido de que mesmo tendo terras, os assentados se colocam como trabalhadores do capital no agronegócio, no município de Paracatu/MG, a proteção dos corpos d'água proposto na legislação tornaria o camponês um cuidador/produtor d'água, sobretudo para o agronegócio. Assim, propomos um estudo sobre a forma na qual a água é disputada e como o camponês sujeito aos rigores da Lei, serve primeiro aos grandes produtores rurais, consumidores de água, em muitos casos, fazendo uso desregrado desta.

De tal modo, propomos uma análise da aplicação da legislação ambiental, que estimula os camponeses a produzirem água, como já se vê no município de Uberlândia/MG, e a forma como a mesma legislação é tratada junto aos capitalistas do agronegócio. Trata-se de analisar as diferenças e descobrir se a água é usada simplesmente como mais um recurso; se é permitida a sua apropriação pelo capital em seu processo de reprodução como um recurso ilimitado. Isto é, os camponeses sendo estimulados a produzir água, com certo apelo ecológico, e mais ainda, forçados pela legislação, estão servindo à lógica do agronegócio.

Essas situações indicam que, enquanto a legislação é imposta para uns e arrefecida para outros, no caso, os grandes produtores do agronegócio, principalmente o da cana, que também se apropria do apelo ecológico, se assenhoram do recurso, aparentemente sem custos adicionais para se reproduzirem a partir de um produto renovável, no caso o etanol.

Passos para a realização dos estudos:

- Fazer um levantamento e estudo da legislação sobre as águas, juntamente com a legislação ambiental, comparando a sua aplicabilidade entre diferentes os usuários de água, bem como os

órgãos reguladores, ANA (Agência Nacional das Águas), IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) e outros.

- Aplicação do recurso metodológico – trabalhos de campo nas pequenas propriedades no entorno de Uberlândia, (e outros municípios) onde existem os camponeses considerados produtores de água. Trabalhos de campo nas áreas do agronegócio da cana, para analisar a apropriação do recurso água e a forma como a ideia de preservação do meio ambiente é tratada.

Sugestões de trabalhos a serem consultados:

Melo, M. C. A. **Legislação ambiental e os usos da água pelos produtores de leite na Comunidade Sobradinho** – Uberlândia – MG. 2017. Tese Geografia UFU.

VASCONCELOS, V. V. **Frentes agrícolas de irrigação e zoneamento ecológico-econômico: estudo de caso da bacia de Entre Ribeiros – Noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2010. Mestrado PUC – MG.

RICCI DOS SANTOS, R. **Crise hídrica na irrigação: o caso do ribeirão Entre Ribeiros (MG)**. 2007. 116 p. Dissertação UNB.

SOUZA, A. G. **A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal-MG**. Dissertação Geografia, UFU. 2012.

Referências

ALMEIDA, M.G. de. A captura do Cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, M.G. de. **Tantos Cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

ALVES, J. M. A obra de José de Souza Martins e a reforma agrária no Brasil: uma leitura sociológica. 2003, 113f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BELLACOSA, J. M. Os desafios da reprodução camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis. **Revista NERA** – Ano 16, Nº. 22 – Jan/jun. de 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/2061/2265>. Acesso 12/08/ 2017.

BENEDETTI, E. **Bases práticas para a produção de leite a pasto**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em: <http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-conceitoseprincipios.pdf>. Acesso em 10/08/2017.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, G. R. A indústria de laticínios no Brasil: passado, presente e futuro. **Circular técnica** 102. Juiz de Fora: dez. 2010. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/24349/1/CT-102.pdf>. Acesso em 10/08/2017.

CEMIL. **Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda.** Disponível em: <http://www.cemil.com.br/historia>. Acesso em 23/03/2018

CEPAL. **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>. Acesso em 03/06/2018.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Safra 2017/2018 de cana-de-açúcar deve ser de 647 milhões de toneladas.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/04/safra-2017-2018-de-cana-de-acucar-deve-ser-de-647-milhoes-de-toneladas>. Acesso em 20/11/2017.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim grãos maio 2018.** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>. Acesso em 12/06/2018.

COOPERVAP – **Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda.** Disponível em: <http://www.coopervap.com.br/>. Acesso em 25/03/2018.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília se torna a terceira maior capital do país, com 3 mi de habitantes.** Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/31/interna_cidadesdf,622_269/brasilia-se-torna-a-terceira-maior-capital-do-pais-com-3-mi-de-habita.shtml. Acesso em 09/04/2018.

COSTA. E. V. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: **Da monarquia à República: momentos decisivos.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELGADO, G, C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

DENARDIN, V. F; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

D'INCAO, M. C. **O boia-fria**: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1977.

EMATER. **Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_minas_leite&id=7530. Acesso em 11/04/2018.

EMBRAPA. Manejo d'água e alterações nos teores de ferro em um solo de várzea. **Anais da I reunião sobre ferro em solos inundados**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/197786/manejo-dagua-e-alteracoes-nos-teores-de-ferro-em-um-solo-de-varzea>. Acesso em 22/11/2017

FABRINI, J. E. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra**: Experiências de Lutas no Paraná. Cascavel: Unioeste, 2001.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: Editora da Unioeste, 2003.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FARIA, A. H. A expansão da cana-de-açúcar na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba(MG): O discurso da modernidade e as des-(re)territorializações nos cerrados no município de Ibiá-MG. 2011. 222 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais: ações coletivas na contramão das idealizações do Estado. **XXIV Encontro Anual da ANPOCS**, UNESP, 2009. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/24-encontro-anual-da-anpocs/gt-22/gt14-14/4836-vferrante-assentamentos/file>. Acesso em 15/08/2017.

FOLADORI, G. O Capitalismo e a crise ambiental. **Revista Raízes**, Ano XVIII, Nº 19, maio/99. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_42.pdf. Acesso em 13 agosto de 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOMES, R. M; CLEPS JR, J. Transformações no mundo rural e a reforma agrária em Minas Gerais: os movimentos socioterritoriais e a organização camponesa no Triângulo Mineiro. In.: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G; CLEPS JÚNIOR, J. **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

GUANZIROLI, C, *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1987.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p.37-66.

INOCÊNCIO, M. E. **O Prodecer e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado.** Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Planos de Assentamento, 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 20/08/2017.

JPAGORA. **Pinheirenses cobram explicações da Copasa sobre retirada de água para abastecer Paracatu.** Disponível em: <http://www.jpagora.com/pinheirenses-cobram-explicacoes-da-copasa-sobre-retirada-de-agua-para-abastecer-paracatu/>. Acesso em 06/11/2017

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução C. Iperioig. Apresentação de Moniz Bandeira. São Paulo: Proposta, 1980.

KINN, M. G. Lugares e territórios camponeses em iniciativas turísticas: os usos do espaço no entorno dos lagos das Hidrelétricas Amador Aguiar I e II – Triângulo Mineiro – MG. 2010. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LEITE, A. F. **O Lugar**: Duas Acepções Geográficas. Anuário do Instituto de Geociências, UFRJ, Volume 21 / 1998. Disponível em: http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf. Acesso em 20/08/2017.

LOURENÇO, L. A. B. **A Oeste das Minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARCOS, V. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARQUES, M. I. M. agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil** (terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, J. S. **A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. de S. **Reforma Agrária**: O impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

MATOS, P. F. As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano. 2011. 355 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/plano-safra-2017/2020>. Acesso em 16/03/2018.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. S. (org.) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, M. C. A; ASSUNÇÃO, W. L. **Bacia do rio Paracatu**: Regime Pluviométrico X Consumo de Água por Pivô Central. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4351/7736>. Acesso em 12/06/2018.

MIRANDA NETO, M. J. **Os lucros da fome**: o mito da escassez de alimentos. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Anablume, 2008.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

NOGUEIRA, L. K. S. Desenvolvimento rural e recampesinização: o caso do leite a pasto da Coopervap. **Dissertação** (Mestrado em agronegócios). Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária - Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo:Contexto, 1996.

OLIVEIRA, A. U. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In.: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G; CLEPS JÚNIOR, J. **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

OLIVEIRA, P. M. As heranças culturais e as relações de produção na comunidade dos Bagres no município de Vazante-MG. 2004. 199 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

OLIVEIRA, P. M.; COSTA, R. S. Assentados e Colonos no Entre Ribeiros: territórios e lugares no espaço do agronegócio em Paracatu-MG. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017. Curitiba. **Anais...** Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2017, p1-17.

OLIVEIRA MELLO, A. **As Minas reveladas: Paracatu no tempo**. Paracatu: Editora da Prefeitura Municipal de Paracatu/MG, 2002.

PANZUTTI, R. **Especificidades da empresa cooperativa agrícola: estratégia de financiamento**. Secretaria de Agricultura e Abastecimento Instituto de Economia Agrícola (IEA). São Paulo, v.44 n 1, 1997, p.75-118. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=984> . Acesso em 28/02/2018

PARACATU.NET. **Unai, Paracatu e Buritis entre os 5 maiores produtores de Grãos do Estado**. 15/03/2010. Disponível em: <http://paracatu.net/view/701-unai-paracatu-e-buritis-entre-os-5-maiores-produtores-de-graos-do-estado> . Acesso em 06/11/2017.

PARACATU.NET. **Uso intensivo de pivôs acarreta pressão sobre recursos hídricos do rio Paracatu.** 26/04/2011. Disponível em: <http://paracatu.net/view/1350-uso-intensivo-de-pivos-acarreta-pressao-sobre-recursos-hidricos-do-rio-paracatu>. Acesso em 06/11/2017.

PARACATU.NET. **Exportações do agronegócio mineiro crescem 11,7% no período de janeiro a julho.** 12/08/2017. Disponível em: <http://paracatu.net/view/7533-exportacoes-do-agronegocio-mineiro-crescem-117-no-periodo-de-janeiro-a-julho>. Acesso em 06/11/2017.

PARACATU.NET. **Chuvas não amenizam crise hídrica em Paracatu e Ribeirão Sta Izabel agoniza.** 31/10/2017. Disponível em: <http://paracatu.net/view/7667-chuvas-nao-amenizam-crise-hidrica-em-paracatu-e-ribeirao-sta-izabel-agoniza>. Acesso em 06/11/2017.

PARACATU.NET. **Vasquinho é eleito presidente da Cemil e Valdir assume presidência da Coopervap.** Disponível em: <http://paracatu.net/view/7887-vasquinho-e-eleito-presidente-da-cemil-e-valdir-assume-presidencia-da-coopervap>. Acesso em 23/03/18.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, C. C. Crédito rural para assentamentos rurais no Brasil: do Proceca ao Pronaf A. In.: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G; CLEPS JÚNIOR, J. **Debaixo da lona:** tendências e desafios regionais da luta pela terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

PESSÔA, V. L. S. Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e alto Paranaíba-MG. 1989. 239f. **Tese** (Doutorado em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1989.

PRADO, C. B. O capítulo XXV de O Capital: A teoria moderna da colonização como analogia à possibilidade de libertação da classe trabalhadora. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 86, julho

de 2008. Disponível em: <https://carlosprado1985.files.wordpress.com/2015/02/rea-86-cap-xxv.pdf>. Acesso em 31/01/2018.

PRADO JR. C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET. M. A; SPÓSITO, E. S. (org.) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REZENDE, S. M. M. Comercialização do leite dos assentamentos Carlos Mariguela e Luiz Ório no município de Itaberaí – GO. **Dissertação** (Mestrado em Agronomia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014, 127 f.

RICCI DOS SANTOS, R. Crise hídrica na irrigação: o caso do ribeirão Entre Ribeiros (MG). 2007. 116 p. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, Brasília, 2007.

SAN MARTIN, P; PELEGRINI, B. **Cerrados**: uma ocupação japonesa no campo. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L.; **Brasil**. Território e sociedade no início século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, R. J. **Gaúchos e mineiros do cerrado**: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SANTOS, J. R.; FONTOURA, L. F. M. Alguns apontamentos para a reflexão teórica do campesinato. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Vol. 30: 58-70, outubro, 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37483/24229>. Acesso em 20/09/2017.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEBRAE. **Os princípios do cooperativismo**. 31/07/2017. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/os-principios-do-cooperativismo.73af438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em 09/04/2017.

SERRA, E. A posse da terra e os conflitos rurais no Paraná. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA** – Ano 8, N. 7 – Jul/Dez de 2005. pp. 1-21. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, J. GRAZIANO. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, J. GRAZIANO. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, J. GOMES. **Buraco negro**: a reforma agrária na Constituinte de 1987-88. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, P. S. M. Benditos Amaros – Remanescentes quilombolas de Paracatu: memórias, lutas e práticas culturais. **Tese** (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SOUZA, A. G. A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal-MG. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. 186 p

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77 - 116.

SOUZA, M. J. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: In: SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. S. (org.) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, M. M. O. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. **Élisée Revista de Geografia da UEG**. V,1, n 01, p. 141-155 (2012). In: <http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/issue/view/53/showToc>. Acesso em 24/04/2018.

STÉDILE, J. P., FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

STÉDILE, J. P. A (org.) **Questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. Vol. 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STÉDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária 1946-2003. Vol. 3. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (org.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VALOR ECONÔMICO. **Brasil tem quase 18 mil pivôs centrais para irrigação**. 04/03/2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/3937506/brasil-tem-quase-18-mil-pivos-centrais-para-irrigacao>. Acesso em 22/11/2017.

VASCONCELOS, V. V. Frentes agrícolas de irrigação e zoneamento ecológico-econômico: estudo de caso da bacia de Entre Ribeiros – Noroeste de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Pontifícia Universidade Católica. Belo Horizonte, 2010. 142 f.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.

WEIL, S. **O enraizamento**. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2001.